

CAPITALISMO E EXTRATIVISMO a formação da Região Acreana

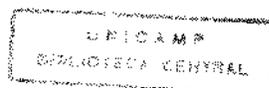
Mário José de Lima *52/628*

Orientador: Professor Doutor Wilson Cano *1937-†*

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de Campinas

CAMPINAS - 1994

*Este exemplar corresponde ao original da
Tese defendida por Mário José de Lima em
11/08/94 e orientada pelo Prof. Dr. Wilson Cano
CPG/IE, 11/08/94*



Para EURENICE

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado do enfrentamento de questões que se impuseram ao longo das minhas atividades profissionais junto a Universidade Federal do Acre. O andamento do programa de doutoramento em Economia na Universidade Estadual de Campinas contribuiu para reforçar a convicção da necessidade de se avançar numa reinterpretação da questão amazônica, notadamente nos aspectos relativos à configuração da região acreana. Nessa trajetória, acumulei compromissos e débitos para com aqueles que não se acomodaram diante da visão de uma Amazônia fundada no exótico e para com um grande número de pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que este esforço chegasse a bom termo.

Em princípio, este trabalho tem o seu desenvolvimento marcado pelas condições muito particulares que cercam um docente de uma Instituição de Ensino Superior na Amazônia. As possibilidades de participação em um programa de pós-graduação é resultado do incondicional apoio de muitos. Particularmente, sou devedor dos meus colegas do Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre, que, a cada docente ausente, assumem encargos redobrados. Em particular,

contei com a amizade, demonstrada em muitas ocasiões, do Professor Reginaldo Castela. Em fase mais recente contei com a compreensão dos meus colegas do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, a quem sou grato.

Sansão Ribeiro de Sousa, antigo mestre, e José Fernandes do Rêgo, companheiro de muitos sonhos e esperanças sobre a Amazônia e em particular sobre o Acre, contribuíram de muitas maneiras, incentivando o meu desenvolvimento profissional.

Pedro Martinello, responsável pelo avanço na produção historiográfica amazônica, construtor de uma nova fase na produção do conhecimento histórico e incentivador dos estudos sobre a região, se faz merecedor da minha gratidão.

No Instituto de Economia da Unicamp contei com a atitude compreensiva de professores que não fazem da firmeza de pontos de vista argumentos para uma conduta obscurantista. Ao contrário, a possibilidade do debate aberto tem sido o fundamento da conduta de todos aqueles professores com os quais tive a oportunidade de conviver, em cursos ou quaisquer outras atividades.

Sou profundamente grato ao Doutor Sérgio Silva, em cuja obra encontrei propostas para um esforço no sentido do desvendamento da realidade agrária brasileira e a motivação de me envolver num programa de doutoramento.

Agradeço ao doutor Jaime Pinsky pelo incentivo e o empenho para a continuidade dos meus estudos pós-graduados.

Sou profundamente grato ao Doutor Ricardo Luiz Coltro Antunes, amigo prestativo, incentivador e de cujos

comentários a uma versão preliminar e parcial do presente trabalho muito me beneficiou.

Agradeço ao Doutor Wilson Cano a quem coube orientar-me na produção desta tese. Formulador de conhecidas teses sobre a questão regional, o Doutor Cano acompanhou-me na montagem do presente trabalho, mesmo diante de situações onde prevaleceram diferenças e não uma identidade integral de pontos de vista. O debate e suas sugestões foram indispensáveis para o andamento na descoberta de temas e materiais utilizados.

Durante o andamento do curso fui, em muitas oportunidades, beneficiado pela boa vontade dos funcionários do Instituto de Economia, notadamente, Márcia Leitão responsável pela orientação nos difíceis caminhos da burocracia.

Minha gratidão se estende aos meus filhos - Daniela, Fabrício, Fabiano, Arcília, Thiago e Felipe - por compreenderem os argumentos aos quais recorri para justificar o tempo retirado da nossa convivência em benefício da dedicação ao presente trabalho.

Minha esposa Eurenice foi ouvinte atenta e comentadora permanente de todas as partes deste trabalho.

Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro:
Um paraíso perdido, onde procurarei vingar a Hiléia
maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que
a maculam desde o século XVII. Que tarefa e que ideal!
Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me
apenas uma longas barbas, emaranhadas e trágicas.

EUCLIDES DA CUNHA

[Carta a Coelho Neto, escrita de Manaus em 10.3.1905]

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Firmas Estrangeiras	71
Tabela 2 - Exportação de Borracha da Amazônia, 1855-1890	
Tabela 3 - Vendas de Veículos e Importações de Borracha nos E.U.A.	184
Tabela 4 - Exportação de Borracha Silvestre Amazônica, 1901-1947	193
Tabela 5 - Consumo de Borracha pela Indústria Brasileira (1936-1947)	200
Tabela 6 - Preços Médios da Borracha de Cultivo em Londres e New York de 1922 a 1942	201
Tabela 7 - Cotação da Borracha Natural em Belém, de 1925 a 1938, e no Rio de Janeiro de 1939 a 1952	202
Tabela 8 - Primeira Tabela de Preços da Borracha após o Acordo de Washington	208
Tabela 9 - Movimento da População - 1920 / 1940	210
Tabela 10 - Transporte de Gêneros Alimentícios realizado pela SNAPP - Programa de Abastecimento	219
Tabela 11 - Exportação de Borracha para os Estados Unidos e para o Sul do Brasil - 1943 e 1947	219
Tabela 12 - Estado de São Paulo e Amazônia Exportações de Café e Borracha e Relação Populacional	225
Tabela 13 - Cons.de Borracha pela Indústria-1943-1947	235
Tabela 14 - Produção de Pneumáticos no Brasil, 1945	237
Tabela 15 - Excedentes de Borracha, 1947 - 1950	238

Tabela 16 - Brasil: Importação, Produção e Coeficientes de Importação no Ramo de Borracha	239
Tabela 17 - Produção e Consumo de Borracha Natural no Brasil (1950-1960)	246
Tabela 18 - Produção e Consumo de Borracha Sintética e Consumo Total de Elastômeros - 1955-1979	246
Tabela 19 - Formação Bruta de Capital e Imposto em Percentagem do PIB	249
Tabela 20 - Mudanças da Composição Setorial do PIB ..	249
Tabela 21 - Relação Percentual entre a Arrecadação Federal no Acre e nos Estados do Pará e Amazonas	267
Tabela 22 - Prod.Borracha-Acre/Amazonas/Pará-1903-1918	269
Tabela 23 - Prod.Borracha da Amazônia de 1920 a 1941	271
Tabela 24 - Produtos Agrícolas Transportados para Belém pela Estrada de Ferro Belém-Bragança, anos escolhidos, de 1914-1918	274
Tabela 25 - Produtos Agrícolas Embarcados para Belém do Interior do Pará	274
Tabela 26 - Cronologia da Formação das Colônias Acreanas - 1908 - 1960	283
Tabela 27 - Estabelecimentos de Exploração Agropecuária, segundo os Grupos de Área - Acre - 1920 - 1960	286
Tabela 28 - Comparação da Produção da Borracha e dos demais Produtos no Acre	289
Tabela 29 - Balancete das Receitas e Despesas-1903-1917	292

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1. Limites do Habitat da Hevea Brasilinsis	71
Figura2. Roteiro da Ocupação	76
Figura3. A Amazônia Brasileira Contemporânea	109
Figura4. Esquema de um seringal Nativo	124
Figura5. Preços Internacionais da Borracha Sintética e Natural	250
Figura6. Área de Influência da Região Acreana	263

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EXPANSÃO GUMÍFERA	25
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NOS PAÍSES CENTRAIS	25
2. A MONTAGEM DA ECONOMIA EXTRATIVA E A RECONFIGURA- ÇÃO DA AMAZÔNIA	42
CAPÍTULO 2	
APOGEU DA ECONOMIA EXTRATIVA: A EXPANSÃO TERRITORIAL, O SISTEMA PRODUTIVO E O EXCLUSIVO SERINGALISTA	70
1. A REGIÃO GUMÍFERA E OS LIMITES GEOGRÁFICOS BRASILEIROS	70
2. A FORMAÇÃO DA EMPRESA SERINGALISTA E O PROCESSO DE TRABALHO NOS SERINGAIS	97
3. ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS SERINGAIS	132
CAPÍTULO 3	
A PROPRIEDADE DA TERRA, O SISTEMA DE AVIAMENTO, E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	140

1. A PROPRIEDADE SERINGALISTA DA TERRA	140
2. O SISTEMA DE AVIAMENTO E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	160

CAPÍTULO 4

AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS, O PÓS GUERRA E O FORTALECIMENTO DO EXCLUSIVO SERINGALISTA	178
1. A DECADÊNCIA E A REINVENÇÃO DO EXCLUSIVO SERINGALISTA	178
2. A ECONOMIA DO EXTRATIVISMO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	220

CAPÍTULO 5

ALGUMAS RAZÕES FUNDAMENTAIS PARA A REPRODUÇÃO DAS ESTRUTURAS SERINGALISTAS - A REGIÃO ACREANA	258
1. A CRISE E O AJUSTAMENTO DA ECONOMIA DO EXTRATIVISMO	258
2. CAPITAL COMERCIAL E OS CAMINHOS DA ACUMULAÇÃO - UMA BREVE AVALIAÇÃO	299

CONCLUSÃO	313
BILBIOGRAFIA.....	321

INTRODUÇÃO

Noção recorrente, presente desde os mais elementares estágios das pesquisas, no campo da história, da economia política, da geografia etc., o conceito de região assume, no sentido exato das dispersões de enfoques permitidos por visões de mundo distintas, ampla diversidade de conteúdos. A referência à base espacial constitui momento necessário do movimento no sentido do desvelamento dos complexos desdobramentos do ir-sendo-assim do mundo construído sobre o fazer prático do homem.

Com um percurso histórico marcadamente colado ao avanço da Geografia enquanto disciplina independente, a noção de região mantém uma nítida vinculação com os momentos do desenvolvimento capitalista. Explorando as transformações propostas pelo mundo do capital, Neil Smith estabelece vínculos entre o surgimento das diversas escolas da Geografia com as transformações na divisão do trabalho. Daí compreender que a explicação surgida nos momentos de maior

dependência da acumulação de capital à base natural - «primado da natureza e das diferenciações inerentes dentro da natureza» -, tenha gerado uma Geografia que terá «na localização geográfica das atividades sociais de acordo com as diferenciações na natureza - (...) o material de trabalho»¹.

A Geografia Comercial, por sua vez, de origem fundamentalmente britânica, estava «baseada em princípios muito claros, relativos ao modo pelo qual as vantagens naturais ditavam a divisão territorial do trabalho». Por outro lado, os formuladores da Geografia Comercial e a modalidade de Geografia Política de Mackinder postavam-se como ideólogos² mais preocupados em criar «meios de se compreender e de se promover a ascensão do império»³.

Tomando em consideração o desenvolvimento da ciência econômica, ao nível das formulações neoclássicas no tratamento da problemática das "localizações industriais", predomina, inicialmente, a concepção básica de que os movimentos das forças do mercado promovem uma distribuição "ótima" dos fatores de produção. O esforço teórico tem por pressuposto que o equilíbrio espacial, como no equilíbrio

1. SMITH, Neil Desenvolvimento Desigual. São Paulo, Editora Bertrand Brasil S. A., 1988. p. 153.

2. Para o autor, a perspectiva ideológica está associada à utilização do conceito de espaço. «Nas mãos desses geógrafos, a natureza é exterior e, quando muito, interage com a sociedade». (Idem, ibidem, p. 158)

3. Idem, ibidem, p. 156.

geral anespacial do sistema marginalista de Walras, é resultado das iniciativas do agente privado. Uma referência inicial é a contribuição de Alfred Weber, que parte das estruturas de custos para formular o que se poderia denominar «uma projeção da economia pura no domínio espacial, elaborando leis abstratas, mecânicas, independentes de qualquer sistema econômico, já que procura formas particulares dessas leis na vida moderna»⁴. Seguindo os estudos pioneiros de Weber (até por meio da crítica às suas formulações), A. Lösch, laborando com o «problema da interdependência das empresas, introduz a idéia da concorrência imperfeita (...) na busca do equilíbrio espacial em condições de oligopólio, de duopólio e de monopólio»⁵. Somente após a II Grande Guerra, o esquema weberiano é renovado a partir dos estudos de E. Hoover e, posteriormente, recebe um tratamento ampliado na tentativa de formulação de uma teoria geral por W. Isard. Este autor, partindo dos esquemas concebidos por von Thünen, Weber e Lösch, define as «equações do equilíbrio espacial, integrando as teorias das localizações e das regiões»⁶.

Não obstante o refinamento a que chegam estas formulações, os esforços de integração ao corpo da teoria

4. PONSARD, C., *Histoire des Théories Économiques Spatiales*. Paris, A Colin, 1957. Apud MANZAGOL, C. *Lógica do Espaço Industrial*. São Paulo, Difusão Editorial S.A., 1985. p. 25.

5. MANZAGOL, C., op. cit. p. 31.

6. Idem, *ibidem*, p. 34-35.

marginalista é dificultada dadas as finalidades que à esta são consignadas. A teoria marginalista «se atribui por finalidade mostrar que, com base em seu cálculo privado, os agentes tendem espontaneamente a tomar decisões que concorrem para o equilíbrio e para o ótimo econômico». A problemática weberiana, no entanto, pode ser compreendida muito mais como uma técnica de decisão para a firma individual (método do triângulo de Weber). Neste sentido, surgem dificuldades insuperáveis quando se trata de «fornecer para o espaço o equivalente dos teoremas de equilíbrio global de Walras»⁷. Partindo das tensões entre as noções de equilíbrio parcial e equilíbrio geral, Von Böventer elabora uma crítica radical da teoria espacial de corte weberiano:

«As novas unidades de produção a serem instaladas e sua demanda de mão-de-obra, de terreno, de capital, são bastante pequenas em comparação com as unidades existentes e o número de seus empregados para justificar uma análise parcial; há, pois, boas razões para supor que os dados existentes não sejam sensivelmente influenciados e permanecerão verdadeiramente 'dados'. Quando se consideram as economias externas no interior de um ramo e as 'vantagens das aglomerações urbanas' (*urbanization economies*), supõe-se, inversamente, que estas instalações sejam importantes em

7. LIPIETZ, A., *O Capital e seu Espaço*. São Paulo, Nobel, 1988. p. 121.

relação às unidades industriais existentes, a ponto de se poder negligenciar as segundas quando se efetua a escolha definitiva do lugar comum das novas instalações, isto é, a situação da cidade nova»⁸.

Posteriormente, vamos encontrar em Koopmans e Beckmann uma crítica mais centrada no corpo da própria teoria marginalista, dado que assumem como fundamento o núcleo da teoria do bem-estar, «demonstrando a inexistência de sistema de preços e de rendas garantindo a estabilidade da escolha de n localizações por n estabelecimentos co-permutantes». Em sentido mais geral, e também centrada na teoria do bem-estar nucleada pelos teoremas do equilíbrio geral, Böventer conclui pela existência de desvios em relação ao «ótimo paretiano» como resultado das considerações do espaço⁹.

No entanto, desenvolvendo-se em paralelo e numa perspectiva crítica, outro segmento de pensamento, constrói uma alternativa teórica, notadamente a partir das décadas de setenta e oitenta. As teorias fundadas nos postulados da economia marginalista neoliberal são questionadas em sua capacidade de esclarecer os «processos de origem do espaço industrial; elas não têm outro horizonte senão "os cálculos

⁸. VON BÖVENTER, *Théorie de l'Équilibre en Économie Spatiale*. Paris, Gauthier-Villars, 1962. p. 15. Apud. LIPIETZ, *Al. op. cit.* p. 121-122.

⁹. Dado que a interferência do espaço rompe com a tendência ao equilíbrio, Von Böventer, conclui pela necessidade do planejamento público. Para Lipietz «a teoria marginalista, fundamento ideológico da doutrina liberal, desemboca na necessidade do dirigismo a partir do momento em que considera a dimensão espacial da atividade econômica». (*op. cit.*, p. 122-123).

contábeis dos chefes de empresa (Castells). Constituem teorias inadaptadas e parciais, apesar da crescente incorporação de fatores sociais»¹⁰. A partir delas, o comportamento geográfico das indústrias, que se delinea através dos coeficientes de localização, medidas estatísticas derivadas dos esforços de quantificação do fato industrial, levam à "descoberta" dos fatores que explicam a «extraordinária complexidade das tramas industriais»¹¹.

Em verdade, a explicação de extração neoclássica se reduz a uma tautologia quando se verifica que os denominados "fatores" são resultados do próprio desenvolvimento da industrialização. Segundo Manzagol, desde a escola de Saint-Simon, que enfatiza o papel das estradas de ferro e Ure, em sua *Philosophy of manufactures*, até os economistas anglo-saxões, no final do século, «determinam a importância dos fatores, que eles enumeram detalhadamente. Assim, Ross privilegia o papel dos transportes, mas distingue também a influência das matérias-primas, do mercado, do capital e também de fatores físicos como o clima».¹² O que significa, também, que os movimentos da economia, segundo a visão marginalista, continuam submetidos aos domínios da "natureza externa". Laboram, portanto, no esquecimento das transformações decorrentes do avanço da produção científica

¹⁰ MANZAGOL, C., op. cit. p. 149.

¹¹ Idem, ibidem, p. 21.

¹² Idem, ibidem, p. 21.

que submete, progressivamente, a produção em geral a sucessivos processos de trabalho, liberando-a da dependência das suas referências naturais.

É no seio da própria Geografia, no entanto, que avançam propostas de construção de um novo conceito de região procurando apreender ao longo da história, as diferenças e contradições resultantes da ação prática dos homens, em determinado espaço. Os esforços visando a compreensão das expressões espaciais da realidade social dentro de uma perspectiva que entenda o desenvolvimento histórico em sua complexidade e contraditoriedade, constituem a alternativa posta pela crítica à economia neoclássica. A partir da tradição marxista, que tenta sintetizar o movimento do capital e o processo de mudança social, segundo sua determinação simultânea pela luta de classes na produção, no consumo, no poder e nos valores culturais, surge uma redefinição de "região" como «categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social ampla, com a qual se articula»¹³.

¹³. AMADO, Janaina, História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. in SILVA, Marcos A. da, (coord.) República em Migalhas - História Regional e Local. São Paulo, Editora Marco Zero/Programa Nacional do Centenário da República e bi-Centenário da Inconfidência Mineira - MCT/CNPq, 1990. p. 8.

Conquanto tenha a questão do espaço como sua caracterização mais genérica e, portanto, segmento necessário na formulação da problemática regional, não constitui preocupação deste estudo avançar em sua discussão. Cumpre, no entanto, chamar a atenção para a obra de Milton Santos¹⁴ por ser uma das mais significativas contribuições para o desvelamento da questão do espaço no campo das Ciências Sociais, no Brasil. A sua formulação sobre o espaço inscreve-se ao lado de outras contribuições, tais como a de Alain Lipietz, que tendo em comum a matriz do materialismo histórico, como assinala Godoy, «recuperou, para a análise espacial, a centralidade do trabalho humano como organização da superfície terrestre, refutando a naturalização das concepções anteriores e, portanto, contestando a sua postura a-histórica, ou melhor anti-histórica»¹⁵.

A determinação do campo próprio para o tratamento compreensivo da região, notadamente entre os autores que tematizam a efetivação do capitalismo no Brasil, não se realiza sem dificuldades. As de caráter mais abrangente,

14. Embora nos atendo a uma referência à Milton Santos, no Brasil, há um significativo número de autores responsáveis por profunda revisão dos estudos espaciais, entre os quais: Becker, Berta K (Fronteira Amazônica, Editora UnB/Editora UFRJ, 1990.); Silveira, Rosa Maria Godoy, (Região e História: Questão de Método. op. cit.); Moraes, Antonio Carlos R. & Costa, Wanderley M. da (A Valorização do Espaço, São Paulo, HUCITEC, 1987).

15. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, Região e História: Questão de Método. in SILVA, M. A. da, op. cit., p. 34.

estariam associadas, segundo Janaína Amado¹⁶, às relações entre as noções de totalidade e de região.

Francisco de Oliveira, que empresta ampla contribuição sobre o assunto, podendo inclusive ser considerado, segundo Rosa Maria Godoy Silveira, como grande inspirador da vertente crítica, delimita a validade do conceito de região no sistema capitalista, «enfatizando a instância política sem, no entanto, aprofundar seu entendimento da base territorial»¹⁷. Para Oliveira, uma região «...seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialecticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição»¹⁸. Para este autor, no entanto, prevalece historicamente a tendência à homogenização e à igualação dos espaços penetrados pela ação do capital monopolista.

Wilson Cano, notadamente em *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*, assume uma perspectiva que converge para conclusão semelhante a adotada por Oliveira quanto a tendência à homogenização espacial. Para este autor o desenvolvimento da industrialização teria

16. op. cit., p. 7.

17. SILVEIRA, R. M. G., op. cit., p. 34.

18. OLIVEIRA, Francisco de, *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de Classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

promovido a integração do mercado nacional que, apesar de permitir a compreensão de uma «perspectiva regional», eliminava, no entanto, a possibilidade da existência de complexos regionais com os quais laborara em estudos anteriores¹⁹. «Com a maior intensidade que essa integração atingiu - nas últimas décadas - os diferentes espaços regionais, passaram a sofrer a ação de dois movimentos: o antigo, decorrente da manutenção de uma estrutura primário-exportadora; o novo, decorrente da ação comandada pelo centro dominante nacional, via dominação dos mercados e do processo de acumulação de capital»²⁰. Agindo em conjunto, esses dois movimentos retiraram das estruturas regionais qualquer possibilidade de estabilidade, impedindo fixá-las como individualidades "permanentemente" caracterizadoras de complexos regionais.

Sob a denominada questão dos mercados, situam-se dois momentos diferenciados e determinantes para a efetivação do capitalismo. Segundo Marx, «a riqueza abstrata, valor, dinheiro e, em conseqüência, o *trabalho abstrato*, se desenvolve para se converter numa totalidade de diferentes tipos de trabalho que engloba o mercado mundial. A produção capitalista se baseia no valor ou no desenvolvimento do trabalho contido no produto como [trabalho] social. Porém

¹⁹ Ver, por exemplo, *Raízes...passim*.

²⁰ CANO, Wilson, *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930 - 1970)*. São Paulo, Global/Editora da Unicamp, 1985. p.16.

isto somente [é possível] com base no comércio exterior e no mercado mundial. Isto é, por conseguinte, tanto premissa quanto resultado da produção capitalista»²¹. O primeiro diz respeito à generalização das trocas que se põe como necessidade nuclear na constituição do capital. A partir do aprofundamento da especialização do trabalho competirá à troca realizar o enlace dos diferentes trabalhos concretos efetivados em pontos dispersos no espaço. Esta mobilidade, realizando a integração espacial, é elemento essencial na constituição do valor como forma social do trabalho abstrato.

Este, no entanto, é um ambiente típico de transição para o capitalismo e, a ele, é que se refere, por exemplo, a obra clássica de Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*²². Nela o autor procura estabelecer as condições sob as quais se processa a diferenciação do trabalho no espaço russo a partir da desarticulação das antigas organizações produtivas e sua rearticulação sob a lógica do movimento da acumulação capitalista. Uma vez estabelecidas as bases da reprodução do capital, ou seja, fundadas as condições da integração espacial pela troca, instauram-se também as possibilidades do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Ou seja, se a troca se efetiva entre sistemas

21. MARX, K. *Teorías sobre la plusvalía*, III, p. 226.

22. LÊNIN, V.I., *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Moscou, Editorial Progreso, 1979.

diferentes de produção de valores, poderá ocorrer perdas de trabalho para alguma das áreas de produção.

Com o advento do capitalismo, as trocas e a sua possibilidade de reprodução ou de existência ao longo do tempo pressupõem a transformação da própria base produtiva. O que evidentemente não exclui a possibilidade de que haja trocas entre bases de produção de valores distintas ou um intercâmbio desigual entre diferentes sistemas de comércio. David Harvey²³, por exemplo, encontra em Marx momentos de reflexão sobre a possibilidade das trocas entre bases produtivas diferenciadas²³, no plano das trocas internacionais: «A Lei do valor sofre, neste caso, modificações essenciais. O comportamento das jornadas de trabalho entre países diferentes pode se equivaler às relações entre o trabalho complexo, qualificado, e o trabalho não qualificado, simples, no interior de um dado país. Neste caso, o país rico explorará o país pobre. (Teorias sobre la plusvalía, III, p. 91)». O trecho citado inequivocamente pressupõe a vigência do modo de produção capitalista, e a possibilidade que se desenha é a da perda de trabalho por setores cujo produto seja obtido a partir de processos de trabalho tecnicamente pouco desenvolvidos.

²³. Neste ponto, discordamos de Harvey que pretende que Marx se refira à "sistemas de valor" distintos, o que equivaleria a troca entre modos de produção diferentes. Na verdade, Marx investiga às trocas e a possibilidade do desenvolvimento desigual e combinado sob condições capitalista de produção. HARVEY, David, Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. México, Fondo de cultura Económica, 1990.

Assim, na troca haveria perda de trabalho, *vis à vis*, em setores tecnicamente avançados.

Há, portanto, em Marx, referência que remete para além da troca, ou da generalização desta como veículo da integração espacial. Na perspectiva marxiana, a troca se constitui, em uma determinação fundamental na medida em que do seu desenvolvimento serão postas as relações constitutivas do "equivalente universal", base monetária da trocas. Referindo-se aos momentos constitutivos das relações de troca e das condições de integração espacial, David Harvey, tendo em Marx sua principal referência, chama a atenção para o fato de que, na estruturação das bases capitalistas, as «barreiras físicas ao movimento de mercadorias e do dinheiro através do espaço têm de ser reduzidas ao mínimo. Contudo, as condições *suficientes* para a integração espacial incluem aquelas dadas pela mobilidade geográfica do capital e da força de trabalho. 'No *capital*', depois de tudo, 'a *substantivação do valor se manifesta em potência superior à do dinheiro*' (*Teorias sobre a plusvalia*, III, p. 116), enquanto que 'a *tendência para criar um mercado mundial acha-se, portanto, diretamente implícita no próprio conceito de capital*' (*Grundrisse*, I, p. 276). O movimento geográfico do dinheiro e das mercadorias *como capital* não é o mesmo que o movimento dos produtos e dos metais preciosos. Depois de tudo, o capital é dinheiro

usado de certa forma, e não é de nenhuma maneira idêntico a todos os usos do dinheiro»²⁴.

Evidencia-se que a tendência à universalidade que se inscreve como momento do próprio sistema capitalista de produção, implica mobilidade do capital, tendo as trocas como pressuposto. Assim como os momentos da base produtiva estarão definidos a partir do movimento do capital, das suas relações concorrenciais, ou relações do capital consigo mesmo. É oportuno lembrar a ressalva realizada por Harvey de que não se trata de assumir a perspectiva burguesa de mobilidade dos "fatores de produção", coisas em movimento, independentes umas das outras. «O conceito marxista é algo necessariamente mais complexo. O capital se movimenta como mercadorias, como dinheiro, ou como um processo de trabalho que emprega capital constante e variável com diferentes tempos de rotação (...) Marx descreveu a circulação de capital como $D - M \left(\frac{FT}{MP} \right) \dots P \dots M' - D'$ (etecétera)»²⁵.

O capital em operação passará a ter sua mobilidade condicionada pelos estados que assume ao longo do processo produtivo. No entanto, são as determinações postas pelas condições e possibilidades de acumulação que se antecipam ao pôr em marcha do processo produtivo. E aquelas têm como solo resolutivo a luta concorrencial.

²⁴. Idem, *ibidem*, p. 378.

²⁵. Idem, *ibidem*, p. 379.

A partir desse ponto, podemos verificar, que a convergência que se observa entre as conclusões de Oliveira e de Cano decorre do fato de ambos centrarem o núcleo de suas atenções na noção de integração como resultado da acumulação capitalista. Enquanto Oliveria desenvolve suas análises sobre os personagens históricos, desde uma perspectiva gramsciana, que lhe permite laborar com a noção de bloco regional, Cano tem como preocupação central a ação desestabilizadora que a estruturação dos pólos dinâmicos terá sobre as condições produtivas regionais. A liquidação da economia de base agrária implicou deslocamento do eixo dinâmico da economia, afirmando o padrão de acumulação de capital definido a partir dos setores industriais²⁶. A questão do mercado nacional resultará em um processo de formação de mercado para a indústria.

Ao se tomar a questão da formação das configurações espaciais desde o ponto de vista da mobilidade do capital, põe-se como exigência ter em conta o encaminhamento da luta concorrencial. É nesta perspectiva que as contribuições de autores tais como Maria da Conceição Tavares e Milton Santos ganham relêvo no desvelamento da questão regional no Brasil. No caso, é possível reconhecer na contribuição destes autores um núcleo comum: ambos laboram com o processo de difusão da variável tecnologia. Santos assumindo a

²⁶ CANO, W., *Desequilíbrios Regionais ...* p. 73.

estruturação espacial como elemento imanente ao desenvolvimento da organização social, procura encontrar no processo de difusão tecnológica o elemento diferenciador de espaços e na ação do Estado-Nação como intermediário desse processo.

Maria da Conceição Tavares não propõe a estruturação espacial como preocupação de suas análises sobre a efetivação do capitalismo no Brasil. Encontra, no entanto, no processo de difusão e incorporação do progresso técnico, os elementos caracterizadores do "desenvolvimento brasileiro". E, assim como em Cano, reconhece haver efetiva formação de «um mercado nacional unificado para a maioria dos produtos comerciais e uma maior *mobilidade espacial da mão-de-obra* (grifo - MJL)»²⁷. Neste sentido, deve-se reconhecer que a autora desenvolve os elementos compreensivos de uma noção de integração espacial: a mobilidade da força de trabalho enquanto mercadoria, portanto, parte integrante do capital, é sinalizadora dessa integração. No entanto, a partir daí, há elementos que laboram para efetivar as bases do desenvolvimento capitalista desigual e combinado: a difusão e a incorporação do progresso técnico submete-se às restrições imanentes ao movimento do próprio capital.

27. TAVARES, Maria da Conceição, *Além da Estagnação*. in: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 6ª edição, 1977. p. 189.

A tendência à heterogeneidade estrutural, sob condições de funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido, seria resultante, entre outros fatores, da operação de mecanismos que «permitem manter uma maior taxa de rentabilidade relativa para os setores modernos em expansão, precisamente à medida que se mantenha polarizada a circulação do excedente, ou seja, que se restrinja a difusão do progresso técnico e de seus frutos»²⁸. De outro lado, operam circunstâncias que favorecem o fortalecimento da demanda para o produto das empresas associadas aos setores dinâmicos, garantindo a expansão continuada das mesmas. Reforçando esta situação, desenvolve-se a ação do Estado, criando, através de investimentos públicos, faixas de economias externas às atividades modernas, além da política econômica ter objetivos nitidamente voltados para garantir os níveis de rentabilidade industrial.

A sustentação do mercado nos extratos superiores de renda, no entanto, estabelece restrições para a expansão continuada do "processo de modernização". De um lado, há limites muito próximos para a expansão da demanda por produtos de alimentação e, de outro, a tendência a uma progressiva «poupança de insumos poucos elaborados ou à substituição destes últimos por produtos industrializados - matérias-primas sintéticas, por exemplo - que correspondem

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 185-186.

ao surgimento de novas atividades modernas. Daí diminuir no conjunto das atividades tradicionais o peso daquelas que mantêm relações interindustriais com o pólo moderno»²⁹. A manutenção de subsetores submetidos a baixos níveis de rentabilidade permite que as empresas localizadas nos setores mais avançados recebam uma «renda diferencial em cada etapa de expansão, além de proteger sua taxa de lucro em período de crise»³⁰.

A identificação de setores produtivos em desnível tecnológico não constitui motivo para uma capitulação diante de antigas teses dualistas. Maria da Conceição Tavares nega existência para qualquer conclusão afirmativa de «algum tipo de desintegração entre estratos produtivos modernos e primitivos»³¹. Apesar das configurações produtivas se submeterem à mudanças, estratos modernos e primitivos não devem ser entendidos como "coisas separadas". O aprofundamento da heterogeneidade pode implicar permanente «alteração de posições das diferentes atividades que acompanham o processo de expansão e modernização cíclicas»³².

A perspectiva da teoria do desenvolvimento capitalista desigual e combinado como proposto por Lênin, até as

²⁹. Idem, *ibidem*, p. 187.

³⁰. Idem, *ibidem*, p. 189.

³¹. Idem, *ibidem*, p. 189.

³². Idem, *ibidem*, p. 190.

formulações propostas por Maria da Conceição Tavares³³, permite apreender uma noção de região que emerge da dinâmica da acumulação capitalista. Introduzir as formulações de Maria da Conceição Tavares no contexto informado pela questão regional, não deve ser compreendido, portanto, como um exercício de analogia. O acantonamento espacial de atividades produtivas, expressão espacial do desenvolvimento desigual, é resultado de tendências contrárias a homogeneização e explica-se no movimento de valorização do capital, ou seja, é um resultado da operação da lei do valor.

Assim, o conceito de região não pode ser negado diante do potencial de transformação posto pelo movimento da acumulação capitalista. Ao contrário, a questão regional, quando posta desde uma perspectiva dinâmica, exige o rompimento com a imediaticidade, que a toma como um dado, e remete o esforço teórico para a busca das mediações que a posicionam historicamente. Isto corresponde reconhecer tanto a possibilidade da manutenção de configurações espaciais por amplos horizontes temporais (períodos de estagnação), quanto a de intensa transformação do espaço regional. Ao ter em consideração a dinamicidade que é própria da sociedade,

³³ Nesta autora, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista está expresso nos movimentos de incorporação e expulsão aos quais é submetida a força de trabalho que passam a ser «duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização». (op. cit., p. 192)

Milton Santos conclui que a "as estruturas espaciais são, ao mesmo tempo, um estado - o que é provisório - e são o objeto de um movimento que modifica seu conteúdo - o que é permanente"³⁴. Neste sentido, também é que entendemos, por exemplo, a tentativa de conceituação proposta por Ana Maria Godoy da Silveira torna-se representativa: «...uma "região" só será plenamente caracterizada se for analisada no seu complexo de imbricações e relações: na relação com a formação social, de que é um "corte" espacial delimitado histórica, portanto dinamicamente, o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante; na relação com os demais cortes espaciais, cujas "fronteiras" estão em contínuo reajustamento, o aspecto básico é a forma específica de reprodução do capital, portanto, a diferenciação e articulação entre os cortes; e, finalmente, no âmbito interno à própria região, o aspecto básico é o nível de suas forças produtivas e suas relações de produção»³⁵.

* * *

³⁴ (in Terra Livre, nº 5, Associação dos Geógrafos Brasileiros/Editora Marco Zero).

³⁵ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, Região e História: Questão de Método. in: República em Migalhas - História Regional e Local, São Paulo, Marco Zero, 1990. p. 35.

Os pontos expostos determinam os rumos para o andamento do presente estudo sobre um dado espaço regional - sobre uma particular região situada na parte meridional da Amazônia brasileira: a Região Acreana. Espaço regional criado a partir das necessidades postas pelos avanços da industrialização nos países centrais, o atual Estado do Acre, depois de mais de um século de ocupação, tem na economia do extrativismo elemento representativo da base econômica da sua reprodução social. Submetida à longa crise que abalou os alicerces da produção fundada nos seringais nativos da Amazônia, a região acreana ressurgiu como produtora gumífera associada ao desenvolvimento industrial brasileiro, desde os anos vinte, deste século, acompanhando todas as mudanças operadas no processo de industrialização.

O estudo, embora elabore referências a momentos anteriores, procura dar conta do horizonte temporal que vai do último quartel do século passado, até os anos iniciais da década de 1960. Ao longo do período estudado, por um lado, predominam as relações decorrentes da consolidação da produção industrial como núcleo do desenvolvimento capitalista em sua feição monopolista. Por outro lado, é o horizonte temporal, no qual se desenrola o processo de industrialização brasileira até a formação do núcleo de indústrias pesadas. O limite inferior deste intervalo temporal está associado ao movimento de ocupação regional,

enquanto que exatamente em 1962 efetivam-se medidas que concorrem para reelaborar as relações determinantes do espaço regional em questão. Trata-se, portanto, de explicitar as complexas relações entre a economia do extrativismo e a industrialização como determinações do espaço regional em questão.

No capítulo inicial procuramos demonstrar as determinações que fazem da gênese da economia do extrativismo resultar de uma ruptura que se estabelece no seio de velhas formas de uma economia fundada na mera coleta e que, no universo amazônico, dão sustentação à base econômica de extração colonial. Por outro lado, ficam assentados os elementos que permitem compreender, desde o início, a atividade extrativa como um subsetor produtivo, formado sob o império das indústrias dos países centrais. Organizado em dois segmentos, este capítulo trata inicialmente das determinações mais gerais da economia do extrativismo como um resultado do desenvolvimento da produção industrial em bases científicas. O segundo item, trata das determinações internas e os momentos de ruptura que promovem a formação da "nova base produtiva" regional, fundada na economia da borracha.

O segundo capítulo divide-se em três segmentos: o primeiro, no qual se desenvolve um exame da formação da base territorial; no segundo, discute-se os elementos

constitutivos da economia do extrativismo tendo por base a reformulação da noção de seringal e a caracterização do processo de trabalho; enquanto que no terceiro tratamos de aspectos da formação da força de trabalho a partir da mobilização de força de trabalho produzida pelas condições sociais prevalecentes no nordeste brasileiro.

O terceiro capítulo é formado por dois itens e tem por objetivo realizar uma discussão do conceito de aviamento. No primeiro item é realizada uma caracterização da propriedade da terra, que, sob o seringalismo, assume a forma de grandes latifúndios. Enquanto que no segundo item, está desenvolvida uma discussão que procura apreender as relações entre o sistema de aviamento e as condições de reprodução da força de trabalho nos seringais.

O capítulo quatro, dividido em dois tópicos, examina o processo de integração da economia do extrativismo como um subsetor da produção industrial no país, após o seu descolamento das necessidades industriais dos países centrais. No item um, que trata das relações entre a economia do extrativismo e o processo de industrialização brasileiro, procuramos demonstrar que não se formam relações de "desintegração" como resultado do avanço dos setores dinâmicos da economia, detentores de elevados níveis de modernização. Ao contrário, se promove a reinvenção da produção gumífera como resultado do "esquema de acumulação

polarizada", que dá sustentação ao andamento do processo de modernização industrial. No item dois tratamos de examinar as condições do ajustamento interno promovido pela economia do extrativo que permite a sua colagem ao processo de industrialização.

CAPÍTULO 1

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA EXPANSÃO GUMÍFERA

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NOS PAÍSES CENTRAIS

No período que vai do século XII à primeira metade do século XIX, grande parte do mundo transformou-se, a partir de uma base européia, ou de forma mais precisa, de uma base franco-britânica.

Nesse segmento temporal, foi gestada e efetivou-se a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, primeiramente na Inglaterra e depois em outros países. Para Hobsbawn, este processo representou uma revolução econômica, em que «... pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e, até o presente, ilimitada, de homens, mercadorias e serviços ...»³⁶.

São transformações que significaram «... não o triunfo da 'indústria' como tal, mas da indústria capitalista; não

³⁶ HOBBSAWN, Eric J., A Era das Revoluções - 1789-1848. São Paulo, Paz e Terra, 1988. p. 44.

da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade 'burguesa' liberal; não da 'economia moderna' ou do 'Estado Moderno' mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França»³⁷.

Enquanto que no segundo quartel do século XVIII a configuração geral da França foi profundamente marcada pela Revolução Francesa, o grande acontecimento político do período. A Revolução Francesa é «'a' revolução do seu tempo, e não apenas, uma, embora a mais proeminente do seu tipo»³⁸.

A laicização do conhecimento, movimento que é visto com muita nitidez já no século XVII, perfaz o circuito que corre no sentido do desenvolvimento das forças produtivas sob o regime de produção capitalista e, ao mesmo tempo, se posiciona ao lado das transformações revolucionárias que promovem a derrocada do mundo feudal. Com Bacon reformula-se o conceito de natureza dando-a como algo explicitamente exterior à sociedade humana e, daí, um objeto a ser dominado e manipulado. O andamento do fazer científico, por conseguinte, orientando-se no sentido da construção de meios para a tarefa de dominar a natureza, passa a contar com uma

³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 17.

³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 73.

expressão ideológica de sustentação. É, ainda, um momento onde o trabalho se relaciona desde uma posição muito próxima ao seu objeto, e as relações entre a indústria e o método científico são expressas de forma muito nítida.

Quase um século mais tarde, as relações entre a ciência e a "prática mecânica", ao invés da dedução, são reafirmadas com Newton e a sua proposição de prevalência da análise, como procedimento para obtenção do conhecimento. Assim, a experiência, a observação e o pensamento deveriam buscar a ordem das coisas nos próprios fatos e não mais nos conceitos.

Ao iniciar o século XVIII, o mundo da produção transita de uma base dominada pelos ofícios artesanais e uma indústria ainda restrita aos limites familiares para se afirmar enquanto uma situação onde se impõe a atividade mecanizada, concentrada nos espaços restritos das fábricas e das oficinas.

No âmbito da química, as descobertas do século XVIII formam o núcleo metodológico que se projeta para o século XIX onde, segundo Hobsbawn³⁹, «viria a ser uma das mais vigorosas de todas as ciências». A superação dos processos naturais, abrindo caminho para a diversificação produtiva, se inscreve em momentos tais como a descoberta de Woehler, em 1828, de «que um composto até então só encontrado em

³⁹. *Idem*, *Ibidem*, p. 306.

coisas vivas - a uréia - podia ser sintetizado no laboratório...».

Não constitui o aspecto nuclear deste tópico centrar-se em uma explicitação plena do tema dos novos materiais, o que corresponderia a seguir cada ramo industrial em suas especificidades. É suficiente para nossos objetivos estabelecer a centralidade que as relações entre ciência e o fazer técnico assumem no contexto das transformações essenciais para a reafirmação do capitalismo enquanto resultado histórico⁴⁰.

As transformações no fazer prático e o desenvolvimento do campo da ciência de forma combinada tem correspondência nas formas que operam o campo da economia, estabelecendo um ambiente próprio para a acumulação de capital⁴¹. A empresa transita para sua forma capitalista, passando da exclusividade do modo de subsunção formal do trabalho ao capital e de extração de mais-valia absoluta para o quadro

⁴⁰ Marx atribui uma grande importância à forma pela qual o capitalismo unificou "as ciências naturais com o processo de produção" e como o princípio de "analisar o processo de produção nas fases que o constituem e de resolver os problemas assim propostos pela aplicação da mecânica, da química e toda a gama das ciências naturais, se converte no princípio determinante em todas as partes" (El Capital, II, pp. 387-418). Inclusive comenta como os próprios inventos se convertem em um negócio e a produção de novos entendimentos científicos chega a integrar necessariamente a dinâmica do capitalismo (Grundrisse, II, p. 114). Nesta perspectiva, a obra de J. D. Bernal (1969) é um clássico em plena vigência.

⁴¹ Certamente sem a *intentio recta*, como na formulação de Lukács, não seria possível o desenvolvimento da ciência - todavia, alcançaríamos resultados os mais absurdos se daqui tentarmos deduzir diretamente toda a ciência moderna a partir das necessidades postas pela troca orgânica homem/natureza ou, pior ainda, se tentarmos explicar o desenvolvimento da ciência moderna apenas pelo desenvolvimento da capacidade humana de transformar a natureza. (A este respeito ver LESSA, S. Sociabilidade e Individuação - categoria da reprodução na ontologia de G. Lukács. Belo Horizonte, UFMG, 1990. Dissertação de Mestrado, mimeo.)

específico das relações onde predomina a subordinação real ou espaço específico de funcionamento do capital. A centralização e a concentração de capital, operadas ao longo do período, encontram no desenvolvimento da maquinaria um momento indispensável à superação das reduzidas dimensões das empresas operadas em um contexto predominantemente familiar. Isto ao tempo em que os desdobramentos na produção ampliam o mundo das mercadorias, tanto como decorrência do aumento da capacidade, o que implica expansão no uso produtivo de materiais antigos, quanto através da abertura de possibilidades produtivas que decorrem da introdução de novos métodos e processos técnicos e matérias permitidos pelas descobertas da ciência e pelo avanço da base tecnológica daí decorrente.

Construído sobre a herança deixada pelo mundo feudal, o capitalismo, que supera a estreita base técnica da fabricação introduzindo maquinaria e organizando o sistema de fábrica, já no século XIX, sinaliza sobre a existência de limitações ao seu caráter expansivo. A dinâmica centrada no desenvolvimento de técnicas fundadas no conhecimento empírico, já a partir da primeira metade do século, dá sinais de esgotamento, traduzidos em sucessivas crises que expressam os limites do padrão de acumulação vigente. Para

Landes⁴², «o esgotamento das possibilidades tecnológicas da Revolução Industrial coincidiu com as mudanças na estrutura e no tamanho do mercado, que agravaram o efeito amortecedor da diminuição no investimento autônomo».

A partir de então, as transformações postas em andamento, no entanto, não correspondem àquelas propostas pela Revolução Industrial, quando a introdução de máquinas substituía de forma exclusiva o trabalho. Momentos que consubstanciam as condições sob as quais as estruturas capitalistas realizam a homogeneização da estrutura técnica adequando-a a si próprias enquanto potência social.

As decisões de investimento voltam-se agora, também, e de forma marcante, para a substituição de máquinas obsoletas, e daí decorrendo uma forma transformada de incorporação da força de trabalho, agora atuando na mediação entre o *capital fixo* e o objeto de trabalho⁴³. A potencialização do trabalho, aberta pela maquinaria, e reforçada com as descobertas dos mecanismos motor e transmissor, não age exclusivamente no sentido de uma ampliação do consumo de um restrito conjunto de matérias-

42. LANDES, David S., *Progreso Tecnológico y Revolución Industrial*. Madrid, Tecnos, 1979. p. 258.

43. "La máquina en ningún aspecto aparece como medio de trabajo del obrero individual. Su *differentia específica* en modo alguno es, como en el caso del medio de trabajo, la de transmitir al objeto la actividad del obrero, sino que más bien esta actividad se halla puesta de tal manera que no hace más que transmitir a la materia prima el trabajo o acción de la máquina, [a la] que vigila y preserva de averías." Marx, K, *El Capital*, Libro primero. Capítulo VI (Inédito). Ed. Siglo XXI, México, 1975.

primas e do volume produzido. Associada aos desenvolvimentos da química, o avanço da maquinaria implica no desdobramento da produção industrial em novos produtos e na possibilidade constantemente ampliada de uso de novos materiais. Em sentido amplo, são momentos onde as inovações combinam a introdução de novos produtos com a adoção de novos processos produtivos, impondo efeitos profundos sobre o crescimento econômico e as condições da produção, através da expansão da produtividade do trabalho.

O conjunto das transformações relevantes nesta fase, onde os principais progressos técnicos foram essencialmente científicos, constituem, em verdade, um movimento de amplas conseqüências. Por um lado, afirma-se a predominância da produção industrial sobre as demais formas produtivas e, por outro, eleva-se a base técnica dessa produção à condição de elemento essencial e expressão material do processo de valorização do capital. A noção de "padrão industrial", por conseguinte, ao dar conta desse movimento, assume interesse substancial na apreensão desse momento histórico. Seguindo a proposta analítica de Teixeira⁴⁴, três aspectos estariam em questão quando se trata de identificar os padrões de industrialização: em primeiro lugar, deveriam ser objeto de atenção «a estrutura e a dinâmica» que, em suas

⁴⁴ TEIXEIRA, A., "O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra". Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Economia Industrial, 1983.

determinações centrais referem-se «às relações e encadeamentos intra-industriais e interindustriais»; em segundo lugar, recorrendo à noção dos aspectos externos à indústria em si, como proposto por Rosa Luxemburg, «as condições de organização social e econômica sobre as quais nasceu e se desenvolveu a indústria». Quanto a este ponto, destacam-se as relações institucionais, entre as quais tem caráter fundamental o Estado; em terceiro lugar, torna-se necessária a explicitação das condições históricas «de expansão da economia mundial, particularmente nos aspectos relacionados com a industrialização». Quanto a este complexo, a preocupação tem como foco principal o conjunto das determinações postas pelos desdobramentos das relações internacionais, «determinações globais maiores», sobre o conjunto das questões anteriores.

O contexto temático da questão proposta neste estudo é exemplarmente o entrelaçamento dos três campos propostos. Quanto ao primeiro aspecto anunciado, na medida em que ambos os conjuntos de transformações - tanto as intra-industriais, quanto as interindustriais - repercutem diretamente sobre a forma e a capacidade de uso dos materiais. A primeira perspectiva, ou seja, as questões propostas pelas transformações no interior de cada grande ramo, referem-se às «modificações na base técnica e na estrutura e organização dos mercados (por empresas ou produtos)». Sendo

que as primeiras (transformações na base técnica) funcionam como a principal alavanca para levar adiante a acumulação do capital por meio de aumentos permanentes no valor da produtividade da força de trabalho. E isto, ao tempo em que, promovendo a concentração de capital, realiza a ampliação da capacidade produtiva para cada indústria, reforçando as relações concorrenciais.

A introdução das invenções ou inovações na economia responde basicamente à motivação de lucro extraordinário que o inovador pode obter. No entanto, ela só é economicamente compensadora quando supera bastante as perdas sofridas pelo capital instalado que deve ser deslocado. Este deslocamento, para ser entendido em toda sua plenitude, remete para a cadeia de relações entre instâncias produtivas que caracterizam o ramo em exame. Não apenas o capital localizado na ponta industrial é substituído, mas que a sua substituição formula exigências substitutivas para além de si mesma, ou "efeitos para frente e/ou para trás", para adotar a terminologia consagrada pela ampla produção teórica sobre o desenvolvimento econômico. Assim, as possibilidades e o ritmo do uso de matérias-primas estarão definidos pela capacidade de transformação da base técnica de forma generalizada para atender dois conjuntos de exigências.

Em primeiro lugar, é necessário entender o avanço na capacidade de processamento em um sentido dinâmico, ou seja,

na perspectiva da própria acumulação de capital. Isto equivale a dizer que o ritmo produtivo dos setores das matérias primas refletirá as necessidades dos setores industriais responsáveis pelo consumo produtivo, ou seja, refletirá o ritmo e as possibilidades da acumulação de capital na indústria (*stricto sensu*).

Em segundo lugar, a avaliação econômica das possibilidades de um dado ramo produtivo terá em conta os limites físicos da produção. Estes, no entanto, não devem se pôr como fronteiras para o processo de valorização. Daí que serão, progressivamente, determinados pela ação deliberada da gestão empresarial.

O cálculo econômico explicita, necessariamente, os custos e as estruturas do mercado, não exclusivamente do mercado do produto, mas da cadeia de mercados que envolve a produção em consideração. O nível do custo poderá funcionar com uma barreira à entrada para novos competidores e, se elevado, mais fácil para a empresa, que tem a invenção, retardar sua introdução na economia. Assim, quanto mais monopolizada estiver a economia, tanto maior será a sua capacidade de controlar a introdução de inovações significativas, sobretudo daquelas ligadas a novos processos de produção. Em consequência, o esforço inovador oscilará entre a introdução de produtos e/ou processos, entre inovações secundárias e/ou primárias. O desenvolvimento de

novos produtos situa-se como um processo de envelhecimento dos produtos existentes e de derrubadas de barreiras mercadológicas, ou seja, posta-se como instrumento da luta concorrencial.

As condições determinantes dos custos produtivos devem e são, por conseguinte, constantemente revolucionadas a partir das necessidades do núcleo hegemônico do desenvolvimento capitalista mundial. A tendência à centralização e à concentração espacial da produção repercute de forma a generalizar as condições industriais da produção até os limites da produção de matérias-primas.

O segundo conjunto de exigências estará, portanto, ligado à formulação dos próprios limites dos custos na produção em todos os segmentos envolvidos na estrutura departamental. Neste movimento, processa-se a constante desvalorização de setores inteiros, impondo a perda do trabalho dispendido acima das necessidades médias de trabalho socialmente definidas. Ou seja, a determinação do trabalho necessário, no interior de um dado setor da produção social, não reflete a capacidade ou o nível de desenvolvimento das forças produtivas em sentido restrito. Amplos setores produtivos são tornados obsoletos desde uma avaliação global, que se define desde a perspectiva de um dado padrão de acumulação de capital. Em termos produtivos restritos, são mantidos em operação apenas os setores que

ofereçam além de retornos financeiros diretamente do seu desempenho ou em termos da sua importância na articulação com os demais setores da economia em seu conjunto.

No movimento amplo da dinâmica capitalista, setores da produção de matérias-primas são estruturados para, em seguida, serem completamente transformados ou simplesmente desmobilizados e substituídos por agregados materiais de origem científica, . Esta, a nosso juízo, é uma perspectiva possível de apreensão do âmbito da dinâmica capitalista na formulação do conceito de «padrão industrial», como proposto por Teixeira.

Nesse período, onde a expansão econômica já se processa nucleada pela "tecnologia científica" (segunda metade do século XIX), abrem-se os espaços para uma rápida expansão do uso de materiais de origem vegetal oriundos das regiões tropicais, como é o caso da borracha amazônica. Articulado a esse processo, que genericamente correspondente à ampliação do mundo das mercadorias, desenvolve-se o movimento paralelo de transformações que levarão à introdução do progresso técnico na produção das matérias-primas. A transformação da borracha de "droga do sertão" em matéria-prima industrial insere-se nas condições de expansão produtiva que se consubstancia na combinação de um conjunto de transformações tanto de ordem intra-industriais quanto de ordem interindustriais. A borracha, por um lado, passa a alimentar

uma produção voltada para mercados característicos de "colocação de produtos", o que corresponde à afirmação de ramos industriais que se beneficiam de momentos de expansão do poder aquisitivo e sobre os quais se fundamentam as novas formas de incorporação da força de trabalho⁴⁵. Por outro lado, trata-se de um material que se integra, também, ao uso em setores de produção de bens de capital, pólo que afirma as condições fundamentais da acumulação de capital.

O terceiro complexo de elementos necessários à caracterização do padrão industrial no período, como proposto por Teixeira, refere-se às determinações históricas que articulam o campo das relações de troca no campo internacional.

A recuperação da crise de 1873⁴⁶ encontra na reorganização das estruturas produtivas decorrentes dos processos de concentração e centralização elementos decisivos. A introdução de novos processos produtivos e a

45. Na perspectiva proposta pela **escola regulacionista**, os elos entre a produção e o consumo são fundamentais para a caracterização da acumulação capitalista. Michel Aglieta, em estudo sobre a acumulação capitalista nos Estados Unidos, explicita aspectos do desenvolvimento do consumo de massa e a sua correspondência com o enorme aumento da produção, como resultado do atrelamento dos aumentos salariais à produtividade. Assim, um dos pontos dinâmicos a impulsionar a fase de prosperidade da economia norte americana, é o rápido desenvolvimento do setor produtor de bens de consumo, entre os quais o produtor de automóveis que assume destacado papel. (AGLIETA, MICHEL, *Regulación y Crisis del Capitalismo*. Espanha, Siglo Veinteuno Editores, 1988. passim).

46. Assumimos um marco temporal mais efetivo em virtude do nosso objeto, a Amazônia Ocidental, ter sua ocupação, em função da demanda por borracha nativa iniciada a partir dos anos setenta do século passado. Por outro lado, os momentos da recuperação da crise de 1873 podem ser entendidos como desdobramentos do novo paradigma que dá sustentação ao progresso tecnológico experimentado ao longo da segunda metade do século XIX.

abertura de novos ramos de produção estarão posicionadas como elementos centrais desta nova fase de operação das estruturas produtivas capitalistas e da definição do novo patamar da acumulação, que se determina por uma contextualidade marcada por um campo do investimento potencializado.

A novas relações de comércio, redesenhadas por uma nova forma de inserção das economias nacionais nas relações internacionais, passam a estar dominadas por parcelas de capitais que articulam a formidável acumulação de capital bancário e as novas bases técnicas de produção. Não se trata mais de relações comerciais buscando o domínio sobre mercadorias exóticas ou sobre uma reduzida pauta de matérias-primas. O capital monopolizado expande o seu controle sobre a produção dos materiais que alimentam o processo produtivo, alterando processos e relações sociais de produção, em bases extraordinariamente ampliadas. Lênin⁴⁷ capta, em sua síntese dos traços fundamenais do imperialismo, o resultado da busca do domínio sobre as fontes naturais de matérias-primas que se resolve na reorganização espacial do mundo, estabelecendo a geografia específica do capitalismo monopolista.

47. LÊNIN, V. I., L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme (trad. francesa), in Oeuvres, vol 22. E. Sociales, Paris, 1960.

Dois aspectos se destacam no contexto marcado pelas novas dimensões das unidades operacionais capitalistas. Em primeiro lugar, a incorporação de novos materiais não se efetiva nos limites da mera apropriação da natureza. A produção penetrada pela ciência permite que a revolução técnica permanente da base produtiva atinja de forma intensa também a produção das matérias-primas de origem agrícola. As necessidades da acumulação exigem, lembrando Marx, «o aniquilamento do tempo e do espaço» e, neste movimento, se aprofunda e ganha novos contornos a geografia do capitalismo. Em segundo lugar, as novas formas capitalistas se explicitam em um universo de produção espacialmente ampliado. A segunda metade do século XIX assiste a emergência de novos países que passam a dividir os espaços mundiais que até então se dobravam à hegemonia britânica. Países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão experimentam um vigoroso processo de crescimento econômico que repercutirá decisivamente para estabelecer novas relações internacionais. De um lado, ocorre uma significativa ampliação dos mercados internos de cada um desses países em particular, bem como se fortalecem os termos de troca marcados pela produção industrial através da formação de uma área de comércio entre eles. Por outro lado, o consumo produtivo de materiais de origem vegetal produzidos em diversas partes do mundo é revigorado, ao

mesmo tempo em que funda relações de outra natureza, articuladas por termos de troca entre duas esferas da produção mundial definidas desde padrões diferenciados de incorporação da força de trabalho.

A partir de uma base técnica tipicamente capitalista, a definição de espaços revigora o investimento nos próprios países cêntricos, ampliando as já elevadas concentrações de capitais e de trabalho naqueles países, ao tempo em que problematiza o movimento de capitais no sentido de outros países, que como o Brasil, já haviam iniciado um processo de investimentos produtivos avançando mudanças substanciais no processo produtivo⁴⁸.

Se há uma redefinição das condições produtivas no centro, através do aprofundamento da estratégia de obtenção de mais-valia relativa, as relações internacionais passam a incorporar as determinações desse novo padrão de incorporação da força de trabalho. O campo próprio de produção de matérias-primas passa a experimentar determinações que remetem para o novo padrão de acumulação. As possibilidades e necessidades da cooperação não se submetem mais de forma absoluta às condições restritivas do

⁴⁸ O fluxo de capitais, na forma de empréstimo, que se estabelecera anteriormente a 1873, tende a retrair-se diante de dificuldades de pagamento apresentadas pelos países tomadores, entre os quais se encontram tanto «países antigos (Áustria) como países e mais tarde América do Sul. (...) Depois de uma parada inicial do investimento, o resultado foi incentivar um investimento maior no mercado nacional...»(DOBB, M. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1977. p. 373.

espaço e a divisão internacional do trabalho recriada é de outra natureza. As forças de trabalho passam a se pôr numa relação de complementariedade, quando a produção periférica passa a buscar um produto que servirá ao andamento do processo produtivo no centro.

Nesta perspectiva, se estabelece uma clivagem nas relações de comércio entre o centro e a periferia. Um fluxo de produtos de origem primária, mas destinado ao consumo direto, outro de matérias-primas, material sobre o qual incidirá no centro o esforço produtivo industrial. Sobre este recairá, com maior intensidade, toda a repercussão experimentada pela "dinâmica do capital fixo", enquanto expressão dos avanços e propriedades das relações entre o processo de desenvolvimento das ciências e da técnica.

Essa clivagem, por outro lado, estará no núcleo formado pelo conjunto de questões propostas pela constituição dos espaços regionais de produção, seja na perspectiva da formação dos blocos internacionais, seja desde de um ponto de vista de formação dos mercados internos aos Estados nacionais.

2. A MONTAGEM DA ECONOMIA EXTRATIVA E A RECONFIGURAÇÃO DA AMAZÔNIA

No último quartel do século XIX, a Amazônia já experimentara um extenso e complexo processo histórico de configuração das suas dimensões sociais e econômicas. As raízes coloniais da sua ocupação foram definidas já no século XVI e estiveram profundamente marcadas por transformações ocorridas no continente europeu, ao longo da liquidação das estruturas absolutistas e da fundação dos estados nacionais. É na vigência da aliança inglesa que Portugal garante o domínio sobre as terras amazônicas, deslocando interesses franceses, holandeses, entre outros, sobre o potencial econômico da região⁴⁹.

Os primeiros contatos do mundo europeu com terras amazônicas são marcados por interesses mercantilistas predominantes entre o período dos Descobrimentos e da Revolução Industrial. São incursões sem maiores repercussões sobre as condições de vida regionais, marcadas pelas

⁴⁹ A questão dos domínios coloniais das potências ibéricas, na qual se inscreve a gênese dos limites territoriais brasileiros, é desvelada por Fernando A. Novais, nos desdobramentos das alianças que posicionam Portugal nas relações internacionais da época moderna. «...preferia a Grã-Bretanha que Portugal retivesse a Amazônia impedindo assim que a ainda poderosa rival, a França, viesse expandir nesta área a sua colonização...(p. 41). Ou ainda, numa perspectiva mais ampla, «no Brasil (...) ampliava-se a área de dominação efetiva; já durante a união ibérica o movimento de devassamento continental ultrapassava de muito o meridiano fixado *de jure* em Tordesilhas. A expansão prosseguiu após a restauração de 1640 em todas as direções».(NOVAIS, F. A., Portugal e Brasil na Crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, Editora HUCITEC, 1985.)

necessidades de metais nobres que dinamizavam uma economia que tinha no comércio seu momento predominante e que, orientadas pelas descobertas espanholas, buscavam caminhos alternativos que permitissem o acesso à possíveis novas reservas auríferas na região andina.

Segundo o *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Amazonas* (Recife, 1852) do capitão-tenente Amazonas, "Pedro de Orsúas...desceu do Peru pelo rio Jutahy, do qual passou ao Juruá, entrando por elle no Amazonas, em demanda de minas auríferas e produções indígenas"⁵⁰. Conquanto se estabeleçam controvérsias sobre os eventos descritos⁵¹, fica patente que o percurso do Perú ao litoral brasileiro, no Estado do Pará, fora submetido a uma varredura em busca de metais preciosos e que se produz, no período, um amplo leque de informações sobre a região, sem que isto resulte na ocupação de fato⁵².

Em meio às contradições da expansão capitalista e da ascensão burguesa na Europa, as bases históricas, as modalidades e o grau da integração elevam a ocupação da Amazônia à condição de uma particularidade no universo da

50. MENDONÇA, Belarmino, *Reconhecimento do rio Juruá (1905)*. Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989, Rio Branco.

51. Wilkens de Mattos, afirma que Pedro de Orsúas, à frente de uma grande expedição, parte em 1559 em busca da cidade do El-Dourado e do lago Parimé, terminou assassinado por um ajudante, o tenente Lopo de Aguirre. (apud, MENDONÇA, Belarmino, op. cit. p. 187)

52. É o que se depreende, também, das afirmações do Barão de Santa'Anna, em seu livro *Le Pays des Amazones*, publicado em 1899, dando o Juruá por conhecido, desde o meado do século XVI.

ocupação e definição do espaço econômico e social brasileiro. A ocupação da Amazônia é, por um lado, descolada das preocupações que nortearam a ocupação litorânea e teve a sua intensificação no rastro da decadência do sistema que articulou os momentos iniciais daquela e já sob as condições de uma administração centralizada. Por outro lado, trata-se de uma contextualidade, em diversos aspectos, marcada por uma diversidade capaz de resultar em diferenças qualitativas expressivas que surgem quando se abandona uma visão globalista da ocupação do território brasileiro. São destacáveis dois elementos constitutivos da realidade regional: a tentativa pioneira de montagem de uma base econômica articulada por uma pauta diversificada de produtos e a formação de uma base populacional que tem na incorporação da população pré-existente um elemento fundamental.

O primeiro elemento permite a ampliação do quadro dos agentes econômicos, definindo e fortalecendo o segmento de classe que assume a articulação da base produtiva. Esta característica da produção, que segue os desdobramentos da industrialização dos países centrais, se deve a uma busca ampliada de materiais e produtos, negando a fixação de objetivos marcados pela monoprodução. A extração florestal, apesar da precariedade e dos limites da exploração das

chamadas "drogas do sertão", atividade tipicamente de coleta e de limitados impulsos de transformação técnica, no entanto, está na base da diversificação dos elementos sociais articulados pela produção solicitada pela rede de comércio que se forma entre a colônia e a metrópole. É nos interstícios dessa atividade de extração, em princípio nômade, que surgem as determinações de uma base produtiva marcadamente sedentária.

Nessa perspectiva, a importância da produção que se afirma em uma base espacial fixa, resultado dos desdobramentos dos interesses comerciais que prevalecem nos momentos iniciais da ocupação, notadamente no âmbito da agropecuária - em sentido amplo -, não deve ser buscada nos aspectos meramente quantitativos da produção, quando se promove a inserção da Amazônia no âmbito mesmo das relações comerciais que articulam os espaços regionais da colônia⁵³. Nesse sentido, uma compreensão da Amazônia, capaz de dar conta da complexidade das relações sociais que a identificam, exige, antes, a caracterização dos fundamentos econômicos da determinação dos agentes e das relações que

⁵³ A ocupação da Amazônia tem sido analisada desde a perspectiva da formação da base econômica nacional, o que corresponde à constituição das condições do desenvolvimento do Sudeste. A visão reducionista está presente em autores como Celso Furtado, Caio Prado, entre outros, que posicionam cada espaço particular enquanto sua contribuição para a "formação econômica" do país, o que equivale, regra geral, entender as regiões em suas contribuições para o processo de industrialização que se desdobra na região sudeste. A visão de uma "Amazônia marginalizada" (VELHO, O.G, 1972), por outro lado, perde de vista a riqueza dos aspectos analíticos da constituição do "afastamento regional", enquanto um processo histórico, cuja relevância surge da sua própria particularidade.

resultam na montagem e na reprodução de um espaço social específico.

O segundo elemento, - incorporação da população regional na montagem das estruturas produtivas -, envolve o reconhecimento da pré-existência de condições sócio-culturais com as quais vai interagir o movimento da ocupação⁵⁴. As necessidades de transformação da população regional em força de trabalho corresponde, portanto, a um esforço de destruição de traços culturais regionais e a sua substituição por condições sociais que viabilizassem o desenvolvimento de relações adequadas à produção de um excedente para o comércio. Este processo, ao par de incluir momentos de extrema violência, impõe às relações sociais da sociedade regional condições de confronto e antagonismos permanentes. Segundo Marilene Correa da Silva, «a conquista e a colonização da Amazônia sempre suscitaram procedimentos excepcionais da Coroa e do Estado português. No século XVII, a militarização e a ação da catequese criaram as fronteiras coloniais e definiram o espaço do confronto entre o poder lusitano e os povos amazônicos. No transcorrer do século XVIII, o Diretório Pombalino e as Companhias de Comércio

⁵⁴ Esta perspectiva permite que autores como Marilene Correa da Silva laborem com as noções de "conquista" e "ocupação" de forma produtiva para o desvendamento dos processos constitutivos das classes e relações de classe numa contextualidade que, em sua particularidade, propicia a compreensão dos espaços regionais em suas relações perpassadas por antagonismos com a Nação. (SILVA, MARILENE CORRÊA, O Paiz do Amazonas. São Paulo, Universidade Católica de São Paulo, 1989. passim).

criaram, ao mesmo tempo da formação da sociedade colonial regional, as condições e relações de castas, opondo do ponto de vista econômico, político e sócio-cultural a minoria branca colonizadora e a maioria indígena e mestiça representadas nas populações amazônicas».

Pará e Amazonas, que polarizam a dinâmica social e econômica na região, segundo uma série retrospectiva estimada por R. Santos, possuíam uma população que vai de 90.000 pessoas em 1800, a 278.000 em 1860. A maior parcela deste contingente é formada por indivíduos livres, aproximadamente 235 mil, contra 42,7 mil escravos.

Exemplo da complexidade das relações e dos antagonismos que se desenvolvem é o movimento nativista armado denominado Cabanagem que se desencadeou em 1835, na Província do Grão-Pará. Ao término deste conflito com os portugueses e seus descendentes - proprietários de terras e de escravos, grãosenhores da oligarquia, até agosto de 1823, não haviam aderido à Independência (a Capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas, aderiu a 9 de novembro). A Cabanagem, uma das mais expressivas insurreições populares já ocorridas no país, comprova o desenvolvimento da consciência social no nativo da Amazônia. Segundo Ernesto Pinho Filho⁵⁵, a reação ao movimento armado resultou em mais de trinta mil vítimas, enquanto a população do Grão-Pará, na

⁵⁵ PINHO FILHO, E. "Amazônia entre Contrastes". Belém, Mitograph Editora Ltda., 1979. p. 28.

oportunidade o principal núcleo populacional da região, não excedia de cem mil pessoas.

Conquanto resultasse num desdobramento histórico marcado por relações de classe complexas, a ocupação regional fica, por outro lado, submetida a estreitas condições econômicas. Predominam nas relações comerciais o resultado da atividade extrativista (coleta), além da produção agrícola apresentar indícios de desenvolvimento razoável. A pauta de exportações, no século XVIII, era composta por produtos florestais tais como medicamentos, madeira, cacau, baunilha, cravo, canela e resinas aromáticas que eram colhidos com a ajuda do trabalho indígena. Ao lado das atividades extrativas, se desenvolvia o cultivo da cana-de-açúcar, café, algodão e tabaco. A produção pecuária, ainda de pequena monta, localizava-se na Ilha de Marajó⁵⁶. Os produtos da agricultura, apesar de apresentarem uma participação relativa oscilante, ganham importância na formação da renda regional. O arroz, por exemplo, passa a competir com o cacau que era o principal elemento das exportações⁵⁷. Em termos de valores, e segundo estimativas de R. Santos, as exportações evoluem de 628:495 (mil réis) em 1800, para 1.361:888 (mil-réis) em 1845. Enquanto que a

⁵⁶ Furtado, FEB e Reis HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

⁵⁷ Segundo levantamento realizado por R. Santos, as exportações de arroz se expandem de 935 arrobas em 1773, para 83.944 arrobas em 1810. No período, em alguns anos as exportações do produto ultrapassam a casa das cem arrobas. (SANTOS, R. História Econômica da Amazônia - 1800-1920. São Paulo, TAQ, 1980. p.37

renda interna, demonstrando a íntima relação com o movimento do comércio externo, evolui de 698:328 (mil-réis) em 1800, para 1.945:554 (mil-réis) em 1845. Dada a dinâmica populacional, isto representa, ao longo do período, uma renda *per capita*, tendencialmente declinante.

As informações sobre a dinâmica das exportações regionais permitem que se avaliem os momentos da transição de uma base produtiva dominada pela atividade extrativista florestal para uma situação onde começam a surgir uma produção penetrada por maior domínio do homem sobre a natureza, através de mudanças nos processos de trabalho. A organização de uma base produtiva capaz de gerar um excedente voltado para o mercado externo, corresponde, no caso amazônico, à formação, nos limites regionais, de espaços produtivos especializados. As necessidades básicas da população passam a ser atendidas pelas transformações nas condições da produção interna, a qual avança para um processo de diversificação, enquanto se aprofundam novas bases para a divisão social do trabalho. A separação entre campo e cidade, neste período, já se expressa de forma nítida e é reforçada com a progressiva participação da borracha nos negócios regionais.

Em meados do século passado, a realidade amazônica se expressa através de uma intrincada rede social, base da formação e da extração de um excedente, em níveis

compatíveis com a existência de relações de produção (classes), cujos determinantes pressupõem o universo das mercadorias no continente europeu. As condições de reprodução do modo e das instituições de controle e de dominação estão, por conseguinte, inscritas nas próprias limitações que o sistema produtivo regional engendra em quase três séculos de história. A produção de mercadorias na Amazônia assume os limites postos pelo uso da terra e da mão de obra essencialmente extensivo e ineficaz, característicos da extração florestal e da agricultura rudimentar como momentos essenciais da sua reprodução; no entanto, deve ser entendida enquanto esfera do amplo mercado mundial em construção pelos desdobramentos do universo capitalista que, cada vez mais nitidamente, se sustenta pela fluidez dos seus limites produtivos.

Estas são as condições da "estabilidade" social prevalecentes na Amazônia, onde, por volta dos anos sessenta do século passado, a desigualdade é a condição mais aparente. Daí que, a partir do momento em que surjam elementos desestabilizadores que possam provocar mudanças no *status quo*, passem a se explicitar movimentos de resistência. A transferência da força de trabalho regional para novas atividades atingiria de forma imediata as bases de geração de renda, ao tempo em que incidiria sobre as relações daquela com os proprietários de terras,

organizadores das atividades de coleta e empregadores de forma em geral. A função desempenhada pela propriedade fundiária, na formação da economia amazônica, está determinada mais pela procura de maior parcela do produto regional e menos como mecanismo restritivo ao acesso à terra, impedimento à formação da pequena propriedade. Em se tratando de uma produção mercantil, muito pouco significaria uma ampla oferta de terras sem o concurso de braços e recursos materiais, .

Assim, a dinâmica do capital mercantil, que prevalece ao longo da estruturação histórica da base produtiva regional, se sustenta com o desenvolvimento de formas de ajustamento entre uma base escravista e a produção de trabalho livre pela incorporação de segmentos das populações indígenas, notadamente através da ação da catequese⁵⁸. R. Santos estima que entre 1800 e 1860 a expansão populacional inclui um componente migratório significativo de origem portuguesa, com ênfase no período anterior à Independência.

Foram inúmeros os exemplos de reação por parte de segmentos da elite regional à mudança na base produtiva.

⁵⁸ Os fundamentos "clássicos" de recurso ao trabalho escravo como mecanismo de "fechamento da fronteira", presentes em Marx e base das reflexões de Novais sobre o caso brasileiro (ou mais especificamente, o caso litorâneo), não correspondem ao processo amazônico de formação da produção mercantil. O recurso ao trabalho escravo, no caso, apresenta-se mais "como uma forma possível e adequada à constituição...de mão-de-obra para o capital", e dentro dos limites de adequação das populações regionais à produção para o mercado, como propõe Vera Lúcia Amaral Ferlini (FERLINI, V.L.A. "Terra, Trabalho e Poder". São Paulo, Editora Brasiliense, 1988. *passim*).

Márcio de Souza dá conta de documento oficial, de 1854, onde o «governador do Pará censurava a absorção crescente da mão-de-obra no fabrico da borracha, em detrimento da produção de bens de consumo, que já começava a merecer a importação de outras províncias»⁵⁹.

A inclusão da borracha entre os produtos regionais exportáveis se efetiva em três fases: a primeira, enquanto "droga do sertão", na forma de artesanato indígena; a segunda, ocorre com a sua adaptação ao uso industrial graças ao desenvolvimento dos métodos de vulcanização; a terceira, após o desenvolvimento da indústria automobilística e a invenção dos pneumáticos.

Em virtude do exclusivo comercial, a fase inicial do comércio gumífero se iniciou de forma clandestina e incluía produtos do artesanato indígena, principalmente sapatos. Este comércio se mantém numa base estável até por volta dos anos trinta, quando desenvolvimentos tecnológicos ocorridos nos Estados Unidos e na Inglaterra ampliaram a resistência da borracha às condições ambientais. Até então, o uso industrial da borracha tropeçava na sua reação às condições de temperatura ambiente. Apesar dos limites impostos pela qualidade do produto e das proibições, as quais caracterizavam o comércio colonial, a produção indígena foi

⁵⁹ SOUZA, M. "A expressão amazônica - do colonialismo ao neocolonialismo". São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1977. p. 93.

empalmada pela pauta das exportações regionais e encontrou, por longo período, no mercado norte americano, principalmente, uma base de absorção efetiva e estável⁶⁰.

A transformação da borracha em matéria-prima é uma decorrência da descoberta do processo de vulcanização por Charles Goodyear, em 1839, o que promove sua incorporação em elevado número de processos de produção industrial. Informações do International Institute of Synthetic Rubber Producers, Inc.⁶¹ classificam os usos iniciais da matéria-prima numa associação direta com artigos náuticos que, na sua maioria, destinam-se ao uso pessoal. Surgindo como resultado do desenvolvimento da penetração da ciência na produção, a incorporação da borracha como matéria-prima implica a sua transformação em produto de uma nova seqüência de processos de trabalho. E, por outro lado, à medida em que avança o processo de domesticação da hévea, maior o distanciamento das bases naturais que eram determinantes para a produção originária. Posteriormente, estes aspectos, rebaterão de maneira decisiva na consolidação regional enquanto espaço de produção gumífera.

Somente após um longo período e de forma paulatina, os efeitos da expansão da demanda sobre as estruturas produtivas regionais, expressos por uma continuada elevação

⁶⁰. Ver TOCANTINS, Leandro "A Formação Histórica do Acre", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

⁶¹. Apud, idem, ibidem, p. 138.

dos preços⁶², se transformam em alterações relevantes na composição relativa da pauta de exportações regionais⁶³. Nas áreas de ocupação pioneira, a interposição do processo de extração do látex no conjunto das atividades econômicas da região se processa, entretanto, de forma a não desestruturar o conjunto básico de atividades produtivas regionais. À medida em que se expandem as possibilidades de ganhos com a atividade gumífera, setores da elite comercial procuram uma saída funcional mais viável para o curso do novo setor da produção social da região, terminando por optar por aquela mais obviamente de acordo com a configuração estrutural das condições de reprodução social, mantendo o controle que já exercem, em vez de perseguirem alguma alternativa estratégica que pudesse exigir o afastamento de práticas bem estabelecidas.

Inicialmente, o maior volume de produção é ainda obtido através do trabalho da população indígena, tradicionalmente envolvida no artesanato da borracha. Para Pimenta Bueno, gerente da antiga Companhia do Amazonas criada por Mauá e colaborador do Jornal do Comércio do Rio, «a borracha é

⁶². Posteriormente, quando analisando as questões postas pelas condições de reprodução do **seringalismo**, serão tratados aspectos da formação dos preços. A referência posta neste momento não deve ser entendida como uma predominância das relações de mercado na constituição dos preços independentemente das relações de produção, notadamente das questões da propriedade da terra.

⁶³. As exportações de borracha atingiram valores significativos já no andamento da década de setenta do século passado, quando ultrapassam a barreira das cinco mil toneladas exportadas. Ver SANTOS, R. op. cit. p. 66.

fruto exclusivo do trabalho livre (...) os coletadores da borracha são, em geral, os Tapuios (habitantes de origem indígena)...»⁶⁴. No mesmo sentido, afirma José Veríssimo: «Até 1877 quem extraía, ou antes, quem 'tirava', para usar da expressão amazônica, a borracha, a qual já naquele ano se elevava a uma considerável soma de quilogramas, era exclusivamente o indígena amazônico: o caboclo ou tapuio e o mameluco»⁶⁵. Nesta fase, o pessoal envolvido na atividade extrativa da hévea era de cerca de 1.700 homens e a exportação evolui de 156 t em 1830, para 5.693 t em 1872. A partir de hipóteses sobre a produtividade/homem e do rendimento/árvore, R. Santos estima que o pessoal em exploração, em 1872, estaria por volta de 21 mil pessoas. A expansão populacional, como decorrência do fortalecimento do fluxo migratório de nordestinos, apresenta um momento de inflexão já no andamento da década de noventa.

Segundo descrições de diversos autores, (entre os quais, Darcy Ribeiro⁶⁶ e Ernesto Pinho), a principal variedade botânica colhida, nesta fase, é o caucho, «borracha inferior à seringa, ... fornecida pela *Castilloa elástica*, árvore de 15 a 20 metros de altura e meio metro de diâmetro, muito

⁶⁴. BUENO, M.A. Pimenta, "A Borracha". Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1882. apud SANTOS, Roberto, op. cit., p. 63.

⁶⁵. VERÍSSIMO, J. Estudos Amazônicos. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

⁶⁶. RIBEIRO, Darcy, "Os Índios e a civilização", Civilização Brasileira, Rio, 1970, p.23.

abundante no vale superior do Juruá e nos vales do Purús, Madeira, Tapajós, Xingu e Araguaia»⁶⁷.

As características particulares da extração do látex, segundo Macedo Soares, uma decorrência das características intrínsecas da árvore, gera um sistema produtivo determinante na organização social do trabalho. «Os seringueiros da Amazônia, como os da América Central, quando trabalham a Castilloa, entendem que, uma vez sangrada, ela perde a vida, pelo que a exploração não deve ser feita por incisões sucessivas e sim derrubando-se a árvore, a fim de que o látex de todo o caule possa ser trabalhado»⁶⁸. As condições técnicas da operação de extração do látex aparecem nesta descrição: «O tronco da árvore é primeiro atacado a golpes de machadinha até uma altura de oito a seis pés da base, deixando-se o látex correr por algumas cavidades feitas no solo, junto ao pé da árvore. Esse processo continua durante uma semana ou dez dias, até cessar o escoamento do látex. A árvore é então derrubada, sofrendo a parte superior do tronco, bem como os ramos, outros golpes, para abrir as células restantes, e o látex escorrer durante 24 ou 30 horas, sendo então abandonada a árvore caída»⁶⁹.

67. MACEDO SOARES, José Carlos de, *A Borracha (Estudo Econômico e Estatístico)*, 2ª edição, L. Cahuny et L. Quinsac. Paris, 1928, p.43.

68. *Idem*, op. cit. pag. 46-47

69. C. E. Akers, *O Vale do Amazonas*, Rio de Janeiro, 1913, p.96. apud José Carlos Macedo Soares, op. cit., p. 45.

Octavio Ianni chama a atenção para as conseqüências que decorrem dessa atividade, enquanto momento de transformação das relações sociais na região, dado que «ao apropriar-se da natureza, o homem modifica destrutivamente essa mesma natureza. Mas ele também se modifica, e não só pelo ganho, a apropriação do látex. É obrigado a seguir adiante. Ao destruir as árvores que lhe permitem viver, ou sobreviver, condena-se ao nomadismo, que é uma forma singular de organizar socialmente a existência»⁷⁰.

Outros autores, preferem denominar essa fase da economia do extrativismo da goma elástica de extrativismo expedicionário⁷¹, o que corresponde a uma minimização das conseqüências sociais produzidas pela extração do caucho e que tornam os momentos da sua predominância como determinantes na definição das tramas sociais da região⁷². Por outro lado, essa maneira de ver a extração do caucho enfraquece ou desconsidera a constituição de momentos significativos das relações de produção, notadamente enquanto decorrência da forma de apropriação dos meios de produção. Octavio Ianni, no entanto, recupera esta dimensão,

⁷⁰ IANNI, Octavio, *A Luta pela Terra*. Petrópolis, Editora Vozes, 1978. p.37.

⁷¹ A expressão "extrativismo expedicionário" é cunhada por Ernesto Pinho Filho, op. cit. passim.

⁷² Euclides da Cunha, em seus relatórios sobre as atividades da comissão de limites, utiliza a noção de "frente caucheira" para caracterizar a exploração da *castilloa* nessa fase. A idéia de frente expressa, antes de tudo, a noção de movimento permanente, de nomadismo na exploração do "caucho". Ver. CUNHA, E. *O Paraíso perdido*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1986.

ao destacar que «...o nomadismo não significa inexistência de relação com a natureza, ou fraco relacionamento com ela. Significa uma relação muito especial, incidental mas necessária, básica dos homens com a natureza»⁷³, daí a possibilidade de existência de relações de produção que têm suporte na apropriação privada das terras.

Entretanto, apesar da acuidade que perpassa a reconstrução teórica da realidade amazônica, em Ianni, ainda permanece a tendência a generalizar a principal característica da extração do caucho: o nomadismo. O autor perde de vista a clivagem que se estabelece nas condições sociais da produção gumífera, entre a extração do caucho e da *hevea brasiliensis*. Diferenças essenciais que aparecem em autores como Euclides da Cunha, na forma exclusiva de resultado de determinações naturais: «as duas espécies que determinaram o desbravamento e o povoamento de tão extenso território...: a seringueira (*hevea brasiliensis*), e o caucho (*castilloa elastica*)». Das possibilidades produtivas decorrentes das características botânicas, derivam as «circunstâncias que [marcarão] os atributos das duas sociedades novas e originais que tratamos naqueles lugares... o caucheiro é por força um nômade, um pesquisador errante, estacionado nos vários pontos a que chega até que tombe o último pé de caucho...o seringueiro é por força um

⁷³ Idem, op. cit. p. 37.

sedentário e fixo. Enleiam-no, prendendo-o para sempre ao primeiro lugar em que estaciona, as próprias estradas que abriu, convergentes na sua barraca, e que ele percorrerá durante a sua vida toda»⁷⁴.

Outras espécies de hévea tais como a *hevea guianensis* e *hevea benthamiana*, têm sua maior incidência nas regiões de fronteira dos estados do Pará e do Amazonas com o Peru, a Colômbia, a Venezuela e a Bolívia e foram objeto de exploração posterior ao auge da coleta do caucho. O gênero Hévea está disseminado por uma área que cobre a maior parte da Amazônia, incluindo as Guianas e regiões da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru, da Bolívia e maior parte da Amazônia brasileira. Os limites do *habitat* da *hevea brasiliensis*, entretanto, vão do Pará e ocupam parte de Mato Grosso, Amazonas, notadamente o lado direito do Rio Amazonas, Rondônia, Acre e partes da Amazônia peruana e boliviana, nas fronteiras com o Brasil.

O trabalho forçado de índios sedentários pacificados era limitado e se desenvolvia num sistema de corvêia supervisionado por capatazes e, ao mesmo tempo, submetido a uma grande dificuldade de recrutamento. A ampliação da

⁷⁴ CUNHA, Euclides da, Geografia do Alto Purus - capítulo das Notas Complementares do Relatório, escritas no Rio de Janeiro, após o seu regresso da Amazônia. Conquanto o autor termine por dar prioridade aos aspectos botânicos em detrimento às relações sociais que permeiam os dois momentos de constituição da economia do extrativismo, deve-se reconhecer que aí está o reconhecimento de dois momentos distintos e socialmente significativos. (CUNHA, E. op. cit. p. 138)

atividade extrativa da hévea era vista pelos segmentos da classe dominante como uma ameaça para os mecanismos de reprodução social. A escassez do trabalho era, portanto, uma evidência que se agravava com o declínio acentuado da mão-de-obra africana desde as rebeliões de 1830. A abolição definitiva ocorreu em 1884 na Província do Amazonas e em 1888 no resto do País.

Por outro lado, a dinamização da demanda industrial incidindo sobre a produção gumífera, criava as condições para o desenvolvimento do universo das mercadorias, ampliando o círculo da produção e gerando repercussão sobre a esfera do consumo. Estes elementos eram por si potencialmente desestabilizadores das condições sob as quais se processava a produção e a extração do excedente do qual depende a reprodução da vida material na região. A expansão da produção começará, portanto, a configurar-se como uma ameaça real à continuidade do conjunto das demais produções. E esta situação terminou por solidificar posições contrárias que expressam os interesses de setores bem definidos.

Polarizando os recursos anteriormente destinados à reprodução de outras produções, a borracha vai se responsabilizando pela desestruturação das condições de abastecimento e de funcionamento dos mercados locais. Os gêneros agrícolas passaram a ser obtidos primordialmente através da importação de outras regiões a preços elevados.

Essa situação implica em drenagem de recursos, sendo caracterizada por Adolfo Barros, Presidente da Província do Amazonas, como contrária à afirmação regional, dado que o vertiginoso aumento do volume de borracha é simultâneo a uma violenta compressão na produção do café e tabaco, cujo volume em 1863 é respectivamente de 1/10 e 1/7 do volume realizado em 1830.

À medida em que se definem condições cada vez mais favoráveis ao crescimento da produção da borracha, setores das classes dirigentes - notadamente aqueles que durante a década de 1840 mantinham um forte controle sobre a força de trabalho - tornam-se progressivamente incapazes de evitar o deslocamento da mão-de-obra para aquelas atividades, o que problematiza sua própria sobrevivência econômica e acarreta a perda de poder político. Semelhantes demandas não deixaram de chegar aos governantes, constituindo-se em base de apoio na região para inúmeras manifestações do pensamento liberal de estadistas como Rego Barros, Araújo Brusque ou Silva Coutinho. O primeiro, em 15 de agosto de 1854, na fala presidencial à Assembléia Legislativa do Pará, declarava-se apreensivo diante do avanço de uma situação de «emprego quase exclusivo dos braços na extração e no fabrico da borracha, a ponto de nos ser preciso atualmente receber de outras províncias gêneros de primeira necessidade»⁷⁵.

⁷⁵ SANTOS, R. op. cit. 70

Para as autoridades públicas e o clero prevaleceram outros fatores que os levaram igualmente a opor-se ao surto extrativista: é que esse se associava a um relativo abandono dos núcleos urbanos em detrimento das localizações isoladas no interior, desenvolvendo paralelamente, nas grandes cidades, um afluxo de moedas antes nunca visto. É sem dúvida bastante notório o componente moral no ataque movido por Pimenta Bueno a essa indústria que seria fatal aos interesses da província, pois «nada aproveita ao geral da população, tirando-lhe o incentivo para a cultura da terra e para o exercício de outras indústrias, afeiçoando-a a vida nômade e desregrada dos seringais»⁷⁶.

Em que pese a ampliação da participação da borracha na pauta das exportações regionais, a década de 1890 é marcada pelos programas de colonização que «seguiram basicamente os modelos estabelecidos pelos 'núcleos' iniciados ao tempo do Império. Como nas décadas anteriores, a região de Bragantina continuou a ser o local preferido para as colônias agrícolas, acentuando a primazia do mercado urbano no projeto global. Consistindo de uma estreita faixa de terra escassamente povoada próxima do litoral, a região entre Benevides e Bragança era uma escolha óbvia, devido a sua relativa proximidade da capital e à ausência, ali, de atividades extrativas que pudessem entrar em conflito com as

⁷⁶.PIMENTA BUENO, op. cit. p. 16

colônias, ou atrair os colonos, fazendo com que as abandonassem.»⁷⁷. Como resultado da política pública de colonização, entre 1891 e 1900, foram formadas dezesseis colônias. Ainda segundo Barbara Weinstein, «os períodos de Sodré e de Paes de Carvalho foram tempos pródigos da colonização do Pará»⁷⁸.

Por volta dos anos cinquenta do século passado⁷⁹, as transformações técnicas, que redundaram na introdução do navio a vapor, revolucionaram os transportes e abriram novas alternativas para as relações internacionais, ao tempo em que revitalizaram o comércio regional⁸⁰. As possibilidades de uma aceleração da velocidade de circulação no consumo pré-existente, postas pelas novas condições de transporte, no entanto, contribuíram, na fase inicial da exploração gumífera, para uma saída conservadora no que tange às relações de trabalho regionais, sem que os segmentos da classe dominante regional embarcassem na aventura mais complicada e arriscada de alargar o próprio círculo. A

⁷⁷ Weinstein, B. op. cit. p. 143.

⁷⁸ Ibidem, p. 143.

⁷⁹ O fortalecimento da frota britânica consolida o triunfo do barco à vapor. Entre 1850 e 1880, a tonelagem a vapor britânica cresceu por volta de 1.600% e a do resto do mundo por 440%. (HOBSBAWUM, E. J. A Era do Capital. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. p. 76.)

⁸⁰ Neste sentido, compartilho com Oliveira Filho da visão quanto ao papel positivo que o desenvolvimento técnico e as mudanças do sistema de transportes na região assumiram diante do desenvolvimento da economia do extrativismo. Ver Oliveira Filho, O Caboclo e o Brabo - Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na Expansão da fronteira amazônica no século XIX. Isto, contudo, não nos faz solidário quanto aos aspectos mais gerais da perspectiva teórica que caracteriza o ensaio citado. (OLIVEIRA FILHO, J. P., O Caboclo e o Brabo - Notas Sobre Duas Modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX. in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 11, maio de 1979. pp. 101-140.)

reordenação das estruturas de controle sobre a força de trabalho indígena, como forma de obter um produto gumífero ampliado, corresponde recurso aos mecanismos de exploração da mais-valia absoluta, ao lado da submissão das necessidades das comunidades indígenas às relações de mercado.

Neste momento, os interesses internacionais sobre o potencial econômico da região amazônica foram fortemente revigorados, notadamente por parte de potências emergentes tais como os Estados Unidos⁸¹. A incorporação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, pelo Barão de Mauá que assume a navegação no Amazonas em regime de monopólio, é um ato deliberado do governo brasileiro, procurando exercer sua soberania sobre a região. Tanto a modernização como a ampliação da frota, promovidas por Mauá, contribuíram para fortalecer o comércio amazônico e a integração ao mercado mundial, alterando as condições de circulação de mercadorias e pessoas. A criação dessa rede de transportes modernos e

⁸¹ "A atenção sobre o Amazonas era evidente. E nos Estados Unidos tomou corpo a alegação de que o Brasil cometia um tremendo crime contra os interesses da humanidade com a política chinesa, denominação que se deu à nossa atitude, da porta fechada aos barcos estrangeiros, que vinham trazer civilização e não pôr em perigo a soberania nacional. Dirigiu durante algum tempo a campanha em favor da abertura do Amazonas um oficial da marinha norte-americana, o tenente Mattnew Fontaine Maury, superintendente dos serviços hidrográficos do seu país e astrônomo do Observatório Naval de Washington. Em artigos de jornal e em memorial endereçado ao governo do seu país a respeito do mundo amazônico, que ele pintava como o paraíso das matérias-primas, espaço que estava aguardando as raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica, econômica e por fim política, o oficial de marinha sustentou a tese arrojada de que tal região não poderia permanecer trancada à humanidade". (REIS, A.C. A Amazônia e a cobiça internacional, Editora Nacional, São Paulo, 1960, 7^o Capítulo, p. 68-69).

menos onerosos e a abertura para a navegação estrangeira, que vai ocorrer com a assinatura do decreto imperial de 7 de dezembro de 1866, constituem, entretanto, pressupostos para o aumento da produção de borracha que viria viabilizar-se.

Em 1874, a ampliação das bases de negócios regionais e a quebra do monopólio que se processara já em 1853, abriram espaço para que uma empresa de capitais ingleses, fundada em Londres por volta de 1874, incorporasse as três companhias existentes. O monopólio se restabelece através da centralização de capitais que servem de fundamento ao consórcio representado pela Amazon Steam Navigation Company Limited⁸².

A ampliação das bases de negócio repercute sobre o espaço geográfico⁸³, como decorrência da ocupação territorial. Mesmo ficando sujeito à limites⁸⁴, a navegação fluvial de maior calado amplia a incorporação das regiões dos altos rios pelo comércio de mercadorias. Conquanto

⁸² SANTOS, R. op. cit. p. 55.

⁸³ O desenvolvimento da integração da região aos limites operacionais de uma economia em processo de mundialização corresponde a um processo de modificação de sua posição relativa e, também, a um movimento mais sutil de transformação do "trabalho abstrato como valor". Isto na medida em que a "riqueza abstrata, o valor, o dinheiro e, com eles, o *trabalho abstrato*, desenvolve-se na medida em que o trabalho concreto toma-se uma totalidade de diferentes modos de trabalho, abrangendo o mercado mundial". (Marx, **Grundrisse** - p. 99-100). Entendemos, entretanto, a produção do espaço geográfico não enquanto mero resultado do "desenvolvimento de redes de transporte, mas a integração progressiva e a transformação de espaços absolutos em espaços relativos;"... "Além disso, vistas historicamente desta maneira, as determinações sociais da relatividade do espaço geográfico tomam-se aparentes." Uma relatividade que surge do "processo atual de acumulação de capital". (N. SMITH, **Desenvolvimento Desigual**, Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro, 1984, p.129-130)

⁸⁴ Neste momento, o governo brasileiro tinha aberto o Rio Amazonas às embarcações estrangeiras somente até Manaus.

mantenha a hegemonia regional, resultado de trezentos anos de existência e do seu pioneirismo no comércio da borracha, centralizando o núcleo das empresas responsáveis pela organização do comércio, Belém começa a perder a condição de pólo exclusivo de negócios na região. A partir da década de setenta a cidade de Barra do Rio Negro, que mantinha uma população de alguns milhares de habitantes, começará a tirar proveito de sua posição estratégica no que viria a ser o caminho para as fontes que alimentarão o boom da borracha nativa⁸⁵. A capital do Amazonas, no período, experimenta crescimento populacional expressivo, enquanto aprofundam-se as características mercantis da sua produção. No período entre 1847 a 1860, a exportação da borracha em pélas assume a ponta das exportações amazonenses⁸⁶.

A economia do extrativismo promove a dinamização das relações comerciais com o "Sul". Segundo Mendes⁸⁷, «bem se pode dizer que, nas transações com o Sul, o Norte mantém sua conta corrente com grande saldo devedor, que liquida a prazo curto; por isso que lhe compra larga quantidade de seus produtos, sem que nada lhe venda». A referência explicita as condições de preponderância da borracha enquanto elemento da pauta das exportações amazônicas. Isto, num momento em que o

⁸⁵ WEINSTEIN, Barbara, "The Amazon Rubber Boom, 1850-1920. Stanford University Press, 1983. *passim*.

⁸⁶ SOUZA, M., *op. cit.* p.94.

⁸⁷ MENDES, J.A., "A crise amazônica e a borracha". Belém, Instituto Lauro Sodré, 1908. 2ª ed., rev. e aum., Porto, Typographia Santos, 1908.

nascente processo de industrialização nacional ainda não assumira o produto como matéria-prima, faz das relações entre o Norte e o Sul atos de compras unilaterais: o Norte compra do Sul com os saldos das exportações efetivadas para o exterior. As relações, meramente comerciais, cercam-se de interesses fundamentais naquele momento de captação de capitais externos: os pagamentos das compras amazônicas eram efetuados em moeda estrangeira.

À medida em que se expandem os negócios da economia do extrativismo no último quartel do século XIX é promovida a montagem de uma ampla rede de negócios na região. Trata-se de uma combinação de interesses entre a fração da burguesia comercial da região e representações de capitais internacionais ou de origem sulista. Por mais que as firmas nacionais se fundem em capitais próprios, nacionais, seu funcionamento, no entanto, se realiza através de operação articulada com capitais forâneos. No período compreendido entre 1865 e 1910, a estrutura empresarial em funcionamento em Belém e Manaus, com base em capital aparentemente nacional, segundo levantamento realizado por Roberto Santos, contava com: o Banco Commercial do Pará, fundado em 1869; o Banco do Pará, constituído em 1883, ambos em Belém; o Banco de Belém do Pará; o Banco do Amazonas, fundado em 1895, e o Banco Amazonense, de 1904, além das firmas Amorim & Irmãos e M.J.Gonçalves, constituídas em Manaus em ano ignorado. O

mesmo valeria para certas companhias de seguros sediadas em Belém: a Companhia Commercial do Pará, fundada em 1882; a Companhia Aliança, de 1899; a Companhia Amazônia, instalada em 1894; a Companhia Lealdade, de 1893; a Companhia Segurança, fundada em 1893, e a Companhia Garantia da Amazônia, fundada em 1897.

O capital estrangeiro diversifica-se em um amplo conjunto de atividades, que engloba desde atividades específicas da economia do extrativismo, como participação no setor de aviamento, até o setor de serviços urbanos. Segundo Benchimol⁸⁸, teriam sido os imigrantes portugueses «os pioneiros na organização do sistema mercantilista de intercâmbio representado pelo comércio típico de aviador que dominaram».

A estrutura de aplicações mais diversificada era formada pelos capitais estrangeiros, com forte predominância dos de origem britânica, que se distribuíam entre serviços urbanos, portos e navegação, ocorrendo, inclusive, aplicações diretas no setor da produção. Segundo R. Santos, a The Brazilian Rubber Trust, sediada em Londres e com capital de £ 37.500, instalou seringais em 150.000 acres no município de Anajás. Entretanto, o potencial operacional das empresas norte-americanas, em termos de capital social, era individualmente

⁸⁸ BENCHIMOL, SAMUEL, Estrutura geo-social e econômica da Amazônia. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966. apud R. Santos, op. cit. pag. 133

superior aos que davam suporte às firmas britânicas. Aquelas concentravam seu interesse em atividades que davam suporte à economia do extrativismo, operando transportes, comércio e colonização. (ver tabela 1).

Tabela 1.
Firmas Estrangeiras

FIRMAS BRITÂNICAS			
DENOMINAÇÃO	ANO	CAPITA L (£ 1.000)	FINALIDADE
Cia. de Gás do Pará	1866	250	Serviços urbanos
The Amazon Steam Navigation Co., Ltd.	1872	625	Navegação
The Pará Central Sugar Factory Ltd.	1885	...	Ind. de açúcar
The Manaus Trading Co.	1885	...	Comércio
The Amazon Telegraph Co., Ltd.	1895	...	Comunicações
The Amazonas Rubber Estates Ltd.	1899	300	Borracha
Manaos Harbour Ltd.	1902	500	Porto
Pará Electric Railways and Lighting Co.	1905	...	Transp.urb.-ilumin.
Pará Telephone Co., Ltd.	1909	62	Comunicações
The Manaus Tramways and Lighting C.L.	1909	300	Força,luz,transp.
Municipality of Pará Improvement Ltd.	1910	400	Serviços urbanos
The Pará Island Rubber Estates Ltd.	1910	125	Borracha
The Amazon River Steam Navigation C.L.	1911	300	Navegação
Amazonas Engineering Co., Ltd.	1912	50	Construção
The Amazon Valley Development Co.	1913	100	(?)
FIRMAS NORTE-AMERICANAS			
DENOMINAÇÃO	ANO	CAPITAL US\$1000	FINALIDADE
Madeira and Mamoré Railway Co. (Cor. Church)	1870	11.000	Estrada de Ferro
The Pará Transportation and Trading Co.	1888	7.000	Transp.e comérc.
The Sears Pará Rubber Co.	1897	100	Borracha
Companhia Port of Pará	1906	32.500	Porto
Amazon Land and Colonization Co.	1912	10.000	Colonização
Guaporé Rubber Co.	1912	7.500	Borracha
The Moju Rubber Plantations and Devl. Co.	1912	250	Borracha
FIRMAS BELGAS			
DENOMINAÇÃO	ANO	CAPITAL Fr. 1000	FINALIDADE
Cie. des Caoutchoucs du Matto Grosso	1898	1.000	Borracha
La Brésilienne	1898	1.200	Borracha
Cie. d'Entreprises Elétriques de Pará	1899	2.500	Iluminação
Albuna S. A.	1900	1.350	Borracha
Cie. d'Entreprises Elétriques de Pará	1910	1.250	Eleticidade
FIRMAS FRANCESAS			
DENOMINAÇÃO	ANO	CAPITAL Fr. 1000	FINALIDADE
Cie. Général des Caoutchoucs	1905	2.950	Borracha
Cie. Agric. et Commercial du Bas Amazone	1907	500	Comérc.Coloniza.

FONTE: Firmas britânicas, norte-americanas e belgas. Roberto Santos, op. cit. pp. 134,135,136.
Firmas francesas - Annuaire du Brésil économique, Rio, secção francesa da Gazeta de Notícias, p. 280.

CAPÍTULO 2

APOGEU DA ECONOMIA EXTRATIVA: A EXPANSÃO TERRITORIAL, O SISTEMA PRODUTIVO E O EXCLUSIVO SERINGALISTA

1. A REGIÃO GUMÍFERA E OS LIMITES GEOGRÁFICOS BRASILEIROS

Os primeiros limites propostos para o que seria a Amazônia portuguesa foram os que resultaram da divisão do mundo pelo meridiano traçado de pólo à pólo, passando à cem léguas das ilhas dos Açores e do Cabo Verde e, posteriormente, fixado a 370 léguas do aquipélago dos Açores pelo Tratado de Tordesilhas no ano de 1494. Tudo que ficasse à oeste desse meridiano pertenceria à Espanha e o que ficasse a leste seria de Portugal. Era, em verdade, um acordo sobre um mundo presumido, uma abstração na exata medida da existência do próprio meridiano traçado em condições de desconhecimento quase total do espaço físico sobre o qual pretendiam estabelecer seus domínios.

As flutuações desses limites ficaram por conta dos movimentos da ocupação e da efetivação das qualidades físicas transformadas em objetos reais para a economia

daqueles países⁸⁹. A construção dos espaços geográficos, portanto, incorpora o desenho dos limites empíricos que vão sendo traçados pelo cotidiano da ação colonizadora. Os acordos entre as duas potências ibéricas, permanecem, entretanto, ao sabor das composições de força no continente europeu e se expressam nos Tratados de Madrid, de 13 de maio de 1750, de Prado, assinado em 12 de fevereiro de 1761 e, por último, o de Santo Idelfonso, assinado em 10 de outubro de 1777.

À medida em que se processa a ocupação territorial e se identificam e ampliam os interesses econômicos, os limites vão surgindo, determinados por referências e marcos geográficos cada vez mais nítidos, dado que estão integrados como elementos sobre os quais se fundam os interesses do processo colonizador. Por outro lado, a presença concreta de nacionalidades diversas nas tentativas de construção de uma base econômica regional, contribuem para a caracterização particularizada da organização territorial do extremo norte (norte da região amazônica). Como expressão das relações entre nações européias, a ocupação da região termina por engendrar, na mesma medida dos acordos e alianças tecidos por Portugal, os limites de domínios ingleses, franceses e holandeses na ocupação territorial. Como consequência, o

89. «No Brasil (...) ampliava-se a área de dominação efetiva; já durante a união ibérica o movimento de devassamento continental ultrapassava de muito o meridiano fixado *de jure* em Tordesilhas.» (NOVAIS, F. A. op. cit. p. 49).

extremo norte, ao incluir em sua formação a presença direta dos interesses conflitantes, apresenta desde aqueles momentos limites mais precisos. O mesmo processo não se desenrola na parte sul da região.

A penetração do universo amazônico no sentido Sul, obedecendo às vertentes principais da malha fluvial, foi realizada desde meados do século dezessete, através de incursões como a do missionário Samuel Fritz, em 1668, que redundou na fundação da cidade de Ega e na elaboração da primeira carta do Amazonas, posteriormente retificada por La Condamine (1749). O rio Madeira, foi meticulosamente explorado até às proximidades de Madre de Dios, por Mello Palheta, sob autorização do governador do Grão-Pará. Felix da Gama em 1742 e, em 1749, Leme de Prado realizaram ampla pesquisa dos rios Madeira e Guaporé, desde Mato Grosso até Belém. Entretanto, no período colonial, a delimitação territorial ainda se submete a pontos presumidos ou referências cartográficas abstratas e dependentes de marcação. Craveiro Costa faz referência a documentos diplomáticos portugueses e espanhóis segundo os quais, sobre «...o espaço intermédio e deserto (entre o Madeira e o Javari), confessamos de ambas as partes que estamos todos às cegas». Daí que, por ocasião da Independência ainda perduravam dúvidas e condições para uma ampla disputa na demarcação de limites entre o Brasil e as demais repúblicas

ocupantes do espaço amazônico, notadamente o Peru e a Bolívia.

As referências que predominavam na condução da política exterior brasileira, nos momentos iniciais de constituição e consolidação do Império nascente, valiam-se dos acordos internacionais assinadas entre Portugal e Espanha. Segundo Craveiro Costa, «revivendo o período colonial da conquista amazônica a diplomacia brasileira retomava prerrogativas acordadas no ajuste preliminar de Santo Idelfonso». Segundo estas os direitos brasileiros se estendiam "até o paralelo que, correndo na latitude de $10^{\circ} 20'$, unisse a boca do Beni às vertentes do Javari". Esta posição se mantém por longo período na atuação da diplomacia brasileira, no trato das questões de limites com os países vizinhos. Entretanto, pelo tratado assinado em 27 de março de 1867, em Ayacucho, o Brasil modifica suas pretensões sobre os territórios ao sul da Amazônia. Segundo o Barão de Rio Branco: "muito diferente do de 1777, o Brasil cedeu a essa República (Bolívia) os territórios do Juruá e do Purus, o Acre ou Aquiri e os do Iáco ou Hiáco, ao sul da dita linha Javari Beni". A partir daí a linha de fronteira seguiria " da foz do Beni para oeste, por uma reta, tirada da margem esquerda, na latitude de $10^{\circ} 20'$, até encontrar as nascentes do Javari; se este tivesse duas nascentes ao norte, aquela linha seguiria por

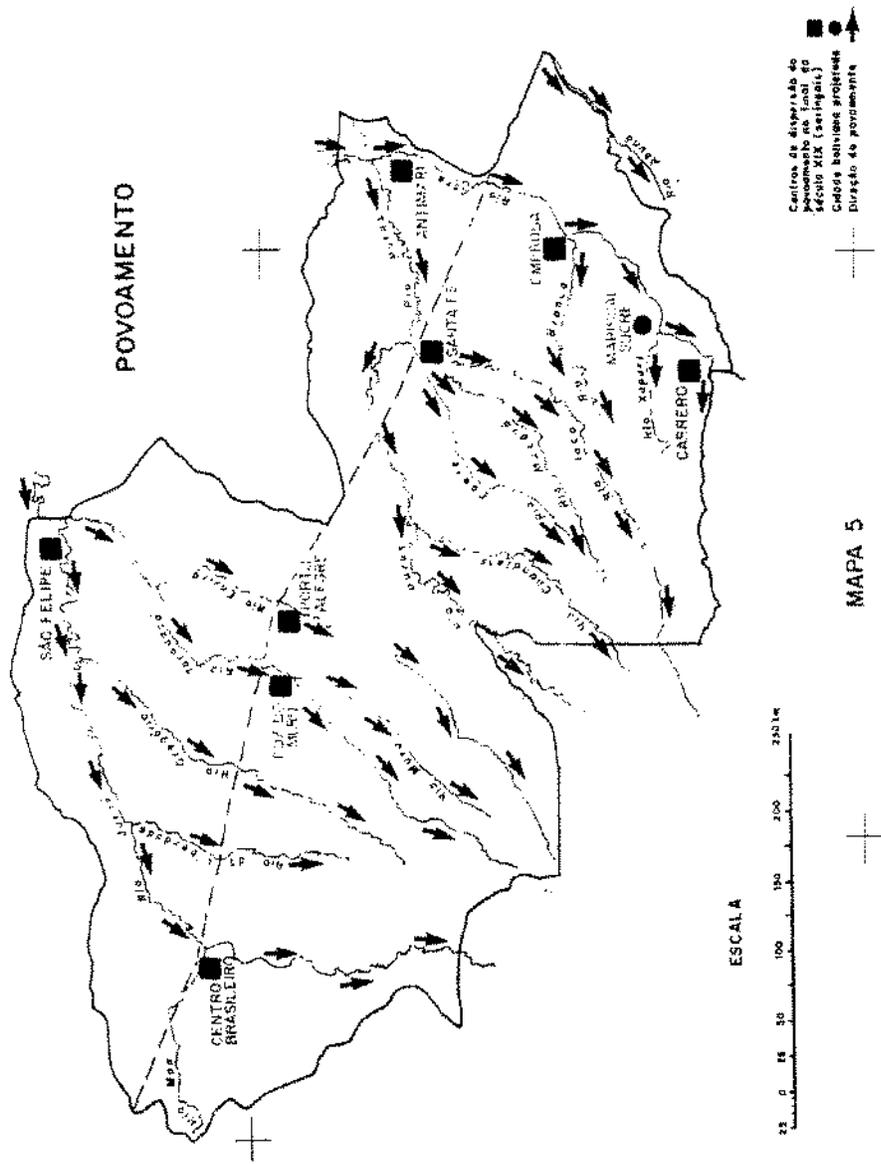
uma reta tirada da mesma latitude, a buscar a nascente principal do mesmo rio".

Na verdade, o conceito de posse concreta (*uti possidetis de facto*), e não o título legal (*uti possidetis de jure*) formou a base histórica que prevaleceu na demarcação das fronteiras entre as nações da América do Sul. Entretanto, é a situação das relações internacionais do Brasil, em guerra com o Paraguai, por ocasião da assinatura do Tratado de Ayacucho, que se põe como elemento determinante da decisão brasileira de abrir mão do domínio garantido pela aplicação do princípio do *uti possidetis* sobre as áreas ao Sul. O Brasil renunciou⁹⁰ aos direitos internacionalmente consagrados, ao dar uma interpretação favorável à Bolívia, não questionando o deslocamento do paralelo 10° 20'. Essa interpretação foi formalizada pelo Protocolo de 1895 e modificado pelo de 1899.

Fechados em limites estabelecidos pelo espaço econômico fundado pela ocupação litorânea, já polarizada pela produção do Sudeste e, em consequência, tendo os barões do café no domínio da ação política imperial, prevaleceu na decisão brasileira uma noção do espaço regional como "espaço desértico", usada pela diplomacia portuguesa, ainda nos momentos da disputa pelo mundo

90. MAGALHÃES, J. P. "A discriminação de terras na Amazônia - (o Acre)". Brasília, Gráfica do Senado, 1977. p. 47.

Figura 2.
Roteiro da Ocupação



colonial. Distanciada, geográfica e economicamente, do pólo centralizador do poder político da nação, a Amazônia não se definira, ainda, a partir de uma referência econômica que se contrapusesse aos interesses políticos que fundamentavam a prática diplomática brasileira naqueles momentos.

Apesar de datar do século XVI, a penetração em território acreano tinha, no entanto, um caráter exploratório e fora realizada por expedições que navegaram pelo Juruá. Essas incursões estavam voltadas, em alguns momentos, para a busca de metais preciosos⁹¹ ou, e posteriormente, para captura de indígenas, quando os objetivos se voltavam para a formação de uma base produtiva na parte paraense da região e a escassez de mão de obra se punha como barreira aos empreendimentos portugueses. Assim, por volta de meados do século XVII, de posse de «informações exactas sobre o curso delles [grandes rios que lançam no Amazonas]; e a ligação dos numerosos canaes foram conhecidos com as expedições que iam reduzir os índios ou trazel-os escravizados aos estabelecimentos portuguezes...»⁹².

A questão da incorporação da população indígena à força de trabalho regional não consegue, entretanto, deixar

⁹¹. É o caso da grande expedição organizada, em 1559, pelo marquês de Canete, Vice Rei do Peru e comandada por Pedro de Orsúa, com o objetivo de localizar a cidade de El-Dourado e o lago Parimé. (MENDONÇA, B. op. cit. p. 187)

⁹². *Ibidem*. p. 102

maiores marcas nos espaços da Bacia do Juruá ou na do Purús. Em espaços sub-regionais da Amazônia, posteriormente, os objetivos portugueses chegaram a conflitar com o trabalho de catequese dos jesuítas⁹³. Segundo Belarmino Mendonça, «tinham os jesuítas de Quito quatro missões abaixo de Cambebas, no Solimões superior. Para expulsão delles foi ordenada uma expedição portuguesa que partiu do Pará, 1708-1710»⁹⁴. As atividades expedicionárias de coleta de drogas confrontava com as populações indígena e limitava-se a uma parcela restrita do território que não ia além da foz do Tarauacá.

A fase das "expedições científicas", em verdade, viagens de reconhecimento e levantamento dos materiais disponíveis, contou com o comando ou a participação de membros dotados de conhecimento científico, promoveu um mapeamento das bacias do Juruá e Purus e deu conta do potencial regional em termos de essências florestais passíveis de exploração econômica. William Chandless foi responsável pela exploração do Purus em 1864 e 1865 e, possivelmente, o primeiro a realizar, por

⁹³. Em Marlene Silva, **O Paiz do Amazonas**, encontra-se uma das mais bem sucedidas tentativas de desvelamento da questão das missões religiosas na região amazônica. A autora trata a questão desde uma perspectiva que contempla a formação e as relações de classes, contribuindo para uma renovação da forma de apreensão da questão regional. Para atendimento dos nossos objetivos, no entanto, é necessário ter em vista que a ocupação do Acre se efetiva, principalmente, através da força de trabalho "branca". A experiência com força de trabalho indígena é restrita ao Vale do Juruá e se efetiva após a incorporação do Acre ao Brasil. A este respeito ver PICCOLI, J. C., *Sociedades Tribais e a Expansão da Economia da Borracha na Área Juruá-Purus*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1993. Tese de Doutorado, mimeo.

⁹⁴. MENDONÇA, B., op. cit. p. 102

volta de 1867, o levantamento geográfico de um amplo segmento do Juruá.

As informações geográficas sobre a região, com as quais laborava a ação da diplomacia à época do império, careciam, no entanto, de elementos econômicos que fossem capazes de estabelecer as bases para uma integração regional. Naquele momento, a importância econômica seria derivada de aspectos relacionados com os rumos da economia nacional que já se definia em termos do fortalecimento da economia do café, produto em torno do qual giravam as relações brasileiras de comércio internacional. Por outro lado, os momentos iniciais de consolidação da base produtiva do Sudeste, fundada na busca externa de capitais, implicava rigidez para a mobilidade dos capitais produtivos, o que impedia que as regiões formassem uma estrutura de espaços relativos, dando coerência a uma noção de economia nacional. A relativização dos espaços exige, antes de tudo, como condição necessária, a troca de mercadorias. Contudo, a integração regional depende da mobilidade geográfica do capital e da força de trabalho como condição necessária⁹⁵.

95. "No capital a substantivação do valor se manifesta numa potência muito mais elevada do que no dinheiro (Teorias da mais-valia, III, p. 116), enquanto que a "tendência a criar um mercado mundial se acha, portanto, diretamente implícita no conceito mesmo de capital" (Grundrisse, I, p.276). Por outro lado, torna-se necessário reconhecer que o movimento geográfico do dinheiro e das mercadorias como capital não é o mesmo que o movimento dos produtos e dos metais preciosos.

As economias regionais, enquanto estruturas fundadas na produção de "mercadorias", tinham os mercados externos como pontos de realização. Ou seja, nos momentos de constituição de cada espaço regional, o processo de relativização não se desenvolve a partir das relações entre os espaços geográficos nacionalmente determinados. E não apenas estes aspectos da realidade material da Nação emergente foram os únicos a preponderar na formulação, pela diplomacia brasileira, de uma política de limites para a região. Na conduta dos detentores do poder no império, ainda estava muito presente o distanciamento mantido pelas frações da burguesia regional em relação ao movimento pró-independência ao qual se filiou de forma parcial e tardiamente⁹⁶.

Essas relações conflituosas entre região e governo central, notadamente na sua fase inicial, perpassam todo o período do Império e se projetam sobre a República. Márcio de Souza, refere-se a estas questões, que caracterizam a dimensão política da constituição da nacionalidade, chamando a atenção para o processo de organização, pelo governos da República, das estruturas político-administrativas do Amazonas. Os ideais federalistas, que animavam o "estamento amazonense" são mantidos sob controle pelo Governo Provisório «que ...nomeará sucessivos interventores, até reconhecer o coronel Eduardo Ribeiro... já que ele encarnava

⁹⁶ SOUZA, M. op. cit. passim, e SILVA, M. op. cit. passim.

o ideal do progresso rápido e aproveitaria a orientação da economia no sentido do comércio exterior, transformando totalmente, em quatro anos, a capital amazonense»⁹⁷.

Nesta perspectiva, os acordos de delimitação dos espaços amazônicos brasileiros, ainda no período do Império, traduzem, principalmente, uma vontade nacional, ou exercício do poder imperial, e não esforços dispendidos no sentido de garantir reconhecidos direitos e privilégios regionais. A realidade regional, enquanto potencial econômico, se interpõe no contexto das ações do governo brasileiro como uma abstração; espaços cujos interesses são considerados em termos futuros gerarão limites presumidos.

Entretanto, contrapondo-se aos rumos dados à questão dos limites pelo governo imperial, os movimentos da economia do extrativismo se encarregam de promover a reconfiguração espacial do país. Sobre o desenho proposto pelo *habitat* da hévea, e servindo-se da imensa malha fluvial como caminho, capitais assumem a posse da área ao sul do paralelo de 10° 20', através do emprego da força de trabalho nordestina. A partir de 1877, as bacias do Juruá e do Purús passam a ser ocupadas, de forma intensa, através da formação dos seringais. A onda migratória, deslocando-se através dos principais afluentes, tais como o Acre e Tarauacá, segue

⁹⁷. SOUZA, M. op. cit. p. 94

todos os filamentos da malha fluvial, promovendo a ocupação generalizada da região.

Momentos de indefinição do domínio de direito, a fase tem os aspectos quantitativos dos movimentos da economia na área, soterrados pela ausência de informações em detalhe. O número de migrantes que atinge a região, ao longo do período, no entanto, pode ser avaliado a partir das informações que resultam dos novos números assumidos pelos negócios de importação de Manaus e Belém, que evidenciam a amplitude da contribuição da nova região.

As opiniões sobre os números da migração nordestina para a Amazônia divergem entre aqueles que se dedicaram a um exercício de estimativa. Para Graham e Buarque de Hollanda⁹⁸, no período de 1872 a 1900, a região recebeu 117.125 migrantes, dos quais 93.215 para o Amazonas, Roraima e Acre. Enquanto Celso Furtado estima o movimento da ordem de 260.000 imigrantes, até 1900 e de 500.000 até 1910. Samuel Benchimol e Amilcar Tupiassu, citados por Roberto Santos⁹⁹, reelaboram as bases da estimativa de Furtado «que consideram exagerada, e propõem um total de 300.000, até 1910».

⁹⁸. GRAHAM, D. H. & HOLLANDA FILHO, S. B., *Migration Regional and Urban Growth and Development in Brazil - A Selective Analysis of the Historical Record - 1872/1970*, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1971, vol. 10, p. 98.

⁹⁹. SANTOS, R., op. cit. pp. 99-100

Após a incorporação acreana ao território brasileiro, surgem os primeiros levantamentos indicativos da população e da produção. Partindo de um levantamento dos barracões, estimados em cerca de 415, realizado pela primeira Comissão Mista Brasileiro-Peruana, Belarmino Mendonça chega a uma população da ordem de «49.803 pessoas para a bacia juruaense»¹⁰⁰, enquanto que as duas bacias em conjunto teriam por volta de 100.000 moradores¹⁰¹.

Euclides da Cunha, comissário brasileiro junto à segunda Comissão Mista, em seu relatório à Chancelaria brasileira, informa da importância que a produção acreana passa a exercer sobre a produção amazonense: «a exportação da borracha sob as suas mais variadas modalidades, que vão dos mais finos produto da hévea ao caucho e ao sernambi, continuou a ser o mais seguro estalão no aferir-se o progresso geral - que duplicou no decênio de 1892-1902, como o revela a simples referência das produções anuais nos últimos três anos daquele período: 5.520.000 kg em 1900; 6.016.000 em 1901, e, em 1902, 6.750.000, isto é, mais de um terço da produção total do Estado do Amazonas»¹⁰². Estas informações são restritas ao Purús, incluindo o percurso entre Boca do Acre até as cabeceiras e excluem a produção do

¹⁰⁰ *Ibidem*, pp. 122-125.

¹⁰¹ Os cálculos realizados por Mendonça estão baseados no número de seringais (barracões), uma média de 86 pessoas por cada um e um total de 415 seringais.

¹⁰² CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1986. Edição comemorativa do 80º ano da expedição do autor ao Alto-Purus (1905-1985), p. 163.

Rio Acre e seus afluentes, ou seja, subestimam a contribuição da bacia do Purús na formação da produção amazense. A partir do rio Iaco, o trecho acreano do Purús apresentava, ainda segundo o mesmo relatório, mais de 120 seringais, o que demonstra, além da velocidade, a intensidade do processo de ocupação. Os levantamentos realizados por Belarmino Mendonça indicam que grande parte da produção da bacia do Juruá também se incorporava à produção dos Estados do Amazonas e do Pará. A indefinição dos limites territoriais, que perdura até 1903, permitia que a operação de firmas de ambos os estados na região acreana, de forma direta - através da administração de seringais - ou de forma indireta através do sistema de aviamento -, efetuasse o traslado da produção para os portos de Manaus e Belém, onde era contada como própria.

Ao longo deste período, que vai até a incorporação da região acreana ao território nacional, a produção gumífera regional avança dos 6,6 mil toneladas, em 1877, para 31,7 mil toneladas em 1903. Os dados sobre as exportações regionais de borracha, coletados pela FIBGE, até 1900 referem-se à borracha não especificada. Por outro lado, a apuração dos valores contidos nos relatórios das comissões de limites e das administrações regionais no período

apresentam-se sensivelmente superiores aos valores apurados por esta fundação¹⁰³.

No entanto, todos os levantamentos são indicadores do extraordinário avanço experimentado pela produção/exportação regional nos anos imediatamente após o movimento migratório que promove a integração da região acreana como área de produção gumífera. A tabela 2, a seguir, contém os números das exportações entre 1855 e 1885, segundo Le Cointe.

Tabela 2.
Exportação de Borracha da Amazônia, 1855-85
(toneladas)

Ano	Export.	Ano	Export.	Ano	Export.
1855	2.197	1866	5.434	1876	7.909
1856	1.906	1867	5.827	1877	9.215
1857	1.809	1868	5.651	1878	9.229
1858	2.242	1869	5.876	1879	10.136
1859	2.674	1870	5.602	1880	9.808
1860	2.672	1871	6.765	1881	9.124
1861	2.515	1872	8.218	1882	10.493
1862	3.556	1873	8.291	1883	11.000
1863	4.034	1874	7.716	1884	11.158
1864	3.466	1875	7.730	1885	12.322
1865	3.546				

FONTE: Le Cointe, vol. 2, p. 432-4.

Um segundo ponto de interesse, para uma compreensão da região acreana como produtora, é a afirmação da predominância da *hevea brasiliense* entre as variedades de árvores lactíferas existentes na região. Os relatórios dos comissários brasileiros junto às Comissões Mistas Brasileiro - Peruanas, possuem referências que confirmam a pequena importância do caucho na produção acreana de goma elástica.

¹⁰³ A questão dos dados sobre a produção gumífera voltará a ser tratada no capítulo que examina a questão da produção gumífera e o processo de industrialização brasileiro.

Belarmino Mendonça afirma «que o caucho é somente extrahido por peruanos e mui raramente por brasileiros», enquanto Euclides da Cunha indica de forma mais precisa o território caucheiro: «a *castilloa*, a partir dos vales do Madre de Dios e do Ucaiale, se derrama para o norte transpondo o *díivortium aquarum* do Amazonas para ir florescer quase além do Ituxi e outros rios do baixo Purús - a hévea parece ir apenas até Cataí». Ou seja, a região acreana é predominantemente ocupada pela hévea.

País sem excedentes populacionais que pudessem alcançar o roteiro da produção gumífera, a Bolívia encontra na ocupação do seu território (projeção do espaço econômico das praças de Belém e Manaus) uma área de benefícios a serem alcançado através da arrecadação de impostos.

Enquanto a ação do Estado boliviano limitou-se à prática fiscal, os limites territoriais não sofreram, por sua vez, contestação por parte dos ocupantes. No entanto, os movimentos no sentido de questionar a propriedade seringalista desencadearam reações que desembocaram em pelo menos duas tentativas de eliminar a soberania boliviana sobre a área. A primeira pretendia criar uma república independente, mas é abortada diante da fragilidade do suporte material com o qual conta seu líder, Dom Luiz Galvez

Rodrigues de Arias¹⁰⁴. A insuficiência do apoio recebido foi resultado, de um lado, das dificuldades que surgem com a tentativa de constituição de uma república independente que, uma vez constituída, questionaria a operação das empresas da região. Por outro lado, o governo do Estado do Amazonas, principal interessado na separação e, portanto, principal ponto de apoio da empreitada, por força de pressões do governo federal, se recolhe, cortando o abastecimento do grupo.

Existem tentativas pacíficas, de cunho burocrático, visando estabelecer o domínio sobre a região acreana, desencadeadas por parte do Estado do Amazonas e que se desenvolvem de formas e em momentos diversos. O governador do estado, Dr. Silvério José Nery, articulou situações de fato como a criação de uma «collectoria de rendas estadoaes (sic) na foz do Juruá, que continua a funcionar no porto colombiano»¹⁰⁵ (decreto de 27 de janeiro de 1902), além de iguais representações fiscais em outras regiões, tais como a Boca do Breu, no Alto-Juruá, que resultaram na intervenção

¹⁰⁴. O decreto de proclamação do Estado Independente do Acre foi assinado por Galvez em 15 de julho de 1899. No documento estavam estabelecidos os limites territoriais e a denominação da capital. O decreto de número dois, da mesma data, adotava a bandeira. Em primeiro de dezembro de 1899, Galvez enviou aos principais Chefes de Estado da época uma circular comunicando haver "assumons la charge de Président de l'État Indépendent de l'Acre, acclamation que nous fut conferée par les habitants de cette region delaissé du Gouvernement de la République de la Bolivie". O recurso à língua francesa era uma submissão às regras da comunicação diplomática. Pelo Decreto nº 10, de 20 de julho de 1899, o estado independente assumira, como língua oficial, a portuguesa.

¹⁰⁵. MENDONÇA, B., op. cit. p. 202

do Governo Federal, inicialmente numa tentativa diplomática de evitar a formação de uma área de conflito.

A segunda tentativa de sentido beligerante, originariamente denominada "Expedição Floriano Peixoto", terminou rebatizada de "Expedição dos Poetas". O Governador do Amazonas, Silvério José Nery, comprometido com a organização dessa expedição, é, mais uma vez, submetido às pressões do governo da República Boliviana, através da chancelaria brasileira e terminou recuando em seu apoio. Com o fluxo de suprimentos, na forma de alimentos, armas e munições, cortados e sem recursos próprios para manter a expedição, a tentativa de independização da área transforma-se em mais um fracasso.

A partir do momento em que a República Boliviana aciona medidas efetivas contra o capital seringalista, o poder coletivo de classe assume a condução da reação contra a ameaça, ao tempo em que o governo brasileiro mantém equidistância dos fatos. A formação de um exército armado é o resultado da integração de forças de comerciantes, financiadores das operações armadas, e seringalistas que mobilizam seringueiros e assumem a condução das lutas que se desenvolvem na região delimitada pela bacia do Purús. A liderança do movimento armado é posta em mãos de quem detinha a formação militar mínima, no caso José Plácido de

Castro, um agrimensor gaúcho que realizava no Acre a medição e regularização de propriedades seringalistas.

Assumindo a liderança do movimento armado, Plácido de Castro, no entanto, não questiona a presença brasileira na região. Ao contrário, ligado aos interesses econômicos regionais, cria o Estado Independente do Acre, após escaramuças que redundou na expulsão do exército boliviano da área, muito mais como momento de uma estratégia que visava a incorporação regional ao Brasil. Haja vista, que logo após declarar a área independente em relação à Bolívia, Castro é recebido com honras de herói na capital da República Brasileira, para onde se desloca e onde tratará das questões relativas à incorporação ao Brasil. A partir deste momento, a Chancelaria brasileira, sob a liderança do Barão do Rio Branco, se porá em ação, ao tempo em que se processa a intervenção brasileira na área. Em 17 de novembro de 1903 é assinado o Tratado de Petrópolis, pelo qual a Bolívia cede a região acreana ao Brasil, que se compromete, em troca, ao pagamento da importância de dois milhões de libras esterlinas e à construção de uma ferrovia ligando o Madeira e o Mamoré.

O redesenho territorial brasileiro, assumindo, agora, bases empíricas, sustentadas por uma realidade econômica marcada pelas condições seringalistas, reafirma a propriedade fundiária e as bases de organização da economia

do extrativismo. Por outro lado, este movimento promove uma transformação nas relações do poder central com a região. As estruturas do seringalismo passam a se relacionar de uma forma direta com a administração central do país. A nova região, contrariando as intenções do governo amazonense, que apoiara política e financeiramente a rebelião acreana, é incorporada ao Brasil na forma de Território Federal, dividido em três Departamentos autônomos: Alto-Acre, com 40.500 Km², do Alto-Purús com aproximadamente 40.000 Km² e do Alto-Juruá com cerca de 70.000 Km², segundo estimativas da época. A organização está baseada na Lei nº 1.181, de fevereiro de 1904, e a administração se realiza diretamente pelo governo central, através de prefeitos nomeados. Nas capitais existiam apenas barracas e florestas: Rio Branco no Seringal Empresa, Sena Madureira no rio Yaco e Cruzeiro do Sul no Juruá. A unificação da administração do território somente vai ocorrer no governo Epitácio Pessoa.

Em alguma medida, a decisão do governo brasileiro contará com o respaldo do Estado do Pará que, por ocasião das ações militares de guerra, assumira uma posição pró República da Bolívia, temendo que se processasse o fechamento da região acreana para os brasileiros, o que representaria a perda dos negócios. Assim, não se

incorporando a área ao Estado do Amazonas¹⁰⁶, o Pará também manteria suas ligações com as empresas seringalistas da área. Ou seja, preservaria os interesses das casas aviadoras com sede na praça de Belém.

As dificuldades na determinação dos limites do território acreano não se esgotam com a assinatura do Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia. A partir do extremo oeste da região, no sentido sudoeste, somente após um longo trabalho demarcatório resultado de uma estratégia de negociações diplomáticas, surgem as fronteiras com a República do Peru que, alegando direitos nos vales do Alto-Purús e do Alto-Juruá, insistira em participar nos ajustes com a Bolívia e o Brasil. Proposta com a qual o chanceler brasileiro, Barão do Rio Branco, jamais concordou: ao Governo do Peru ele esclarecia que não era conveniente uma discussão a três. Quando concluiu o pacto com a Bolívia, «o Governo brasileiro terá na maior atenção as reclamações do Peru»¹⁰⁷, fazendo lembrar que nada poderia ser feito com base no Tratado de Santo Idelfonso (1777), como propunha o governo peruano, pois as antigas metrópoles européias o declararam nulo pelo Tratado de Badajós (1801).

106. Tendo em vista que a ocupação da região acreana contara com uma ampla presença do Estado do Amazonas, após a incorporação da área, o governo deste Estado, recorrendo ao instituto jurídico da *utis possidetis*, patrocina uma questão que se arrasta pelos tribunais conduzida pelo jurista Ruy Barbosa. A União tem ganho de causa e é mantida a condição de território federal para a região.

107. Telegrama de 20 de janeiro de 1903 ao Ministro Plenipotenciário do Brasil, em Lima. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Visando estabelecer um maior domínio sobre o território acreano, as atitudes peruanas não se limitaram ao quadro das ações diplomáticas. As tentativas de implantação de uma base peruana na região resultaram em momentos de violência armada. Tropas oficiais brasileiras, contando com apoio de voluntários, sob o comando do capitão do 15^o Batalhão de Infantaria, Francisco d'Avila e Silva, desmobilizaram um posto aduaneiro peruano na Boca do Amonea¹⁰⁸. A força peruana capitulou a 5 de novembro de 1904. No mesmo ano, segundo Leandro Tocantins, já «ocorrera luta entre peruanos que desciam o rio à procura de atos de posse e habitantes brasileiros nos seringais do rio Purús. Em Funil, durante o dia 30 de março (1904), até onze horas da manhã de 10 de abril, houve renhido combate provocado por assaltos peruanos. O dono do seringal Liberdade, José Ferreira de Araújo, reuniu centenas de seringueiros e enfrentou os invasores, que se retiraram»¹⁰⁹.

O agravamento do enfrentamento armado e as dificuldades enfrentadas pelos comissários brasileiros, no relacionamento com os peruanos, levaram o Governo brasileiro a enviar ao «Alto-Juruá, sob o comando do major Cipriano Alcides, uma

¹⁰⁸ Essa região formada pelo território ao sul do Breu, por força do Acordo provisório de 12 de julho de 1904, fora "neutralizada", ficando sob jurisdição brasileira toda a Bacia do Juruá ao norte do mesmo afluente, e em virtude do qual as autoridades peruanas deveriam retirar-se desse rio.

¹⁰⁹ TOCANTINS, Leandro, Um relatório sobre a geografia física e humana do Rio Juruá - Introdução à Memória da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana, Relatório do Comissário Brasileiro - 1904-1906. (MENDONÇA, B., op. cit.)

força de 225 homens do 15^o Batalhão de Infantaria, que estacionara em Manaus. Tanto o Brasil como o Perú fizeram encomenda de armamento alemão. As notas trocadas entre o Barão do Rio Branco e o Ministro peruano, no Rio de Janeiro, Hermán Velarde, revelavam um desencontro total de pontos de vista»¹¹⁰.

O Perú manteve a reclamação sobre os territórios do Alto-Purús e do Alto-Juruá, chegando a ampliar suas reivindicações até o Município de Lábrea, no Estado do Amazonas (tentativa de fazer ressurgir a caduca linha Madeira-Javari do instrumento de Santo Idelfonso), tornando muito tensas as relações com o Brasil. Em 12 de julho de 1904, o Chanceler brasileiro obtém o *Modus Vivendi* que se destinava a prevenir possíveis conflitos na região sob litígio e pelo qual se estabelecia, através do artigo 9^o, a criação de duas comissões mistas, uma para a região do Alto-Purús outra para a região do Alto-Juruá, incumbidas de proceder ao reconhecimento geográfico nesses rios, com o objetivo de caracterizar o futuro tratado de limites entre os dois países. Através da efetivação desses atos diplomáticos de demarcação territorial, Euclides da Cunha produz, com extraordinária acuidade, um ensaio sociológico onde explicita os momentos de ruptura das condições do extrativismo pioneiro e o estabelecimento de diferenciação

110. *Ibidem*, p. 25.

que leva ao seringalismo, forma predominante na região acreana. Conquanto se apoie exclusivamente nas questões relativas à passagem da exploração do caucho para a variedade hévea, abandonando os elementos relativos às relações sociais, tais como a relação seringueiro-seringalista, Euclides funda o ponto de partida para uma nova apreensão da realidade objetiva regional, chegando, inclusive, a fazer referência ao surgimento de uma "nova sociedade". A segunda comissão, responsável pelo levantamento da região do Alto-Juruá terá como responsável pela parte brasileira o General Belarmino Mendonça.

Os resultados dos levantamentos realizados pela comissão mista brasileira-peruana irão demonstrar que o «amplo povoamento brasileiro, em todo o rio Juruá, é maciço, ininterrupto e produtivo. Como no Purús, só nas mais remotas partes do alto-rio apareciam os primeiros vestígios de *caucheiros peruanos*»¹¹¹, contrariando a argumentação da diplomacia peruana. Segundo o Coronel Belarmino Mendonça, «os núcleos senhoriais dos seringueiros, mais geralmente conhecidos por barracões, constituídos por agrupamentos de casas, tornam às vezes as proporções de pequenos povoados e pontilham as várzeas e os firmes, atestando o povoamento regional». Por vezes, diante das teses do comissário peruano, o desmentido chega a ser frontal, como no ofício de

¹¹¹. *Ibidem*, p. 26.

25 de outubro (1905): «Ao primeiro item (o comissário peruano afirmara existência de populações de origem peruana)», continua Belarmino Mendonça, «teria a opôr que em nenhum dos três pontos existem casarios ou multidão de casas, mas apenas alguns ranchos de palha. Não são moradas fixas de patrões nem de caucheiros peruanos que constituem população adventícia pela razão imperiosa de somente o caucho os atrair a sua extração feita à custa da vida da árvore (...) Nem famílias habitam (...) Na zona descrita, notadamente nas duas margens do Breu, existem 54 brasileiros com residência fixa, ocupados na extração da borracha e no cultivo de alguns cereais (...) desde fins de 1897»¹¹².

Estas referências, ao lado da demonstração das questões relativas à formação dos limites acreanos, explicitam características próprias de dois momentos das condições de existência da economia do extrativismo. Em primeiro lugar, a extração do caucho como a forma predominante da atividade extrativista pioneira e sua feição expedicionária. O movimento que se assenta na incorporação da população peruana esteve, fundamentalmente, associada a esta variedade de árvore gumífera e é anterior ao movimento migratório brasileiro. Em segundo lugar, se destaca uma formação sedentária, tendo a variedade *Hevea Brasilensis* como base do trabalho que se desenvolve depois dos últimos anos da década

112. *Ibidem*, p. 27.

de setenta. O rio, nas palavras de Leandro Tocantins, «prova-se incontestavelmente, estava quase todo povoado por brasileiros estabelecidos na produção de borracha. Os peruanos percorriam as cabeceiras, à procura de caucho, que é uma exploração predatória e não fixa o homem à terra. A árvore do caucho é abatida, extrai-se a goma, e o caucheiro prossegue em suas andanças na floresta, à procura de novas espécies».

Afirma-se o ponto de vista brasileiro em documento sancionado pelos dois países: a 12 de maio de 1906 os dois comissários assinaram a Memória da Comissão Mista, pondo termo à todas as questões invocadas pelo Governo peruano.

2. A FORMAÇÃO DA EMPRESA SERINGALISTA E O PROCESSO DE TRABALHO NOS SERINGAIS

O período que vai de 1830 a 1890 é o tempo de constituição de uma contextualidade regional marcada pela exploração gumífera. A renda interna regional, segundo cálculos realizados por Roberto Santos, se eleva de Rs.748:235\$000 para Rs.47.077:464\$000, enquanto a renda per capita se eleva de US\$ 31 para US\$ 275. Em termos físicos, segundo dados coligidos pela FIBGE¹¹³, as exportações nacionais de borracha, indicando sensibilidade aos movimentos dos preços, avançam de 31 t em 1827, para 6.723 t em 1880. Ainda segundo a mesma fonte, o valor das exportações se eleva de 1 para 1.091 milhares de libras-ouro, ou seja, o preço por tonelada passa de 32 para algo superior a 160 libras-ouro.

A nova demanda por borracha se assentava, de um lado, e como característica mais geral, numa produção organizada em termos capitalistas. E, à medida em que avançavam novas aplicações para o material, mais fortalecidos ficavam os determinantes da demanda industrial. A invenção do pneumático, em 1888, por Goodyear e a conseqüente expansão

113. FIBGE, Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais - 1550-1988, 2ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro, 1990.

do uso da bicicleta nos Estados Unidos, na década de 1890, além do vertiginoso crescimento da indústria automobilística expandem a demanda industrial e concorrem para a elevação dos preços internacionais do produto. O setor automobilístico constituía o núcleo dinâmico das inovações tecnológicas e organizacionais, no período, internalizando uma notável capacidade de acumulação. A perspectiva que se punha para a estrutura produtiva regional não era, portanto, a de meramente ampliar o volume produzido, processo que já se desdobrara, desde a metade do século, e contribuía de forma efetiva para elevar o valor das exportações regionais. Dadas as limitadas condições da exploração fundada no trabalho indígena, o atendimento da demanda industrial, que se desdobra com as múltiplas possibilidades de uso da borracha, impunha novas exigências.

Em primeiro lugar, o volume que passa a ser demandado, além de superar em muito os valores até então exportados pela região, terá como característica principal fundar-se numa demanda em expansão. O caráter expansivo da demanda, por outro lado, deve ser atribuído, principalmente, como uma decorrência do próprio funcionamento do processo de acumulação capitalista que fundamenta a produção industrial. O atendimento das novas necessidades, tendo em conta as características do trabalho, além da própria configuração técnica do processo de trabalho, como, até então, se

organizava a coleta do látex, exigirá profundas transformações no emprego e na distribuição espacial da população.

Em segundo lugar, mesmo que a produção possa submeter-se à oscilações, possíveis em qualquer processo produtivo, estas devem ser minimamente previsíveis e devem ocorrer sem levar a atividade produtiva a níveis que possam problematizar a acumulação industrial. Por um lado, isto passa a requerer um volume produzido capaz de permitir a formação de estoques controladores e, por outro lado, a definição de um processo e de condições produtivas organizados de forma a imprimir um novo padrão de disciplina no trabalho diferenciada daquelas sobre as quais se organizava a produção regional até então. Torna-se necessária a montagem de um segmento especializado no universo amazônico, reforçando, aliás, a posição que historicamente a região assumia enquanto espaço construído a partir das demandas externas. Ou seja, reforçam-se as determinações do mercado mundial, organizado em termos das necessidades da acumulação capitalista, centradas na produção industrial européia e norte-americana, sobre a economia regional.

Conquanto não se integre ao universo das preocupações teóricas de grande parte dos trabalhos produzidos sobre a história amazônica, a partir dos anos finais da década de

setenta do século passado se efetiva a diferenciação na forma organizacional do seringal que assume a feição de elemento essencial na apreensão da produção de configurações espaciais específicas como as explicitadas na Amazônia. Oliveira Filho¹¹⁴, em uma das mais bem sucedidas tentativas de apreensão dessa particularidade, termina, no entanto, envolvendo-se numa "explicação", que se sustenta sobre a estrutura familiar do produtor direto - o seringueiro -, perdendo de vista a forma de inserção da região no mercado internacional e outros elementos da diferenciação que se processa ao nível das relações sociais nas áreas onde predomina a produção gumífera como base da produção de matéria-prima industrial. Outros autores, como Ferreira Reis e Armando Mendes, em que pese a extraordinária qualidade teórica dos seus ensaios de interpretação da realidade amazônica, além da riqueza de fatos e evidências históricas, limitam-se a captar a diferenciação «como uma singularidade local»¹¹⁵.

Neste sentido, a seqüência deste tópico manterá um estreito diálogo e, em alguma medida, procurará sustentação no ensaio de Oliveira Filho, no qual se atribui à problemática das formas sociais do empreendimento gumífero uma posição central para o desvendamento da dinâmica da

114. OLIVEIRA FILHO, J. P., op. cit.

115. Idem, *Ibidem*, p. 121.

sociedade amazônica. Conquanto existam divergências essenciais com a perspectiva teórica daquele autor, serão mantidas suas bases bibliográficas e, amplamente, a seleção de eventos, por sua pertinência no processo de construção teórica da questão proposta. Notadamente no que tange ao processo de diferenciação das configurações espaciais, elemento nuclear do conjunto dos interesses deste trabalho.

Incrustrada nos limites da organização produtiva regional, até meados do século passado, a coleta do látex submetia-se aos padrões sob os quais eram realizadas as demais produções dentro da mesma unidade produtiva e sujeita a mesma rede de financiamento. Neste sentido, à medida em que se fortaleciam as condições da demanda industrial - com a descoberta da vulcanização - pela goma elástica, a produção regional de borracha assumia uma feição concorrencial com as demais produções e passava a sofrer ataques de parte da classe dirigente regional. Assim, a diferença que se estabelece entre a forma organizativa prevalecente na fase inicial da exploração gumífera e o período do apogeu, já no avançar da década de setenta do século passado, surgem «não como uma diferença de modelos de empreendimentos econômicos, mas isoladamente como diferenças em características empíricas (referência a áreas geográficas distintas, a mão-de-obra utilizada, a existência ou não de mulheres no seringais, existência ou não de lavoura e/ou

criação etc.)»¹¹⁶. Cabe, entretanto, estabelecer os mecanismos que são acionados de forma a tornar essas distinções como determinações de uma forma transformada de organização da produção gumífera, fato que configurará a nova fase da exploração gumífera e marcará a realidade da região acreana, espaço geográfico fundado exclusivamente na extração do látex.

A forma de unidade produtiva que predominava na fase inicial de coleta do látex, denominada por Oliveira Filho de seringal caboclo, tem existência disseminada pelo território paraense, regiões de ocupação pioneira, tais como a região das "ilhas" e das "cabeceiras", nos seringais do "baixo Amazonas" e dos "altos" (i.e., dos altos cursos afluentes do Solimões) e dos seringais do "Pará". Predominantemente, prevalecem, como determinantes do seringal caboclo fatores muito diversos e principalmente técnicos, tais como a espécie de árvore de que é extraída a borracha, sobre a composição pela qual é preparada a goma, as técnicas de extração, a concentração ou dispersão das árvores, a rentabilidade das árvores, a produtividade por seringueiro, a duração da safra etc.. Acertadamente e sem descartar tais critérios, Oliveira Filho procura ver, usando o critério de precedência temporal, como essa distinção, quando referida à

¹¹⁶. Idem, *Ibidem*, p. 122.

área de ocorrência, remete a aspectos solidários de uma «totalidade subjacente».

O primeiro elemento que se destaca na pesquisa que desenvolve ao longo do exercício de análise de Oliveira Filho é a predominância da força de trabalho indígena - (o "aspecto solidário de uma totalidade subjacente"). Elemento que surge em vários autores, desde Pimenta Bueno (1874) até José Verissimo(1970), Tavares Bastos(1975), Spix e Martius(1976), ou Caio Prado Jr.(1965) e Darcy Ribeiro(19..). Assim, para o autor, «em termos de mão-de-obra, nenhuma diferença existe entre as unidades em que se produz a borracha e aquelas em que se produz as outras principais exportações da província (primordialmente de natureza extrativa), distinguindo-se no entanto das culturas de cana-de-açúcar e cereais"¹¹⁷.

O segundo elemento diferenciador dos "modelos de seringais" refere-se à não especialização da unidade produtiva na fase pioneira. Coexistem na mesma unidade produtiva atividades econômicas diversas, indo desde uma agricultura de subsistência à criação, passando por formas variadas de extração (vegetal, como a borracha, a salsa, o cacau, o óleo de copaíba, a castanha; e animal, como a manteiga de tartaruga, o pescado etc.). Segundo Ferreira Reis, antes do rush da borracha, a lavoura de alimentação já

¹¹⁷. *Idem, Ibidem, p. 123.*

era um dos pilares da vida econômica do homem amazonense. Não é de surpreender, portanto, que «...na fase inicial da produção gumífera, quando ela se processava na área paraense do baixo Amazonas, nas ilhas (grifo MJL), sendo o seringal o próprio caboclo nativo, os pequenos seringais explorados não funcionavam na base da importação de gêneros alimentícios. Ao contrário neles havia uma lavoura alimentar suficiente e de acordo com a dieta do nativo...»¹¹⁸.

Não existiam incompatibilidades entre diferentes produções e o acesso às áreas de extração do látex podia se dar em paralelo à aquisição de terra para o cultivo. No baixo Amazonas e nas ilhas, onde era possível o arrendamento de estradas de seringa, era sempre possível adquirir junto um terreno apenso destinado à produção agrícola, segundo Armando Mendes¹¹⁹.

O terceiro ponto de diferenciação seria dado pela relação de apossamento do terreno. No seringal caboclo, não existiam maiores preocupações com a formalização da propriedade da terra. Quanto a este aspecto, Oliveira apoia-se em Armando Mendes¹²⁰, para quem o sentido da propriedade seria resultado das relações do homem com seu grupo e o seu

118. FERREIRA REIS, A.C., "O Seringal e o Seringueiro". Rio de Janeiro, Ministério de Viação e Obras Públicas, 1953. apud Oliveira Filho, op. cit., pag. 124.

119. MENDES, Armando, "A Borracha no Brasil". São Paulo, Editora difusão S.A., 2ª ed., 1943, apud Oliveira Filho, p. 124.

120. Ibidem, p. 124.

meio: o baixo Amazonas constituiria o lugar natural do seringueiro, no qual já teria moradia estabelecida e certa.

O quarto e último aspecto diferenciador dos "modelos" de seringais, desde o ponto de vista de Oliveira Filho, estaria nas formas distintas assumidas pelos esquemas de financiamento e de comercialização. Segundo Ferreira Reis, a força de trabalho indígena incorporada aos seringais caboclos era relacionada ao "esquema tradicional de aviamento" fornecido por pequenos comerciantes de vários núcleos urbanos do interior; «Quando se iniciou a corrida para a floresta em busca da borracha, a participação do índio não foi menor que a demonstrada noutros misteres. Ao lado do caboclo fez-se, nos primeiros tempos, extrator de seringa, que vendeu aos regatões, aos comerciantes dos pequenos núcleos do Madeira, do Solimões, do Baixo Amazonas»¹²¹.

A dificuldade que o desvendamento permitido pela análise de Oliveira Filho vai enfrentar está na forma como as diferenças são postas. Diante da manifesta negação de um processo global, as evidências empíricas passam a constituir elementos que devem se enquadrar na perspectiva genérica de um modelo abstrato, um esquema *a priori*. Uma contextualidade social dinâmica torna-se, assim, incapaz de explicitar as formas que lhe são próprias, expressões de seu ir-sendo-

¹²¹. FERREIRA REIS, A.C., op. cit., p. 128, apud Oliveira Filho, op. cit., p. 125.

assim, cabendo ao intelecto dar forma ao real, ou no mínimo, assumir a sua "arrumação" de forma a torná-lo compreensível.

Daí que não apreenda que, enquanto resultado histórico, o mundo amazônico autonomizava-se relativamente de sua matriz originária de extração colonial à custa de muitas dificuldades¹²² e já construía formas próprias, singularidades que dão sustentação a posições socialmente consistentes. A reação das frações da burguesia que dominavam as relações de comércio, segmentos da classe dominante regional, ao surgimento da nova produção - a produção gumífera - não se faz presente apenas enquanto uma mera disputa pela manutenção de parcelas da renda regional.

Não faz sentido assumir uma perspectiva que põe os agentes econômicos relevantes fora do contexto regional, elementos de outras contextualidades em luta pela partilha do "saque sobre as riquezas regionais". Ao contrário, perpassa o mundo amazônico uma luta de outra natureza: a que envolve a defesa das condições de reprodução das relações sociais que lhes dão sustentação, expressão de uma "consciência amazônica". São estas determinações que se

122. Em *O Paiz do Amazonas* se explicitam os momentos fundamentais da constituição dos agentes sociais que articulam a contextualidade amazônica, desde si mesma e no confronto com frentes externas. As relações econômicas, fundamentais para a ocupação regional e que levaram à montagem de um espaço econômico reflexo, não devem, entretanto, serem entendidas como exclusivas na constituição de um novo espaço social em si. A Amazônia desemboca no final do século XIX, acionada desde o imenso parque industrial externo, mas sustentada em complexas tramas de relações sociais, resultado de trezentos anos de história. As respostas à esta demanda são construídas tendo a marca das tramas sociais fundadas nas complexas relações. (SILVA, M. op. cit. passim).

traduzem, também, nos limites e nas formas propostas para o que Oliveira Filho denomina de "políticas de colonização" que fundamentam os discursos e as lutas políticos regionais. E essas relações, perpassadas por antagonismos, explicitam os momentos da realidade amazônica, já agora exposta como conteúdo teórico sinalizador dos rumos e sentidos das lutas regionais socialmente postas.

Nesta perspectiva é que se torna apreensível a cisão que se estabelece nos rumos da organização da unidade econômica fundamental, de tal maneira que qualquer das formas assumidas pela empresa seringalista e identificadas por Oliveira Filho não se põe como forma universal, hegemônica sobre todo o espaço geográfico que se forma sob a economia do extrativismo. Ou seja, não se processa uma passagem de uma forma para outra - do seringal caboclo para o seringal de apogeu. Ao contrário, a contextualidade formada pelo mundo dos seringais se constituirá em configurações espaciais que se particularizam em função das formas organizacionais assumidas pela empresa seringalista. A região acreana não apresenta vestígios da forma seringal caboclo que, no entanto, permanece disseminada pelas subregiões paraenses e amazonenses convivendo com a forma seringal do apogeu.

Assim, ao lado das rigidezes socialmente impostas à mão-de-obra indígena, que se acantonava em áreas de produção que

reconhecem como sua "moradia habitual" (Mendes, 1943), estarão os interesses, elementos fundantes do solo sobre o qual se desdobram os momentos da sociabilidade regional, momentos do processo de reprodução social. Paralelamente, e também¹²³ por conta das determinações que emanam da reprodução dessa contextualidade social, serão criadas as novas formas de mobilidades geográficas do trabalho, seguindo os movimentos intensificados de capital.

A formação de novas e ampliadas fontes de forças de trabalho, que não aquelas interiores à região, constituirá o fator essencial para a ampliação do espaço geográfico da economia do extrativismo. E a partir da combinação das dimensões territoriais determinadas pela incidência da hévea e de um novo perfil demográfico proposto por esta nova força de trabalho se formarão esquemas diferenciados de controle e organização do trabalho nos seringais. Daí surgirá, a partir do final da década de setenta do século XIX, a nova empresa seringalista, o seringal do apogeu, para usar a expressão de Oliveira filho.

Ao se tomar na devida consideração as condições de existência da realidade amazônica, as determinações da economia do extrativismo não dependerão exclusivamente

¹²³ Convém ressaltar que não se busca absolutizar as condições de reprodução do todo social na região, o que não caberia, mas, explicitar os momentos em que estas se combinam às forças postas pelo interesse da acumulação de capital, produzindo os momentos de transformação que levam à formulação de novas configurações espaciais, particularmente a região acreana.

das relações com as condições da demanda processada segundo momentos da economia européia e norte americana. Por outro lado, e em decorrência, a própria perspectiva de apreensão dos movimentos de passagem para o seringal de apogeu desde os elementos de uma teoria da fronteira, como proposto por Oliveira Filho, ficará, em alguma medida, problematizada. O período do *rush*, antes de qualquer coisa, apreendido desde um enfoque que evidencie a re-inserção regional no mercado internacional, se inscreve no universo amazônico no momento em que este está subsumido às determinações de uma produção de mercadorias. Portanto, no âmbito interno regional e nas relações deste com condições externas, prevalecem os elementos que levam à determinação de um ponto de inflexão na dinâmica da economia da região: momento de superação da fase de produção das denominadas drogas do sertão, herança da fase colonial, pela incorporação do espaço econômico amazônico na nova distribuição internacional do trabalho que decorre das transformações que o mundo capitalista experimentou, a partir dos desdobramentos do que se convencionou denominar de "segunda revolução industrial".

No entanto, a noção de fronteira, com a qual labora Oliveira Filho, estabelece um "espaço teórico" típico de uma situação de transição para o capitalismo, ou até mesmo, de constituição de seus pressupostos históricos. A força de

trabalho, que será envolvida na produção gumífera no auge, entretanto, não emerge em momentos internos da transformação e/ou reposição da economia amazônica. E, portanto, a ocupação da força de trabalho, antes de uma "colocação pioneira", própria dos movimentos de fronteira, como pretende Oliveira Filho, será uma realocação de força de trabalho que, transbordando os limites do espaço social regional, cria raros momentos de integração nacional. Esta integração, conquanto limitada e periódica, por um lado, abarca os Estados do norte e nordeste brasileiros com a ampliação de momentos de mobilidade de mercadorias e força de trabalho (esta enquanto mercadoria). E, por outro lado, de maneira mais efetiva em seus desdobramentos futuros, estabelecerá momentos e processos de articulação mais complexos e em dimensões mais amplas com a Nação, notadamente através da ação do Estado nacional.

A consequência mais evidente, quando se assume o ponto de vista da re-inserção internacional, é uma melhor compreensão dos elementos referentes ao controle do capital, da terra e do trabalho que estão na base do processo de passagem para o seringal do apogeu. As condições e possibilidades da expropriação não devem ser buscadas exclusivamente na existência ou não de terras livres em abundância. A preservação das condições produtivas diferenciadas, notadamente uma base de produção de

subsistência, em outros subespaços, como anteriormente exposto, decorreu mais do fato de que aquelas estavam coladas aos interesses das classes dirigentes, herdeiras das tentativas metropolitanas de fundar um espaço social contributivo no preenchimento das necessidades da metrópole¹²⁴, o que corresponde a laborar sobre elementos ligados à reprodução dos segmentos da burguesia comercial¹²⁵ na região. Ou seja, são condições que se inscrevem como momentos essenciais da reprodução social e econômica regionais. A diversificação e a produção para o mercado eram características marcantes daquelas unidades¹²⁶.

A expansão territorial e o recurso à força de trabalho nordestina impulsionam a atividade da extração da hévea para os limites ao sul, ultrapassando o paralelo de 10° e 20', na posição acordada entre o Brasil e a República da Bolívia. A região, localizada à margem direita do rio Amazonas, possui ampla malha fluvial que tem as bacias dos rios Purús e Juruá como corredores principais. E são as possibilidades de

124. Segundo Marilene Silva, «o período reformista do Estado português, que vai do século XVIII ao século XIX, realiza, na Amazônia um processo que consolida a ocupação, regula o povoamento, incentiva a produção agrícola, ensaia a industrialização, investiga a potencialidade dos recursos da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas.»(op. cit., p. 91.)

125. Ocorre, no período da ocupação pela produção gumífera do apogeu, uma ampliação das exportações de outros produtos regionais, ao tempo em que se processa uma ampliação da produção agrícola regional.

126. Oliveira Filho assume que "as razões que tornam inviável a possibilidade de deflagração naquele momento histórico de um processo de expropriação no campo ...[seria] a abundância de terras livres e a quase ausência de órgãos estatais no interior controlando e regularizando o estabelecimento da propriedade fundiária". (op. cit., pag. 131).

navegabilidade dessa malha fluvial que facilitarão a ocupação de um território detentor de reservas extraordinariamente ricas de *Hevea brasiliensis* que, além de apresentar qualidades intrínsecas superiores ao caucho, ou outras espécies, que lideravam a exploração inicial, permitia a introdução de novas técnicas e novo modelo organizacional do seringal. As variedades da hevea permitem que a extração do látex sirva-se da própria dinâmica regenerativa da árvore, o que permite que o produto por árvore seja muito superior ao da exploração predatória. A possibilidade de extração por árvore, portanto, será também ampliada no tempo. Isto, por si só, levará à substituição de uma exploração que se funda em expedições para proceder a coleta da hévea - extrativismo expedicionário (Pinho¹²⁷) ou nômade (Ianni¹²⁸) por uma atividade sedentária, organizada em seringais. E nova fase de transformação da natureza pelo trabalho leva ao processo paralelo de transformação do próprio homem ao criar uma atividade que o assenta ao lugar. O local de trabalho e de moradia se confundem em local próprio nos seringais: a colocação.

Os seringais são as unidades de negócios que detêm o domínio da propriedade fundiária na qual o espaço produtivo de caracteriza através de unidades de produção, as

127. PINHO, E., op.cit, passim.

128. IANNI, O., op. cit., passim.

colocações. O assentamento dos seringueiros - produtores diretos - se realiza em unidades produtivas, delimitadas territorialmente pela quantidade de árvores que formam a estrada de seringa. Em média, cada estrada de seringa, possui cento e cinquenta árvores (madeiras) e cada colocação três estradas. Este volume de árvores e estradas leva à uma jornada de trabalho variável em função da densidade, ou incidência, de árvores gumíferas, em cada região. Em algumas regiões a jornada se inicia ainda no período noturno, com a incisão e a posterior coleta do látex em tigelas fixadas em cada árvore e se estende até o final do dia com a coagulação através do processo de defumação, dependente, apenas, de outros produtos naturais existentes na própria floresta e que queimado produz o tipo de fumaça adequado.

Cada seringueiro assentado deveria possuir os utensílios necessários à coleta, armas e munição para caça e defesa pessoal, além de mantimentos suficientes para um período de tempo fixado pela movimentação dos comboios de mulas de carga utilizadas no transporte das mercadorias e produtos. O período de tempo para cada circuito do comboio estava condicionado pela produtividade de cada área. Havendo alta produtividade o seringalista era levado a um maior número de visitas. O que deve ser ressaltado é que os instrumentos de trabalho do seringueiro - machadinha, posteriormente, a faca

amazônica (versão da faca jebong, invenção oriental) e tijelinhas - representam parcela mínima em termos de valor.

A passagem do comboio, além de atender às necessidades de transportes do produto, era, principalmente, uma forma de exercer um maior controle sobre o trabalho nos seringais. Este, entretanto, não é o único mecanismo de controle utilizado pelo barracão (sede do seringal). Existia, também, a figura do fiscal que circulava permanentemente nos limites dos seringais, acompanhando o desempenho de cada seringueiro, controlando o comércio de mercadorias e produtos e, em determinados momentos, procurando novos espaços para a expansão do seringal. Seja através da incorporação de novas faixas de território, seja pela descoberta de áreas passíveis de serem incorporadas ao processo de extração, dentro dos limites territoriais já fixados, formando novas estradas de seringas e/ou novas colocações.

Este movimento leva à ocupação da parte sul da Amazônia Ocidental, chegando às cabeceiras dos principais afluentes dos rios Juruá e Purús, região posteriormente denominada de Vales do Acre e do Juruá, em decorrência da polarização que os rios Acre¹²⁹ - um dos principais afluentes do Purús - e

129. A primeira denominação dada ao rio Acre foi Aquiry. A denominação de Acre surge posteriormente.

Juruá geraram na produção gumífera regional e na delimitação do novo território.

A ocupação desta parte da região amazônica se processa como um movimento da própria economia regional. Logo, a expansão do espaço geográfico era entendida como uma ampliação territorial dos Estados do Pará e Amazonas, embora seja evidente que, dada a importância econômica do Pará, a ampliação, em termos dos negócios, funcionava muito mais como expressão de um prolongamento dos capitais instalados na praça de Belém. A disputa pela produção de diversas partes do território são incorporadas como produção paraense ou amazonense de acordo com o potencial de negócios de cada uma das praças dominantes.

Neste momento e neste espaço sub-regional, o seringal tomará uma nova forma e terá objetivos produtivos mais restritos do que os seringais da fase pioneira (o seringal caboclo). A sede do seringal assumirá totalmente o comércio de mercadorias, cabendo-lhe, portanto, a tarefa de promover o abastecimento da força de trabalho alocada, dependente para tanto de produção externa¹³⁰. O direito exclusivo de compra do produto obtido nos limites de cada seringal será exercido pelo seringalista, ou seja, o controle sobre os meios de comercialização é uma decorrência da apropriação

130. O surgimento de uma produção de gêneros de primeira necessidade pelo barracão e no interior dos seringais é um evento que ocorrerá em fase bastante avançada do seringalismo.

privada da terra, base das reservas da hévea. É, portanto, o exercício do monopólio da propriedade da terra que estará como pano de fundo das condições de reprodução do sistema e dos seus agentes e das suas posições de classe.

Se as demais regiões combinam na prática comercial diversos agentes, entre os quais o aviador, o exportador, o seringalista, o regatão etc., mesmo que de forma contraditória e em permanente confronto, na região acreana o seringalista é único e exclusivo organizador da produção e articulador do circuito da comercialização. A figura do regatão, por exemplo, que assume importância na formação do circuito de comercialização gumífera nas áreas pioneiras, na região acreana é uma figura que surgirá em fases avançadas da ocupação regional e será fortemente combatida, ao lado de ter pequena importância, quando se pensa em termos amplos a economia extrativista. Em determinadas regiões, por longo período, não se desenvolvem atividades comerciais fora dos limites de cada barracão.

Os objetivos, articulados em torno de uma atividade monoextrativista que estão na base da reorganização promovida pela sociedade regional, encontram na região acreana a possibilidade de se porem como elementos predominantes, . Os momentos da perda do domínio sobre os meios de subsistência pela população, espacial e temporalmente exteriores ao seringal, é um dos mecanismos

presentes na base coercitiva que favorece à montagem de uma divisão de trabalho limitada e que, associada às organizações e às técnicas, formam a matriz material que reproduz as relações hierárquicas do trabalho. O seringal assume os contornos da forma exclusiva de organização da produção e do trabalho e, em torno de si, organiza e dá sentido à forma de vida social na região. As bases seringalistas condicionam, a partir da sua reprodução, a interposição de novas formas de controle social, à medida em que se desenvolvem e se desdobram as necessidades socialmente postas pela ampliação da massa populacional, entre outros fatores.

É, a partir da predominância das relações seringalistas nas condições de reposição da forma particular que a economia do extrativismo assume na região acreana, que se torna lícito falar de seringalismo - contextualidade marcada por singularidades no universo da produção de mercadorias na região amazônica e não constitutiva de algum modo de uma produção particular. Na verdade, é partir de meados do século passado, que se enseja momentos onde prevalecem condições de exploração do trabalho associadas às profundas transformações experimentadas pelas estruturas técnicas de produção. As técnicas disponíveis nos seringais de apogeu tornaram o trabalho o mais produtivo possível e contribuíram para aproximar o seu resultado das necessidades

do capital industrial e, com essa finalidade, impõem ao trabalhador (o seringueiro) o rendimento máximo.

As fases iniciais da produção gumífera estarão, no entanto, marcadas pelos limites do conhecimento científico, pelas limitações das condições técnicas da produção capitalista na agricultura. Nesta perspectiva é que a ampliação da jornada de trabalho, na aparência uma decorrência da decisão individualizada do seringueiro, posto que o trabalho no seringal se remunera pelo resultado do trabalho ou produto do seringueiro, seja a forma mais aparente na exploração do trabalho sob o seringalismo. A própria possibilidade desta jornada ampliada, no entanto, terá também como pressuposto as condições técnicas de extração da hévea, o sedentarismo, o trabalho livre e a grande propriedade que fundam o exclusivo seringalista. Deve-se, portanto, considerar as transformações impostas ao extrativismo da borracha, na passagem da forma pioneira (ou seringal caboclo) para a forma de apogeu (seringal do apogeu) da empresa seringalista como geradoras de elementos novos. E, desta maneira, chegaremos à apreensão do processo de geração do conhecimento científico, que leva à domesticação da hévea e à elevação da produtividade do trabalho extrativista aos níveis exigidos pelo caráter expansivo da produção industrial, como um momento inscrito no desenvolvimento mesmo da economia do extrativismo e nas

suas relações com a acumulação de capital centrada na formulação de uma base técnica tipicamente capitalista, em permanente transformação.

O fato da atividade básica no seringalismo corresponder a uma relação quase direta com a natureza, ou seja, o fato dos instrumentos auxiliares da produção utilizados expressarem um avanço rudimentar das forças produtivas, constitui uma fonte de dificuldades na apreensão analítica da economia do extrativismo. O reconhecimento de que uma grande parte do processo produtivo seja dominado pela natureza, ou seja, incorpore o próprio metabolismo da árvore, não deveria, entretanto, prevalecer sobre as determinações sociais que se põem para a atividade geradora do produto gumífero. Aquela é uma feição própria das atividades produtivas na agricultura, onde a terra incorpora uma grande parte do processo de produção, o que não permite, entretanto, desconsiderar que as determinações postas pelo regime de produção capitalista, elevam a necessidade de constantes transformações no processo de trabalho à condição de momento essencial da generalidade dos processos reprodutivos.

No entanto, a passagem do seringal caboclo (ou forma pioneira) para o seringal do apogeu implica alterações essenciais na relação homem/natureza. Na coleta predominam os resultados do metabolismo da planta e os "produtos

naturais" são, em si, valores de uso independentemente de atividades de transformação. Na exploração gumífera, no entanto, a obtenção do látex e a sua conversão para uma forma adequada ao transporte e armazenamento, com o que se efetiva como matéria-prima, é o resultado do desenvolvimento de processo de trabalho. O produto seringueiro é resultado da transformação da natureza pela atividade humana. O homem não se defronta mais com os valores de uso imediatos, ao contrário, o valor de uso do produto seringueiro é mediato: exige a mediação do mercado para que se converta (desde o ponto de vista do seringueiro) em valor de uso. São essas transformações que afirmam o conjunto de diferenças entre a mera coleta, atividade preponderante nas regiões pioneiras (de origem colonial) e o processo de trabalho na fase de apogeu da economia do extrativismo tendo a borracha como elemento principal - a extração.

A negação da influência essencial das relações capitalistas sobre o seringalismo, terá como uma primeira consequência a não consideração ou a minimização do fato de que a nova economia da borracha seja uma resultante da transformação desta em matéria-prima, levando-a a se inscrever no contexto de amplos complexos produtivos industriais. As profundas transformações técnicas que permitiram o seu uso industrial levaram às mudanças operadas no processo de trabalho no seringal. São mudanças que,

apenas em uma visão técnica limitante, podem ser consideradas irrelevantes. Na verdade são transformações que se desdobram em dois sentidos essenciais.

Em primeiro lugar, e desde uma perspectiva que contemple a forma material do processo de trabalho, correspondem a incorporação de uma nova forma de "sangrar" a planta para obter o látex. E é exatamente a partir do conjunto dessas mudanças que se promove uma reorganização do trabalho capaz de gerar a elevação da produtividade e da produção até níveis que compatibilizam e estabelecem os fundamentos da articulação entre a demanda e a oferta da matéria-prima. As questões propostas por estes aspectos ficam obscurecidas enquanto o desvendamento da economia do extrativismo estiver centrado sobre a mera ampliação da força de trabalho empregada e a necessária extensão da ocupação territorial.

A questão da produtividade, desde uma perspectiva física, precisa ser explicitada. A manter-se o padrão técnico anterior, cada árvore teria o ciclo produtivo encurtado, muito próximo ao prevalecente na exploração do caucho. Ou seja, cada trabalhador obteria, em cada área, um volume do produto, por unidade de tempo, limitado à quantidade de látex existente no momento da derrubada de cada árvore. À medida em que se aumenta o tempo de vida produtiva da árvore, cada trabalhador passa a obter um maior volume do produto, por unidade de tempo, principalmente

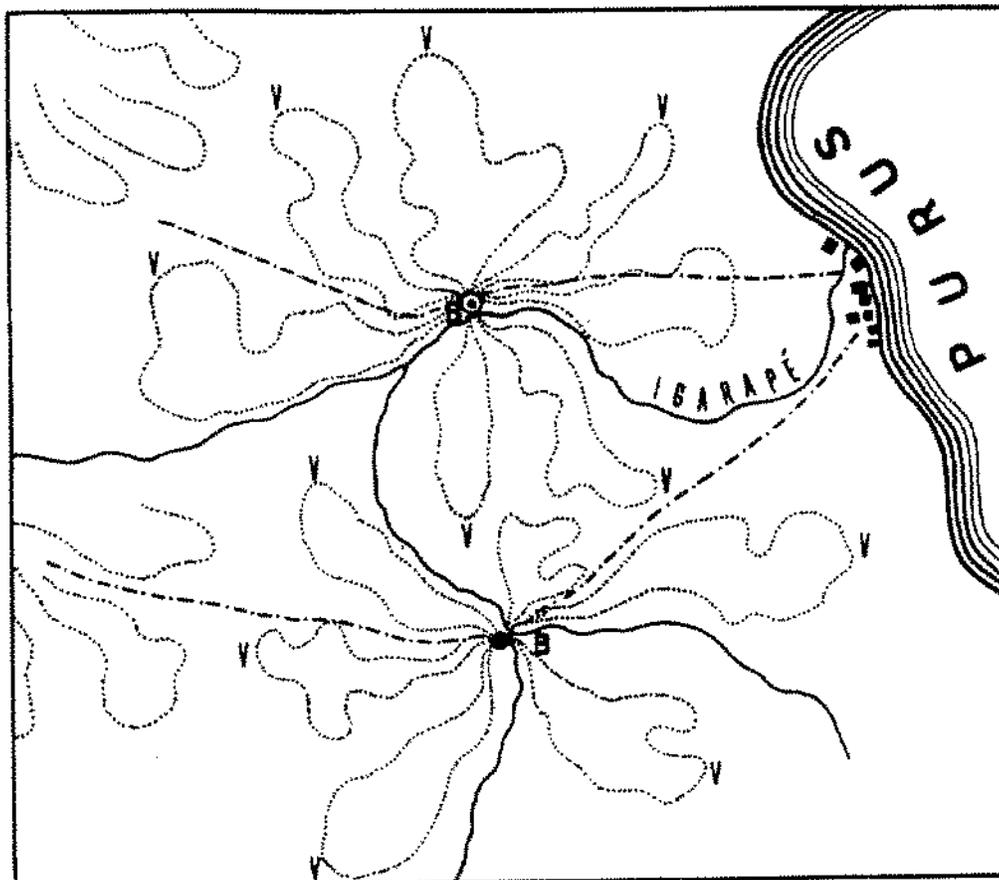
quando reordena as árvores em circuitos de extração dando a cada grupo de árvores - estradas de seringa - um período de descanso. O ciclo de vida da árvore passa a incorporar-se à atividade produtiva.

Submetidas a cuidados mínimos de limpeza das bandeiras e ao rodízio no corte, as árvores em produção eram estimuladas pela sangria e geravam um volume maior de látex. Ou seja, a produção gumífera transitava de uma fase caracterizada pela mera coleta, atividade predatória que promove a sua auto-extinção, para um momento onde a atividade produtiva assume a feição de um processo de trabalho que se reitera a cada ciclo produtivo, ao tempo em que reitera a sua base espacial - a produção gumífera, a partir daí, passa a constituir uma reprodução. O seringal do apogeu representa a ruptura com as condições da coleta que caracterizava a exploração do caucho, na medida em que esta "não incorpora nenhum processo de reprodução, pelo menos nenhum que esteja sob nosso controle...", situação típica das "indústrias extrativas puras [entre as quais a mineração]". A implantação do seringal do apogeu corresponde ao momento no qual a exploração gumífera se integra à moderna exploração florestal "vinculada ao processo de reprodução"¹³¹.

¹³¹. Ver Marx, K., *Grundrisses*, op. cit. vol. 2, p. 253.

Figura 4.

Esquema de um seringal nativo



- ■ ■ Casas do barracão
- Barracões com 7 estradas
- ⊙ Barracões com 6 estradas
- - - Varadouro
- ~ Estrada
- B Bocca da estrada
- V Volta da estrada

Elaborado por Euclides da Cunha, em 1905 (Fonte: Revista Kosmos, Rio de Janeiro, 1906, Ano III, Nº1 - artigo "Entre os Seringais").

E este não deve ser o ponto exclusivo e essencial para uma compreensão da questão da produtividade no trabalho sob as condições propostas pelo seringalismo.

A manutenção da questão da produtividade do trabalho nos limites da produtividade física, é dizer, dentro das condições da tecnologia prevalecente, ou da forma concreta que assume o processo de trabalho nos seringais, é um procedimento insuficiente para estabelecer uma adequada apreensão do seringal do apogeu. Daí que, em segundo lugar, seja necessário retomar a questão desde um ponto de vista que explicita a incorporação da atividade extrativa ao processo de acumulação capitalista liderado pela produção industrial.

O processo de trabalho nos seringais, na nova fase, é uma parcela do trabalho que se desenvolve através de uma rede de processos de trabalho que promove a incorporação da borracha como matéria-prima industrial e, simultaneamente, integra o trabalho seringueiro ao circuito maior de valorização do capital¹³². Quando tomamos a perspectiva macroeconômica que permite a visualização do percurso do produto seringueiro até o produto final da indústria, o trabalho nos seringais, portanto, é produtivo por se

¹³² Marx chama a atenção para o fato de "que essa divisão do trabalho se distinga apenas subjetivamente da manufatureira, pois aqui o observador vê, num único passar de olhos, a variedade dos trabalhos parciais espacialmente unidas, enquanto lá a conexão é obscurecida pela sua dispersão por grandes áreas e pelo grande número dos que estão ocupados em cada ramo específico". (El Capital, I, 288).

integrar como "órgão do operário coletivo"¹³³, promovendo a anexação do seringueiro a uma "operação parcial" e subordinando-o ao capital no contexto de "uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva"¹³⁴. E que, portanto, se apresente como resultado de uma redistribuição do trabalho social desde uma perspectiva da valorização do capital¹³⁵. A incorporação da força de trabalho nordestina surge, no âmbito da economia do extrativismo, como o resultado de uma redivisão do trabalho social, ou seja, decorrência da operação da lei do valor desde uma perspectiva internacionalizada, com todas as dificuldades e repercussões que tal evento possa impôr à formação dos espaços geográficos nacionais.

A participação do trabalho seringueiro na definição do padrão de produtividade coletiva, quase sempre desconsiderada, abre espaço para a interposição das relações de comércio no seringal ligando o consumo seringueiro à produção industrial. A partir disto o conjunto das relações que articula a reprodução da economia do extrativismo não

133. MARX, K., *El Capital*, I, p.425.

134. *Idem*, *Ibidem*, p. 290.

135. O recurso à noção de **operário coletivo** - desenvolvida por Marx a partir das determinações postas pelo desenvolvimento do trabalho no interior da manufatura - é um exercício de analogia que encontra suporte na existência dos vínculos internos a unir os ramos produtivos que integram o complexo gumífero. Não se pretende, no entanto, desprezar o fato de que «entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho no interior da fábrica existem diferenças não somente de grau, mas também diferenças essenciais».(MARX, K., *El Capital*, op. cit., t. I, p. 288). Não há parcelização do produto gumífero que se põe, deste o seringal, como mercadoria. O produto gumífero submete-se, por conseguinte, a um ajustamento às necessidades industriais, *a posteriori*, como resultado das operações de compra e venda.

pode ficar mais empalmado, de forma exclusiva, pelo sistema do aviamento como em Ianni. Este autor, depois de caracterizar de forma clara as complexas articulações entre o trabalho seringueiro e a produção industrial retoma uma visão que retoma o sistema de aviamento como o núcleo que «organiza e articula o extrativismo da borracha [e] aparece como forma singular de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de produção»¹³⁶. Esta visão é reducionista por abandonar determinações essenciais do processo de trabalho nos seringais, tornando o espaço da circulação de mercadorias - ou a esfera da distribuição - única instância a dar conta da apreensão da economia do extrativismo que caracteriza a realidade amazônica.

Com o desenvolvimento do seringal do apogeu, há produção de "novas" forças produtivas, e estas estão plasmadas no processo que combina a subordinação formal - garantindo a extensão máxima da jornada de trabalho - à subordinação real - o que passa a exigir que se converta o trabalho na mercadoria-força de trabalho e a interferência sobre o processo de trabalho. Ou seja, há uma busca de níveis mais elevados de produtividade do trabalho, mesmo diante dos níveis incipientes de conhecimento científico no campo da botânica referentes ao gênero *hévea*. Por conseguinte, um estágio do desenvolvimento científico de caráter genérico e

¹³⁶. IANNI, O., op. cit., p. 43

não específico da produção gumífera. As condições técnicas, mesmo bastante rudimentares, e utilizando-se de uma base empírica do conhecimento, não excluem, entretanto, resultados de descobertas e invenções em andamento e resultantes do íntimo relacionamento entre economia e desenvolvimento científico; ao contrário, é uma decorrência deste.

No entanto, para que se chegue à explicitação da complexa rede de relações que se estabelece entre a produção gumífera e os setores industriais, é preciso não desprezar o fato de que as formas na extração (processo de trabalho) e da organização social, subjacente à economia do extrativismo, emergem dos desdobramentos do avanço da industrialização. Por outro lado, sem uma explicitação da ruptura que se processa nas formas extrativistas anteriores baseadas na mera coleta, torna-se impossível a caracterização da economia do extrativismo de modo preciso.

Não se pode perder de vista, no entanto, que as condições da subsunção formal se mantêm predominantes quando se considera as condições de atraso da atividade extrativa em relação à atividade industrial. Nesta, em que a subsunção real compreende momentos essenciais do seu desenvolvimento, o avanço da técnica explicita a perda do domínio sobre o processo de trabalho pelo trabalhador. As máquinas e os sistemas de máquinas passam a polarizar a atividade

produtiva agora mediada pelo homem. E esta diferença, que afasta formalmente o processo de trabalho nos seringais das atividades de ponta do sistema capitalista de produção, nucleará os aspectos da dinâmica da própria economia do extrativismo e a sua derrocada quando se realiza, através dos seringais de cultivo, a incorporação da produção gumífera como atividade de base técnica adequada ao andamento da acumulação de capital.

Ao longo do período, não se promovem transformações no investimento em capital fixo capazes de promover alterações significativas nas condições de produção regionais. A totalidade da produção obtida manterá uma feição marcada pela "produtividade natural" e os investimentos realizados em capital fixo estarão voltados para a esfera dos transportes essencialmente. No que depende da intervenção do homem, as circunstâncias que cercam a produção seringueira exigem a formação das estradas de seringa e dos varadouros. As primeiras são necessárias à movimentação do trabalhador em suas atividades de extração, enquanto que os segundos permitem a circulação de mercadorias e do produto seringueiro.

O processo de proletarização, como já explicitado, é exterior à ocupação do novo território e tem o sentido posto "pela separação entre o trabalhador e o seu produto, entre a força de trabalho subjetiva e as condições objetivas do

trabalho"¹³⁷. No entanto, a incorporação da força de trabalho submete-se às condições especiais propostas pelo seringalismo: a dispersão dos locais de trabalho (colocação) definiram os mecanismos de controle sobre a atividade produtiva. E a forma da remuneração do trabalho com base no produto é a forma predominante nos seringais.

As transformações que se observam na passagem para a forma seringal do apogeu, constituem, portanto, o núcleo em torno do qual se processam mudanças essenciais na dinâmica do capital mercantil. Na fase inicial, quando predomina a coleta das drogas do sertão, este define, a partir de si próprio, os rumos e as necessidades da produção, na medida em que busca atender necessidades do consumidor direto nos mercados de destino. É compreensível, portanto, que a limitação dos mercados, ou a escassez, tenha sido o elemento essencialmente predominante nas relações econômicas da região, mantendo a atividade produtiva em limites estreitos e submetendo-a a uma dinâmica voltada para a reprodução de uma mesma base.

A possibilidade de lucros máximos estaria em grande parte definida nesse aspecto da estruturação dos mercados e em uma forma de organização do trabalho que não estabelece, a partir do seu próprio desempenho na produção de mercadorias, as referências ou os elementos (custos) da sua

137. MARX, K., *El Capital*, I, p. 3.

reprodução¹³⁸. O poder de monopólio¹³⁹ estabelece os fundamentos para a extração de trabalho de uma forma generalizada, do conjunto da sociedade consumidora, e não exclusivamente dos produtores diretos. A imposição de determinações próprias do sistema de produção capitalista, constitui mudanças qualitativas, novas formas de obtenção e de valorização do valor, não excluindo, entretanto, a organização da escassez como momento imanente das condições de valorização.

138. Pierre Villar caracteriza os lucros comerciais, próprios dos momentos de predominância do capitalismo mercantil, como resultado de ações especulativas "sobre trocas entre produtos raros (preciosos e exóticos ou, em tempo de crise, bens de consumo de massa como o cereal) - ou seja, sobre contratos entre lugares cujas condições de produção não são de modo algum comparáveis entre si - e sobre o monopólio das vias comerciais". Daí refutar possibilidade dos custos de remuneração do trabalho funcionarem na determinação do lucro. (VILLAR, P., *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*. Lisboa, 1982. Editorial Presença, trad. portuguesa, p. 95.)

139. É necessário ter em mente que o monopólio básico da propriedade privada, sob a economia do extrativismo, tem seu momento mais expressivo sob a forma da propriedade fundiária. É a constituição desta, combinada ao domínio de "um fundo de subsistência", que deflagra o processo produtivo.

3. ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NOS SERINGAIS

Ao longo da história da ocupação do litoral, as relações sociais desenvolvidas no perímetro nordestino, que têm origens nas relações coloniais, são fontes da disponibilidade de uma massa de migrantes, excedentes populacionais submetidos à condição de mobilidade plena. Os fatores sociais prevaletentes são fortalecidos, em seus elementos de expulsão, pela grande seca de 1877, que tem seus efeitos potencializados sobre grande parcela de pequenos posseiros do interior nordestino.

Por outro lado, as invenções, que incorporaram a borracha como matéria-prima associada ao setor industrial automobilístico, efetivam a Amazônia como espaço potencialmente propício a elevados níveis de rentabilidade, de lucros. Forma-se, então, o fluxo de capitais que dinamizará a economia do extrativismo, formando os canais da comercialização com os mercados internacionais e os segmentos dos negócios básicos para a operação do setor gumífero e daqueles que prosperam à sombra do desenvolvimento da economia da borracha. Segundo Barbara Weinstein, «os anos de expansão não só ampliaram enormemente as oportunidades de emprego e de investimento no negócio da

borracha, como também deram origem a um grande número de novos empreendimentos públicos e privados - a maioria deles localizados em Belém - que podem ser considerados subprodutos da economia de exportação»¹⁴⁰. Neste movimento se inscrevem os determinantes do processo migratório dos excedentes populacionais existentes no Nordeste para a atividade gumífera. A subordinação da extração do látex às condições naturais fixa os níveis da produção em termos de combinação de força de trabalho e árvores gumíferas o que implica, de um lado, na necessidade de alterar o perfil e a disponibilidade da força de trabalho e, de outro lado, impulsionar os limites do espaço regional, como meio de incorporação das reservas da hévea.

Os limites e rigidezes do espaço geográfico amazônico formado ao longo da fase pioneira, são superados com a expansão do território, tendo a hévea como sinalizadora. Ultrapassar as fronteiras onde prevalecem os elementos determinantes da reprodução social da sociedade regional de extração colonial e recorrer à força de trabalho externa à região permite a formação de novas formas organizacionais e o novo seringal surge como uma unidade produtiva especializada. As dificuldades impostas pela reação ao extrativismo são, pela combinação desses dois elementos,

¹⁴⁰. Ainda segundo a mesma autora, «em 1899, Belém recolhia, sozinha, um total de impostos de 6.110 contos (cerca de 1,5 milhões de dólares) - aproximadamente a quarta parte do total coletado em todo o estado do Pará, naquele ano».(WEINSTEIN, B., op. cit., p. 104 e 105).

relativamente superadas. A nova produção abre espaço para o fortalecimento de uma produção de subsistência nas áreas pioneiras (Pará e Amazonas) que, embora fique em níveis abaixo das novas necessidades regionais, amplia os mercados internos e fortalece a produção agrícola da região, revalorizando as atividades defendidas pelos setores da classe dirigente que se opunham ao deslocamento da força de trabalho regional para a atividade gumífera.

A nova produção extrativista problematiza as tentativas da administração regional de promover a colonização com base na produção agrícola. Entre 1877 e 1879, uma grande parte dos 12.563 migrantes atraídos pelas política de colonização amazonense, deslocou-se para as atividades extrativas, enquanto um número bastante reduzido dedicou-se à agricultura de subsistência. A parcela de migrantes, calculada em cerca de 1.448¹⁴¹, deslocada para os núcleos de produção agrícola dedica-se principalmente ao cultivo da mandioca, do milho, do arroz, feijão, cana-de-açúcar, café e de algumas frutas, como banana, manga, caju, laranja etc.

Essas produções, visando o abastecimento do mercado interno da província, contava com o apoio oficial através de financiamentos. A Assembléia Provincial aprovou a Lei Provincial nº 367, de 7 de julho de 1877, autorizando a

141. Cálculo contido no Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1878/1880, pags. 42-47.

abertura de créditos para propiciar assistência aos migrantes que se orientassem para os núcleos agrícolas. A tentativa de colonização foi definitivamente abandonada por ato do Ministério do Império de 9 de abril de 1880, encerrando toda e qualquer ajuda aos migrantes.

Os efeitos da produção gumífera não se restringem ao espaço interno e se estende até o nordeste, ampliando o fluxo de comércio entre os estados localizados ao norte do país e detentores de alguma produção pecuária e/ou de gêneros alimentícios de origem vegetal. O recurso inicial a uma mão-de-obra submetida às condições contratuais, que se estabelecem desde o momento do embarque no Nordeste, cria fortes ligações de natureza econômica entre a mão-de-obra e o seringalista que se estenderão à organização do trabalho no seringal.

Conquanto o período que vai até o final dos anos setenta já conte com o fluxo migratório de nordestinos, uma parcela dessa massa de migrantes vai ocupar áreas onde predomina o interesse pela colonização. São deslocados para seringais das regiões do Amazonas e Pará, onde devem exercer não apenas o extrativismo, mas paralelamente desenvolver a atividade agrícola. São levadas de migrantes formadas por famílias, o que permite a configuração de um perfil da força de trabalho e uma divisão do trabalho no âmbito da família, capaz de estabelecer um padrão de atendimento das

necessidades básicas fundado no trabalho direto, ou seja, a partir de uma produção nos limites da propriedade familiar.

Nas regiões pioneiras, principalmente até o início da década de oitenta, quando a atividade gumífera assume a figura de principal produto regional, apenas uma parte das necessidades familiares serão mediadas pelo mercado. É, portanto, neste interstício das atividades familiares, visando a satisfação das necessidades imediatas de alimentação, que se interporão determinações mercantis e a possibilidade da produção gumífera pioneira. Em momentos onde predominam altos preços, e em algumas áreas sub-regionais, esse sistema de produção familiar é alterado e até mesmo substituído pelo monoextrativismo.

Acompanhando as estimativas realizadas por Roberto Santos para o desenvolvimento populacional da região, a década de setenta, com ênfase para o ano de 1877, constitui o período no qual se intensifica o processo migratório. Entre 1870 e 1910, a população regional vai de 322.909 para 1.217.024 pessoas. Esta população será distribuída pelos mais distantes recantos regionais e a extração avança por todos os espaços sobre os quais existam árvores gumíferas.

A migração de grupos familiares ocorre com maior intensidade na fase inicial e acompanha a fase de preponderância do seringal caboclo. Após 1877, o fluxo migratório começa a apresentar diferenças em sua composição.

Rompidas as preocupações com a ocupação regional via colonização, a região passa a receber levadas de trabalhadores para os seringais. Nesta fase, a mão-de-obra já não mais se desloca orientando-se pelos os denominados fatores motivadores. Ou seja, o fluxo migratório não se orienta de forma indireta, mas atende ao apelo da formação dos seringais, através da ação de agentes dos seringalistas ou detentores de recursos para a montagem de seringais. Assim, cada leva constitui um grupo de pessoas contratadas para atuarem em determinada área. Mesmo quando o sistema de contratação se autonomiza da formação do seringal, os contratantes que mobilizam a força de trabalho nos estados nordestinos, terá sempre em mãos encomendas de seringalistas. E é essa força de trabalho, formada de forma predominante por homens solteiros, que vai acompanhar os rumos da ampliação do espaço geográfico da economia do extrativismo. Predominará, nessas regiões de ocupação tardia em relação ao resto da Amazônia, uma população que em termos nominais se iguala à população economicamente ativa formada quase que de forma integral por homens adultos.

No decorrer das primeiras décadas da ocupação acreana que se inicia a partir de 1877, a população será predominantemente de homens. Essa composição populacional favorece a rigidez da divisão do trabalho e a especialização

produtiva: a região acreana volta-se exclusivamente para o monoextrativismo.

A ampla estrutura comercial e creditícia, que vai se desenvolvendo paralela ao crescimento da demanda industrial pela goma elástica no Pará e Amazonas, principalmente nas praças de Belém e Pará, constitui o ponto de partida para a formação dos seringais. A possibilidade de apropriação de terras de seringas era o fundamento do empréstimo inicial, com alta margem de risco, para o prestador, logo submetida a elevados custos financeiros. Esse empréstimo deveria cobrir as despesas iniciais de contratação de força de trabalho que funcionaria na montagem do novo seringal que tinha como ponto de partida a apropriação de áreas de terra. Segundo Leandro Tocantins, numa referência marcada pelo processo de ocupação da região acreana, "a formação de um seringal não obedecia a nenhum requisito legal, ou de conveniências sociais do Estado. Era, exclusivamente, produto de circunstâncias. Se a zona oferecia quantidade de árvores produtora de leite, aí lançavam os fundamentos da posse - a barraca, evolução do tapiri do índio. Outro grupo, prosseguindo viagem rio acima, tinha procedimento idêntico. Os agrupamentos, sempre chefiados por uma figura central, que era o patrão, à conta de quem vinham assalariados os seringueiros, dispunham das terras devolutas para o seu trabalho de extração do látex e, pouco a pouco,

transformavam, ainda que em pequena profundidade, o cenário agreste da beira dos rios"¹⁴². A dimensão inicial de cada seringal era função do volume de empréstimo obtido. Entretanto, uma vez marcado o ponto de partida do seringal, era a propriedade fundiária, base do direito de exploração da hévea, que funcionava como potencial de levantamento mercadorias.

¹⁴² TOCANTINS, Leandro, O Rio comanda a Vida (Uma interpretação da Amazônia). Biblioteca do Exército - Editora, Rio de Janeiro, 1970, p. 220.

CAPITULO 3

A PROPRIEDADE DA TERRA, O SISTEMA DE AVIAMENTO E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

1. A PROPRIEDADE SERINGALISTA DA TERRA

Em amplo sentido, a economia do extrativismo, exigiu, além da constituição de formas específicas de organização do trabalho, configurações peculiares da propriedade da terra que se desdobram em dois momentos da produção gumífera. A primeira fase da ocupação do território amazônico, momento de predomínio das determinações coloniais, implicou montagem de um sistema de produção fundado no objetivo de promover a efetiva ocupação do território, através da formação de unidades populacionais sedentárias. E um segundo momento, no qual, garantindo a formação inicial, fundamento das relações sociais prevalecentes na região, a expansão territorial implicou, em ampla medida, numa reestruturação da parte pioneira e na organização de novos espaços sociais sub-regionais de maneira a canalizar os lucros da ação produtiva, que tem nos momentos da acumulação industrial seu momento dominante, para a burguesia regional e para o Estado. O seringal - a grande propriedade - e o trabalho livre - sobrepopulação relativa existente no nordeste

brasileiro -, são os elementos basilares da produção seringalista, direcionada exclusivamente para o atendimento das necessidades de matéria-prima das indústrias européias e norte-americanas.

Assim, a partir dos anos oitenta do século passado, na região acreana ocupada a partir da expansão da demanda pela goma elástica, o seringal - unidade básica do seringalismo - é a expressão da propriedade e da atividade produtiva, que se desenvolve em função da dinâmica da acumulação de capital, tendo como forma mais aparente o capital mercantil.

A ocupação espacial na fase gumífera expande-se acompanhando o território formado pelo *habitat* das variedades gumíferas, o que leva à ocupação ao sul da região amazônica. A ultrapassagem dos limites territoriais brasileiros, definidos pelos acordos com os países vizinhos, notadamente a República da Bolívia, não se faz esperar diante da existência de grandes reservas da hévea, notadamente a variedade *hevea brasiliensis*. A ampliação da base da produção gumífera com a formação de novos seringais caminhava, assim, no sentido de maior produtividade do trabalho e do nível de produção, promovendo um maior entrelaçamento entre as novas regiões e a produção industrial européia e norte-americana. Nos momentos iniciais da ocupação da região acreana, a produção do caucho ainda

imprimia a marca do seu processo de trabalho e da sua produtividade sobre a maior parcela do produto gumífero.

As novas possibilidades da demanda, fundada em consumo crescente de matéria-prima, tinham como necessidade unidades produtoras expansivas e uma produção potencialmente elástica. As novas dimensões dos seringais, por sua vez, implicavam elevação proporcional de capital em sua montagem. É neste sentido que a reorganização do espaço econômico regional encontra um ponto de apoio na centralização espacial das fontes de financiamento, notadamente aquelas assentadas na praça de Belém. Isto ao tempo em que cria para estas as condições de efetivar seu domínio sobre a capacidade produtiva regional. É Belém que centralizava o principal núcleo de negócios, de empresas nacionais e representações estrangeiras, que passou a dominar os negócios da borracha. Nesta praça, estabeleceram-se as principais casas aviadoras que se voltaram para o ordenamento interno dos negócios regionais, centralizando os recursos necessários ao financiamento das atividades de formação e de exploração dos seringais.

Segundo Barbara Weisntein, "a importância de Belém como centro comercial em nada diminuiu com a expansão para o oeste. A localização da cidade próxima à foz do Amazonas e a ausência de sérios concorrentes (Manaus não passava de um entreposto de menor importância, com apenas 5.000

habitantes, em 1870) praticamente garantiam o papel predominante de Belém no comércio de importação e exportação"¹⁴³.

O desenvolvimento de Manaus vai desempenhar um papel central no fortalecimento da economia extrativista, deslocando, na década de 1870, o centro de gravidade da economia. O próprio desenvolvimento da capital amazonense, no entanto, deve ser compreendido desde uma perspectiva que contemple o avanço das relações seringalistas como seu fundamento. Isto em função de que à medida que avança a produção gumífera, surgem as condições que permitem uma redistribuição espacial do excedente, promovendo a reorganização das atividades urbanas, elevando aquela cidade à condição de segundo pólo centralizador dos negócios regionais.

Se, na fase pioneira, o comércio de mercadorias funcionava, fundamentalmente, como mecanismo de coleta da produção que se distribuía entre unidades produtivas familiares e organizadores de expedições de coleta, nesta nova fase da economia regional, ocorre uma redefinição na dinâmica do capital mercantil e a reposição de suas funções. A oferta do produto gumífero já não atenderá a uma dinâmica exclusivamente posta por relações de comércio. Isto mesmo quando a forma mais aparente do desenvolvimento da economia

¹⁴³. *Idem, ibidem, p. 73.*

do extrativismo seja o extraordinário avanço dos volumes de mercadorias pelos quais se "troca" o produto seringalista.

As condições de operação da "nova" economia do extrativismo não assumem uma feição regionalmente homogênea. Em termos amplos, é possível distinguir duas dimensões espaciais nas quais se desenrolam formas distintas de apropriação dos meios de produção e de exploração da força de trabalho. Na região pioneira, na qual prevaleceram objetivos de formação de unidades produtivas sedentárias, o que permitiu uma certa diversificação produtiva, permanecem determinações definidas essencialmente pela dinâmica do capital mercantil. A existência de unidades produtivas familiares de pequeno porte e a permanência do sentido de políticas de colonização perduraram enquanto preocupação da administração regional, convivendo com a grande propriedade. A alteração das condições de existência desse quadro, como proposto pelas determinações que emanam da nova economia do extrativismo, implicaria alterar as relações de poder estabelecidas que davam sustentação às estruturas sociais prevalecentes. Ou seja, poria em risco as condições de reprodução das estruturas de classe sob as quais repousava a sobrevivência das frações da burguesia na região.

O avanço da frente produtiva que promove a ocupação da região acreana, espaço sub-regional no qual se desenvolverá, na forma mais evidente, a economia do extrativismo teve a

borracha como orientação exclusiva. Esse movimento, ao levar a produção para além dos limites do espaço geográfico definido pelas condições herdadas da fase colonial, ampliou as bases regionais e criou novos interesses economicamente definidos, no entanto, separados do espaço social pré-existente. O estabelecimento de uma clivagem entre realidades - uma, ponto de apoio e espaço da reprodução de relações sociais que articulam a região pioneira; outra, que se constrói como elemento de reforço e de ganhos econômicos adicionais - abre espaço para uma rápida ascensão da produção gumífera. A possibilidade dessa separação, autonomizando a organização das estruturas produtivas nos novos espaços das questões postas pela reprodução social da Amazônia de origem colonial, se expressa em transformações na forma de organização da empresa seringalista¹⁴⁴.

Torna-se necessário, portanto, destacar que a nova forma - o seringal do apogeu - não substituiu integralmente a velha forma, como pretendem algumas interpretações, notadamente em Oliveira Filho¹⁴⁵. Ao contrário, enquanto o seringal do apogeu é a forma predominante na região acreana, ele passa a conviver com as formas organizacionais anteriores - notadamente o seringal caboclo. Da existência

¹⁴⁴. A não identificação dessa clivagem constitui uma das limitações das quais padece a elaboração de Oliveira Filho, impedindo-o de explorar todas as conseqüências das transformações operadas na empresa seringalista.

¹⁴⁵. Idem, *ibidem*, *passim*.

ou não dessa combinação surgem diferenciações espacialmente marcadas e essenciais para uma compreensão da subordinação do trabalho nas condições postas pelo seringalismo, na região acreana.

Ao atingir o novo território, a ocupação das terras descola-se do controle do Estado e perde o sentido de "política de colonização". Conquanto promotora da ação do capital mercantil, que ganha um novo alento na região, a nova forma de organização da produção, tendo como pressuposto o trabalho livre e a grande propriedade, exclui, *a priori*, a pequena produção. A estruturação latifundiária, entretanto, não obedece exclusivamente à busca de lucros máximos como uma imposição do capital mercantil. Como explicitado anteriormente, prevalecem neste quadro, determinações que são próprias da demanda industrial por matérias-primas. Ou seja, prevalece também a preocupação em intervir na forma como se organiza a produção como meio de influenciar as condições e o ritmo sob os quais se desenvolve o trabalho.

Cada seringueiro assentado correspondia a um ato de afirmação da propriedade do seringalista sobre uma parcela do território. O seringueiro trabalhará uma unidade de terra - uma colocação - sob a qual não exerce o direito de propriedade. O assentamento de um seringueiro se realiza segundo regras contratuais que serão rigidamente cumpridas,

incluindo, além do pagamento de "renda", a exclusividade das relações de compra e venda para o proprietário do seringal. A existência de estruturas de controle da intensidade do trabalho no seringal, condiciona a permanência de um seringueiro numa colocação conforme o volume de produção que venha conseguir.

À fase do apogeu nos seringais da região acreana ocorre a radicalização do processo de especialização da atividade produtiva de forma não observada em nenhum momento nas demais regiões. Nas áreas antigas, a unidade familiar de produção levava ao mercado uma diversidade de produtos - de coleta ou resultados de atividades produtivas. A diversificação produtiva¹⁴⁶, conquanto relativamente restrita, funcionava como um mecanismo que, em alguma medida, amenizaria ou dificultaria o estabelecimento de maior rigidez nas fontes de abastecimento da população e a fixação do domínio absoluto do monopólio comercial. À medida em que a produção gumífera se fortalece e se volta sobre as áreas de ocupação pioneira, também se ampliam os espaços ocupados pela grande propriedade, surgindo uma área de confronto entre os agentes econômicos pelo controle do produto - regatões e seringalistas principalmente. Na região acreana, no entanto, a economia do extrativismo se funda, de

146. A diversificação é comprovada por R. Santos e, mais efetivamente, por Barbara Weinstein, tabelas XX, p...

forma exclusiva, na grande propriedade. A totalidade do território é apropriada sob a forma de grandes latifúndios.

As questões relativas à formação do capital fixo, ou referentes à concentração dos meios de produção, no caso da economia do extrativismo da borracha, remetem para uma compreensão da propriedade da terra. As reais determinações desta não podem, no entanto, ser (como de fato são em muitos dos estudos sobre a região) minimizadas pela inexistência de situações onde não predominem relações típicas da operação de um mercado de terras. Em verdade, esses esforços teóricos laboram uma noção de "mercadoria efetiva", ou seja, a terra seria mercadoria quando submetida a atos de compra e venda, descartando a situação onde a prevalência de dadas relações sociais¹⁴⁷ faz com que o direito de propriedade seja representado por um título comercializável - a terra como uma "mercadoria virtual". Fica, portanto, evidente que, diante de condições tão restritivas, não alcançam a compreensão da terra como "valor"¹⁴⁸.

147. "O título deve existir, antes de poder ser vendido e não é apenas uma venda, nem tão-pouco uma série de vendas semelhantes, uma repetição de vendas que o podem criar. Foram as relações de produção que, de um modo geral, o fundamentaram. Uma vez que aquelas atingiram um ponto em que se devem modificar por completo, a origem do título, origem material, justificada pela economia e pela história, gerada pelo processo de reprodução social da vida, desaparece e com ela desaparecem todas as transações que fundamenta." (MARX, K., *Textos Filosóficos*. São Paulo, 1990, p. 91)

148. Seria perdido o momento no "qual a propriedade da terra deve supeditar-se, como qualquer outra propriedade, à categoria do capital que se reproduz com lucro".... (MARX K., *Manuscritos: Economia Y Filosofia*. Madrid, 1985. Alianza Editorial. p.167).

Por outro lado, as determinações que fazem com que o mercado de terras seja pouco ativo são evidentes. As possibilidades de lucros com a exploração da hevea, a partir do último quartel do século passado, ultrapassam o potencial de lucratividade do mercado de terras na região. Assim, o processo de apropriação das terras que se desenrola no período tinha preponderantemente finalidades "produtivas". É, portanto, necessário uma melhor explicitação das condições sob as quais a propriedade da terra se interpõe no contexto da organização de uma produção mercantil, ou particularmente, numa dimensão dominada pela produção capitalista, na qual se inscreve enquanto momento do processo de "valorização do capital".

O fato da demarcação territorial se efetivar em termos da existência de árvores de seringa, em virtude da hegemonia da hevea sobre as demais produções regionais, não descaracteriza a importância analítica da propriedade fundiária na definição dos elementos que articulam as estruturas de reprodução das relações sociais sob a economia do extrativismo.

Para Oliveira Filho, que se inscreve, entre outros autores, tais como Mario Guedes, Ferreira Reis ou Armando Mendes, nos estudos sobre a história econômica da Amazônia, a "barreira entre proprietários e não proprietários, portanto, menos que uma diferença jurídica estabelecida por

uma autoridade legal precária ou inexistente, é representada pela posse de capital necessário à organização de uma 'exploração' e a montagem de um seringal"¹⁴⁹. Neste sentido, há um deslocamento na direção de uma generalidade observável sob condições capitalistas: o início de qualquer atividade produtiva pressupõe uma poupança prévia. Produzir ou "organizar uma produção", sob condições mercantis capitalistas, exige um montante de valores passíveis de transformação em capital com o qual se mobilizará a força de trabalho e meios de produção. Essa "poupança prévia" poderá ser própria ou ser acessada, quando propriedade de terceiros, sob condições contratuais específicas, sempre, no entanto, pressupondo condições de valorização de capital. Até por isto a propriedade da terra funcionaria em outro sentido que não aquele pretendido pelo autor. Seus argumentos pretendem simplesmente ressaltar a importância das relações referentes ao sistema de aviamento (relações da esfera da circulação), em detrimento das relações de propriedade da terra, entre os elementos determinantes da reprodução das relações sociais no seringalismo.

As questões propostas pela propriedade fundiária, eventualmente, se envolvem em dificuldades pelo abandono de considerações sobre o valor de uso em geral, ou de forma particular, do valor de uso da terra. Os riscos que um tal

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, pg. 132.

enfrentamento da questão pressupõe seria incorrer no abandono dos aspectos sociais em benefício de qualidades materiais e afastar a discussão sobre a propriedade seringalista da terra de aspectos mais produtivos para a produção teórica. Prevaecem, quase sempre, nos estudos sobre a realidade amazônica, uma concepção onde a terra parece assumir um "estado virgem", a terra como "o objeto geral sobre o qual versa o trabalho humano", enquanto ela é também a "condição original" de toda produção, é a depositária de uma variedade aparentemente infinita de valores de uso potenciais «que a natureza brinda ao homem»¹⁵⁰. Lembrando, aqui, David Harvey, «esse conceito tão amplo somente se porá como útil na medida em que expresse as circunstâncias que o capital deve enfrentar ou modificar [grifo MJL]. O valor de uso da terra e seus acessórios têm que ser considerados em relação com o modo de produção capitalista»¹⁵¹.

Pôr em plano de consideração os elementos referentes ao valor de uso da terra, abriria caminho para a explicitação do sentido da propriedade fundiária sob o seringalismo. No período pioneiro, o trabalho humano se desenvolve sobre uma diversidade de frutos da natureza enquanto diretamente

150. MARX, K., *El Capital*, I, p. 131; *Teorias sobre la plusvalía*, II, pp. 42-43

151. HARVEY, David, *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 336-337

valores de uso contidos no espaço florestal, e sobre os quais exerce ação de mera coleta.

No seringal do apogeu, a atividade humana se relaciona com os frutos oferecidos pela natureza desde outra perspectiva. O seringueiro se defronta com a árvore lactífera não estabelecendo uma relação entre um consumidor e um valor de uso. A obtenção do látex exige o esforço humano deliberado; é resultado de trabalho. Conquanto se defronte com a árvore enquanto expressão de um ato espontâneo da natureza, é dizer, objeto não resultante do trabalho humano, o látex que alimentará a atividade industrial deve ser encarado desde outro ponto de vista: enquanto péla de borracha será valor de uso para o seringueiro porque passível de troca no mercado. Ou seja, a propriedade da terra se realiza através do trabalho que não mais se volta para o atendimento imediato de necessidades humanas.

Por característica que lhe é necessária, a atividade produtiva, passa a ser reiterada, gerando em seus sucessivos movimentos a reposição das condições de sua repetição. Ou seja, a propriedade da terra é posta no seringalismo como uma base necessária para a reprodução de um processo social de trabalho, o que equivale à uma ruptura com o caráter expedicionário, ou nômade da produção do caucho, fato não levado na devida conta na grande maioria dos ensaios em

história econômica da Amazônia. A exigência de uma base fixa sobre a qual passará a se desenvolver a atividade produtiva reafirma a propriedade da terra, agora elemento essencial e integrante de um processo de valorização econômica.

O cercamento da terra, na visão predominante, estaria restrito às áreas de incidência da hévea e, portanto, a propriedade em uma dada área não excluiria a existência de terras-livres; ao contrário, o próprio da situação fundiária da Amazônia seria justamente que as propriedades configurassem verdadeiras "ilhas" face à abundância de terras livres. Daí que se recorra com tanta frequência e de forma generalizada, ao controle dos meios de comercialização e de "financiamento" como elemento explicativo da realidade seringalista. No entanto, as relações de propriedade incorporam os elementos fundamentais para a instauração de um novo modelo de organização do seringal e que, no caso amazônico, representou um fator crucial para a realocação dos recursos anteriormente destinados à agricultura e à outras modalidades extrativas, canalizando-os para a produção da goma elástica.

Seguindo o ponto de vista de Oliveira Filho, o controle do comércio - «e não a expropriação de terras camponesas»- seria o mecanismo que permitiu a subordinação do caboclo amazônico às determinações do grande capital. É inequívoca a importância que o domínio sobre os meios de comercialização

irá desempenhar na constituição do sistema produtivo da hévea. Esta afirmação, no entanto, labora no esquecimento da trajetória histórica das populações regionais e o intenso e violento processo de sua transformação em força de trabalho. Lembrando Marilene Corrêa da Silva, em *o Paiz do Amazonas*, «o período reformista do Estado português, que vai do século XVIII ao século XIX, realiza, na Amazônia, um processo que consolida a ocupação, regula o povoamento, incentiva a produção agrícola, ensaia a industrialização, investiga a potencialidade dos recursos da área e sintetiza a experiência do domínio colonial sobre o espaço, a organização e a vida das populações amazônicas». As questões relativas à atividade econômica estarão, no período, relacionadas ao fortalecimento do «comércio intra-regional e ao comércio de exportação, e desdobrado na reforma de costumes, na organização dos povoamentos (aldeias e vilas), com linhas de autoridades e hierarquia civis determinadas pelo poder do Estado»¹⁵².

Mantendo fidelidade ao ensaio de Oliveira Filho, o seringal de apogeu deve ser entendido enquanto elemento de uma totalidade que se define como uma particularização da economia do extrativismo. Por isso, permanecer ao nível da "passagem", pode levar a um prejuízo na tentativa de apreensão da realidade que tem na dinâmica que lhe é

¹⁵²SILVA, M. C., *op. cit.*, p. 94.

inerente, a explicitação dos elementos da sua reposição. Esta é a problemática essencial a ser perseguida pelo esforço analítico. E é nesta perspectiva que a complexificação da sociedade e da economia na Amazônia explicitam novos e combinados elementos que vão além do domínio do comércio¹⁵³.

As relações de produção vigentes sob o seringalismo submetiam o seringueiro ao extrativismo. E a impossibilidade de existência de outras atividades produtivas não é resultado do mero domínio sobre a rede de comércio, no seringal, pelo seringalista. A existência de terras livres, possíveis nas condições paraenses e amazonenses, onde o interesse pela colonização corresponde a uma expectativa socialmente posta, não se inclui na realidade da região acreana. Em fase recente, já na década de setenta deste século, por ocasião do processo de discriminação das terras acreanas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, ficou evidente como os Vales do Acre e do Juruá foram ocupados pela grande propriedade seringalista de tal maneira que a arrecadação de terras devolutas pelo governo reduziu-se a glebas de dimensões insignificantes. Enquanto que foram identificadas propriedades seringalistas com áreas superiores a um milhão de hectares¹⁵⁴.

¹⁵³. O conjunto de elementos integrantes do sistema de aviamento e da propriedade da terra estarão tratados nos itens correspondentes, no contexto próprio das questões relativas ao processo de reprodução do seringalismo.

¹⁵⁴. Na década de oitenta, quando já ocorreu, em alguma medida, a desconcentração de parcela da propriedade seringalista, levantamento realizado indica que o Acre apresenta o nível

O exercício da propriedade da terra se explicita nos seringais acreeanos também através da cobrança de uma "renda" ao seringueiro. Forma de extração do trabalho seringueiro, tinha como objetivo cobrir os gastos que o seringalista incorreria na abertura de novas estradas, na limpeza dos varadouros por onde escoava a produção etc.. Entretanto, a cobrança de "renda" terá pouca importância no conjunto dos mecanismos de extração do valor produzido pelo seringueiro, não podendo ser considerada como um elemento essencial na formação do lucro para a empresa capitalista. Tinha, no entanto, forte apelo ideológico e de controle sobre as condições de propriedade.

A propriedade seringalista, desde uma perspectiva econômica, é unitária e sua divisão em colocações é de natureza puramente organizacional atendendo às particularidades que a incorporação da força de trabalho assumiu sob o seringalismo.

À medida em que, por um lado, avança o processo de utilização industrial da borracha, por outro lado, a

de «concentração da propriedade rural mais elevado do País: sendo de 0,92 na Microrregião Homogênea (MRH) do Alto Juruá, e de 0,96 na MRH do Alto Purús. Esses números situam o Estado entre as Unidades da Federação que apresentam forte concentração fundiária, **tendendo à absoluta** [grifo - MJL]. O cálculo do índice de Gini não leva em consideração a existência de famílias sem terra que têm na agropecuária sua principal atividade. Se esse percentual fosse também agregado, o índice de concentração seria ainda maior. (NEVES, A. M. & LOPES, A.M.T., A Situação Fundiária Atual. in: VALVERDE, O. et alii, A organização do Espaço na Faixa da Transamazônica. Rio de Janeiro, FIBGE, 1989. p.94.)

ocupação territorial leva à incorporação de novas variedades da hevea. Com isso, desenvolvem-se padrões de extração e de consumo que levam à formulação de critérios de diferenciação do produto gumífero. Desde um ponto de vista da extração, inicialmente, era possível classificar a produção em duas grandes linhas: a primeira, muito mais uma herança da fase pioneira, denominada sernambi, tipo de borracha seca resultante da coagulação natural e de baixa capacidade elástica. Em fase posterior, o sernambi continua integrando o comércio gumífero mais como um resíduo, dado que sua produção era resultado da limpeza das árvores ou de algum acidente que resultasse no derramamento do látex, impedindo a sua coagulação pelo processo de defumação; a segunda grande faixa da produção era a borracha resultante de coagulação pela aplicação de fumaça - defumação - de determinadas variedades vegetais da região. Esta borracha apresentava uma maior capacidade de elasticidade, implicando melhor aproveitamento em termos de escala e de variedades de produtos industriais.

O avanço no conhecimento sobre o produto gumífero, que resultava do processo de utilização industrial, correspondia ao desvendamento de suas qualidades intrínsecas, ou das descobertas científicas associadas ao desenvolvimento industrial na Europa e nos EE.UU. Surgem daí melhores classificações botânicas, indicando uma ampla variedade da

espécie hévea, cabendo a cada uma delas possibilidades diferenciadas de uso industrial.

Estes dois conjuntos de elementos, que estão na base da classificação física, estruturam uma pauta de preços para o produto gumífero, no âmbito do mercado industrial internacionalizado, que receberá influência da forma de apropriação das terras e da formação de condições especiais que permitirão explicitar a existência de elementos para a formação de preços para as terras regionais. Mesmo quando o quadro de informações, estruturado por práticas operativas das relações econômicas nos seringias, apenas pressupunha - ou seja, não ocorriam evidências explícitas - a existência de formas de rendas próprias do sistema de produção prevalecente.

A perspectiva histórica da questão da propriedade fundiária na região acreana não se confunde com o processo da formação da estrutura da propriedade nas áreas de ocupação pioneira da Amazônia. Nestas o perfil distributivo se constrói e se mantém, mesmo no período de maior prosperidade da economia do extrativismo, através de uma combinação de áreas de dimensões diferenciadas - desde a pequena propriedade agrícola até o latifúndio - e a terra sendo posta como fundamento de processos de trabalho diversificados. Na região acreana, a organização da produção, ao repousar exclusivamente sobre o trabalho

seringueiro, em torno do qual se organiza a vida em sociedade, sustenta-se sobre a grande propriedade, pressupondo a incompatibilidade de convivência com a pequena produção.

As limitações naturais que cercam, de um lado, as qualidades da terra e, de outro lado, a existência de estoques de árvores de cada variedade, fundam as condições do monopólio posto pela propriedade. As possibilidades de relações concorrenciais entre produtores para uma dada variedade, se existissem, estariam dadas por uma reserva ilimitada de árvores e condições de acesso livre às terras detentoras das reservas. Não é o que ocorre nas condições do extrativismo, e os limites do território gumífero é rapidamente fechado ainda nos finais do século XIX. A consolidação da ocupação da região acreana leva aos limites do *habitat* da variedade *hevea brasiliensis*, notadamente, para aquelas de melhor aproveitamento industrial, graças as suas qualidades intrínsecas. A região acreana produz uma denominação que lidera o ranking de qualidade gumífera: a Acre fina.

2. O SISTEMA DE AVIAMENTO E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O sistema de aviamento propõe, como princípio, a generalização de uma particular forma de financiamento das atividades envolvidas com a produção e a realização do produto gumífero. Assim que, em primeiro lugar, seja um fluxo de financiamento da produção que tem suas origens nos capitais bancários exteriores - ingleses, americanos, holandeses etc. - e que alimenta a operação das casas comerciais, em suas atividades de importação comercial e as casas aviadoras no fornecimento de gêneros destinados ao consumo seringueiro. Estas últimas limitam suas operações ao espaço interno, articulam áreas antigas de produção e comandam o processo de abertura de novas frentes produtivas ou a expansão territorial. A cadeia de financiamento corresponde a um fluxo de rendas¹⁵⁵ que, em grande medida, tem a forma de mercadorias. A partir deste momento da estrutura econômica regional, não existe uma divisão entre as funções de comércio e aquelas operadoras do capital bancário (compra e venda de mercadorias e operações

155. Ao associar os fluxos que integram o sistema de aviamento a uma soma de parcelas correspondentes à diferentes formas de renda, entre as quais, juros, lucros e "o custo de subsistência do produtor direto", Wilson Cano propõe uma compreensão do sistema de aviamento que se aproxima da noção com a qual laboramos. CANO, W., Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, TAQ, 1983. 2a edição. p. 90.

bancárias). Este aspecto se estende até os limites internos do seringal, onde se põe como característico da economia do extrativismo e como uma decorrência da especialização produtiva imposta sobre a região¹⁵⁶. O que equivale dizer, resultado da não especialização de funções no âmbito das regiões de apogeu, quando o seringalista assume a totalidade das atividades de comércio e de organização da produção¹⁵⁷.

Nos seringais da região acreana, a totalidade da força de trabalho, que na fase inicial se igualava à população total, era formada quase integralmente por homens adultos e totalmente integrada na atividade extrativa. A atividade de extração do látex era desenvolvida no período da estiagem, ocorrido entre abril até novembro, dado que o período das chuvas inviabilizava a extração do látex e era inadequado à produção agrícola. No conjunto das determinações que permitiam o emprego exclusivo da força de trabalho na

¹⁵⁶ As condições da redivisão do trabalho social, em escala mundial, levam a que "as concentrações industriais (ou administrativas) gigantes, que destinam ... regiões inteiras à monoprodução, tornam populações inteiras incapazes de produzir - e de consumir - conforme às suas próprias necessidades ou mesmo de definir essas necessidades de maneira autônoma: consumidores forçados de bens e serviços mercantes que os monopólios institucionais lhes oferecem, são produtores forçados de outros bens e serviços mercantes no interior de instituições monopolísticas". [GORZ, (1980)].

¹⁵⁷ Nesta perspectiva, o capital seringalista diferencia-se da forma operativa do capital cafeeiro que, segundo João Manoel Cardoso de Mello, (op. cit., 103 e segs.) desdobrava-se em formas diferenciadas, ocupando espaços produtivos distintos. No caso amazônico, no entanto, há limitações do processo de acumulação. No âmbito dos seringais o capital seringalista empalmava uma forma genérica, operando a esfera da produção e do comércio. Havia, no entanto, alguma participação resultante de um desdobramento (mesmo que incipiente) na cidade, quando assumia outras atividades, entre as quais as do transporte. No entanto, mantinha pouca participação na esfera da exportação e importação de mercadorias, ficando dependente da ação de capitais "estrangeiros" ou de segmentos importadores localizados no Sudeste. Este último aspecto impõe sérias restrições ao processo de acumulação dos capitais.

produção gumífera, a propriedade territorial assumia a condição de momento predominante. A partir dela se definia o acesso ao sistema de aviamento, logo, se definia igualmente em relação aos meios necessários à reprodução da força de trabalho no seringal. O consumo seringueiro, conquanto extremamente limitado e restrito às necessidades mais elementares, era resultante de uma relação fundada na entrega do produto obtido, gerando uma aparência de dependência exclusiva das possibilidades da coleta ou da capacidade de trabalho do seringueiro, da sua habilidade na extração do látex: a impossibilidade de uma interferência direta no ritmo do trabalho, através de transformações na base técnica, leva à criação dos mecanismos que colam a atividade produtiva à remuneração do trabalho seringueiro. Nestes momentos, a produtividade do trabalho e a sua remuneração estão coladas uma à outra, formando uma relação rígida e direta. Os níveis de consumo seringueiro eram, assim, resultados do processo de extração do trabalho seringueiro. Isso não ocorre exclusivamente no contexto operacional do sistema de aviamento, mas nas relações postas pelo capital industrial: a fixação dos preços industriais incorporava, em medida preponderante, momentos e condições que repercutiam sobre as condições de exploração do trabalho e, por consequência, sobre as condições de consumo nos seringais.

O processo de socialização do trabalho seringueiro é supeditado pelas relações sob as quais se desenvolvem as atividades industriais consumidoras produtivas da hévea. Enquanto isso o exclusivo seringalista funda sobre o trabalho seringueiro as condições da reprodução do conjunto das relações sociais na região. Segundo Ianni, sobre o trabalho seringueiro «repousavam os outros trabalhos. Sobre o seu ganho minguado repousavam os outros ganhos, maiores ou menores, do seringalista, aviador e exportador»¹⁵⁸. Ou seja, neste ponto Ianni abandona a visão que dá a esfera da distribuição (sistema de aviamento) o predomínio (ou até mesmo a exclusividade) na caracterização da economia do extrativismo.

A transformação do produto de cada seringueiro em valores de uso (venda da borracha/compra de mercadorias para consumo do seringueiro) se inscreve como momento da realização econômica da relação de propriedade no seringalismo. É a partir desta que o seringalista cria as condições para exercitar um comércio sob rígidas condições de monopólio. As condições de troca da renda gerada no setor de produção da goma elástica, em forma bruta, pelos produtos oriundos dos setores industriais são fundamentais e dependentes da forma de funcionamento das estruturas comerciais - no caso o sistema de aviamento - na Amazônia.

¹⁵⁸ IANNI, O., op. cit., p. 45

Daí que o fluxo do produto, oposto ao dos "bens de salário" no sistema de aviamento, dependesse de uma organização peculiar, capaz de garantir ao exportador algum domínio sobre a fixação dos preços. Estas condições estão dadas pela forma como se organiza a participação das casas aviadoras no mercado interno. Elas operam no sentido de promover uma centralização das operações por empalmarem duas atividades básicas: de um lado, realizam as atividades de financiamento da produção; de outro lado, são responsáveis pelo comércio das mercadorias destinadas ao consumo seringueiro. Ou seja, também neste segmento do sistema de aviamento, não ocorre uma separação das funções do comércio daquelas específicas ao sistema bancário. Estas características, no entanto, garantem a mobilização de grandes partidas da borracha que passarão às casas exportadoras. Assim, as condições monopólicas que caracterizam o comércio interno se projetam na estruturação do mercado internacional da goma elástica, permitindo que a formação dos preços se efetive de modo a garantir uma distribuição de valor refletindo as precárias e "custosas" condições de funcionamento das estruturas regionais de produção. Ou dito de forma direta, os preços internacionais da borracha incorporam os níveis da exploração aos quais se submete a força de trabalho sob o seringalismo.

Estes são os elementos fundantes do exclusivo seringalista que caracteriza a contextualidade estruturada pela economia do extrativismo na região acreana. Trata-se de uma cadeia estável¹⁵⁹ de relações de produção e formas aparentes de operações comerciais que, por um lado, de forma definitiva ligam intimamente a produção gumífera como um setor da produção industrial externa¹⁶⁰. Por outro lado, permite que se compreenda o seringalismo como uma «teia de relações bastante elaboradas, consistentes e estruturadas dos homens entre si» e «que garantiam a regularidade do extrativismo [como base do sistema]... e das relações dos homens com a natureza»¹⁶¹. É nesta perspectiva que, ainda segundo Ianni, «a rigor o seringueiro estava duplamente atado ao capital industrial, à reprodução capitalista centrada principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Por um lado, o seringueiro produzia uma mercadoria destinada a ser retrabalhada nas fábricas estrangeiras de artefatos de borracha. E essa era a principal articulação entre o capital

¹⁵⁹. A explicitação da particularidade espacialmente posta pela economia do extrativismo permite que se supere a perspectiva de "relações móveis, incidentais dos homens com a natureza". essas são vistas como uma dificuldade na elaboração de Ianni (op. cit., p. 42) que decorrem da tentativa do autor de generalizar estruturas produtivas fundadas na atividade nômade características da fase pioneira e da extração de algumas variedades da hévea, tais como o caucho. A referência espacial de Ianni é principalmente o sul do Pará. A região acreana é essencialmente sedentária e sustentada pela extração da variedade *hevea brasiliensis*.

¹⁶⁰. A produção gumífera amazônica se inscreve, de forma inequívoca, numa ampla divisão social do trabalho, como resultado do desenvolvimento da exploração manufatureira. «A expansão do mercado mundial e o sistema colonial, que figuram entre as condições gerais do sistema, fornecem ao período manufatureiro, material abundante para o regime de divisão dentro da sociedade». (MARX, K, *El Capital*, op. cit., t. I, p. 288).

¹⁶¹. Ianni, op. cit., p. 42.

industrial e a materialização da força de trabalho do seringueiro solitário na mata [grifo - MJL]. Por outro lado, o seringueiro era obrigado a consumir vários e diferentes produtos industriais para poder desenvolver a sua atividade na produção da borracha. ... A teia de relações sociais de produção, bastante elaboradas, consistentes e estruturadas, não articulava apenas o seringueiro, o seringalista, o aviador e o exportador; articulava a força de trabalho do seringueiro solitário na mata e a indústria de artefatos de borracha na Inglaterra, Estados Unidos ou outro lugar. No capitalismo, a acumulação de capital é comandada pelo capital industrial, ele se realiza na esfera da produção. No caso da borracha, do sistema de aviamento, é apenas aparente o predomínio do capital comercial nos laços e liames que atavam o seringueiro, o seringalista, o aviador e o exportador. Aí, o comércio e o crédito, a despeito da sua grande importância, estavam comandados pela reprodução do capital industrial»¹⁶².

O fato de "ser obrigado" a consumir produtos industrializados deve ser entendido como resultado da incorporação do trabalho seringueiro no contexto da divisão social do trabalho proposta pela acumulação de capital nos países centrais. Nesta perspectiva a produção gumífera pode ser corretamente caracterizada como "setor" produtivo

¹⁶². Idem, *ibidem*, p. 54

integrado à produção que tem no desenvolvimento da industrialização seu momento determinante.

O seringalismo, portanto, não se confunde com um quadro típico de transição para o capitalismo, quando ocorre a mera subsunção de atividades anteriores desenvolvidas por produtores isolados e com domínio completo dos meios de trabalho. O caso amazônico somente permite esse exercício de analogia quando se labora no esquecimento da diversidade de processos e momentos constitutivos da história regional. Contudo o que se propõe é que as condições societárias resultantes da fase colonial não podem ser confundidas com aquelas que predominam na produção gumífera do apogeu. A maximização dos lucros comerciais resulta agora de uma combinação de interesses e determinações, onde a operação da produção industrial se explicita enquanto momento predominante, ao buscar o preenchimento das necessidades decorrentes do consumo produtivo.

A questão da reprodução do seringueiro deve ser repensada no contexto dominado pelo seringalismo, como é o caso acreano. Apesar de ser elemento necessário à organização das relações de produção existentes na região, a questão do endividamento, por si só, não seria suficiente para promover a reprodução e a permanência do sistema. Caio Prado Júnior, ao tratar a questão da formação econômica brasileira, no que se refere ao seringalismo, assume que é

«preciso impedir que o trabalhador acumule reservas e faça economias que o tornem independente», até aqui uma declaração genérica e compatível com os rumos do regime de produção capitalista, para, em seguida, afirmar que "nesta região [amazônica] semideserta de escassa mão-de-obra, a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado» [grifo - MJL]. Em certo sentido, uma declaração perpassada por uma certa relativização (o uso do adjetivo maior). Ou seja, ao lado de outras relações reprodutivas da subordinação do trabalho sob o seringalismo, aquelas decorrentes do monopólio comercial seriam as preponderantes. Em que pese a importância do seu ensaio para o desvendamento das questões propostas pela economia do extrativismo - notadamente quando trata das relações entre extrativismo e indústria - Octavio Ianni recorre à Prado Jr. para afirmar que «num território com muita terra disponível, o endividamento permanentemente renovado impedia que o seringueiro escapasse das relações de produção organizadas com base no extrativismo da borracha»¹⁶³. Neste caso, as relações postas pelo sistema de aviamento assumem uma posição absoluta nas determinações das condições de reprodução do seringalismo.

¹⁶³ Ibidem, p. 51. Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, apud, Ianni. Ao absolutizar o papel do sistema de aviamento, Ianni torna incompreensível a passagem contida na citação referente à nota 8, parte grifada no texto.

Afirmando a exclusividade do endividamento efetivado via sistema de aviamento como fundamento das determinações do trabalho seringueiro, os autores em verdade remetem as questões da reprodução do seringalismo para a esfera da circulação. Considerar que as condições da alienação do trabalho sob o seringalismo seja resultado da esfera da circulação do produto equivale pressupor que o capital comercial realize unicamente a mediação entre extremos sobre os quais não exerce uma posição dominante¹⁶⁴. No entanto, produção e circulação no caso da economia do extrativismo formam uma unidade, e resultam da divisão social do trabalho, o que pressupõe, em sentido amplo, o monopólio da propriedade privada. No plano interno à região, a questão, portanto, remete para a propriedade privada da terra, elemento essencial nas condições de reprodução.

Portanto, os movimentos relativos ao sistema de aviamento se tornam aparentes quando se explicitam, por um lado, a gênese da produção gumífera como um resultado da distribuição do trabalho pela dinâmica da acumulação de capital, momentos em que se exacerba o movimento de especialização do trabalho; e, por outro lado, os momentos da formação de uma propriedade fundiária, integrados ao

¹⁶⁴. Georg Lukács é uma referência fundamental para a compreensão das condições concretas que afirmam o modo de produção capitalista enquanto uma realidade que tem "mercadoria como forma universal que modela a sociedade..." (LUKÁCS, G., *A Reificação e a Consciência do Proletariado*. in *História e Consciência de Classe - estudos de dialéctica marxista*. Porto, Publicações Escorpião, 1974).

movimento anterior. Deste dois movimentos - criação do trabalho seringueiro e da formação da propriedade seringalista - surge a monopolização do comércio que empalma os momentos de extração do mais-valor e da sua transformação em lucro comercial.

O sistema de produção extrativista nas regiões pioneiras, conquanto integrado por grandes propriedades, notadamente como herança da fase colonial, contava com uma base articulada por pequenas unidades¹⁶⁵ (pequenos produtores e produtores não capitalizados), resultante dos esforços de colonização pela administração provincial. Na segunda metade do século XIX a tendência ao abandono das atividades agrícolas em benefício das atividades extrativas levou as autoridades da província a iniciarem, nos anos setenta, uma política de reforço à imigração com o intuito de fortalecer os núcleos coloniais¹⁶⁶.

O circuito da comercialização, localizado fora da propriedade da terra, compreendia dois estágios antes de formarem os volumes operados pelas casas exportadoras. Ao primeiro estágio da comercialização, ou primeiro nível do

¹⁶⁵. Constituiu preocupação essencial da administração colonial promover a reforma dos costumes e a organização dos povoados (aldeias e vilas), com linhas de autoridade e hierarquia civis determinadas pelo poder de Estado. Nestes objetivos estavam aqueles de incorporar as populações aos interesses da produção para o comércio interno - necessário ao fortalecimento das comunidades urbanas - e para o comércio externo (de exportação). Marilene Corrêa da Silva, *op. cit.*, *passim*, constitui leitura necessária para uma melhor compreensão da formação de uma base de força de trabalho a partir das populações indígenas.

¹⁶⁶. Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1874/77, págs. 736-38.

circuito das trocas, correspondia uma relação entre produtor direto e o regatão. Nestas regiões, a presença do regatão passará a ser questionada a partir do momento em que se desenvolva a grande propriedade sem que, no entanto, seja totalmente descartada. Isto como decorrência da permanência da produção familiar, elemento nuclear das propostas de colonização que perduram nos objetivos das administrações regionais, notadamente do Amazonas e do Pará. Numa escala economicamente mais elevada, a socialização da produção regional se dará através da mediação das casas aviadoras. Estas, detentoras de meios de transportes maiores, coletam a produção dos grandes produtores e dos regatões, promovendo a ligação da produção regional com uma estrutura de mercado de amplitude internacional.

O circuito comercial, articulado por instâncias de compra e venda, hierarquicamente postas, formava os momentos essenciais dos processos de extração e distribuição do trabalho caboclo que, no entanto, apenas parcialmente se submetia ao processo de socialização via mercado. Situação que perdurou na área pioneira, mas que não se projetou sobre a região acreana. Daí, que aquela (área pioneira) apresente uma estrutura econômica, ou exclusivamente no circuito da comercialização, um conjunto mais amplo de agentes que vai, desde o produtor direto, até o exportador, passando pelo regatão, expedicionário, aviador, até chegar

aos mercados de consumo externos. A distribuição espacial da atividade produtiva, o distanciamento dos centros controladores do comércio tornavam a participação nos mercados extremamente dependente das condições de transporte.

Na região acreana, a implantação da base produtiva atenderá única e exclusivamente à produção gumífera. As duas bacias principais terão todos os seus segmentos percorridos e suas terras serão ocupadas pela propriedade seringalista. A especialização produtiva baseada sobre o monopólio da propriedade da terra forma a base das relações que darão consequência econômica ao seringalismo. Os agentes econômicos são reduzidos ao produtor direto - o seringueiro - o organizador da produção - o seringalista - e a esfera da circulação - as casas aviadoras. Inexistem nas condições acreanas¹⁶⁷, as figuras do expedicionário, do regatão, do pequeno produtor isolado, da produção familiar. As relações de comércio são monopolizadas formando um núcleo mais reduzido de apropriação do produto.

A forma organizacional do sistema de aviamento prevalecte na região acreana, no entanto, não se mantém ao longo do período. Realizada a incorporação territorial, em

167. Esta afirmação se restringe à fase do apogeu, quando os limites territoriais da região acreana já estavam definidos. Anteriormente, nos limites do Vale do Juruá com a República do Perú, a atividade expedicionária praticada por peruanos contava com o concurso do trabalho de índios.

1903, fato que estabelece condições estáveis para as relações de produção regionais, o movimento de capitais, diante da redução das condições de risco, ultrapassa os limites da operação comercial e amplia seus domínios sobre a produção. Nas condições acreanas isto representaria garantir uma parcela maior do produto regional, pelo qual as casas aviadoras de Belém e Manaus mantinham uma disputa antiga. A formação de níveis intermediários de aviamento, com a montagem de empresas localizadas nas áreas de produção, passaria a permitir o controle direto dos seringais da região.

Conquanto as empresas seringalistas resultassem de atos de apropriação de "terras livres"¹⁶⁸, as condições de reprodução eram, no entanto, resultado das possibilidades de realização do trabalho seringueiro. Eram evidentes as dificuldades que cercavam a produção gumífera e a "administração da empresa seringalista", dados os limites extremamente baixos do padrão de consumo a que se submete o seringueiro. Os momentos em que predominavam preços em

¹⁶⁸ A denominação de "terra livres", aqui, tem como referência a inexistência de interesses econômicos que fundamentam a propriedade fundiária sob condições mercantis. Isto, portanto, não exclui a possibilidade de outros tipos de propriedades. Relatório do general Belarmino Mendonça sobre a geografia física e a geografia humana do Rio Juruá, de 1905, nos dá conta de notas do geógrafo William Chandless sobre nove tribos, apenas nas margens do baixo Juruá. Citando crônicas da época, Belarmino Mendonça refere-se a existência "desde 1700 até nossos dias, de 49 tribos indígenas, tendo 98 denominações, a maior parte das quaes espalhada em outros rios" (p. 102). No mesmo relatório, encontramos indicações que reforçam este número com indicações de diversas nações que se espalham ao longo do Tarauacá, Embira e seus afluentes, além de populações localizadas nas nascentes do Gregório, Liberdade, Amocacas, Javary etc..(MENDONÇA, B. op. cit.)

elevação, ou seja, naqueles em que se elevava o poder de compra do seringueiro (logo, do sistema por inteiro), favoreciam os ganhos do seringalista. Entretanto, condições de estabilidade ou de baixa do preço da borracha resultava na quebra das condições de reposição das bases de financiamento da produção. Manter níveis constantes numa situação de preços do produto em queda e elevação dos preços das mercadorias implicava queda do poder de compra. Os termos de troca se punham, assim, em situação desfavorável para o seringalista.

Em momentos de conjuntura desfavorável, a passagem da propriedade seringalista para o domínio das empresas aviadoras intermediárias foi um dos arranjos realizados pela economia do extrativismo. Belarmino Mendonça faz referência ao fato de que, já nos primeiros anos deste século, no «Juruá muitos seringas têm sido entregues aos aviadores Mello & Comp., estabelecidos em Belém e Manáos, e a outros»¹⁶⁹. Reduzia-se, assim, o nível de intermediação, ao mesmo tempo em que se processava um movimento de centralização dos negócios - inúmeros seringais passavam ao controle de uma única empresa - e de concentração do excedente em um único ponto, ampliando a massa de lucros.

Este movimento promoverá também a criação de outras categorias e postos de trabalho tanto no seringal quanto na

¹⁶⁹. *Ibidem*, p. 196.

estruturação dos entrepostos comerciais que articulam o surgimento de núcleos de urbanização.

O tempo de circulação, que se funda em aspectos locacionais e tempo de produção, propõe questões essenciais para uma compreensão da formação dos custos na produção extrativista da borracha. É necessário, no entanto, observar que o sistema de aviamento se estrutura num tempo genérico referente ao período anual da produção gumífera. Ao contrário das atividades agrícolas, o produto gumífero é obtido dia após dia até alcançar o volume economicamente adequado para o transporte de longa distância, entre o ponto da extração até os pólos da comercialização. No entanto, é possível que algum segmento do sistema de aviamento possa estabelecer tempo de realização diferenciado em relação ao circuito de outros capitais envolvidos. A existência de segmentos tais como o de operação do circuito bancário, dos transportes (este nem sempre se confunde com outros capitais, operando de forma especializada), do aviamento atacadista (comércio de mercadorias com os seringalistas), do seringalista (aviamento da força de trabalho seringueira), é responsável por tal diferenciação nos tempos de rotação.

Enquanto o seringueiro entrega o resultado do seu trabalho à medida em que o vai obtendo, o seringalista efetua a venda após acumular um ano de produção. Para as

casas aviadoras e exportadoras, essa acumulação do produto se porá a serviço da formação de estoques reguladores. O domínio desses estoques pelas casas exportadoras garantem o domínio do mercado internacional e o controle sobre a formação dos preços internacionais da hévea.

Com o passar do tempo, a organização espacial do aviamento é fragmentada entre pontos hierarquicamente construídos e formados com o surgimento de casas aviadoras associadas àquelas instaladas nas praças de Belém e Manaus, e que operam no interior das regiões produtoras. Esse movimento transfere para outros pontos do sistema de aviamento os custos da acumulação do produto ou da formação dos estoques anuais.

O capital bancário, permitindo a antecipação da realização do "produto" de cada segmento operacional, restringe, seus efeitos sobre as casas aviadoras. Estas são capazes de introduzir nas relações de comércio ou nas operações bancárias seus títulos de crédito junto às empresas seringalistas. No entanto, as distâncias e os meios de transportes utilizados, exigem a formação de amplos estoques de mercadorias que ficam submetidos à uma única rotação por ano de operação e às condições desfavoráveis de transporte e de manutenção, logo, sujeitas a elevados custos de estocagem.

A formação de níveis intermediários de aviamento também opera no sentido de elevar a rotatividade dos negócios regionais. Localizadas em posições que permitem o tráfego em períodos maiores de tempo, as empresas aviadoras regionais intermediarão um maior contato entre os seringais e as empresas aviadoras principais. As condições de transporte, extremamente coladas às condições de navegabilidade dos rios que formam a malha fluvial de transporte, sofrerão, progressivamente, um processo de adaptação. Portos estrategicamente instalados em pontos do Purús, do Juruá e dos seus afluentes de maior porte, recolherão o produto da coleta efetuadas por batelões e lanchas de pequeno calado que integram a frota regional. O produto acumulado anualmente será transportado para as praças de Belém e Manaus na época das cheias quando a maioria dos rios permite o tráfego de barcos de maior calado. Estas praças, notadamente a primeira, realizam a totalidade das atividades de exportação para os países consumidores da goma elástica.

CAPÍTULO 4

AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS, O PÓS GUERRA E O FORTALECIMENTO DO EXCLUSIVO SERINGALISTA

1. A DECADÊNCIA E A REINVENÇÃO DO EXCLUSIVO SERINGALISTA

Ao longo das duas últimas décadas do século passado até 1920, a produção de borracha na Amazônia experimentou resultados crescentes e esteve como condutora do processo de povoamento da região acreana. No período, a população regional avança para 1,4 milhões de pessoas, segundo cálculos de Ferreira Reis¹⁷⁰, enquanto as exportações da hévea alcançam seu valor máximo em 1912 quando atingem 42 mil toneladas e chegam a 23 mil toneladas em 1920. No entanto, enquanto a ampliação do consumo da goma elástica é resultado do progresso técnico experimentado pelos pólos da produção industrial, notadamente o norte-americano, a economia do extrativismo se submete à mesma estrutura técnica de produção onde predomina uma relação trabalho/árvore lactífera constante.

Ao longo da primeira década deste século, a produção automobilística norte-americana já atingira a casa de

170. FERREIRA REIS, A.C., O seringaí, p. 41.

200.000¹⁷¹ automóveis por ano, chegando a produção de 2.544.176 veículos (ônibus, automóveis e caminhões) em 1922 (ver tabela 3) o que demonstra o ritmo da expansão da indústria de pneus que lidera, em larga medida, a indústria de artefatos de borracha. A colagem da borracha à indústria automobilística "transformou definitivamente a indústria da borracha num componente de primeira importância do complexo industrial mais avançado do mundo"¹⁷².

Tabela 3.
Vendas de Veículos e Importações de Borracha nos E.U.A.

ANOS	Vendas anuais das fábricas de automóveis, ônibus e Caminhões		Importações líquidas de borracha	
	(unidades)	(Índice)	(toneladas)	(Índice)
1900	4.192	100,0	20.308	100,0
1905	25.000	596,4	27.021	133,0
1910	187.000	4.460,9	42.210	207,8
1915	969.930	23.137,6	96.990	487,4
1922	2.544.176	60.691,2	296.394	1.459,5

FONTE: Drabble, 1973, pp. 222 e 224. apud. Pinto, op.cit., p.41

A afirmação da borracha como matéria prima industrial consolida também a sua esfera de produção como espaço fundamental para aplicação de capital. O momento histórico sinaliza para uma fase onde a acumulação de capital é caracterizada pelo progresso técnico essencialmente científico. Logo, ampliam-se, em ritmo acelerado, os esforços no sentido de se obter o domínio sobre a produção gumífera.

171. Segundo dados coligidos por Ayres, L.P., *The Automobile Industry and Its Future*. Cleveland, 1921. apud Weinstein, B., op. cit., p. 191.

172. Idem, ibidem p. 191

Ainda no século passado, quando iniciava-se a marcha para o oeste, demandando a ocupação da Amazônia Ocidental e a montagem do espaço geográfico acreano sob a dominação do seringalismo, já se identificavam os elementos desse movimento no sentido da domesticação da hévea. Assim, ainda em 1876, quando mal começara a ocupação da região acreana, Henry Wickham faz chegar a Kew, no dia 15 de junho, uma partida de 70.000 sementes de seringueira que foram confiadas a R. Irwin Lynch, jardineiro-chefe do Jardim Botânico daquela localidade. Além da utilização do método da germinação, no ano de 1877, segundo Warren Dean¹⁷³, a propagação da hevea transita para uma nova alternativa metodológica: a estaquia, o que equivale dizer que em pouco espaço de tempo iniciara-se um processo de liberação das amarras naturais da produção, tornando relativamente obsoleto o uso de sementes e descolando o avanço da heveicultura da região amazônica.

A transferência da hévea, portanto, segue o roteiro da «ligação cada vez mais estreita e contínua entre industriais, tecnólogos e cientistas profissionais e instituições científicas»¹⁷⁴. Nessa perspectiva, a participação das estruturas estatais do Império Britânico, planejando e coordenando um programa visando o domínio das

173. DEAN, W., *A Luta pela Borracha no Brasil*. São Paulo, Ed. Nobel, 1989. p. 55.

174. Hobsbawn, E., *Era das Revoluções*, op. cit., p. 161.

técnicas de produção gumífera, constitui aspecto essencial na determinação da luta concorrencial dos capitais pelo domínio da produção de matérias primas.

Por outro lado, Wickham iniciara um novo circuito de rendimentos que rapidamente experimenta uma fase de prosperidade: o comércio de sementes e de mudas que amplia o potencial de lucratividade e contribui de forma significativa para o desenvolvimento da heveicultura. «As remessas de seringueiras crescidas em plantações chegaram a 1.000 toneladas em 1907. Nessa época tornara-se uma especulação febril, e a área plantada para a produção de borracha expandiu-se enormemente. Entre 1907 e 1910 decuplicou-se na Malásia, alcançando 400.000 hectares; na última data havia quase 10.000 hectares plantados em Sumatra e Java. Possivelmente havia mais *hevea brasiliensis* nas plantações do Extremo Oriente do que em estado nativo na Amazônia brasileira! Em 1913 foram vendidas no mercado mundial 47.618 toneladas de borracha provenientes dessas plantações, mais do que toda a borracha obtida no Brasil naquele ano»¹⁷⁵.

A consolidação técnica da agricultura da borracha se expressa economicamente no «extraordinário surto de recursos que afluíram para a heveicultura e atividades conexas [como decorrência] da fase ascendente do capitalismo europeu, no

¹⁷⁵ DEAN, W., op. cit., pp. 64-65.

período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial... No subsetor da heveicultura, o capital total das companhias registradas na Bolsa de Londres em 1909/10 equivalia a 12,8 milhões de libras, enquanto que, para o conjunto dos países envolvidos, a estimativa atingia cerca de 50 milhões de libras esterlinas»¹⁷⁶.

No entanto, enquanto as exportações mundiais de borracha se ampliam de 44.808 toneladas em 1900, para 409.676 em 1922, as exportações brasileiras do produto caem de 26.750 toneladas para 21.775 toneladas no mesmo período. A produção asiática avançava como resultado do desenvolvimento tecnológico, ou seja, como resultado de ganhos de produtividade do trabalho, logo de contínuas reduções nos custos, deslocando a produção amazônica da condição de líder do mercado mundial de borracha.

A consolidação dos seringais de cultivo representa, portanto, o resultado da luta concorrencial que se resolve com a remoção das barreiras à entrada¹⁷⁷ que permitiam a exclusividade dos seringais amazônicos: é a superação das condições naturais que davam como constante o estoque de árvores lactíferas. E, na perspectiva do processo capitalista, a ultrapassagem das limitações historicamente

¹⁷⁶ PINTO, Nelson Prado Alves, *Política da Borracha no Brasil*. São Paulo, 1984. Ed. Hucitec., pp. 38-39.

¹⁷⁷ **Barreiras à entrada** devem ser entendidas no sentido proposto pela moderna teoria do oligopólio. Ver a respeito, por exemplo, Possas, M.L., *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo, 1985. Ed. Hucitec., p. 95 e seg.

impostas pela natureza corresponde ao desenvolvimento de novos processos de trabalho valorizadores do capital. As condições de trabalho anteriores perdem, em decorrência, a sua posição no conjunto dos processos de trabalho socialmente relevantes para a geração de valores e para a valorização do capital. Isto ao tempo em que a nova base produtiva, dependente de uma composição orgânica mais elevada do que aquela prevalecente nos seringais nativos, passa a exigir investimentos iniciais de maior envergadura. Ou seja, formam-se novas barreiras à entrada, agora marcadamente de origem econômica.

As alternativas de transformação das estruturas econômicas do seringalismo estavam dadas pelas possibilidades abertas pelo progresso técnico. A adoção de novos processos de trabalho implica desvalorização da base preexistente, queima de capital; se realizada pelos capitais em operação no setor, exigiria que os custos da mudança, ou seja, os capitais tornados obsoletos tivessem seus valores transferidos para a composição dos níveis de lucros da nova base técnica. Enquanto, se a mudança decorrer da entrada de novos capitais, os capitais operando os sistemas tornados obsoletos serão simplesmente lançados fora do mercado, e os novos investimentos terão seus lucros fixados em termos dos novos níveis de produtividade. Ou seja, ocorrerá redução dos valores do produto obtido pela nova base que pode se

reverter em queda nos preços de mercados. Em consequência, ao tratar-se de matéria prima, possibilidades de custos menores para a indústria que realize o seu consumo produtivo.

A dinâmica da economia do extrativismo na Amazônia terminou por articular uma rede de interesses que, caminhando no sentido oposto à afirmação das estruturas de mercado capitalista, gerou uma estrutura de agentes econômicos organizadores da produção solidários entre si. A incorporação de progresso técnico nos seringais amazônicos deflagaria o processo de obsolescência que exterminaria a maior parte dos agentes econômicos envolvidos na produção amazônica. Nelson Prado Alves Pinto¹⁷⁸ capta com precisão o impasse no qual se envolvem os capitais em operação na Amazônia: «...ou os [capitais] iriam transformar radicalmente a estrutura econômica regional ou deveriam resignar-se à sua extinção. Transformar radicalmente a economia da região significaria, [no entanto] no mínimo, arcar com o prejuízo de desmantelar toda a estrutura mercantil dominante. Empreendimentos heveícolas rentáveis prescindiriam do sistema de aviamento que caracterizava o extrativismo local. Por outro lado, uma fração minúscula do território abrangido pela exploração gumífera seria

¹⁷⁸ ALVES PINTO, op. cit., cap. I, 1.4 - Primeiras respostas à perda da hegemonia no mercado mundial.

suficiente para abastecer, em regime agrícola, o mercado mundial de borracha» .

Estes são os elementos que fixam as determinações econômicas que levam a burguesia local a assumirem posições conservadoras, na tentativa de preservar as estruturas produtivas tornadas obsoletas pela produção em regime agrícola no oriente. O processo de extração do sobre-trabalho seringueiro, articulado pelas relações de troca - de mercadorias e de produto - que configuram o sistema de aviamento, terminou por se voltar contra seus inventores e operadores diretos: seringalistas e aviadores. Os esforços de superação desse quadro, diante da ausência de alternativas econômicas, confluem para o plano da política. A objetiva transformação econômica e social da região não surge como possibilidade da estratégia burguesa regional que se limita a lutar exclusivamente pela "valorização da borracha", ou seja, é uma busca de mecanismos que se contraponha à tendência de queda apresentada pelos preços internacionais. Neste sentido, inscreve-se a política adotada pelo Banco do Brasil, em 1908, que passou a financiar a atividade extrativista (aviadores e seringalistas) a juros subsidiados, facilitando, portanto, a retenção do produto final.

A fração da burguesia mercantil regional, centrada na economia do extrativismo, se articula, a partir daí, como

bloco político. As circunstâncias nacionais abrem espaço para a ação política seringalista, através da «política dos governadores, que permitia às classes dominantes dos Estados mais poderosos capitalizar as disputas das oligarquias estaduais e as desigualdades regionais, de modo a preservar e fortalecer o poder do bloco agrário que dominava o aparelho estatal. "A Nação é entendida como um equilíbrio ou armistício entre grupos locais de poder"...»¹⁷⁹. Nesta perspectiva, surgem, como necessárias, indagações sobre o Estado e as condições de sua mediação no encaminhamento das questões econômicas propostas pela crise da economia do extrativismo e as medidas de política econômica adotadas para a sustentação das estruturas produtivas do seringalismo.

O período que se estende entre os anos 1910 e 1930, quando se abate sobre a economia do extrativismo o peso da concorrência da produção asiática, não chega a contar com tentativas governamentais de maiores repercussões sobre a esfera produtiva. No entanto, o mercado internacional mantém condições para a participação da borracha brasileira. São elevadas as participações percentuais alcançadas pelo café e a borracha, entre as exportações brasileiras, no período entre 1901 e 1913, especialmente entre as exportações dirigidas para os Estados Unidos. Segundo cálculos efetuados

¹⁷⁹ Ianni, O., *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1984, pg. 15.

por Victor V. Valla¹⁸⁰, a participação percentual desses dois produtos nas exportações totais girava em torno de 79% no período.

Ao longo do período citado, a borracha chegou a representar 29,70% das exportações brasileiras, em 1906, e 40,13% em 1910. Em 1906, o Brasil arrecadou, em borracha, o valor de 210.285 contos, tendo os Estados Unidos contribuído com quase a metade: 101.517. No ano seguinte, de 217.504 contos, os norte-americanos participaram com 100.677. No ano de 1912, «...Nova York tinha se tornado o maior mercado de borracha no mundo e quase 60% da borracha comerciada era brasileira»¹⁸¹.

Em que pesem os extraordinários avanços tecnológicos obtidos pelo esforço de domesticação da hévea, neste período, ainda permanecem brechas na definição de um padrão de sua qualidade obtida em regime agrícola. A variedade nativa da *hevea brasiliensis*, da qual a região acreana contava com grande parcela das reservas disponíveis, ainda mantinha a hegemonia por suas propriedades intrínsecas. Alves Pinto¹⁸² chega a fazer referência a um certo «tradicionalismo dos mercados conservadores e da inexperiência no preparo e apresentação do produto

180. VALLA, V.V., A penetração Norte-americana na Economia Brasileira, 1898 - 1928. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S.A., 1978, p.14.

181. BURNS, E. Bradford The Unwritten Alliance, Rio-Branco and Brazilian-American Relations. New York, Columbia University Press, 1928. apud Valla, op. cit., p.14.

182. op. cit., p. 46-7.

oriental», para explicar a participação brasileira no mercado de borracha, contando com cotações ligeiramente superiores às concedidas ao produto asiático. Cabe reconhecer, no entanto, que as diferenças qualitativas apresentadas pela variedade que recebe a denominação acre-fina são significativas para o

Tabela 4.
Exportação de Borracha Silvestre Amazônica, 1901-1947

ANO	QUANT. (t)	L/t	ANO	QUANT. (t)	L/t
1901	30.241	283	1925	23.537	206
1902	28.632	256	1926	23.263	145
1903	31.717	308	1927	26.162	107
1904	31.866	350	1928	18.826	76
1905	35.393	420	1929	19.861	75
1906	34.960	401	1930	14.138	54
1907	36.490	374	1931	12.623	32
1908	38.206	308	1932	6.224	34
1909	39.027	484	1933	9.453	43
1910	38.547	655	1934	11.150	50
1911	36.547	412	1935	12.370	50
1912	42.286	380	1936	13.247	88
1913	36.232	285	1937	14.792	90
1914	33.531	206	1938	12.064	44
1915	36.165	200	1939	11.805	63
1916	31.495	240	1940	11.835	97
1917	33.998	224	1941	10.734	126
1918	22.662	174	1942	12.204	179
1919	33.252	188	1943	14.575	191
1920	23.587	106	1944	21.192	255
1921	17.493	72	1945	18.887	270
1922	19.855	72	1946	18.159	190
1923	17.995	100	1947	14.510	186
1924	21.568	90			

FONTE: Benchimol, S., *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*, Umberto Calderaro, Manaus, 1977, p.252.

processo de utilização industrial¹⁸³.

183. LADÁRIO DE CARVALHO, a partir do exame das determinações químicas e físico-mecânicas, concluiu pela superioridade dos tipos **acre-fina** e **pará-fina** sobre o produto oriental, quer quanto ao poder de plasticidade e resistência à rotura, alongamento e dureza, quer quanto aos elementos virtuais da espécie nativa da Planície. ANAIS DA 1ª CONFERÊNCIA

Conforme anteriormente observado, a existência de nexos de solidariedade entre os agentes da economia do extrativismo não deve levar ao entendimento de que inexistam contradições e antagonismos. O Acre, por exemplo, mantinha a condição de maior produtor regional, no entanto, fora incorporado ao Brasil sob a forma de Território Federal, submetido à administração direta do poder executivo da União. A mediação política entre a sociedade regional e o poder central, portanto, ficava inteiramente nas mãos da representação parlamentar dos estados do Pará e do Amazonas. Somente com a Constituição Brasileira, promulgada em 16 de julho de 1934, os Territórios passaram a eleger dois deputados federais¹⁸⁴.

Assim, a predominância política dos representantes das casas aviadoras permitia que o bloco regional se integrasse e imprimisse interesses homogêneos ao bloco no poder. Ao manter, como foco de sua atuação, a defesa de uma política de valorização do extrativismo, a bancada regional fazia preponderar seus interesses sobre o conjunto da população regional. Atendia, nesse movimento, o segmento dos proprietários seringalistas aos quais submetia as demandas da massa de seringueiros, mesmo quando se reduziam os

NACIONAL DA BORRACHA. Rio de Janeiro, Tomo I, SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA/MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, 1946, p. 106.
¹⁸⁴. Art 23, § 1º...«Os territórios elegerão 2 deputados». CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934.

limites e as condições de vida nos seringais em decorrência da queda contínua do poder de compra.

As condições anteriores repercutem, por exemplo, no sentido de não alterar o conteúdo e a feição do bloco regional quando, após 1930, «o Estado atuará de modo a abrir suas estruturas à participação de distintos 'grupos', agora não mais como blocos regionais. Desta forma, serão constituídos campos específicos de interesses de classe ou fração de classe, cuja reprodução passa a se fazer paulatinamente no âmbito determinado pela própria atuação estatal»¹⁸⁵. Este movimento, que engloba a reorganização do bloco no poder, está associado aos momentos nos quais o Estado brasileiro caminha no sentido de complementar o seu «processo de formação de Estado nacional, centralizado, unificado e unificador (gestando, portanto, políticas nacionais), ao estruturar-se também como aparelho social de envergadura. Respondendo minimamente às injunções de "modernidade", complexidade e diversidade da estrutura social - e, pois, às características da luta de classe em curso - como Estado capitalista, inscreve no seu próprio aparelho as contradições de classe, enquanto edifica um conjunto de organismos que se abrem simultaneamente como

185. AURELIANO, L. M., *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, 1981. Ed. Brasiliense, p. 100.

área de jurisdição pública, campo de regulação das relações sociais e espaço de valorização do capital...»¹⁸⁶.

As estruturas industriais nacionais, no entanto, apresentam limitações quanto ao uso da hévea como matéria-prima. O Estado, somente após 1930, volta-se para promover o incentivo ao processo de industrialização substitutiva. A característica intervencionista do Estado tem por objetivo atender às necessidades do setor industrial, procurando, entre outras medidas, desenvolver a produção de artefatos de borracha. As questões da economia do extrativismo não se inscrevem como aspectos relevantes ou são simplesmente desconsideradas no contexto da política econômica.

Alves Pinto capta com propriedade a ambigüidade que cerca a ação governamental entre objetivos setoriais e regionais. As medidas dividem-se entre o interesse em ampliar o uso da borracha - o que constituiria benefícios para a região amazônica - mas, distribui benefícios orientando a formação da base industrial para estados do Sudeste, enquanto, «em termos do setor gumífero, essa nova realidade traduziu-se num continuado descaso do governo federal pela atividade extrativista amazônica»¹⁸⁷. Não estabelece uma combinação de ações que, de forma articulada, inscreva a alternativa de desenvolvimento regional como

¹⁸⁶ DRAIBE, S., *Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960*. São Paulo, 1985. Editora Paz e Terra, p. 78.

¹⁸⁷ Alves Pinto, op. cit., p. 86.

parte integrante dos esforços visando o desenvolvimento industrial. O setor de produção de artefatos de borracha termina por se desenvolver integrado ao núcleo beneficiado pela «concentração das atividades econômicas sobrepostas à região cafeeira [o que] configurava um estímulo muito mais forte do que os eventuais benefícios acenados pela legislação vigente»¹⁸⁸.

O distanciamento entre a produção da borracha e o seu uso industrial não se efetiva apenas em termos espaciais. Forma-se um intervalo de relações marcado por objetivos e interesses plenos de antagonismos de fundo econômico e para cuja superação existem barreiras insuperáveis. Constituída como resultado «de um duplo movimento: por um lado, as transformações que se operavam na economia nacional, por outro, a oligopolização da indústria de pneumático e câmaras de ar (além de fios e cabos) a nível internacional»¹⁸⁹, a produção industrial gumífera nasce como um setor com marcas da internacionalização produtiva¹⁹⁰.

A produção de artefatos de borracha no Brasil formará seus preços industriais tendo por referência as condições de produção nos seringais do Oriente. Em virtude de que, no período, prevalecem, nas relações entre o setor de produção

188. Idem, *ibidem*, p. 86

189. Idem, *ibidem*, p. 79

190. Alves Pinto (op. cit. pg. 87) chama atenção para o fato de que as principais empresas que iniciaram operação no setor de artefatos de borracha obtiveram autorização no ano de 1923, beneficiadas por "generosos favores legais".

da borracha nativa e o setor industrial nacionais, preços equivalentes aos alcançados no comércio internacional pelos exportadores brasileiros. Neste momento, o capital, em seus movimentos internacionais, como proposto pela formulação de Maria da Conceição Tavares, «tende a unificar a taxa de lucro financeiro dos blocos de capital, ao mesmo tempo que aguça o caráter desigual das condições sociais de produção e, por implicação, torna desiguais as condições de 'rentabilidade média do capital produtivo' nas distintas regiões. As condições de trabalho e a taxa de salário, por esta razão, são cada vez mais dessemelhantes e não tendem à igualação»¹⁹¹. Este movimento é apreendido, na formulação de Arghiri Emmanuel a propósito das trocas internacionais, como uma confirmação da inversão da «hipótese fundamental do teorema ricardiano de comércio internacional. Em vez de salários iguais e taxas de lucro desiguais, [prevalece] a hipótese de salários desiguais e de lucros que estão sujeitos à padronização e que tendem à igualdade»¹⁹².

O conjunto de relações conflituosas entre o seringal e a indústria surge como resultado da consolidação do processo de transformações técnicas experimentadas pelo setor de produção da hévea. Ou seja, o avanço das condições técnicas

191. TAVARES, M.C., O Movimento Geral do Capital: (Um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista). São Paulo, Ed. Vozes. in. Estudos CEBRAP, nº 25, p. 17.

192. EMMANUEL, A., L'échange inégal. Paris, Masperó, 1969. p. 191. apud FRANK, A.G., Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento - repensando a teoria da dependência. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980, p. 135-136.

de produção, além de promover a desvalorização dos processos de trabalho preexistentes, define como exigência econômica a homogeneização das condições produtivas explicitando a nova base técnica, condição de formação do valor.

As expectativas das lideranças regionais de alcançar um ponto de inflexão para a economia do extrativismo, descolando-a do mercado externo para incorporá-la como suporte de fornecimento de matérias-primas para o parque industrial em desenvolvimento no país, são frustradas. E, segundo Alves Pinto, o "antagonismo" posto entre extrativismo e indústria resolve-se, «a nível da política econômica governamental, (...) através do franco favorecimento ao setor industrial (por consequência, sulista) e do abandono à sua sorte do extrativismo gumífero»¹⁹³.

Os preços mantêm tendência de queda, enquanto que o consumo nacional apresenta, em 1940, um crescimento percentual da ordem de 119% sobre o consumo de 1936 (ver tabela 5). Em termos nominais, no entanto, esse aumento representa um consumo adicional - no mesmo período - da ordem de 2.661 toneladas o que corresponde parcela reduzida da produção do período. Enquanto que, em 1940, as exportações regionais chegaram a casa de 11.835 toneladas.

¹⁹³. Alves Pinto, op. cit., p. 89.

Tabela 5.
Consumo de Borracha pela Indústria Brasileira (1936-1947)

ANOS	QUANTIDADES (t. / peso seco)	QUANTIDADE (t. / peso bruto)
1936	2.234	2.819
1937	2.759	3.448
1938	2.820	3.525
1939	3.092	3.825
1940	4.895	6.118
1941	7.976	9.969
1942	9.976	11.710
1943	10.526	13.157
1944	10.423	13.028
1945	12.529	15.661
1946	14.713	18.321
1947	17.600	22.000

FONTE: Maia, A., A borracha: problema de defesa nacional. in: *Boletim da Associação Comercial do Amazonas*, ano VII, nº 74, p. 12, set. 1947. apud, Martinello, P., op. cit., p. 302.

Na segunda metade da década de trinta, a produção brasileira beneficiou-se em alguma medida dos movimentos dos preços que decorreram de uma intensificação da produção industrial alemã, em vista dos preparativos para a guerra. Depois de permanecer, por anos seguidos, numa cotação abaixo dos Cr\$ 5,00, nos anos 1936 e 1937, a cotação dobrou atingindo a faixa de Cr\$ 6,60 e 6,70. Esta alta no nível da produção melhorou a cotação nos mercados norte-americanos, para os quais se voltava a maior parcela das exportações brasileiras, no período¹⁹⁴.

Neste momento, marcado por dificuldades nas relações internacionais, a própria indústria brasileira começa a se ressentir do avanço da concorrência externa no mercado de borracha. O governo brasileiro, em atendimento aos apelos

¹⁹⁴. MARTINELLO, P., *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988, p. 144 e segs.

das fábricas de artefatos de borracha, notadamente das de pneumáticos, baixa o Decreto-Lei nº 3.359 que estabelecia controles sobre a exportação da borracha amazônica, numa tentativa de garantir o abastecimento do mercado interno.

As alternativas postas pela política pública para a região amazônica podem ser apreendidas tendo por referência duas fases ou momentos. A primeira fase é marcada por objetivos de recuperação econômica, nos quais são empreendidas tentativas que buscam repôr as bases de funcionamento da economia da borracha. Enquanto que na segunda, a política de governo terá por fundamento promover a liquidação do extrativismo da borracha, realinhando a região de forma a integrá-la aos rumos da "economia nacional".

Tabela 6.
Preços Médios da Borracha de Cultivo em Londres e New York de 1922 a 1942
(em shillings e pences, em dólares por libra-peso)

Anos	Preço médio	Preço médio	Anos	Preço médio	Preço médio
1922	/9 d.	17.3	1932	/2	3.4
1923	1/3	29.6	1933	/3	5.9
1924	1/2	26.1	1934	/6	12.9
1925	2/11	72.5	1935	/8	12.3
1926	1/12	49.4	1936	/8	16.4
1927	1/8	37.8	1937	/10	19.4
1928	/11	22.3	1938	/7	14.6
1929	/10	20.5	1939	/9	18.3
1930	/6	10.2	1940	1/0	19.9
1931	/3	6.1	1941	1/2	22.1

FONTE: Knorr, K.E., *World rubber and its regulation*, Stanford University Press, Stanford University, 1945, p. 251. apud Martinello, op. cit., p. 144.

Enquanto perdura a predominância dos interesses da burguesia seringalista, as tentativas promovidas pelo poder público reduzem-se a dois planos de ação.

Em 1912, o primeiro, Plano de Defesa da Borracha, instituído pelo governo de Hermes da Fonseca, foi abandonado dois anos após diante do fracasso em sua implementação.

Tabela 7.
Cotação da Borracha Natural em Belém, de 1925 a 1938, e no Rio de Janeiro de 1939 a 1952

ANO	Máxima/Cr\$	Mínima/Cr\$	Ano	Cr\$
1925	16,00	3,85	1939	7,25
1926	9,00	3,25	1940	8,53
1927	5,70	3,70	1941	11,12
1928	4,90	2,25	1942	18,34
1929	3,70	2,00	1943	25,99
1930	2,60	1,35	1944	25,47
1931	2,00	1,10	1945	25,47
1932	1,80	1,00	1946	25,47
1933	2,30	1,00	1947	25,47
1934	2,70	1,65	1948	25,47
1935	3,40	2,00	1949	26,31
1936	6,60	3,10	1950	34,18
1937	6,70	3,80	1951	40,07
1938	5,70	3,00	1952	41,00

FONTE: *Anuário Estatístico do Ministério da Indústria e Comércio*, jan./dez. 1956, p. 23 (quadro 25), apud MARTINELLO, op. cit., p.145 [anos selecionados - MJL].

Deixada à sua sorte, operando limitados espaços nos mercados interno e externos de borracha e praticando níveis de preços extremamente baixos (ver tabelas 6 e 7), somente após três décadas de letargia econômica, a região volta a apresentar sintomas de reativação produtiva, como resultado de acontecimentos provocados pela ação do poder público. O discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas em 1940 na cidade de Manaus é citado como expressão da mudança de atitude do governo brasileiro em relação à Amazônia. Naquele

discurso o presidente afirmava que: «O Amazonas, sob o impacto de nossa vontade e trabalho, deixará de ser um simples capítulo na história do mundo e, tornado equivalente a outros grandes rios, transformar-se-á em um capítulo na história da civilização (...) Tudo o que foi feito até agora no Amazonas, seja na agricultura ou na indústria extrativista (...) deverá ser transformado em exploração racional».

O discurso presidencial tinha como ponto nuclear a incorporação regional via "modernização" de suas relações e processos produtivos, mesmo quando a idéia fosse manter a borracha como elemento dinamizador da economia. Este seria o único caminho que poderia levar à superação das dificuldades que se interpunham nas relações entre a economia do extrativismo e o setor industrial responsável pelo consumo produtivo da hévea. O processo de industrialização brasileiro foi «dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não possuidora do mercado e do sistema de produção especificamente capitalistas; e dinamismos sócio-econômicos débeis e oscilantes, aparentemente *insuficientes para alimentar a universalização*

efetiva (e não apenas legal) do trabalho livre, a *integração nacional do mercado interno e do sistema de produção em bases genuinamente capitalistas, e a industrialização autônoma*. Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente 'impostos de fora para dentro'. Ambos fazem parte de uma *estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam* [grifos - MJL], construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana»¹⁹⁵. Não podendo ser considerada como uma invenção do processo de efetivação do capitalismo no país, a formação nacional, com base em estruturas sociais e econômicas regionais, foi reforçada com o avanço da industrialização.

A síntese proposta pelo professor Florestan Fernandes, explicitando os elementos presentes nos desdobramentos históricos que permeiam a efetivação do capitalismo no Brasil, remete para uma compreensão mais produtiva dos rumos da ação do poder público na Amazônia. Não existiam motivações formuladas pelas condições econômicas e sociais prevalentes no início da década de quarenta propondo uma "integração regional". E, conquanto o andamento do processo

195. FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo, Zahar, 1981, 3ª ed., p. 223.

de industrialização tivesse deslocado as bases do extrativismo enquanto área de produção de matéria-prima, o governo brasileiro, em sua segunda tentativa de intervenção no âmbito regional, terá como objetivo a revitalização da economia do extrativismo.

A ação governamental, no entanto, quando se volta para a Amazônia, será resultado de circunstâncias decorrentes da situação internacional e por interesse direto da indústria norte-americana. No início da década de quarenta, o andamento da II Grande Guerra leva à ocupação das regiões produtoras de borracha pelas forças japonesas, implicando corte de fornecimento da matéria-prima para o parque industrial norte-americano. O Estado brasileiro, pelo acordo de Washington, assinado em março de 1942, assume o compromisso de fornecer às forças aliadas matérias-primas estratégicas, inclusive a borracha.

As ações do Estado brasileiro voltam-se para recompor a estrutura operacional da economia extrativista. Assim, centraliza seus esforços no sentido de recompor a força de trabalho dedicada à extração do látex e reanimar o circuito interno de mercadorias e do produto. O sistema de financiamento da produção ganha um segmento do setor bancário voltado para operar exclusivamente as estruturas seringalistas: foi criado o Banco de Crédito da Borracha (BCB), precursor do atual banco de desenvolvimento regional,

o BASA. O banco assume a operação de financiamento e controle do comércio da borracha em caráter de monopólio estatal.

Paralelamente são desencadeadas medidas oficiais no sentido de canalizar para os seringais da Amazônia os excedentes populacionais existentes no Nordeste brasileiro. O Estado oferecia à alternativa da convocação militar para servir nos campos de guerra na Europa, a possibilidade de integrar-se ao "exército de extratores de borracha", ou soldados da borracha¹⁹⁶.

Pelo fato das ações estarem incluídas como elemento da participação brasileira no esforço de guerra dos aliados, a operação visando ampliar a oferta brasileira de borracha passa a ser denominada a "Batalha da Borracha"¹⁹⁷. Tendo em vista que, embora contando com a intermediação do governo norte-americano, os acordos de Washington laboravam no sentido de garantir o funcionamento da indústria daquele país, operando em regime de guerra. Daí que o fluxo de recursos financeiros que alimentarão a Batalha da Borracha seja proveniente do setor privado: enquanto o Banco de

¹⁹⁶. Através do decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, foi criada a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA). Segundo Martinello, «o expediente utilizado pelos aliciadores foi o de apresentar o engajamento no exército da borracha como única alternativa para fugirem da convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava nos campos da Itália». (op. cit., p. 235)

¹⁹⁷. Pedro Martinello elabora um minucioso estudo dos desdobramentos sociais e econômicos na região amazônica da participação brasileira nos esforços de guerra dos aliados. (MARTINELLO, P., op. cit.)

Importação e Exportação cede valores da ordem de US\$ 100 milhões para financiar campanha de mobilização geral de seus recursos econômicos, a Rubber Reserve Company (depois Rubber Development Corporation - RDC), de propriedade norte-americana, responsabiliza-se pela criação de um fundo de US\$ 5 milhões, «especificamente para auxiliar o governo brasileiro no aumento da produção de borracha»¹⁹⁸.

A recomposição dos patamares de preços adequados ao funcionamento das estruturas da economia do extrativismo funciona como entrave à celebração dos acordos complementares. As tentativas da burguesia seringalista de fazer valer seu nível de custo na definição dos preços acordados, são contrapostas aos interesses mais amplos da indústria do Sudeste temerosa de se expor a ações retaliatórias por parte do governo norte-americano. A dependência brasileira em relação à indústria norte-americana exigia moderação, recomendando evitar que, naquela situação, se fixassem preços de monopólio para a borracha¹⁹⁹. Os preços, depois de alguns ensaios, foram elevados de US\$ 0.45 por libra-peso (tipo acre-fina lavada). O acordo complementar que fixava a nova tabela de preços «deveria vigorar retroativamente, de 1^o de julho de 1943 até 31 de dezembro de 1946, conforme o Acordo Suplementar sobre

¹⁹⁸. MAHAR, D. J., Desenvolvimento Econômico da Amazônia - uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. Relatório de Pesquisas n^o 9, p. 12.

¹⁹⁹. MARTINELLO, P., op. cit., capítulo III. p. 121 e segs.

a borracha firmado em 29 de setembro de 1943, entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e a Rubber Development Corporation (aprovado pelo Decreto-lei nº 5.881 de 5 de outubro de 1943)²⁰⁰.

Tabela 8.

Primeira Tabela de Preços da Borracha após o Acordo de Washington

Classificação	Lavada p/Libra Peso	Réis	Crua Classificada p/Libra Peso	Réis
Acre Fina	US\$39 cents	0 16\$00	US\$32, 1/2 cents	0 13\$20
Alto Rio	US\$38,5/8 cents	0 15\$00	US\$31, 1/4 cents	0 13\$00
Finas das Ilhas	US\$38,5/8 cents	0 15\$00	US\$30,3/8 cents	0 12\$50
Sernambi-Rama	US\$32, 1/2 cents	0 13\$30	US\$23 cents	0 9\$400
Sernambi-R. 1 ^o 6ms	US\$35 cents	0 14\$30	US\$26 cents	0 10\$60
Sernambi-Cameta	US\$35 cents	0 14\$30	US\$16 cents	0 6\$550
Sernambi-10 6ms	US\$37 cents	0 15\$20	US\$18,6/8 cents	0 7\$600
Caucho	US\$33, 1/2 cents	0 13\$70	US\$24 cents	0 9\$600
Smoket Sheet	US\$42 cents	0 17\$20	-	-
Crua do Ceara				
Fob Bahia	US\$19, 1/2 cents	-	-	-
Magabeira Ceara	US\$19, 1/2 cents	-	-	-
Fob Bahia ou Ceara				

FONTE: Reconstruction Finance Corporation (RG. 234) Rubber Development Corporation, entry 271, *General Country File, Brazil, Amazon Rubber Chronology*, p. 23. apud MARTINELLO, op. cit., p. 149.

Um segundo Acordo Complementar sobre a borracha foi assinado pelos dois governos em 8 de fevereiro de 1944, fixando um prêmio além do preço de US\$ 0.45 por libra-peso da borracha acre-fina lavada. Como decorrência, passa a vigorar um preço base de Cr\$ 18,60 que foi posteriormente prorrogado por mais dois acordos, o de 27 de junho e o de 14 de agosto de 1945.

200. "MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Coleção dos Atos Internacionais, nº 213. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 7. Acordo entre o Brasil e os EUA relativo ao pagamento do prêmio sobre a borracha (complementar ao de 8 de fevereiro de 1944). Este acordo corresponde ao Decreto-lei nº 5.881 de 5.10.1943, publicado no Diário Oficial da República de 30.11.1943."(MARTINELLO, P., op. cit., p. 150)

Os planos norte-americanos para a Amazônia, que, no início, apresentavam os contornos de uma ampla proposta de ocupação e desenvolvimento regional, prevendo a transferência de 500.000 pessoas e a produção de 350.000 toneladas de borracha, entre 1942 e 1946, segundo documentos das agências norte-americanas compulsados por Martinello²⁰¹, foram posteriormente redimensionados. O andamento do conflito mundial e os resultados positivos obtidos pelos aliados nas frentes da Europa podem ter influenciado a avaliação dos EUA quanto à duração do estado belicoso e, por conseguinte, alterado os propósitos quanto à produção amazônica e os prazos da sua participação nos esforços de "desenvolvimento regional", dado que o fim da guerra levaria à retomada das regiões asiáticas produtoras de borracha.

Comparando-se com os objetivos norte-americanos iniciais, os resultados da intervenção sobre a produção amazônica foram mais modestos. Mas, em que pese a redução dos objetivos produtivos, as evidências são de que as empresas que financiaram as operações foram totalmente ressarcidas através da venda do produto gumífero às indústrias do seu país. No entanto, o conjunto de medidas deflagradas, no curto espaço de tempo em que vigoraram os acordos de Washington, foram capazes de promover a reativação da economia do extrativismo.

²⁰¹. Idem, *ibidem*, *passim*.

Após 1910 até o início da década de 1930, algumas sub-áreas da região amazônica experimentaram a paralisação das atividades seringalistas, em decorrência da queda nos preços internacionais. Nos momentos de queda mais acentuada, a máxima cotação alcançada na praça de Belém, em 1932 foi Cr\$ 1,80 para uma mínima de Cr\$ 1,00 (ver Tabela 7). As condições de realização do produto seringueiro tornou inviável a vida nos seringais, ocorrendo um intenso remanejamento da força de trabalho regional. A tabela 9, a seguir, referente ao período 1920-1940, é indicativa da movimentação populacional

Tabela 9.
Movimento da População - 1920 / 1940

Estado	1920 [Pop.] = [A]	1940 [Pop.] = [B]	Perda habitant. [C]=[A-B]
Pará	983.507	944.744	-
Amazonas	363.166	438.008	74.842
Acre	92.379	79.768	-12.611

FONTE: MARTINELLO, op. cit., p. 208

Das três sub-regiões, apenas o Estado do Amazonas tem ganhos populacionais líquidos; este fato pode, em alguma medida, encontrar explicação na perda sofrida pela região acreana. O fluxo migratório que se desloca para o Acre na fase do apogeu (entre 1877 e 1910), é formado por nativos da região amazonense e/ou migrantes que antes de se internarem nos seringais acreanos experimentam as condições de vida do Amazonas. A forma de ocupação da região acreana, totalmente submetida à produção gumífera, não contava com núcleos

urbanos que se postassem como alternativa para o excedente populacional gerado pela crise. Enquanto que o Amazonas, além de oferecer alternativas de vida urbana, contava com "a calha do Grande Rio" e sua abundância natural para a população. A perda populacional para a região acreana, segundo os dados anteriores, é da ordem de, aproximadamente, 12.611 habitantes, prevalecendo, em termos de Amazônia, o remanejamento populacional no âmbito da própria região, sobre a saída para outras partes do país.

A dinâmica populacional da crise será revertida pela Batalha da Borracha. Um novo deslocamento da população na região soma-se à uma entrada líquida de, aproximadamente, segundo cálculos realizados por Almir Andrade²⁰², de 48.765 pessoas, entre 1942 e 1945. Cerca de dois terços dos imigrantes são formados por chefe de família e o terço restante são dependentes, principalmente familiares. O que equivale dizer que há uma recuperação das perdas ocorridas ao longo da crise, passando a região a contabilizar uma entrada líquida de migrantes. Para efeito de avaliação da repercussão da dinâmica populacional sobre a produção, deve ser considerado o remanejamento ou a migração interna ocorrida no período. Predomina a tendência à abertura de

202. ANDRADE, A., Contribuição à História Administrativa do Brasil, Vol. II, Rio de Janeiro, José Olympio Ed. 1950, p. 48.

áreas pioneiras, ampliando os espaços sob produção e o número de árvores em "corte".

Com base em cálculos realizados por Costa²⁰³, a população envolvida na extração do látex era estimada, em 1940, em 73.416 pessoas, enquanto que em 1950, ainda sob os efeitos da Batalha da Borracha, encontram-se 104.280 pessoas, ou seja, há um crescimento de 30.864 pessoas.

Os dois outros elementos, sobre os quais se desenvolvem as ações de fomento ao seringal nativo, são as esferas do transporte e do abastecimento.

A ocupação regional sobrepunha-se à malha fluvial da região que se prestava como suporte para a estrutura do transporte de pessoas e mercadorias na região. As possibilidades e as condições efetivas de funcionamento da frota fluvial na região fora, em grande medida, desde a fase do apogeu da hévea amazônica, responsável pelo dinamismo da atividade extrativa. «Entre as grandes companhias de navegação que operavam na Amazônia, em função da indústria extrativa, destacavam-se: The Amazon Steam Navigation Co. Ltd. e, posteriormente, The Amazon River Steam Navigation Co. Ltd., fundada em 1911, que dispunha de 47 navios com o registro de 16.440 toneladas»²⁰⁴. A frota, por volta de

203. COSTA, J. M. M., *Estudo sobre Borracha Vegetal*. Belém, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Minter, 1968, p. 88.

204. MARTINELLO, op. cit., p. 188

1916²⁰⁵, contaria com uma capacidade em torno de 21.977 toneladas. A ligação marítima com o exterior era mediada pelas companhias: Hamburg-Amerika-Line, a Boat S.S.C., a Read Cross Line, a Ligure Brasileira, o Lloyd Brasileiro e a citada The Amazon Steam Navigation Co. Ltd. que também efetuavam o transporte de mercadorias desde o exterior para o Brasil.

Por volta de 1942, a frota dos Serviços de Navegação e Administração do Porto do Pará - SNAPP representava 1/3 da frota em operação na Amazônia em 1910²⁰⁶. Diante dos objetivos inicialmente programados pela Rubber Reserve, as condições do transporte assumiam feição problemática. Daí que se desencadeiem medidas de reequipamento da SNAPP, visando potencializar esta linha de navegação, «emprestando apoio para que a mesma se ocupasse de todo o transporte fluvial da Bacia Amazônica, com a condição, porém, de estender suas linhas até a Amazônia peruana, Colombiana e Boliviana»²⁰⁷. Assim são somados à frota regional seis barcos de grande tonelagem, alguns com capacidade para 3.000 passageiros e duzentas toneladas de carga, importados dos Estados Unidos. Com esta aquisição, a Rubber Reserve Company

205. Segundo levantamentos realizados por VERGOLINO, apud. Martinello, op. cit., p. 189.

206. BOUÇAS, F.V., Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Financeiras, 1953, 2v. V. II, p.62.

207. Martinello, op. cit., p. 190.

realiza um investimento direto da ordem de US\$ 4.160.430,83.

Além dos barcos de grande calado, foram entregues à SNAPP, pela RDC, 2 lanchas à gasolina, 9 lanchas de desembarque (diesel), 8 alvarengas-tanques, 12 alvarengas de madeira, 4 rebocadores. «Afora esses barcos de maior porte, centenas de lanchas Higgins foram enviadas para a Amazônia onde foram montadas em parte construídas por trabalhadores brasileiros em estaleiros do SNAPP, sob responsabilidade financeira da RDC»²⁰⁸.

A reorganização pela qual passa o setor dos transportes fluviais reafirma interesses que se voltam exclusivamente para a expansão da economia do extrativismo, ao institucionalizar o poder de monopólio da RDC sobre as estruturas do transporte. O acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, a 16 de julho de 1943, formaliza compromissos entre a SNAPP e a RDC, garantindo que a frota transportará, «preferencialmente, toda a carga pertencente à Rubber Development Corporation destinadas ao interior ou dele procedente»²⁰⁹. Por outro lado, retoma-se ou se recria, agora se internalizando os interesses de capitais "estrangeiros" nas relações que incidem mais diretamente

208. Idem, ibidem, p. 191.

209. Idem, ibidem, p. 191.

sobre a produção gumífera, uma economia que tem na monoextração seu elemento dinamizador.

A crise que se desdobra por três longas décadas potencializa seus efeitos sobre o padrão de consumo regional. Muitos setores da população regional regrediram para uma situação de distanciamento ou de total afastamento do mercado. Daí que qualquer alteração, por mínima que fosse, sobre o poder de compra da população, implicaria forte pressão sobre as condições de oferta de mercadorias. E o conjunto de medidas que dão consequência ao esforço de revitalização da economia do extrativismo afeta as estruturas da demanda por mercadorias desde diversos pontos: por um lado, ampliando o número de pessoas empregadas na extração do látex. Neste caso, poderia tratar-se de pessoas que não tinham acesso ao mercado regional, até mesmo por serem de outras regiões. Por outro lado, amplia-se a renda dos extratores existentes, como resultado de uma maior intensidade no ritmo do trabalho seringueiro. Assim, ocorre um rebatimento quase imediato sobre as condições de abastecimento; notadamente sobre as estruturas dos preços. Um terceiro elemento seria a ampliação da população urbana «acrescida de milhares de pessoas, pela imigração de técnicos e funcionários das agências estrangeiras e brasileiras que se instalavam na Amazônia para impulsionar a

Batalha da Borracha, além de operários e futuros extratores que o governo trasladava»²¹⁰.

O abastecimento regional vinha sendo realizado através do Lloyd Brasileiro, que aportava semanalmente em Belém, e pela Companhia de Navegação Costeira, com uma viagem quinzenal, enquanto que Manaus era abastecida por uma viagem semanal do Lloyd Brasileiro. O Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará - SNAPP realizava a mediação entre a navegação de largo curso com os portos fluviais operados por embarcações de menor calado. Além de demonstrar a queda do dinamismo da economia do extrativismo, no período, submetida à estreitas relações de troca preferencialmente com a nascente indústria brasileira, a situação sugere o fortalecimento das relações regionais com o Sudeste via economia do extrativismo. Com a deflagração da II Grande Guerra ampliam-se as dificuldades do já precário abastecimento da Amazônia.

Forma-se um quadro que tendia a desestimular a retomada das bases de produção gumífera, dado o agravamento dos insuportáveis níveis de custo de vida frente a ausência de gêneros tais como o açúcar, farinha de trigo, carne, café, toucinho e sal, e para cujo abastecimento a Amazônia dependia das estruturas de importação. A partir daí, são tomadas medidas no sentido de superar a ameaça de colapso do

²¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 173.

setor de abastecimento. Coube à RDC desenvolver um plano visando formar estoques da ordem de 15.000 a 20.000 toneladas de gêneros básicos, a partir de compras mensais de 8.000 a 10.000 toneladas. Seriam privilegiadas as praças do Sul do país para a compra das mercadorias.

A forma de atuação da RDC, braço operativo dos interesses norte-americanos, assim como a criação de um órgão específico para cuidar da questão do abastecimento - Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico, SAVA, criada em 4 de dezembro de 1942²¹¹ -, resultou de um acordo referendado pelo Decreto-lei nº 5.403 de 13 de abril de 1943.

Entre outros aspectos, caberia à RDC a responsabilidade de formar estoques reguladores de gêneros de primeira necessidade, em locais previamente escolhidos com a anuência da parte brasileira. Foram imediatamente selecionados Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho, Boca do Acre e João Pessoa. A RDC atenderia à uma política de controle dos preços e poderia atender, com excedentes de estoques, outras regiões da Amazônia produtoras de borracha, além da parte brasileira. À SAVA caberia executar as tarefas de distribuição dos pontos de comercialização de auxílio na fiscalização dos preços praticados pelos pontos de vendas.

211. DECRETO-lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, Diário Oficial da República, de 17 de dezembro de 1942, n. 283, p. 11.798. Ver também a respeito do tema, Martinello, item 4 - Abastecimento do Vale Amazônico visando a "batalha da borracha", Cap. III.

Conquanto considerada uma ação de governo, a estrutura montada para o atendimento das necessidades de abastecimento é parte da estratégia articulada por capitais norte-americanos (empresas que financiam a Batalha da Borracha), e que levam a ocupar todos os possíveis pontos de rentabilidade e/ou que possam assegurar barreiras asseguradoras dos níveis de rentabilidade dos investimentos efetuados. O sentido da atuação dos estados nacionais envolvidos é o de oferecer garantia à efetivação dos contratos - o movimento dos capitais em busca de valorização, transforma-se em ação do Estado (negócios de Estado).

Apesar das dificuldades enfrentadas, notadamente em virtude das precárias condições de armazenagem existentes na região e agravadas em virtude das condições climáticas, o esforço despendido resulta na «progressiva normalização do abastecimento, com a RDC e a SAVA despejando toneladas de gêneros (ver Tabela 10) e víveres em todos os recantos da Amazônia, com a pressurosidade e necessidade que todos tinham do aumento da produção, com a melhoria nos preços da borracha...»²¹².

A intensificação do comércio amazônico, além de ampliar as possibilidades de rentabilidade dos capitais norte-americanos orientados para o aproveitamento das condições

²¹² Martinello, op. cit., p. 185-86.

abertas pela guerra, fortalece as ligações entre a região e o Sudeste.

Tabela 10.
Transporte de Gêneros Alimentícios realizado pela SNAPP
Programa de Abastecimento

ANO	TONELAGEM
1940	86.600 t
1941	110.900 t
1942	123.700 t
1943	142.100 t

FONTE: BOUÇAS, V., op. cit., V. II, p. 65

O fornecimento de borracha para a indústria brasileira foi sempre limitativo das faixas de comércio, em virtude dos baixos preços da borracha praticados ao longo da crise do extrativismo. Este era o principal fator que contribuía para que não se desenvolvessem os laços entre a região e o mercado nacional. Como decorrência da Batalha da Borracha, os limites comerciais tornam-se mais elásticos e, em um ambiente de expansão da produção industrial brasileira, assumem relevância para a realização de uma parcela significativa da produção do Sudeste (Tabela 11).

Tabela 11.
Exportação de Borracha para os Estados Unidos e para o Sul do Brasil - 1943 e 1947

ANOS	EXPORTAÇÃO P/EUA (em quilos)	EXPORTAÇÃO P/SUL (em quilos)
1943	10.128.278	9.603.662
1944	15.965.357	7.199.337
1945	16.696.105	8.401.884
1946	9.821.345	15.086.515
1947 (1 ^o semestre)	6.880.847	10.700.868

FONTE: MAIA, A., A Borracha: problema de defesa nacional. In: Boletim da Associação Comercial do Amazonas, ano VII, nº 74, set. 1947, p. 12.

Finda a guerra, os acordos de Washington sustentam-se somente até 1946, quando são denunciados pelo governo dos EUA. Inicia-se um lento e inexorável processo de retração da demanda norte-americana por borracha amazônica, ao mesmo tempo em que a demanda nacional apresenta uma intensificação do ritmo de crescimento, chegando a absorver cerca de 60% da produção nacional. Em 1946, segundo a mesma fonte da tabela acima, as exportações para os Estados Unidos e para a região Sul somaram Cr\$ 531.000.722,00

O ritmo da expansão industrial de artefatos de borracha, no período, sinalizava para o esgotamento da capacidade amazônica, pelo que surgem recomendações de políticas de expansão da base extrativa, através da heveicultura. Como não poderia deixar de ser, em se tratando de uma matéria-prima, os rumos da política para a borracha retornam para o âmbito da política econômica que se efetiva sob a liderança dos interesses do setor industrial. Este é o sentido do tratamento dado pelo governo central aos resultados da I Conferência Nacional da Borracha realizada no Rio de Janeiro, entre 22 de julho e 8 de agosto de 1946, por sugestão do Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha no Estado de São Paulo. Essa «conferência foi precedida (...) por uma consulta a todos os órgãos e associações diretamente ligados às atividades gumíferas (produção, financiamento, exportação, industrialização e

comercialização). Foi com base nessa consulta que o Ministério da Fazenda elaborou a agenda de trabalho para a reunião»²¹³.

Tendo por pano de fundo os rumos tomados pelo setor com o surgimento da produção gumífera, o tratamento dado às questões relativas à produção gumífera resultaram em propostas que tinham na sustentação dos preços do produto o elemento nuclear. No entanto, prevalecem, neste momento, as questões propostas pela forma de inserção da indústria brasileira na economia internacional. O que equivale dizer, o tratamento dado à formação dos preços das matérias-primas não pode se sobrepor às questões relativas à formação dos preços do produto industrial e sim ao contrário.

A saída proposta pelo governo caminha no sentido de estabelecer mecanismos de proteção à indústria de artefatos de borracha, via controle das importações. Ao pôr a indústria de artefatos de borracha a salvo da concorrência externa, a política econômica estaria, em verdade, expondo os seus próprios fundamentos, quando se considera que a borracha perpassa amplos segmentos e setores da indústria, notadamente quando se põe como insumo dos setores de produção de bens de capital - área da indústria elétrica-eletrônica etc. Em outros termos, a fixação da política

²¹³ Alves Pinto, *op. cit.*, p. 103.

econômica volta-se fundamentalmente para garantir o andamento do desenvolvimento industrial.

Nelson Prado Alves Pinto, que labora no sentido de demonstrar que a inadequação das políticas para o setor gumífero contribuiu para problematizar o desenvolvimento industrial, expõe, também com muita clareza, o antagonismo que cerca permanentemente as complexas relações entre a economia do extrativismo e a indústria, sem contudo avançar no seu desvendamento teórico. É neste sentido, por exemplo, que caminha a identificação pelo autor citado de "ruptura" entre interesses regionais e industriais: «atividade produtora de borracha (extrativa ou agrícola) [sendo] colocada num plano estritamente regional, a despeito do óbvio vínculo entre a indústria gumífera do sul do País e o suprimento da matéria-prima proveniente dos antigos seringais amazônicos». E o fato histórico rico em significados desencaminha para uma saída reducionista: «Não era de se surpreender, portanto, que apenas os interesses mais imediatistas e reacionários do extrativismo amazônico tivessem sido atendidos, relegando a questão gumífera nacional a um plano decididamente secundário. Neste particular, nem mesmo a tentativa de estabelecer uma remuneração mínima para o seringueiro (por quilograma de borracha coletada)...conseguiu ser aprovada»²¹⁴.

²¹⁴. Idem. *ibidem*, p. 108-108.

A preocupação que perpassa a formulação anterior é o fato da produção de borracha, corretamente reconhecida como matéria-prima estratégica para amplo segmento da indústria, ser deixada em mãos de setores "atrasados" da burguesia: no caso, a burguesia mercantil da Amazônia. E o ensaio que, sem margem para dúvidas, se inscreve entre as mais bem sucedidas formulações sobre as relações entre a economia do extrativismo e a indústria, resvala para uma explicação marcadamente "dualista". Mais uma vez se recorre ao antagonismo entre o "atrasado" e o "moderno" para desvendar as raízes do subdesenvolvimento, da incompletude na realização das tarefas econômicas e sociais que se mostraram próprias do capitalismo, em fases e lugares distintos. Aqui o atrasado refere-se ao comportamento da burguesia mercantil regional²¹⁵ que impõe barreiras às transformações possíveis através do progresso técnico. E no embate entre as forças sociais, de um lado o âmbito avançado e modernizador da indústria, de outro lado, as forças atrasadas e reacionárias das burguesias mercantis, terminam "sempre" prevalecendo as

²¹⁵ Apesar de amplamente difundida, a tese dos gastos improdutivos e do desperdício dos lucros em consumo conspícuo, já começa a ceder lugar a estudos onde os comerciantes da borracha assumem uma nova roupagem: «a grande maioria dos comerciantes ... parecem ter sido ponderados e sensatos homens de negócios que, se fossem acusados, seria por excesso de prudência. Se os membros da comunidade mercantil tivessem sido verdadeiramente extravagantes, seria de prever que disso se encontrassem traços evidentes nos inventários de seus patrimônios. Ao invés disso, o importador, ou aviador, típico deixava exatamente aquilo que se poderia esperar de alguém que dedicou toda a vida ao comércio - cotas de uma firma, ações de bancos e companhias de seguros, cartas de crédito, e alguns imóveis comerciais.» (WEINSTEIN, B., op. cit., p. 108).

forças do atraso. Nesse tipo de compreensão as condições
prevalentes no interior do espaço regional constituem
"barreiras absolutas" ao movimento do capital.

Destaca-se nessa perspectiva analítica o fato do "novo",
em que pese a sua inegável vocação civilizatória
(progressista), mostrar-se irremediavelmente enfraquecido
diante das relações do atraso.

2. A ECONOMIA DO EXTRATIVISMO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

As tentativas de desvendar o "desenvolvimento regional", regra geral, laboram no esquecimento de momentos onde a economia do extrativismo estabelece complexas relações postas a partir das necessidades e determinações do processo da industrialização. Ou simplesmente se desconsidera a importância econômica do extrativismo ao longo de momentos cruciais para a efetivação do capitalismo no país. Os dados da tabela 12, calculados por Wilson Cano, comparando o desempenho da economia do extrativismo à economia cafeeira, se inscreve em um dos raros momentos de preocupação com esse tema²¹⁶,

Tabela 12.
Estado de São Paulo e Amazônia Exportações de Café e Borracha e Relação Populacional

ANOS	EXPORTAÇÕES: 1.000 CONTOS			HABITANTES
	Borracha (AM)	Café (SP)	AM/SP	AM/SP
1871 a 1880	107,9	221,8	48,6%	39,7%
1881 a 1890	185,5	490,7	37,8%	34,4%
1891 a 1900	1.163,3	2.860,0	40,7%	30,5%
1901 a 1910	2.268,8	2.899,2	78,3%	...
1911 a 1920	1.406,8	4.942,0	28,5%	31,3%

FONTE: CANO, W., *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, TAQ, 1983. p. 89.

²¹⁶ Em Wilson Cano, encontram-se um desses momentos sinalizando para a necessidade de assumir como ponto de partida para uma compreensão da realidade amazônica, o fato da economia do extrativismo ter assumido posição preponderante na pauta das exportações brasileiras, no início do século. Outro momento, onde a participação da borracha no andamento das questões propostas pela industrialização brasileira é reconhecida, está em Cardoso de Mello, op. cit., passim.

ao tomar a posição da borracha no contexto das exportações como ponto de referência.

Os momentos nos quais a economia do extrativismo se articula como um dos elementos de sustentação das taxas de acumulação industrial se distribuem por diversos períodos do processo de industrialização. Na fase de expansão da economia do extrativismo, compreendida pela tabela acima, a participação da borracha nos valores das exportações é bastante elevada. É um dos momentos expressivos das exportações gumíferas no arranjo das condições determinantes do andamento do processo de industrialização, entre 1899 e 1902, tem como contraponto a crise do complexo cafeeiro²¹⁷, que dada a sua importância na determinação dinâmica da economia no Sudeste, rebatia negativamente no consumo de *wage goods*. Este período é superado, segundo João Manoel Cardoso de Mello, em virtude da «queda da rentabilidade ...[ter sido]... aliviada, quer pela flexibilidade dos salários monetários, que se deprimiram sensivelmente, quer pelo barateamento dos elementos importados componentes do capital constante, decorrente da valorização da taxa cambial [grifo - MJL]».

217. Wilson Cano chama a atenção para o fato da produção cafeeira, apesar do rigor da crise expressa em preços médios de exportação declinantes, apresentar comportamento expansivo. Entre 1880 e 1911 o número dos cafeeiros em produção se eleva de 106 milhões para 697 milhões. A produção, conquanto apresente um perfil oscilante, passa de 1,2 milhões de sacas em 1880, para 8,5 milhões de sacas em 1911 (Raízes...op. cit. p. 41, Tabela 2).

Ainda acompanhando a formulação do mesmo autor, a expansão das exportações da borracha no período é um dos elementos principais na sustentação e, a partir de 1905, na ampliação da capacidade de importar. «Ademais, o volume de divisas foi muito acrescido por substanciais entradas de capitais externos, destinados tanto ao financiamento do investimento público e do Programa de Valorização Om,09quanto a investimento privados». A inexistência de pressões sobre o volume das divisas, em decorrência de uma estabilidade das exportações, permite «entender por que o setor industrial pode se valer quer de uma taxa cambial valorizada, quer de suficiente capacidade de importação de meios de produção, apta a respaldar a taxa de acumulação [grifo - MJL]»²¹⁸.

Outro momento de aceleração da taxa de acumulação industrial, após 1907, também se relaciona à expansão da capacidade de importar e à aceleração da entrada de capitais no período entre 1909 e 1912. O que se deve reter, neste caso, é que ambos os fatores - capacidade de importar e entrada de capitais na forma de investimentos - mantêm estreito relacionamento com o nível das exportações²¹⁹. O

²¹⁸ Cardoso de Mello, op. cit., p. 151.

²¹⁹ "Em termos genéricos, considera-se que existem limites à viabilidade de trajetórias continuadas de endividamento determinados pela relação entre o estoque inicial de dívida e a evolução comparada da capacidade de pagamento - as exportações - e o serviço da dívida". O autor serve-se da seguinte expressão para visualizar estas restrições

$$\Delta z = (1 - x) \cdot z - t$$

valor das exportações de borracha apresentam seus pontos mais elevados, até 1913, quando entram em queda em virtude da queda mesma dos preços internacionais da matéria-prima. Segundo Cardoso de Mello, «as raízes da crise industrial encontram-se...na perturbação financeira causada pela contração dos meios de pagamento, que resulta da 'corrida' por divisas contra a Caixa de Conversão. De outro lado, como as importações de bens de capital o indicam, o setor industrial após 1910 sobreacumulou, desde que não se pode pretender que a demanda tenha se expandido às mesmas taxas que a capacidade produtiva»²²⁰.

A partir de 1939, a economia brasileira é submetida ao esforço de adaptação às novas condições determinadas pela eclosão da guerra. Uma fase marcada por relativa liberalização cambial - Decreto-lei nº 1.201 - que, no entanto, não repercutiu sobre as condições das relações econômicas internacionais do país. O rompimento das relações com os países do Eixo se traduz na perda de fontes supridoras e nas dificuldades do tráfego marítimo. Em

onde i representa a razão serviço da dívida/estoque da dívida, x a taxa de crescimento das exportações e t a transferência de recursos reais para o exterior como proporção das exportações. (ver a respeito, FRANCO, G.H. A Década Republicana: o Brasil e a economia internacional - 1888/1900. Rio de Janeiro, IPEA, 1991. Série PNPE - 24. p. 74 - 75. O recurso à presente formulação não exclui a necessidade do exame das condições objetivas sob as quais se efetivam as relações internacionais. O caráter eminentemente financeiro do endividamento brasileiro ocorrido no período 1969-73, é um exemplo. (ver a respeito, CRUZ, P.D., Dívida Externa e Política Econômica. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.)
²²⁰. Idem, ibidem, 154-155.

virtude da grande dependência que ainda marcava a relação do parque industrial doméstico em relação a bens intermediários e de capital importados, a redução do *quantum* importado tende a repercutir sobre a atividade industrial, reduzindo o ritmo de crescimento na produção.

Entre 1939 e 1942, o setor industrial apresentou taxas médias anuais de crescimento da ordem de 3,9%, com os anos de 1940 a 1942 apresentando pior desempenho do que o observado ao longo dos anos 30. Segundo cálculos realizados por Malan (et alii)²²¹, «as origens do precário desempenho industrial em 1940/42 deveram-se precisamente aos gêneros de maior peso na estrutura setorial no período - Têxtil, Alimentos, Química e Farmacêutica, Bebidas Editorial e Gráfica e Couros e Peles - cuja participação relativa no valor adicionado industrial total era de pouco mais de 70% em 1939 e cujo crescimento ponderado não deve ter excedido os 2% anuais no triênio sob análise».

No entanto, o nível de atividade alcançado destaca um conjunto específico de gêneros - sobre os quais rebateram condições de demanda dinamizadas pelas exportações - tais como Têxtil, Alimentos e Borracha, que alcançaram desempenhos superiores a todos níveis anteriores. O desempenho desses setores concorre para manter o nível

²²¹ MALAN, P.S. *et alii*, Política Econômica externa e Industrialização no Brasil (1939/52). Rio de Janeiro, IPEA, 1980, p. 298.

positivo da expansão produtiva. No que tange à «Borracha - (...) as exportações dobraram, em termos reais, em 1940, relativamente a 1939, e alcançaram taxa de crescimento de 270% no ano imediatamente seguinte. Quanto a 1942, o nível situava-se em cerca de 14 vezes o do ano anterior, e seria aumentado em 240% em 1943. Não é difícil destacar em que categorias de produtos, especificamente, se originaram as exportações ampliadas do gênero: pneumáticos e câmaras-de-ar para veículos a motor, cuja produção mais do que quadruplicou de 1939 a 1942 (1^o caso) e quase triplicou (2^o caso) [grifos - MJL]»²²².

As questões relativas aos estímulos sobre as exportações somam-se, no período, às condições favoráveis decorrentes de uma taxa de câmbio determinante de preços em cruzeiros recebidos pelos exportadores manufatureiros «substancialmente elevados - e acima dos aumentos internos: 16% em 1941, 43% em 1942, 45% em 1943. Isto continuaria acontecendo até 1945 apenas (aumento de 25%, contra 30% em 1944)»²²³. Dois fatores concorrentes para a efetivação desse quadro estão, inegavelmente, associados à economia do extrativismo: o primeiro, relativo à formação dos preços da borracha *in natura*. Com a crise das exportações, o setor gumífero vegetal, depois de 1912, principalmente, submete-se

²²². *Idem*, *ibidem*, p. 299.

²²³. *Idem*, *ibidem*, p. 300.

aos preços internos pagos pela indústria tendo como referência os preços praticados no mercado internacional. O que significa preços extremamente baixos. É possível concluir, portanto, que no período, o setor industrial, no que tange ao consumo da matéria prima vegetal, obtenha ganhos extraordinários - baixos preços da matéria-prima e uma taxa cambial elevada.

O segundo elemento estará relacionado à retomada, a partir de 1942, das exportações de borracha *in natura*. As exportações de borracha se elevam de 10 mil toneladas no início dos anos quarenta, dobrando de valor em 1944 (21 mil t) e se estabilizando em 18 mil t, nos dois anos seguintes²²⁴, quando findo o controle das forças do Eixo sobre as fontes orientais da matéria-prima.

A partir daí, a política econômica será responsável pela resolução dos impasses que venham surgir nas relações entre extrativismo e indústria, tendo por centro as condições do andamento da segunda. É o caso da legislação de controle da exportação de borracha que, notadamente ao longo da década de 1930, amarra a produção gumífera às necessidades da indústria brasileira sem qualquer consideração ao aviltamento dos preços praticados. E, também, o realinhamento das bases produtivas da hévea na Amazônia aos interesses da indústria no pós-guerra.

²²⁴ Dados da FIBGE, op. cit., Tabela 6.40, p. 347.

A política econômica, após a II Grande Guerra, labora com um conceito que se amplia numa tentativa de incorporar todas as facetas da produção no país. Ou seja, as questões propostas pela produção da matéria-prima de origem vegetal entrelaçam-se com àquelas emergentes do andamento da indústria da transformação. Assim, a política para a borracha apresenta como característica o fato de estar apoiada em dois pontos ligados à interesses que, aparentemente, resultam da articulação da economia do extrativismo (agentes regionais) com os setores industriais: o primeiro é formado por um conjunto de mecanismos que promovem a reserva do mercado interno para o setor industrial, pondo-o a salvo da concorrência externa; o segundo tem como núcleo a fixação de "preços de garantia" para a borracha natural. Em verdade, esses preços definem-se como garantidores da comercialização da produção interna. O critério de fixação desses preços não assume as condições regionais de produção da hévea, ao contrário, prevalecem as referências aos custos operacionais ou à margem de lucratividade na indústria.

Por outro lado, deve-se ter em conta que fixar preços, quando se labora em contextos inflacionários, implica submeter o setor tomador de preço à perda de poder de compra. O próprio funcionamento da economia, nesta fase, é francamente favorável para que políticas dessa natureza

realizem a garantia de uma estrutura de custos e de formação de margem de lucro compatível com o padrão de acumulação prevalecente para a indústria. A partir de 1946, quando finalmente a borracha nativa se atrela definitivamente ao mercado interno, passamos a vivenciar um período de aceleração inflacionária. A taxa de inflação, depois de atingir 16,5% em 1945 e 1946, salta para 22% em 1947. Nesse processo, no qual se inscreve a transferência de recursos dos consumidores, principalmente assalariados, aos empresários, ocorre também transferência entre os setores operando com preços fixos aos formadores de preços, assim como também ao Estado que assume funções empresariais em áreas que exigem investimentos em larga escala.

Em sentido amplo, deixam-se, sem nenhuma alternativa de desvendamento, as questões para as quais deveriam ser encaminhados os focos da preocupação teórica. Tentar explicar a estagnação do setor de produção da borracha pelas condições de absoluto atraso nas estruturas regionais é explicar o atraso pelo atraso. No entanto, se se reconhece as relações necessárias entre borracha e indústria, passamos a nos defrontar com indagações que se transformam em verdadeiros "enigmas", tais como: por que a burguesia empresarial brasileira não foi capaz de realizar (ou simplesmente não realizou) a revolução tecnológica na produção da borracha da mesma maneira que, apesar da

burguesia regional, os agentes do capitalismo europeu foram capazes de levá-la a bom termo, ainda no século passado, com a domesticação da hevea?

Conquanto diretamente dependentes das condições de incorporação da força de trabalho ou das relações de produção que articulam as dimensões de efetivação do trabalho, os seringais da Amazônia, estruturas de produção de mercadoria, terão sempre as questões de mercado, ou de realização do produto como parte integrante das determinações essenciais da sua reprodução. Este laço necessário e complexo, entre indústria e extrativismo, não se explicará sem o reconhecimento de um papel ativo das estruturas industriais na manutenção e reprodução da economia do extrativismo na Amazônia.

Com o fim da guerra, os aliados recuperaram a posse das fontes orientais de abastecimento de borracha. Os norte-americanos imediatamente dão por concluída a sua participação na reativação dos seringais amazônicos. A produção volta-se para o atendimento das necessidades internas, retomando a situação que instalara desde a década de vinte com a crise provocada pela queda dos preços internacionais. A década de quarenta apresentara um desempenho que, se não pode ser considerado excepcional, ultrapassara as expectativas para um período marcado pelo andamento da guerra. No entanto, o estímulo recebido pelo

setor dos seringais resultara numa ampliação do volume produzido superior às necessidades internas, fator que concorrerá para que os preços internos da matéria-prima tendam a igualar-se, novamente, aqueles praticados no mercado internacional.

Tabela 13.
Consumo de Borracha pela Indústria - 1943 - 1947

ANOS	QUANTIDADES t (peso seco)	QUANTIDADES t (peso bruto)
1943	10.526	13.157
1944	10.423	13.028
1945	12.529	15.661
1946	14.713	18.391
1947	17.600	22.000

FONTE: MARTINELLO, P., op. cit., p. 302

O acréscimo experimentado pelo consumo da indústria brasileira, em relação ao início da década (ano de 1940), é da ordem de 259%.

Nas três décadas marcadas pela profunda letargia que envolve a produção de borracha de origem vegetal, o setor industrial consumidor da matéria-prima esteve submetido à restrita produção de artefatos não-pesados. O Brasil, que no final dos anos vinte já contava com significativa extensão de rodovias, além de, em 1930, contar com uma frota de 129.300 veículos automotores, dá sinais como consumidor dos artefatos pesados (pneus e câmaras de ar). A economia norte-americana, que transformara o perfil das suas exportações

centrando-as na indústria automobilística²²⁵, assume condição de liderança no comércio brasileiro de artefatos ligados à indústria automobilística.

O movimento de oligopolização que marca o setor industrial gumífero associado à indústria automobilística se processará, também, desde a base produtiva norte-americana, possuidora do domínio da tecnologia do setor.

Assim, a montagem do setor de artefatos pesados no país terá dois momentos: o primeiro, quando, através da abertura das representações comerciais, empresas de origem estrangeira demandam o país, já na década de 1920, no rastro da expansão das exportações de veículos pela indústria norte-americana. A primeira a instalar uma representação no país foi a Firestone, em 1923, e posteriormente, em 1928, a B. F. Goodrich e, em 1929, a General Tire e a Pirelli, sendo que esta última volta-se, desde o início para a esfera produtiva não de artefatos associados ao consumo automobilístico.

O segundo momento terá seu início com a produção interna de pneumáticos quando, segundo levantamento realizado por Alves Pinto, «à partir de 1936, entrou em funcionamento a primeira grande indústria de pneumáticos e câmaras de ar no Brasil. Localizada no antigo Distrito Federal, a Companhia

²²⁵ A produção norte-americana de automóveis passa de 3,5 milhões de unidades em 1916, para 17,5 milhões, em 1925; enquanto a produção de pneumáticos sobe de 18,5 milhões para 55,8 milhões, no mesmo período. (Ver Macedo Soares, op. cit., p. 66).

Brasileira de Artefatos de Borracha iniciou a produção de pneumáticos em larga escala graças à oportuna associação de créditos governamentais e tecnologia norte-americana [grifo - MJL]».

Na metade da década de quarenta, após a guerra, quando o setor teve as suas atividades impulsionadas pelas exportações, Firestone, Goodyear, Brasil, Pirelli, Dunlop e Atlas dominavam o mercado interno. Firestone e Goodyear juntas somavam 58% da produção total do país (tabela 14).

Tabela 14.
Produção de Pneumáticos no Brasil, 1945

COMPANHIAS	PNEUMÁTICOS(UD)	PARTICIPAÇÃO PERC.
Firestone	152.035	31,8
Goodyear	147.338	26,2
Brasil	100.307	17,8
Pirelli	68.372	12,2
Dunlop	67.319	12,0
Atlas	26.805	-
Total	562.176	100,0

FONTE: ALVES PINTO, N. P., op. cit., p 83

No curtíssimo espaço de tempo de meia década, entre 1936, quando se instala a primeira fábrica de pneumáticos, até 1941, a indústria nacional saltou de 89,8 mil unidades em 1939, para 441,8 mil.

Em um primeiro momento, ainda sob os impactos dos efeitos dinâmicos sobre a economia no pós-guerra, ou seja, em um momento em que a demanda interna por borracha era bastante estimulada, o corte nas exportações geraram, entre 1947 e 1950, excedentes produtivos que chegaram a um total de 21.000 toneladas (tabela 15).

Tabela 15.
Excedentes de Borracha, 1947 - 1950

SAFRA	EXCEDENTE	VALOR (Cr\$ - milhões)
1947-1948	9.000	154
1948-1949	6.000	90
1949-1950	6.000	90
TOTAL	21.000	315

FONTE: MARTINELLO, P., op. cit., p. 310.

A explicitação das condições sob as quais se processam a implantação da indústria de artefatos de borracha no país, notadamente do subsetor de artefatos pesados, permitirá o desvendamento de aspectos fundamentais do andamento da incorporação do subsetor da produção de matérias-primas de origem vegetal. A montagem da produção de artefatos pesados terá como referência as transformações setoriais experimentadas pela estrutura industrial brasileira e em decorrência do processo de substituição de importações, intensificado no pós-guerra.

A tabela 16, calculada por Maria da Conceição Tavares²²⁶, é esclarecedora quanto as mudanças na participação relativa das indústrias na formação do produto industrial e as relações com o processo de substituição de importações.

Entre 1949 e 1961, ocorre o realinhamento da produção industrial que desloca o seu eixo dinâmico das indústrias têxteis e de alimentos para as indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de

²²⁶ Op. cit. p. 93.

transporte e química. Enquanto as duas primeiras deslocam a sua participação de 50%, em 1949, para 34%, em 1961, o segundo grupo aumentou a sua participação de 38% para 41%, no mesmo período.

Tabela 16.
Brasil: Importação, Produção e Coeficientes de Importação no Ramo de Borracha
(milhares de cruzeiros)

ANO		TOTAL	BORRACHA
1949	Importação	17.353	22
	Porcentagem	100	0,1
	Produção	105.598	1.722
	Porcentagem	100	1,6
1958	Importação	81.274	972
	Porcentagem	100	1,2
	Produção	702.784	13.890
	Porcentagem	100	2,0
1961	Importação	215.690	6.796
	Porcentagem	100	3,2
	Produção	2.012.148	39.573
	Porcentagem	100	2,0
Porcentagem da importação sobre o total (produção+importação)	1949	15,6	1,3
	1958	11,3	6,5
	1961	9,7	14,7

FONTE: TAVARES, M. C., op. cit., (uma adaptação do quadro 6), p. 93.

A capacidade de impulsionar a diversificação produtiva, e assim se inscrever como momento necessário da transformação da base técnica da produção industrial, é captada pela noção de empresa dinâmica como proposto por Conceição Tavares²²⁷. O desenvolvimento desse conjunto de indústrias rebaterá sobre a estrutura industrial gerando efeitos dinâmicos sobre as indústrias de transformação de minerais não-metálicos, papel, papelão e borracha, denominadas pela autora como indústrias intermediárias.

²²⁷. Op. cit., passim.

Independentemente, da destinação da produção desse último conjunto de indústria - consumo intermediário, principalmente - a denominação proposta tem como fundamento, segundo a autora, «o fato de que a sua taxa média de crescimento se situa entre a dos outros dois grupos de indústrias (os de expansão vegetativa e dinâmica respectivamente)»²²⁸.

No que tange às indústrias de produção de artefatos de borracha, a ligação com as indústrias dinâmicas surge de forma clara quando se verifica que o conjunto da produção industrial, no período, é marcado pelo ritmo de crescimento da indústria automobilística. Assim, os ganhos de participação na produção industrial experimentados pela indústria de borracha se inscrevem entre os maiores obtidos: passam de 0,50 % em 1939, para 2,53% em 1959, (variação de 406 %), segundo Malan et alii²²⁹.

Aqui, a noção de setores dinâmicos se explicita de forma ampla: trata-se de setores que ao se implantarem não promovem simplesmente espaços para novas indústrias. Ao contrário, o seu surgimento e desenvolvimento gestam, de forma simultânea, o aparecimento das indústrias intermediárias, definindo, desde si, o produto e as bases técnicas para a sua produção.

²²⁸ Op. cit. p. 92. nota 29.

²²⁹ Op. cit. p. 307. Tabela V.14.

Entendendo que o ritmo da expansão produtiva no imediato pós-guerra torna-se possível diante das possibilidades técnicas existentes e postas ao alcance do processo brasileiro de industrialização, tornam-se evidentes os elementos determinantes na constituição das indústrias intermediárias. Em primeiro lugar, para estas, o processo se cerca de um caráter emergencial²³⁰, daí que os objetivos mais gerais de substituição de importações não se incluíam como resultados do seu desenvolvimento.

Por outro lado, se a primeira fase de implantação das indústrias de borracha foi marcado pelo fato de possuírem os mais baixos coeficientes importados e pela insignificante participação dos seus produtos na pauta de importações, a pressão gerada pelo desenvolvimento dos setores dinâmicos, característica da segunda fase, promove profunda alteração na composição da pauta de importação: parcela substancial das necessidades do setor passa a ser preenchida pela oferta externa. Segundo levantamento realizado pela professora Maria da Conceição Tavares, as indústrias de borracha obtiveram desempenho «totalmente insatisfatório para acompanhar o ritmo acelerado de crescimento do consumo,

²³⁰ Esta mesma característica marca profundamente a montagem da economia do extrativismo no final do século passado, quando prevaleciam as determinações da demanda industrial européia e norte-americana. «...a rapidez com que crescia a procura de borracha nos países industrializados, a fins do século XIX, exigia uma solução a curto prazo. A evolução da economia mundial da borracha desdobrou-se assim em duas etapas: durante a primeira encontrou-se uma solução de emergência para o problema da oferta do produto extrativo...»(FURTADO, C., op. cit., p. 130).

sobretudo no último período, daí decorrendo o aumento violento dos coeficientes de importação que atingem em 1961 cerca de 15% do valor da oferta do setor»²³¹.

O segundo elemento surge quando se propõe que a rápida industrialização experimentada pelo país resulte do dinamismo apresentado pelo grande capital monopolista norte-americano, significando, antes de qualquer outro aspecto, em «um desbordamento de sua estrutura industrial e de seus padrões de consumo, através de uma nova forma de articulação da economia mundial. (...) Num curto período de tempo os grandes oligopólios americanos criaram subsistemas afiliados (empresas subsidiárias e filiais no estrangeiro) que podiam crescer a taxas muito elevadas e com grande rentabilidade, ocupando novas áreas de mercado nas economias avançadas e nas periféricas»²³².

Neste quadro é que as questões e problemas propostos para a indústria da borracha encontram espaço para sua resolução na esfera da valorização de capital. Os desequilíbrios na matriz industrial que pudessem pôr em questão o andamento do desenvolvimento do processo que nucleava esta fase da industrialização brasileira, encontraram no movimento de transposição dos setores

²³¹. Op. cit. p. 96.

²³². BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO L. G., Estado, Sistema Financeiro e Forma de manifestação da Crise: 1929-1974. in: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R., Desenvolvimento Capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, p. 19.

gestados nas economias capitalistas avançadas o seu padrão resolutivo. O padrão tecnológico para o setor é, portanto, definido desde fora, não estabelecendo laços de referência com o setor de produção da borracha nativa, por exemplo.

Assim, antes de explorar os resultados e todo o potencial econômico da "revolução tecnológica", que decorre da domesticação da hévea, a indústria brasileira incorpora os resultados do que poderia ser a "segunda revolução" e que, se não substituísse integralmente a produção obtida via sistema agrícola, transformara, em definitivo, a produção da borracha em produção industrial, forma de produzir mais adequada à acumulação de capital. A identificação do principal elemento constitutivo da borracha vegetal, o *isopreno*, por Grenville Williams, foi um resultado da ciência ainda no século passado, 1860, e o andamento das pesquisas visando alternativas à borracha natural é um esforço que data da segunda década deste século, encontrando seus primeiros resultados na Alemanha e na U.R.S.S.. A Alemanha realiza a primeira instalação industrial para produção de borracha metilíca de dimetilbutadieno, em 1916 pela Bayer A. G..

O domínio sobre as bases agrícolas de produção retarda a entrada norte-americana no esforço de produção industrial da borracha sintética. E a vinculação da economia norte-americana à produção asiática, que resultava do avanço da

indústria de veículos automotores, ampliando a demanda por artefatos de borracha, é, em alguma medida, superada pelos esforços de desenvolvimento heveícolas realizados por empresas norte-americanas, entre as quais a Firestone e a Goodyear. Segundo Alves Pinto, a Alemanha, no período, concentra os principais esforços no sentido de quebrar a dependência industrial da borracha natural. Enquanto que, em 1940, a produção norte-americana do produto sintético alcançava modestas 2,9 mil toneladas, *vis a vis*, um consumo total de borracha da ordem de 766,9 mil t²³³.

Assim, paralelo ao esforço de (re)montagem dos seringais amazônicos durante a II Grande Guerra, o governo norte-americano desenvolvia um intenso e vigoroso processo de reformulação das estruturas de consumo da matéria-prima, visando a substituição da borracha natural pelo similar sintético. «Depois de implantado este projeto, a indústria norte-americana que, em 1939, havia produzido pouco mais de 2 mil toneladas de borracha (principalmente neoprene), passou a crescer intensamente, produzindo em 1944, 827,4 mil toneladas de elastômeros sintéticos (700 mil toneladas de Buna S; 67,8 mil t de Butyl e 59,5 mil t de Neoprene)»²³⁴. O processo de substituição ocorre de forma intensa, alterando o perfil do consumo produtivo da borracha (os índices entre

²³³. Op. cit. *passim* e dados de produção na p. 64.

²³⁴. *Idem*, *ibidem*, cit. p. 66.

parênteses referem-se a 1939): borracha vegetal, 17,3% (86,1%); borracha sintética, 66,5% (0,3%) e borracha regenerada, 16,2% (13,6%)²³⁵. O processo de substituição do produto natural pelo similar sintético avança até alcançar, atualmente, 76% do consumo total da matéria-prima.

A estrutura norte-americana de consumo industrial da borracha vai, portanto, predominar na segunda fase da montagem da indústria de artefatos de borracha no país. Ou seja, um padrão técnico que contribui para a desvalorização da matéria-prima natural, *vis a vis*, o similar sintético. Há, no entanto, um aumento substancial no consumo industrial de borracha natural: em 1945, o consumo é da ordem de 12.529 t e, em 1950, já supera a produção em 28,8%, passando as indústrias brasileiras a recorrer às importações para o preenchimento da demanda nacional; dez anos após, em 1960, a diferença entre produção e consumo já equivale a 92,9% (ver tabela 17), enquanto que a borracha sintética já preenche 23,25% das necessidades totais da produção (ver tabela 18).

Por outro lado, se enquadra à tendência de afirmar a base tecnológica importada no desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro, sob a condução da política econômica (entre 1950 e 1960, os setores públicos mantêm uma participação média de 30,95% na

²³⁵ Dados coligidos por Alves Pinto, *op. cit.*, p. 66.

Tabela 17.

Produção e Consumo de Borracha Natural no Brasil (1950-1969)

ANOS	PRODUÇÃO (t)	CONSUMO (t)	PROD./CONS. (%)
1950	18.619	23.984	77,60
1951	20.095	25.032	80,30
1952	25.592	28.592	89,50
1953	25.482	32.642	78,0
1954	22.523	38.425	58,60
1955	21.911	39.946	54,90
1956	24.224	37.497	64,60
1957	24.462	39.385	62,10
1958	21.135	43.391	48,70
1959	21.738	45.629	47,60
1960	23.462	45.253	51,85
1961	22.738	39.343	57,79
1962	21.741	40.675	53,45
1963	20.205	36.058	56,03
1964	28.323	32.729	86,54
1965	29.290	26.554	110,30
1966	24.347	30.862	78,89
1967	21.494	32.133	66,89
1968	22.958	38.156	60,17
1969	23.950	35.071	68,02
1970	24.976	36.739	67,98
1971	24.231	41.761	58,02

FONTE: SUDHEVEA, Mercado Brasileiro de Borracha, Relatório do Grupo de Estudos, Portaria E-2/73.94.

Tabela 18.

Produção e Consumo de Borracha Sintética e Consumo Total de Elastômeros - 1955-1979

ANO	PRODU.	CONS. (A)	CONS.TOTAL ELASTÔM. (B)	(A)/(B) %
1955	-	428	46.784	0,9
1956	-	525	46.708	1,15
1957	-	902	46.601	1,94
1958	-	1.888	53.476	3,53
1959	-	9.526	63.017	15,12
1960	-	16.611	71.439	23,25
1961	-	20.775	70.330	29,54
1962	15.990	29.217	82.231	35,53
1963	29.959	34.365	84.230	40,80
1964	32.496	40.906	86.301	47,30
1965	38.691	37.859	74.165	51,05
1966	54.216	51.408	94.593	54,35
1967	51.540	57.024	103.631	55,03
1968	58.865	70.542	126.829	56,74
1969	61.671	71.121	124.320	57,21
1970	75.459	85.354	142.695	59,82

FONTE: Calculada a partir de dados do Anuário, 1979, pp. 7, 37 e 38; Anuário, 1977, pp. 35 e 36.

formação de capital fixo²³⁶), os investimentos orientam-se para a montagem de plantas industriais, visando a produção do similar sintético. A produção de borracha sintética se inscrevia duplamente ao programa nacional de industrialização: por um lado, estava associado ao esforço para dominar o ciclo produtivo da indústria petrolífera; por outro lado, integrava o conjunto das indústrias de sustentação da indústria automobilística. A primeira partida de borracha sintética produzida no Brasil chega ao mercado em 1962, preenchendo 82% das necessidades nacionais do produto naquele ano. Historicamente a produção nacional da matéria-prima sintética vem seguindo, *pari passu*, as necessidades internas do produto, permanecendo um déficit anual oscilando em torno de 3%, preenchido por importações.

A superação das determinações que submetiam os setores industriais nacionais ao que João Manoel Cardoso de Mello denominou de "um padrão de acumulação horizontal", se efetua através da instituição de uma nova dinâmica para o setor industrial. O dinamismo da economia no período pós-guerra (de forma mais precisa a partir de 1956, para adotar a periodização proposta por Cardoso de Mello) está associado à introdução de novos ramos produtivos, resultado da «"onda de inovações" de caráter schumpeteriano: de um lado, a

236. Segundo cálculos de BAER, W., *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983, p. 72, Quadro 4-3.

estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente»²³⁷. A "onda de inversões", que articula o aprofundamento da industrialização, encontra as bases da sua retroalimentação nas articulações que se instalam entre os setores de ponta do departamento produtor de bens de produção (D^I) e o setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas (D^{III}).

Ao exigirem maiores massas de capital - por se tratar de ramos de mais alta composição orgânica e de tecnologia mais sofisticada - as novas inversões colocam novas determinações para o movimento de capital, tanto no que tange à entrada nos setores que se estruturam de forma monolítica, quanto no sentido de outros ramos industriais. O processo geral de acumulação de capital deslocou o eixo dos investimentos na economia, à medida em que se instalam e se efetivam os setores com a marca das determinações impostas pelas relações com as economias centrais. Gestam-se, ao longo do período, amplas possibilidades de exploração de fontes alternativas de lucratividade com o aprofundamento de relações capitalísticas nos ramos industriais dinamizados pelo avanço do núcleo dominado pelas indústrias dinâmicas. As tabelas a seguir explicitam indicadores do desempenho e

²³⁷. Cardoso de Mello, op. cit., 117.

transformações operadas na economia, notadamente quanto ao desempenho dos setores industriais no período.

Tabela 19.
Formação Bruta de Capital e Imposto em Percentagem do PIB

ANO	Total formação bruta de capital	Investimentos do setor privado	Investimentos públicos	Impostos diretos	Impostos indiretos
1956-62	16,6	12,7	3,9	5,8	13,0
1962-67	16,2	11,8	4,4	6,4	14,3
1968	16,8	122,6	4,2	8,7	17,8
1969	16,6	10,8	5,8	9,8	18,1

FONTE: BAER, W., op. cit., p. 231

Tabela 20.
Mudanças da Composição Setorial do PIB
(Distribuição percentual a preços correntes)

ANO	AGRICULTUR	INDÚSTRIA	OUTROS	TOTAL
	A			
1939	25,8	19,4	54,8	100,0
1950	26,7	23,4	49,9	100,0
1960	22,6	25,4	52,0	100,0
1965	22,3	24,4	53,3	100,0
1970	14,8	28,2	57,0	100,0

FONTE: BAER, W., op. cit., p. 231

As novas relações interdepartamentais, por outro lado, permitem a difusão de formas de acumulação incorporando os melhoramentos tecnológicos que alteram o valor da mercadoria "força de trabalho". Assim, a expansão das indústrias integrantes do departamento produtor de bens de consumo assalariado (DII), que segue o rápido crescimento dos departamentos I e II, contribui para a formação das taxas de lucros dos setores em expansão. Segundo Cardoso de Mello, este departamento submete-se «à violenta modernização (...)

que se inicia no imediato pós-guerra e se acelera entre 1949 e 1952»²³⁸.

Colado aos movimentos de internacionalização das economias centrais, o desenvolvimento da nova fase da industrialização brasileira, denominada por Cardoso de Mello²³⁹ de industrialização pesada, se efetiva através de uma ampla articulação entre a grande empresa oligopolista internacional, o Estado e a burguesia industrial nacional. Nesta perspectiva se processa uma "forte expansão do capital industrial nacional". Conquanto abra espaço para a entrada do capital "estrangeiro" nos novos setores, a empresa nacional, por um lado, integra-se nos setores metal-mecânicos sob a forma de pequenas e médias empresas modernizadas que formam a "franja" de uma estrutura de mercado oligopolista, nucleada pela grande empresa estrangeira.

Por outro lado, «a empresa nacional situada no setor produtor de bens de consumo assalariado, seu locus preponderante, beneficiou-se, indiscutivelmente, do crescimento da massa de salários provocado pelo bloco de inversões complementares nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo para capitalistas: apesar de sua intensidade de capital superior à média, as indústrias

²³⁸ Idem, *ibidem*, p. 120.

²³⁹ Idem, *ibidem*, p. 117.

que se instalam geram fortes efeitos diretos e indiretos sobre a demanda de força de trabalho e sobre a taxa de salários»²⁴⁰.

Em sentido amplo, o processo de industrialização pesada incorpora mudanças tecnológicas que impulsionam a intensificação da luta dos capitalistas no sentido de baratear os custos em instalação, maquinaria e matéria-prima, o que reforça as mudanças tecnológicas importantes nos ramos dedicados à produção de bens de produção.

Ao longo da fase de industrialização pesada, o aumento da produtividade nos ramos do Departamento I, produtor de bens de produção, é pressuposto de uma diminuição do valor das instalações, máquinas e matérias-primas. Haverá então uma tendência em aumentar a massa de capital constante movida pela força de trabalho destes ramos e, portanto, uma concentração²⁴¹ deles.

As condições que criam o consumo produtivo expansivo da borracha, -notadamente como resultado dos estímulos gerados

240. Idem, ibidem, p. 120.

241. A compreensão da concentração de capitais posta como elemento intrínseco, determinado e determinante do processo de acumulação, está presente em análises tais como a de João Manoel Cardoso de Mello. A passagem da fase de **industrialização restringida** para a da **industrialização pesada**, compreende uma mudança do **padrão de acumulação** e corresponde à superação das restrições decorrentes da «ausência de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigidas pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação produtiva existente». A entrada do capital estrangeiro em associação com o Estado e as empresas nacionais, elevando o nível da concentração e a taxa de acumulação global do sistema é o passo inicial para deflagrar um processo interno no mesmo sentido - ou seja, da centralização e concentração de capital. (CARDOSO DE MELLO, op. cit., p. 118)

pela centralidade que a indústria automobilística assume no processo de industrialização no pós-guerra, criam uma situação paradoxal: no mesmo movimento gestam-se os elementos que condicionarão a produção da borracha natural a um afastamento progressivo de condições capitalísticas avançadas.

Em termos macroeconômicos, formam-se, no plano interno, referências que permitem a hierarquização das estruturas produtivas desde um ponto de vista do potencial de acumulação. E desta perspectiva, o processo de industrialização, assegurando desde si a auto-determinação do capital, estabelece um novo patamar tecnológico: amplia e, acima de tudo, centraliza o potencial de acumulação. A abertura de novos ramos, a alteração de processos produtivos, enfim, o ritmo e a profundidade das inovações ficam definitivamente determinadas pelas condições de operação do capital industrial. Prevalecendo na incorporação e difusão do progresso técnico as condições de rentabilidade relativa das mesmas, isto é, das taxas de lucro que podem ser auferidas nas diversas atividades.

No caso brasileiro, no entanto, predominam condições que «mantêm uma maior taxa de rentabilidade relativa para os setores modernos em expansão, precisamente à medida que se mantenha polarizada a circulação do excedente, ou seja, que se restrinja à difusão do progresso técnico e de seus

frutos. (...) um conjunto de circunstâncias, estreitamente relacionadas, (...) forma um tipo de esquema fortemente centrípeto no que diz respeito à circulação do excedente»²⁴². Os determinantes dessas circunstâncias, na perspectiva de Maria da Conceição Tavares²⁴³, estariam, por um lado, no padrão de distribuição da renda que garante margens crescentes de demanda para os setores associados aos pólos dinâmicos da economia; por outro lado, como decorrência do sentido tomado pelos investimentos públicos que se situam no plano da associação entre a grande empresa estrangeira, o Estado e as empresas nacionais e, por fim, recebe o reforço da política econômica propriamente dita.

Pressionada por uma queda persistente nos preços, resultado dos ciclos de inovações que o setor de produção de elastômeros experimentou, a rentabilidade da produção de borracha natural, em diversas ocasiões e momentos, foi mantida graças à intervenção estatal. Mesmo quando produzida em condições de elevada produtividade, a lucratividade da produção de borracha natural não resistiu aos embates propostos pela utilização industrial. Inicialmente, as dificuldades surgiram como uma decorrência do ritmo de crescimento da produção dos seringais do oriente que pressiona os preços e leva à adoção de um conjunto de

²⁴² TAVARES, M. C., Além da Estagnação. in: Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre Economia Brasileira. São Paulo, Zahar Editores, 1977, p.186.

²⁴³ Idem, *ibidem*, *passim*.

medidas de proteção pelo governo britânico, consubstanciadas no *Stevenson Restriction Act*, aprovado pelo Parlamento Britânico, em 1922, para aumentar o preço da borracha²⁴⁴. Em essência, tratava-se de um esquema de restrição compulsória da produção de borracha através da fixação de cotas de exportação, atribuídas como uma percentagem da produção a cada unidade produtiva, durante o ano de 1920. O plano Stevenson, pressionado pelos consumidores notadamente os norte-americanos, foi desativado em novembro de 1928.

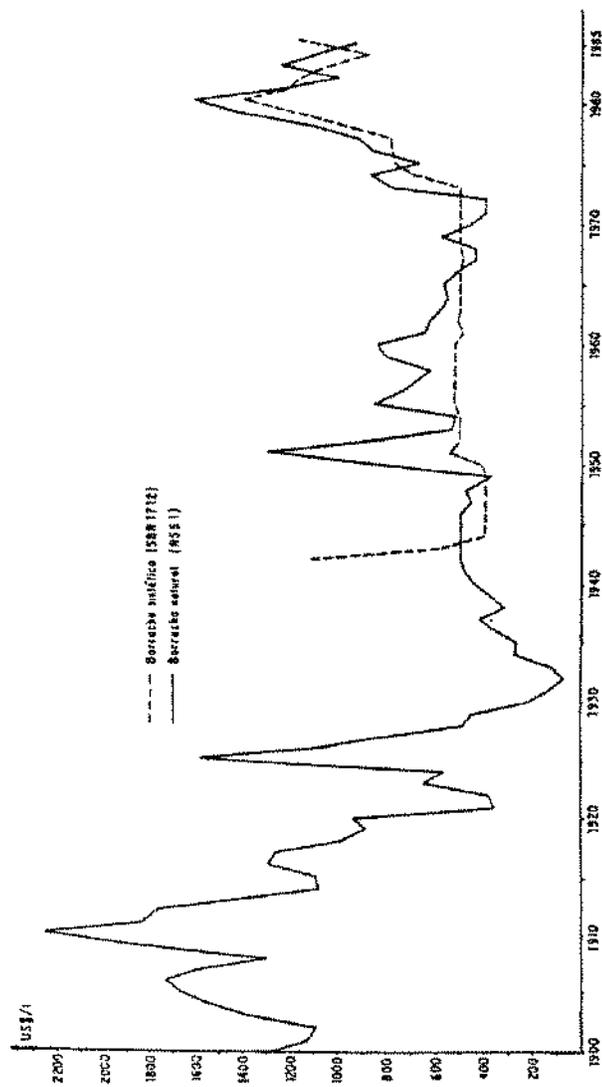
Após a afirmação dos métodos industriais de produção de elastômeros, o uso de borracha natural restringiu-se a 25% do consumo total de elastômeros pelas indústrias de países, tais como os Estados Unidos, que se inscrevem entre os maiores consumidores internacionais. A partir da segunda metade da década de 1940, os preços dos elastômeros sintéticos estabilizam-se, passando a formar um patamar de referência em torno do qual o preço da borracha natural tem oscilado (ver figura 6).

No caso brasileiro, a produção de borracha natural segue trilha semelhante. Reduzida a uma área de consumo restrita, como resultado da predominância do similar sintético, a borracha natural ainda deve se defrontar com condições de preços declinantes impondo limites ao seu potencial de acumulação, *vis a vis*, outros setores da produção.

²⁴⁴ NASCIMENTO, J., 1985.

Figura 5.

Preços Internacionais da Borracha Sintética e Natural



Formam-se, portanto, "condições concorrenciais" extremamente desfavoráveis para a montagem de um setor de produção gumífera em bases agrícolas. Neste sentido, a concorrência deve ser entendida em seu sentido mais amplo de âmbito do "movimento dos capitais, isto é, seu movimento dentro de condições ... que são as próprias circunstâncias do capital"²⁴⁵.

No contexto histórico sob o qual se desenvolve a formação da economia da borracha, a "luta concorrencial", como procuramos demonstrar pelo percurso das mudanças que reorganizam a sociedade na Amazônia a partir do último quartel do século passado, tem características negativas. Ou seja, o movimento de capitais que promove a montagem dos seringais nativos amazônicos se apresenta como "uma negação dos limites e barreiras características de níveis de produção prévios ao capital"²⁴⁶. A negatividade tem, portanto, bases reais na medida em que termina por desarticular em larga medida as condições objetivas de reprodução das condições sociais de origem colonial.

A transferência da base produtiva gumífera para o continente asiático em bases agrícolas, no entanto, tem outra característica: pode ser encarada como resultado da "relação do capital consigo mesmo como outro capital; vale

²⁴⁵ Marx, K., *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. México, Siglo XXI Editores, S.A., vol. 2, 1978, p. 168.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 166.

dizer, o comportamento real do capital enquanto capital"²⁴⁷. A negação, portanto, é meramente formal na medida em que são movimentos que afirmam o capital ao reproduzirem as condições sob as quais ocorre a relação recíproca entre capitais individuais.

Nessa mesma perspectiva se resolve, de forma particular, a dinâmica da economia do extrativismo a partir de sua vinculação ao movimento de industrialização brasileira. A afirmação e/ou a transformação de condições particulares de produção, em sentido genérico, inscrevem-se como momentos das relações concorrenciais, âmbito da dinâmica capitalista. E nesta perspectiva, a superação dos seringais nativos, se este forem postos em suas reais relações com os pólos industriais, inscreve-se como momentos do plano das possibilidades de movimento dos capitais individuais.

A organização de um setor heveícola, no âmbito de uma economia mercantil capitalista, remete necessariamente para um exame dos determinantes dos incentivos ao investimento. Entre outras questões, os aspectos de escala, dado o padrão de acumulação proposto pelo desenvolvimento industrial no país, impõe limites de difícil superação: assumir dimensões compatíveis com as parcelas de capitais em operação na indústria equivaleria assumir uma considerável quota da produção total no país. Neste caso, setores industriais

²⁴⁷. *Idem*, *ibidem*, p. 168.

apresentam condições de rentabilidade mais favoráveis. Entre outros fatores, prepondera, na redução da taxa de lucros do empreendimento heveícola, o período de maturação do investimento - cerca de sete anos - ou seja, existe baixa rotatividade do capital.

Por outro lado, se comparado aos setores da produção industrial, os investimentos em heveicultura enfrentam, ao longo do ciclo econômico, perdas não observadas ou de tipo diferenciado daqueles enfrentados por plantas industriais. Enquanto a operação industrial permite a combinação de níveis de ocupação da capacidade instalada com o desenvolvimento do ciclo, no caso da produção heveícola a existência de capacidade ociosa implica perdas irrecuperáveis de capital: a árvore "fora de corte" continua a produzir; ou seja, o seu ciclo de vida mantém uma independência relativa da sua utilização no processo produtivo. Impossibilitada de se proteger da fase recessiva, promovendo, numa perspectiva keynesiana, a transferência da produção para o futuro, a atividade heveícola tende a submeter-se, de forma generalizada, à "queima de capitais" nos limites inferiores do ciclo econômico.

As condições anteriores constituem sérias restrições à operação de capitais na atividade gumífera em base agrícola. A superação histórica dessas restrições tem sido efetivada através de reformulação do espaço econômico da heveicultura

de forma a diferenciá-lo das condições de operação dos capitais na indústria, via diferenciação do potencial de acumulação. Enquanto no âmbito industrial preponderam a concentração e a centralização de capitais nucleando o processo de acumulação de capitais, a continuidade do setor heveícola efetua-se como decorrência de redução da capacidade de acumulação.

Esta, no entanto, não é uma alternativa exclusivamente brasileira; também os setores "modernos" de produção gumífera, baseados nos seringais orientais, *mutatis mutandis*, recorrem a uma saída semelhante, organizando a produção a partir de parcelas reduzidas de capital. É na esfera da circulação que se processa a concentração do produto e se elaboram as condições de formação dos preços²⁴⁸. Assim, a fase recessiva do ciclo repercute sob a forma de redução no padrão de consumo das unidades de produção e não sob a forma de "queima de capital". Enquanto que as parcelas maiores de capital, operadoras do circuito comercial, são postas a salvo, reproduzindo a dinâmica de condições de um mercado organizado sob formas oligopolísticas²⁴⁹. Esta estrutura especializada de

248. Operações do tipo Plano Stevenson, citado anteriormente, é resultado da atuação dos capitais operando no âmbito do comércio.

249. Em Maria da Conceição Tavares (op. cit., p. 196) encontramos um exemplo de aplicação desse processo em condições industriais de produção. No caso a autora examina o processo de transformação do "espaço econômico" ocupado pelo universo de empresas que orbitam a dimensão ocupada por empresas dominantes. Aquelas funcionariam como um «colchão protetor (...) [que] pode encolher-se ou estender-se, acompanhando as flutuações periódicas do

produção, mantida por longo tempo, vem, no entanto, sendo progressivamente transformada, procurando alcançar a diversificação produtiva dos seringais e permitir a fuga da especialização.

O movimento da industrialização brasileira, sem que se realize a "primeira revolução" tecnológica na produção gumífera - a domesticação da hévea - incorporou os resultados da "segunda revolução" - a produção industrial do similar sintético - fortalecendo as condições para que se recriem na Amazônia as condições de reprodução do exclusivo seringalista. Efetiva-se um espaço fundado predominantemente na geração de excedente absoluto, que se distancia dos pólos dinâmicos em termos de padrão tecnológico, como área econômica residual e na perspectiva da absorção da força de trabalho «atividade depósito».

As condições produtivas neste espaço, desde uma perspectiva econômica, fundamentam a alocação da produção da borracha na esfera de competência do Estado brasileiro, em sua associação com a grande empresa oligopolista internacional e a burguesia industrial brasileira, para

sistema...». Por analogia, podemos compreender o funcionamento do setor de produção de borracha natural, em alguma medida, nesta perspectiva. O núcleo protegido, no caso, corresponderia às estruturas de comercialização ou, mesmo, as empresas consumidoras produtivas da matéria-prima.

ordenar o processo da industrialização no período pós-guerra.

Em verdade, como já demonstrado, a presença do Estado brasileiro é uma constante na condução da questão heveícola, desde o início da segunda década deste século. Inicialmente realizando a mediação entre produção e consumo de forma a manter o fluxo da matéria-prima para a nascente indústria, até a fase de industrialização restringida. No entanto, na fase da efetivação do setor de artefatos pesados, que se cola ao desenvolvimento da industrialização pesada²⁵⁰, a intervenção se desloca para o espectro da produção e o poder público assume tarefas produtivas ou de fomento. Diante da pequena repercussão sobre a produção gumífera em base agrícola, os resultados da intervenção governamental reduzem-se, principalmente, na manutenção dos seringais nativos.

Independente dos momentos iniciais da montagem da economia do extrativismo e da fase da incorporação do Brasil no esforço de guerra dos aliados, a manutenção de um volume de produção a partir dos seringais amazônicos, mesmo em se tratando de uma produção estagnada, remete para um exame das condições sob as quais se organiza a produção nos seringais nativos. É necessário buscar nas condições internas das

250. A referência tem em conta a periodização proposta por João Manoel Cardoso de Mello, op. cit., passim.

regiões produtoras: em primeiro lugar, as bases da reprodução dos seringais nativos, mantidos apesar de todas as crises que se abateram sobre o setor ao longo de cem anos de operação. Em segundo lugar, procurar os mecanismos que fundamentam a reprodução do espaço econômico ocupado pelos seringais nativos, *vis a vis*, àqueles desenvolvidos na formação dos seringais no oriente.

Trata-se, enfim, de buscar as determinações que levam a industrialização brasileira a promover a "reinvenção" das bases da economia do extrativismo, mesmo diante da preponderância do rodoviarismo que posiciona a borracha como material estratégico para o processo de industrialização brasileiro.

CAPÍTULO 5

ALGUMAS RAZÕES FUNDAMENTAIS PARA A REPRODUÇÃO DAS ESTRUTURAS SERINGALISTAS - A REGIÃO ACREANA

1. A CRISE E O AJUSTAMENTO DA ECONOMIA DO EXTRATIVISMO

Iniciada a partir do último quartel do século passado e tendo por objetivo central a exploração da hévea, a ocupação da região acreana se realiza como uma particularidade do processo mais amplo do extrativismo praticado nas demais sub-áreas que compreendem a Amazônia brasileira. A partir de 1877, começam a avançar sobre as reservas gumíferas das bacias do Juruá e do Purús levadas crescentes de trabalhadores. Não se trata de um movimento "espontâneo" de uma massa desorganizada que demanda a região com o intuito de montagem de uma base de colonização. Ao contrário, são excedentes populacionais gerados sob as condições sociais prevalecentes no Nordeste brasileiro e apresados pelo movimento de capitais, no sentido de ocupar e explorar as reservas de borracha.

Nos momentos iniciais da montagem dos seringais na região acreana, a grande maioria dos migrantes sai dos

estados nordestinos - no caso, há predominância de cearenses e riograndenses do norte - com destinação certa: a "contratação" é feita diretamente por algum "seringalista" ou atendendo à encomenda. A organização do seringal demanda, força de trabalho e mercadorias destinadas à composição do fundo de subsistência. A rápida expansão da demanda pela matéria-prima impõe um ritmo acelerado à montagem dos seringais que se organizam com o intuito exclusivo de promover a extração do látex.

As condições que cercam o andamento das atividades iniciais jogam um papel fundamental no fortalecimento do sistema de aviamento e sobre a forma organizacional dos seringais acreanos. Por um lado, a força de trabalho é articulada a um fundo de consumo sob a forma de mercadorias (bens de consumo), fortalecendo a extração do látex, ao tempo em que desloca toda e qualquer atividade produtiva do interior dos seringais. Por outro lado, o próprio desenvolvimento da atividade seringalista, ao pressionar por quantidades crescentes da matéria-prima, potencializa o caráter de área produtiva especializada, mono-extrativista, que marca a região acreana. Os dispêndios de trabalho em uma única atividade, que se desdobra ao longo de todo o período de estiagem, entre abril e dezembro, inviabilizam a distribuição do trabalho disponível entre outras produções, tais como as agrícolas. O único período do ano em que a

extração diminui de intensidade é a fase das chuvas, período incompatível para a atividade agrícola.

Conquanto perdurem dificuldades para uma avaliação quantitativa do deslocamento populacional no sentido da região acreana, simulações realizadas por Eugênia Gonçalves Egler²⁵¹, propõem que se formou um contingente de aproximadamente 50 mil pessoas até o final do século passado. A estrutura populacional, quanto a composição por sexo, apresenta uma característica que marcará a formação demográfica da região: nos primeiros momentos da arregimentação da força de trabalho para os seringais, é dada preferência para trabalhadores homens e solteiros ou para aqueles que se movimentem sem a companhia de suas famílias. Assim, nos momentos de alta produção, que se estendem até o final da primeira década deste século, homens adultos predominam na composição populacional. As mulheres chegam, no primeiro momento, em um contingente reduzido de migrantes que segue os rastros da exploração gumífera. Por vezes, configuram deslocamentos internos à região, em que famílias nordestinas atraídas pelas políticas de colonização executadas pelas administrações provinciais (do Pará e do Amazonas) terminam deslocando-se para os seringais.

²⁵¹ EGLER, Eugênia Gonçalves, *Evolução Demográfica*. in: *A organização do Espaço na Faixa da Transamazônica - Acre e regiões vizinhas*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1989, v. 2, p. 72.

A partir de 1910, as transformações que se operam na economia do extrativismo, terminam por inverter as tendências do processo demográfico. O censo de 1920 ainda detecta uma ampliação populacional em relação ao final do século - efeito inercial do auge experimentado pela produção no início do século - quando são contados 92.379 habitantes. Entretanto, em 1940, a população cai para 72.768, uma perda total de 12.611 habitantes, ou seja, de 13,6%.

Somente após a anexação da região ao país, com a celebração do Tratado de Petrópolis entre as Repúblicas do Brasil e da Bolívia, começa a definir-se a feição quantitativa do seu potencial produtivo. Assim, Caio Prado identifica que a região «começará a contribuir com algum vulto para a produção brasileira de borracha em 1904, quando o volume exportado ultrapassa 2.000 t. Já no ano seguinte alcançará 8.000 toneladas e, em 1907, com mais de 11.000 t, coloca-se em primeiro lugar entre as regiões produtoras do país»²⁵². Convém destacar que, anteriormente, a produção regional era computada como oriunda dos estados do Pará e Amazonas. Com a instalação das unidades da administração federal é que se começa a contabilizar, até por interesse da União, a quem competia o poder de arrecadar impostos, o movimento de mercadorias e do produto gumífero.

²⁵² PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988, 36ª ed., p. 237.

No auge da produção, ocorrido em 1910, o governo federal obtém no Acre receita tributária equivalente a 86% da obtida no Amazonas, enquanto que, nos anos de queda acentuada nos negócios da borracha, o Estado do Amazonas contribui em valores inferiores aos do Acre. Por outro lado, a receita no Acre se mantém na faixa dos 40% da obtida no Pará (Tabela 21).

Tabela 21.
Relação Percentual entre a Arrecadação Federal no Acre e nos Estados do Pará e Amazonas (valores em contos de réis)

Unidade	1904	1910	1915
	Valor (%)	Valor (%)	Valor (%)
Pará	30.663 (28,3)	41.876 (47,4)	13.834 (40,6)
Amazonas	11.369 (76,3)	23.055 (86,2)	5.000 (122)
Acre	8.668 (100)	19.868 (100)	5.610 (100)

FONTE: SANTOS, R., op. cit., p. 193.

Esses dados são indicativos, entre outros aspectos, da dependência recíproca entre os negócios do Amazonas e do Pará e a produção acreana. Essas relações de dependência estão associadas a dois aspectos principais: em primeiro lugar, como uma decorrência, de um lado, da participação relativa da produção acreana no volume da produção gumífera amazônica e, de outro lado, da centralização dos negócios de exportação e de importação das mercadorias que compunham o fundo de consumo seringueiro nas praças de Belém e Manaus, com forte preponderância da primeira. Em segundo lugar, conquanto se estabeleçam mecanismos de controle fiscal sobre a produção da região acreana, ainda perdura, por muito tempo, o descolamento de parcelas da produção acreana que se somam à produção do Pará.

E, com muito maior facilidade, à produção amazonense, em função das facilidades decorrentes das proximidades e dos meios de transportes. As áreas compreendidas pelos municípios amazonenses de Eirunepé (antigo João Pessoa), no segmento da bacia do Alto Juruá e de Boca do Acre, bacia do Purús, formavam pontos estrategicamente posicionados, visando a captação da produção acreana (ver Mapa anterior).

Tabela 22.

Produção de Borracha - Acre, Amazonas e Pará - 1903 - 1918

ANOS	PRODUÇÃO (Kg)		
	ACRE	AMAZONAS	PARÁ
1903	-	15.786.827	11.134.537
1904	2.249.440	13.122.847	11.428.715
1905	8.265.067	11.750.509	11.325.115
1906	8.092.639	10.781.526	11.746.704
1907	10.022.633	10.924.313	11.960.719
1908	11.270.453	9.984.102	11.015.650
1909	10.266.239	10.193.099	11.586.109
1910	11.512.542	10.453.652	10.257.017
1911	10.466.662	10.385.570	10.309.087
1912	11.544.707	10.483.634	11.636.388
1913	10.764.563	8.526.058	10.243.460
1914	9.881.583	8.465.297	9.683.234
1915	8.536.604	8.446.079	9.581.074
1916	8.263.448	7.889.600	8.799.219
1917	8.560.411	8.707.354	8.022.592
1918	8.568.583	7.349.177	5.610.200

FONTE: CHAVES, A. M., Exploração da Hévea no Território Federal do Acre. Rio de Janeiro, 1913. LE COINTE, P. L'Amazonie Brésilienne. Tomo I, Paris, Librairie Maritime et Coloniale 1922. pp. 447-448.

As condições de funcionamento dos seringais, ao longo das duas primeiras décadas deste século, permanecem ancoradas exclusivamente na atividade gumífera. À medida em que se organiza a região sob a forma de território federal, no andamento da primeira década, delineia-se o volume da produção local e, ao mesmo tempo, afirma-se o potencial

econômico da região, com base na produção gumífera. No entanto, se nos momentos iniciais da organização administrativa, a redução da produção dos estados do Amazonas e do Pará corresponde à separação da produção acreana, que passa a ser individualizada, a partir de 1910, a persistência da queda é de outra natureza: já sinaliza a crise que se abaterá sobre o sistema da economia do extrativismo. Assim, entre 1910 e 1940, desenvolve-se um quadro de profundas transformações no interior da região, afastando os estados do Pará e do Amazonas que enveredam por novas alternativas de sustentação da economia independentizadas da economia da borracha. O Amazonas enfrenta maiores dificuldades na exploração de novos espaços econômicos, enquanto que a economia do extrativismo se acantona na região acreana, reforçando as condições de reprodução do exclusivo seringalista. Os fundamentos a sustentarem esta sobrevivência da economia do extrativismo encontrarão ampla base de apoio nesse movimento de redefinição e reorganização espacial da economia regional.

No primeiro momento da crise que se abate sobre as atividades gumíferas, com a entrada da produção oriental no mercado e a queda nos preços internacionais do produto seringalista, a região acreana apresentará uma das facetas da diferenciação que apresenta em relação às demais áreas amazônicas de produção gumífera: a) a forma de organização

da produção e a sua exclusividade enquanto atividade econômica; b) considerando o domínio sobre a parcela da reserva de árvores da variedade da hévea que se mantém no mercado internacional - a *acre-fina* -, em que pese a redução da renda regional, a região apresentará um saldo positivo em relação ao resto do território coberto pela atividade gumífera.

Tabela 23.
Produção de Borracha da Amazônia de 1920 a 1941

ANOS	TONELADAS	ANOS	TONELADAS
1920	30.790	1931	13.320
1921	19.837	1932	6.550
1922	21.735	1933	9.790
1923	22.580	1934	10.540
1924	23.514	1935	13.330
1925	27.386	1936	13.675
1926	26.433	1937	15.160
1927	30.952	1938	14.250
1928	24.556	1939	15.070
1929	22.598	1940	17.480
1930	17.137	1941	19.500

FONTE: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. apud. Anais da 1ª Conf. Nacional da Borracha, vol 4.

Assim, a região acreana consolida a sua posição como principal produtora regional, responsabilizando-se pela manutenção das condições do comércio que se mantém na região ao longo dos anos vinte e trinta. É sobre a produção acreana, principalmente, que se sustenta a ampliação do consumo nacional de borracha, como decorrência do surgimento das indústrias de artefatos leves, a partir da década de 1920. E, por outro lado, mantém-se o volume de exportações para o mercado norte-americano, que se efetiva

sobre a qualidade da borracha *fina* da qual a região é a principal produtora (*acre-fina*).

Em sentido amplo, a crise se abaterá sobre as sub-regiões de forma diferenciada, assim como também serão diferentes as alternativas construídas por cada subregião. Tomando-se em conta a distribuição espacial do excedente que decorre dos momentos de auge da economia do extrativismo, é facilmente apreensível o fato de que os estados do Pará e do Amazonas, notadamente as suas capitais, Belém e Manaus, concentram a realização da maior parcela do excedente, captado através do sistema de aviamento. Deve-se ter em vista, por outro lado, que os fluxos de negócios que se sobrepõem aos movimentos da montagem dos seringais se explicam como um desdobramento dos capitais com sede naquelas cidades. Nelas estão, em medida ponderável, os "verdadeiros" proprietários de uma faixa considerável de seringais.

A parcela do excedente que se realiza nessas cidades alimenta todo o circuito de capitais em operação na faixa de serviços urbanos, que experimentara um desenvolvimento significativo, no curto período de três décadas, enquanto perduram preços elevados e crescentes para a borracha. Ou seja, as duas principais cidades da região funcionam como mecanismos potencializadores do excedente extraído das atividades seringalistas, tanto no sentido de ampliar os

benefícios do progresso, quanto na perspectiva de agravar o período recessivo. «Não houve um membro da comunidade comercial do Pará que escapasse à crise totalmente ileso. Com a queda do valor das propriedades de todo tipo e a população sofrendo um abalo financeiro generalizado, até mesmo os negócios que se relacionavam apenas tangencialmente com a economia extrativa devem ter sentido as repercussões da decadência. Não obstante, poucos membros da elite sofreram na mesma medida que os aviadores...»²⁵³

A crise resulta numa ampla reformulação das estruturas econômicas. As grandes casas exportadoras fundadas em capitais externos cedem lugar para empresas de menor porte que passam a operar a esfera do aviamento dos seringais. Assim, o sistema exportador e importador por inteiro promovia a reforma visando a adequação a novos patamares do excedente. Por outro lado, parcelas de capitais emigram dos negócios gumíferos e passam a recorrer ao potencial econômico dos mercados urbanos herdados da economia do extrativismo. Esse movimento dos negócios, como resultado da diversificação que capta o fortalecimento das estruturas urbanas, se desenha, após 1910, de forma mais evidente. (Ver Tabelas 24 e 25). O fortalecimento dos mercados urbanos, segundo Barbara Weinstein, é mais evidente na cidade de Belém que, por volta de 1912, já conta com uma população

²⁵³ WEINSTEIN, B., op. cit., p. 268.

urbana da ordem de «275.167 habitantes, fazendo dela uma das cinco maiores áreas urbanas do Brasil e um mercado considerável para gêneros alimentícios e produtos manufaturados»²⁵⁴.

Tabela 24.
Produtos Agrícolas Transportados para Belém pela Estrada de Ferro Belém-Bragança, anos escolhidos, de 1914-1918
 (quilos)

Produto	1914	1915	1916	1918
Alcool (litros)	7.001	80.511	123.226	22.418
Feijão	318.951	204.770	322.818	812.633
Cachaça (litros)	540.249	718.615	816.492	742.622
Milho	1.823.283	3.809.353	5.226.544	6.356.941
Algodão	800	15.969	86.717	526.795
Frutas	598.998	519.350	408.097	310.934
Farinha de mandioc	8.248.177	11.328.504	15.438.271	13.922.522
Arroz	413.540	1.032.804	1.065.117	2.191.197
Tabaco	117.585	191.743	202.689	180.483

FONTE: Weinstein, B., *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*, p.284.

Tabela 25.
Produtos Agrícolas Embarcados para Belém do Interior do Pará
 (quilos)

Ano	Feijão	Milho	Farinha	Arroz	Tabaco
1910	10.697	19.946	1.424.176	3.840	249.050
1911	34.109	54.818	2.925.721	660	451.121
1912	14.520	43.625	3.365.304	510	390.507
1913	117.480	166.386	4.873.524	3.760	490.105
1914	65.922	132.064	11.250.914	53.314	405.791
1917	504.423	1.009.946	16.124.904	761.399	617.856

FONTE: Weinstein, B., *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*, p. 284.

NOTA: Não inclui mercadorias transportadas para Belém pela Estrada de Ferro Belém-Bragança.

A região acreana, no entanto, enfrentará a baixa na economia do extrativismo da borracha sem uma crise urbana.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 268-69.

Nos anos nos quais começam os desdobramento da crise, as cidades acreanas são, em verdade, meros entrepostos comerciais, ponto de contato entre o comércio dos seringais com as estruturas institucionais. Surgem, exatamente, para preencher os requisitos propostos pela organização administrativa do novo território, daí centralizarem, na primeira década após a anexação da região ao Brasil, as unidades operacionais da administração fiscal do governo federal e da justiça. Conseqüentemente, ao contrário das duas grandes cidades da região que entram em crise juntamente com a economia da borracha, as cidades acreanas, diante da queda da atividade extrativista, se "beneficam" com o desenvolvimento de mecanismos que ampliam a parcela do excedente retido na região. Estas mesmas transformações contribuem, em alguma medida, para reforçar os mecanismos de reprodução do exclusivo seringalista. Isto ao tempo em que reforçam as características da região acreana.

Não se deve entender, no entanto, que o Acre escape do rigor da crise, até mesmo pelo fato da região ter a sua ocupação articulada de forma absoluta ao desenvolvimento da economia do extrativismo da borracha. A região é caracterizada exatamente pelo seringalismo que se sustenta no "exclusivo seringalista". Ou seja, no Acre, a base econômica se assenta de forma absoluta sobre a economia do extrativismo gumífero. É em torno do "seringal", locus

exclusivo do desenvolvimento do trabalho, que se articulam e ganham consistência os desdobramentos da economia e da vida em sociedade. O destaque dado aos seringais, evidentemente, se refere ao fato de nuclearem as atividades produtivas, centralizando o desempenho do trabalho, ou seja, pondo-se como base da estrutura sócio-econômica do Acre. Não se estará reportando às relações sociais a designar um modo de produção diferenciado. O desvendamento daquelas implica reconhecimento da predominância de formas capitalistas, conforme desenvolvido em outros tópicos.

Há, portanto, repercussões extremamente negativas sobre as condições de vida na região, com o aprofundamento da crise na economia do extrativismo. Entretanto, nos desdobramentos da própria crise, desenvolvem-se os elementos que articulam o processo de ampliação da base de negócios no interior da região e repõem as condições de reprodução da economia do extrativismo.

A crise urbana que se abate sobre as "grandes cidades" sinaliza para um ponto de ruptura das condições que promoviam a distribuição espacial do excedente. A "baixa lucratividade" dos seringais nativos criava um ponto de estrangulamento para a acumulação de capital no âmbito da região, não devido à insuficiência quantitativa do excedente, mas porque, na metamorfose do capital, retornava para o interior dos seringais somente a parcela do excedente

em valores de uso destinados ao consumo seringueiro - fundo de subsistência. Ou seja, o que retornava não assumia a forma adequada de valor que lhe permitisse transformar-se nos valores de uso (meios de produção) que a reprodução ampliada requeria. Esta exigiria a diversificação produtiva, que poderia decorrer do aprofundamento de uma divisão social do trabalho no interior da própria região. Diante da reduzida disponibilidade da força de trabalho, a colagem da atividade extrativa aos avanços na produtividade do trabalho, requeridos pelo andamento das estruturas de custos das economias consumidoras da borracha, seria um caminho possível.

Os momentos de maior lucratividade na economia do extrativismo, decorrem da possibilidade de valorização econômica das condições de monopólio que prevalecem na montagem dos seringais. Estas condições deflagram o desenvolvimento de forças concorrenciais que terminam por reduzir o grau de monopólio, ampliando as bases de produção através da domesticação da hévea. Assim, a integração setorial passa a depender de um ajustamento que fosse capaz de superar a predominância das condições de produção nos seringais sobre a formação dos preços pagos pela indústria consumidora. Ou seja, o produto seringalista deveria ser "valorizado" em termos das circunstâncias produtivas prevalecentes nos ramos avançados da economia, o que

equivale a uma situação onde o setor da extração gumífera se submete à perda de uma parcela do trabalho dispendido.

A "reorganização empresarial" pela qual passa a esfera da circulação da economia do extrativismo constitui um dos pontos de partida para outras mudanças que afetarão a distribuição espacial do excedente e contribuirão para uma reorganização espacial. A emigração das parcelas de maior dimensão em operação nos setores da importação/exportação e do aviamento dos seringais e a sua substituição por empresas de menor porte, corresponde à uma redução generalizada nos componentes de valor do "capital comercial". Por outro lado, também se processam alterações, reduzindo o nível ou os componentes de valor no segmento da verticalização que caracterizava a grande casa aviadora. Este movimento reforça os resultados do redimensionamento empresarial.

A partir daí desenvolve-se a reorganização espacial dos elos que configuram a esfera da circulação das mercadorias e do produto seringueiro. No caso da região acreana, ao longo das principais vias das bacias hidrográficas que "desenham" os pólos da produção instalam-se novas "casas aviadoras". A bacia do Purús se desdobra em dois segmentos: um tendo por eixo do rio Acre e outro seguindo o Purús, mais precisamente, tendo o rio Iaco por referência. Ao longo do rio Acre até a capital do estado do Acre, a condução dos

negócios se distribuí de forma mais fragmentária entre um grupo de casas aviadoras. Neste caso, prevalecem situações onde os proprietários-seringalistas de maior porte, assumem a organização do aviamento próprio e de proprietários menores, estabelecendo contato direto com as praças de Belém e Manaus. A partir deste ponto, no entanto, no sentido do alto rio Acre, região detentora de alto potencial produtivo, forma-se uma estrutura de aviamento com nível mais elevado de concentração de negócios. Nesta área há uma nítida predominância da empresa Belchior Costa & Cia. Ltda.

Na bacia do Juruá também se processa um desdobramento em duas áreas: uma ao longo do eixo do próprio rio Juruá e outra seguindo o rio Tarauacá. No primeiro desenvolve-se a empresa Quirino & Cia, enquanto que no segundo os negócios passam a ser liderados por Avelino Leal & Cia.

Estas empresas, em sentido geral, não chegam a formar um monopólio. Apenas assumem a liderança e, em todas as regiões, - surgem empresas de menor porte, realizando o aviamento de seringais menores e em número reduzido. Existe, por outro lado, a tendência para que estas empresas reproduzam, em proporção reduzida, a organização empresarial da grande empresa aviadora, ocupando todos os segmentos dos negócios gumíferos: todas contam com frota própria para transporte de mercadorias e produto gumífero. A formação de uma frota ligada a esta parcela da esfera da circulação,

sediada no interior da região acreana, é uma indicação da ampliação da capacidade de acumulação interna, como decorrência do redimensionamento das estruturas empresariais operadoras do sistema de aviamento.

A redução das dimensões das empresas constitui, portanto, um elemento fundamental para redefinir as bases da lucratividade dos negócios. A permanência da atividade produtora de borracha, mesmo numa situação onde o patamar de preços situava-se muito abaixo do dispêndio de trabalho, é resultado da redução, tanto da taxa, quanto da massa de lucros. Por outro lado, os aspectos descritos levam à internalização de uma maior parcela do excedente, promovendo uma redistribuição da renda e contribuindo para ampliar os negócios internos à região.

Diretamente no setor dos seringais, realizam-se mudanças que contribuem para reforçar os efeitos anteriores. A principal estaria ligada às transformações na propriedade seringalista. Na fase mais baixa da crise, ocorreram transferências de propriedades para antigos empregados, administradores ou agregados. Em algumas regiões, seringueiros, que ao longo do tempo lideravam grupos de extratores²⁵⁵, terminaram por conseguir o controle da propriedade de um grupo de colocações e passaram a operar

²⁵⁵ O termo regional, indicando a existência de um grupo de extratores sob a liderança de um seringueiro, era *meiação*. Os agregados eram *meieiros*.

como "pequenos seringalistas". Estas mudanças contribuíram para a queda das expectativas de lucratividade, enquanto prepondera a busca por melhoria ou simplesmente a manutenção dos níveis de consumo. Ou seja, caem as exigências quanto à taxa de acumulação que pressionava o circuito anterior de aviamento. Não se nega, no entanto, a existência de patamares de lucratividade elevados em determinadas áreas dos seringais e em pontos do sistema de aviamento. Ao contrário, seringais de maior porte e empresas aviadoras concentradoras de maior volume de negócios foram capazes de realizar níveis de acumulação que permitiram o trânsito de muitas dessas empresas para outras faixas de negócios.

Os núcleos urbanos, em virtude das transformações anteriores, sofrem mudanças qualitativas essenciais. Forma-se uma estrutura "urbana" sob as novas condições de distribuição (e gasto) do excedente seringalista. Gradativamente amplia-se o contingente de trabalhadores no comércio, na esfera de governo, no âmbito dos serviços domésticos, contribuindo para a formação de uma faixa de comércio urbano. Em 1940 existiam oito centros e destes, cinco situavam-se na classe de 1.001 a 2.000 habitantes, perfazendo o percentual de 45,3%; dois na de 2.001 a 5.000, concorrendo os dois últimos com 51,0% do total urbano de 15.140 habitantes. Ocupavam este estrato a cidade de Rio Branco, que já se aproximava do limite do número

populacional que lhe atribuía o status de cidade muito pequena²⁵⁶ (até 5.000 pessoas), com 4.945; sendo seguida por Cruzeiro do Sul, com 2.765 moradores urbanos, concorrendo respectivamente, com 32,7% e 18,3% do percentual da classe. A evolução do efetivo populacional desses núcleos urbanos implica aprofundamento da divisão social do trabalho e na formação de centros de comercialização dos produtos de origem agrícola.

As mudanças na estrutura da propriedade fundiária se inscrevem como as de maior potencial de transformação da base produtiva ou de superação do exclusivo seringalista, nos momentos mais agudos da crise. A queda dos negócios nos seringais localizados nas áreas cuja exploração remonta aos primeiros momentos da ocupação regional tem, além da crise, outro fator determinante: a queda na produtividade do estoque de árvores como resultado do envelhecimento natural ou decorrente da extração em ritmo acelerado na fase do auge. Essas regiões circundam os pólos urbanos pioneiros; Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul criados na seqüência da organização administrativa pelo governo da União, visando dar conseqüência à incorporação do novo território. A formação de colônias é iniciada por volta do final da primeira década deste século, indicando que, no primeiro momento, prepondera

²⁵⁶. Esta classificação é utilizada pela FIBGE. Ver VALVERDE, O. et alii, op. cit. passim.

a queda de produtividade para que ocorresse o deslocamento dos interesses que fundavam a formação da propriedade seringueira: qual seja a extração do látex. Segundo Antonio Teixeira Guerra, existem indicações de que, por volta de 1908, haja uma produção agrícola na região de Rio Branco. (Ver Tabela 26).

Tabela 26.
Cronologia da Formação das Colônias Acreanas - 1908 - 1960

COLÔNIAS	MUNICÍPIOS	DATA DA FUND.	NUMERO DE LOTES
Gabino Besouro	Rio Branco	1908	(1)
Deocleciano de Souza	Rio Branco	1912	(1)
Cunha Vasconcelos	Rio Branco	1913	(1)
Seringal Empresa	Rio Branco	1943	86
Juarez Távora	Rio Branco	1949	79
Dias Martins	Rio Branco	1949	76
Alberto Torres	Rio Branco	1949	68
Daniel de Carvalho	Rio Branco	1950	(1)
Cruz Milagrosa	Rio Branco	1950	95
José Guilomard dos Santos	Rio Branco	1950	68
Márcio Lima	Rio Branco	1950	49
São Francisco	Rio Branco	1943	54
Apolônio Sales	Rio Branco	-	56
Cecília Parente	Rio Branco	1946	32
Souza Ramos	Rio Branco	-	34
Marechal Hermes	Tarauacá	1932	(1)
Félix Antonio da Cruz	Tarauacá	(1)	132
Eptácio Pessoa	Tarauacá	1921	(1)
Corcovado	Tarauacá	(1)	118
Joaquim Távora	Tarauacá	(1)	(1)
Carmem	Brasília	(1)	(1)
Nazare	Brasília	(1)	(1)
Vila Eptácio	Brasília	(1)	(1)
Rodrigues Alves	Cruzeiro do Sul	1925	90
São Pedro	Cruzeiro do Sul	(1)	69
Assis Brasil	Cruzeiro do Sul	1931	(1)
Vila Japiim	Cruzeiro do Sul	(1)	(1)
Porto Manso	Xapuri	(1)	(1)
Santo Antonio	Xapuri	(1)	(1)
Assis Vasconcelos	Feijó	(1)	(1)
Fazenda Modelo	Sena Madureira	(1)	(1)
Fazenda Agrícola	Sena Madureira	(1)	(1)

FONTE: GUERRA, Antonio Teixeira, Estudo Geográfico do Território do Acre, IBGE, 1955, Rev. Bras. Geog., ano 13, 1951. (1) Dado que não pode ser colhido. Apud. VALVERDE, O., et alii, A organização do Espaço na Faixa da Transamazônica, v. 2. Rio, FIBGE, 1989.

Como decorrência da ocupação territorial, efetivada exclusivamente através da montagem de seringais, a atividade

agrícola se desenvolve sobrepondo-se à propriedade seringalista, substituindo ou estabelecendo formas de convivência com a produção gumífera.

Nestas áreas, formam-se focos de pressão sobre a propriedade latifundiária, paralelamente à ocorrência do afrouxamento do controle sobre a propriedade como resultado da queda no potencial econômico - seja por queda na produtividade física, seja pela perda de competitividade da produção amazônica. A mudança na forma de exercício da propriedade da terra se traduz em um afastamento do proprietário seringalista do exercício do comércio de gêneros alimentícios e do produto seringalista. Sem aviamento por parte do barracão, o seringueiro recria a subordinação ao mercado, redirecionando a produção para a cidade que começa a centralizar comerciantes compradores de borracha. Neste caso, rompe-se, em alguma medida a forma aviamento, dado que o seringueiro vende o produto e com o resultado efetua compras de manufaturados não necessariamente em uma mesma firma. Em que pese que a grande maioria dos compradores de borracha seja formada por comerciantes que operam também com gêneros de primeira necessidade. Operando em condições de não-vinculação com o barracão, o seringueiro se posta numa situação de "autonomia". É esta a situação que caracteriza um novo agente humano a se postar como protagonista histórico nesta

fase de realinhamento da economia do extrativismo: o seringueiro autônomo.

O elemento novo nessa relação é a abertura de uma brecha na estrutura da propriedade fundiária, criando condições para que a força de trabalho se encaminhe para atividades alternativas. A queda do poder aquisitivo da população regional pode, em alguma medida, ser compensada pela diversificação produtiva. Superadas as determinações impostas pela propriedade fundiária seringalista, o seringueiro vai dividir seu tempo de trabalho entre produções - principalmente entre agricultura e extração. Outra fonte de pressão sobre a propriedade da terra surgirá como uma consequência da evasão de seringueiros de áreas decadentes. Segundo fontes do FIBGE (ver Tabela 27), em 1920 identifica-se um fortalecimento no ritmo de formação de unidades de produção, notadamente aquelas abaixo de 100 ha (na classificação proposta por Tamás Szmrecsányi²⁵⁷, propriedades de porte médio) que, sem margem para dúvidas, já estariam voltadas para a produção de culturas alimentares.

Conquanto a base produtiva ainda se limite a faixas muito reduzidas, tanto em termos de propriedade fundiária quanto em termos do produto agrícola, decorrente de produção

²⁵⁷. SZMRECSÁNYI, Tamás, *Expansão da Fronteira Agrícola e Mudanças na Estrutura Fundiária*, p. 9-10. (Mimeo.)

de ciclo anual, nesta fase existem dois pontos a serem considerados.

Tabela 27.

Estabelecimentos de Exploração Agropecuária, segundo os Grupos de Área - Acre - 1920 - 1960

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS			
	1920	1940	1950	1960
TOTAL.....	1.170	1.047	1701	3.676
Menos 10 a menos 100..	647	540	1163	2.792
100 a menos de 1000....	303	124	183	387
1000 a menos de 10000..	150	137	154	238
10000 e mais.....	70	197	201	252
Sem declaração.....	-	49	-	7

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário - Acre, 1975

Em primeiro lugar, concomitantemente, no interior do seringal avança um espaço de diversificação produtiva operado pelo seringalista que procura atender às necessidades de gêneros alimentícios a partir de uma produção agropecuária própria. Neste sentido, os custos de formação do fundo de subsistência tendem a sofrer uma queda. Em muitas áreas, o patrão libera a colocação para a montagem de uma pequena produção de subsistência: basicamente culturas de ciclo anual, obtidas em condições técnicas rudimentares e, em consequência, em pequenas quantidades. Assim, vai se promover a divisão do trabalho dentro da família seringueira, ampliando o nível de exploração do trabalho, pela incorporação da força de trabalho familiar - mulheres e crianças que assumem as tarefas na montagem, carpição e colheita dos pequenos "roçados".

Por outro lado, o "seringueiro autônomo", ao avançar uma produção agrícola, encontrará nas mudanças observadas nos

núcleos urbanos a possibilidade para atingir outra faixa de mercado. Desenvolve-se uma combinação de fatores para afirmar essa produção agrícola nascente: de um lado, a população seringueira que teve seu poder aquisitivo reduzido a níveis insuportáveis e que passa a demandar alternativas à atividade extrativa; de outro lado, a formação de uma "população urbanizada", que terá em uma produção local níveis mais baixos de custo de vida. Segundo levantamento realizado por Ângela M. Neves e Ana Maria T. Lopes, «na produção das colônias aparecem com frequência e realce certos produtos, como: arroz, farinha de mandioca, açúcar mascavo, macaxeira. Entre as frutas destacam-se a banana, o abacate, a manga, o mamão. Observa-se que o gado era sobretudo destinado à pecuária de leite, pelo número de vacas existentes e pela quantidade de litros existentes»²⁵⁸. Ao contrário do que concluem as autoras, a estrutura do rebanho é indicativa de criatório misto, ou seja, sem preponderância de setores. A existência de um número significativo de fêmeas é resultado da concentração do descarte nos animais machos, não apenas para garantir a obtenção do leite, mas como forma de elevar o ritmo da reprodução do próprio rebanho, ou seja, buscando atingir bases ampliadas.

²⁵⁸ VALVERDE, O. et alii, op. cit., cap. 8., p. 149.

Em que pese as transformações operadas permitir a autonomia relativa das cidades em relação aos seringais, uma faixa significativa do comércio praticado nos núcleos urbanos permanece diretamente proporcional ao poder de compra da atividade seringueira. No entanto, a diversificação das fontes de renda do seringueiro altera a equação econômica do seringalismo. O crescimento da participação relativa de outras culturas no produto regional é uma decorrência do avanço da produção agropecuária. Apesar dos dados da tabela a seguir (26) terem por objetivo comprovar a capacidade de reação dos seringais nativos às políticas de fomento²⁵⁹, servem também para uma compreensão das mudanças operadas no período em análise. As informações anteriores indicam que a ampliação das colônias agrícolas tem seus momentos mais significativos após 1920. Anteriormente, a atividade produtiva regional, conforme já demonstrado, era centrada de forma absoluta sobre a extração gumífera. A tabela 26, referente à cronologia dos núcleos coloniais, é bastante elucidativa quanto a este aspecto. Assim, o fato da participação agrícola superar a participação do produto gumífero nos anos finais da década de trinta, indica o potencial de mudanças no sentido da diversificação produtiva regional. Para tanto, é necessário

²⁵⁹ FONSECA, Cassio, *A Economia da Borracha - Aspectos Internacionais e Defesa da Produção Brasileira*, Ministério da Indústria e do Comércio/Superintendência da Borracha, 1970. p. 129.

considerar que, do início da formação dos núcleos coloniais até o limite superior do intervalo de tempo, a variação se dá entre um valor próximo de zero, até os 50,61 pontos percentuais²⁶⁰. Deve-se, por outro lado, ter em vista que a elevação da participação relativa do produto gumífero no produto total, apesar de corresponder à expansão do produto físico, também estará associada à elevação dos preços que resulta dos acordos de Washington.

Tabela 28.
Comparação da Produção da Borracha e dos demais Produtos no Acre
(Cr\$ 1.000)

ANOS	BORRACHA	OUTROS PRODUTOS	% BORRACHA/ TOTAL
1938	16.672	17.083	49,39
1939	18.202	15.832	53,48
1940	23.396	22.654	50,81
1941	38.310	28.782	57,10
1942	62.081	34.016	64,50
1943	76.187	33.808	69,26
1944	100.731	58.060	63,44
1945	104.913	48.685	68,30
1946	115.444	72.431	61,45
1947	100.000	51.885	65,84

FORNTE: FONSECA, C., A Economia da Borracha. Rio de Janeiro, Superintendência da Borracha, 1970. Quadro 58.

Há, no entanto, outro aspecto a ser melhor considerado nas informações da tabela citada: a melhoria na posição relativa do produto gumífero na composição do produto regional. O fortalecimento das condições que permitiram o

²⁶⁰. Não existem dados coligidos sistematicamente sobre a produção agropecuária anteriores ao período fixado na tabela. A possibilidade de inferir sobre a produção está nas informações do controle rígido que o proprietário seringalista exerce sobre a propriedade da terra.

prosseguimento das atividades extrativas é resultado de dois conjuntos de aspectos principais. Primeiro, devem ser consideradas como decorrência das medidas que integram a Batalha da Borracha; em segundo lugar, do próprio conjunto de transformações regionais, como descritas anteriormente, e que, potencialmente, se encaminhavam para a superação do seringalismo, contraditoriamente surgem forças afirmando a produção gumífera.

Nas áreas afastadas dos núcleos urbanos, mantendo-se a subordinação absoluta da população à atividade extrativa e a inexistência de outros elementos de pressão sobre a propriedade fundiária, a população submete-se a padrões de consumo extremamente baixos, por vezes atingindo limites inferiores ao da linha de pobreza absoluta. Nestes casos, a permanência da produção gumífera ficará centrada basicamente sobre o monopólio da propriedade da terra exercida pelo seringalista o que resulta na concentração do trabalho na atividade extrativa.

Em sentido mais amplo, formam-se diversas situações a partir das alternativas produtivas decorrentes do surgimento das áreas coloniais: 1) a possibilidade de uma produção agrícola, leva a família seringueira a internalizar os custos de sua reprodução de forma diferenciada, é dizer, passa a combinar fontes alternativas de renda, rompendo, assim, a exclusividade da produção gumífera como base da

subsistência seringueira; 2) os setores da produção agrícola que se descolam da produção gumífera, ampliam a parcela do excedente de gêneros alimentícios que se transforma em mercadoria no atendimento das necessidades urbanas. Desta forma, a demanda por importações passa a exercer menor pressão sobre o excedente gerado nos seringais. Isto ao tempo em que o nível do custo de vida regional se estabiliza em patamares mais baixos, ou, pelo menos, apresenta ritmo de crescimento mais lento; 3) em uma perspectiva exclusivamente da economia da borracha, as novas condições regionais terminam por reafirmar a continuidade da atividade extrativa. A formação de um mercado urbano, tendo por base a geração de valores na agricultura, promove a redistribuição dos custos de reprodução da força de trabalho regional de forma generalizada. A atividade seringalista deixa de ser a única responsável pela reprodução dos núcleos urbanos à medida em que estes desenvolvem fontes alternativas de geração de renda.

A operação das unidades administrativas do governo federal não se caracteriza por gerar transferências líquidas para a região, ao longo de amplo período. Ao contrário, existem indicativos de que ocorram saídas líquidas de tributos. Levantamentos realizados por Craveiro Costa²⁶¹ dão

²⁶¹ Op. cit. p. 194. Conquanto esse desempenho da arrecadação tenha por base os elevados preços de exportação, com a queda destes não há sinais de uma reversão do quadro, senão em fase muito recente. Uma evidência desse fato é a formação do "movimento" que, laborando o

conta de que a arrecadação tributária realizada pela União foi responsável pela evasão de uma significativa parcela do excedente. Entre 1903 e 1917, por exemplo, a arrecadação líquida do governo federal (após descontar as despesas da administração territorial) foi suficiente para cobrir os desembolsos com a incorporação do Acre ao país, obtendo, ainda, um superávit da ordem de 49.416:578\$. (Ver Tabela 29)

Tabela 29.
Balancete das Receitas e Despesas - 1903 - 1917

RECEITA	DESPESA	SALDO
116.443:030\$	-(32.344:780\$)	84.098:250\$
Tratado de Petropolis.....	32.000:000\$	
Bolivian Syndicate.....	1.700:000\$	
Tribunal Arbitral.....	981:872\$	
TOTAL.....	-(34.681:872\$)	
SUPERAVIT no período.....		49.416:578\$

FONTE: COSTA, J.C., *o. cit.*, p. 193-194.

O benefício não decorre apenas do fato da reprodução da população regional não mais se sustentar exclusivamente sobre a atividade extrativa. No plano da reprodução dos negócios, formam-se fluxos para os seringais de parcelas do excedente gerado por outras atividades e captadas pelo comércio urbano. Este movimento é facilmente derivado das

"descaso do governo federal para com o Território", exerce forte influência no andamento do processo político regional, ao longo da década de trinta e andamento dos anos quarenta. Uma das principais queixas das lideranças desse movimento eram exatamente os limitados recursos aplicados pela administração federal do território. (CRAVEIRO COSTA, *op. cit.*, *passim*)

condições de operação do comércio, agora baseado em unidades maiores - casas aviadoras - localizadas nas áreas urbanas. Nas localidades sedes das principais casas aviadoras, entre as quais Rio Branco, capital do estado, o comércio urbano é totalmente controlado por empresas seringalistas e, em torno destas empresas, prosperam outros tipos de negócios. Os demais pólos centralizadores das atividades do sistema de avião, localizados no interior da região acreana, são francamente concorrentes para a formação de uma base de lucratividade exclusivamente a partir do atendimento das demandas urbanas. Estas empresas, progressivamente, passam a garantir a sua reprodução combinando as duas bases de lucratividade - urbana e extrativa.

Esses fatores, mesmo quando se reconhece que aí prevalecem relações de dependência recíproca e que o volume de negócios da borracha seja expressivo o bastante para que se lhe atribua a preponderância em muitos momentos e situações, tornam possível dizer que passa a existir uma base urbana de suporte à atividade gumífera. Por outro lado, o fluxo de excedente no sentido seringal/cidade, agora estará submetido à novas determinações: não se trata, a partir daí, de uma mera transferência de excedentes para gastos improdutivos (o que era característico das fases anteriores). Trata-se, em verdade, de uma troca de excedentes, entre as duas áreas que passam a formar a

economia regional e que permitirá a retroalimentação dos negócios e podem gerar efeitos germinativos entre si.

Desde a perspectiva apontada, há no interior da região acreana uma ampliação da base de negócios. Esta não deve ser entendida como uma elevação generalizada das condições de bem-estar da população em geral. Surgem novos espaços de geração de valor, mas a borracha continuará a ser o principal elemento a fazer a ponte necessária com a economia nacional. Ou seja, as circunstâncias sob as quais se estruturou a base produtiva na região fazem da borracha o principal produto e mecanismo de monetização da economia regional. Enquanto que a nova base de produção de valor a partir da agropecuária funciona muito mais como um mecanismo potencializador, ampliando o volume das transações, através do multiplicador dos negócios, a partir do volume de renda gerado no seringal. Essas relações que se desdobram no seio da crise, como decorrência da incipiente diversificação produtiva, fundam aspectos essenciais da redefinição das condições de reprodução da economia do extrativismo, na região acreana.

A predominância da atividade seringalista sobre a base social e econômica regional reafirma-se, assumindo, no entanto, uma nova feição ao fundar novas relações. A possibilidade e a efetivação destas decorrem da transferência, para o interior da região acreana, de maior

diversificação dos agentes humanos integrantes da base social, complexificação própria da economia da borracha em sua amplitude amazônica. No plano da economia promove-se a separação entre comerciante-aviador e seringalista, ao tempo em que, além da diferenciação no seio da categoria seringueiro, com o aprofundamento das relações urbanas, começa a se fortalecer uma camada ligada à burocracia responsável pelo funcionamento das unidades da administração pública e da justiça federais. Este segmento urbanizado, paulatinamente, assumirá papéis na representação política regional, que passa a se articular diretamente com as esferas do poder central.

Promovida a reestruturação na base econômica, descrita anteriormente, pela reelaboração dos limites das taxas de rentabilidade e da acumulação de forma que a grande maioria dos seringalistas passe a operar numa faixa de negócios voltada para a sustentação do padrão de consumo, os mecanismos de controle sobre a propriedade foram novamente reforçados. Em muitas regiões, os seringais são operados através de arrendamento em termos do produto anual. O proprietário absenteísta limita-se, ao final de cada período produtivo, a contabilizar um percentual do produto alcançado. As transformações ocorridas, apesar disto, são suficientes para reporem o barracão na condição de "prover", mesmo que em níveis inferiores de consumo, as necessidades

de abastecimento do trabalhador na economia do extrativismo e de realizar a produção seringueira. O fato da região acreana haver mantido a liderança na produção de borracha vegetal no país não se traduz, portanto, em elevação do nível de renda na região que continua submetida a patamares muito baixos.

Em verdade, no que se refere à qualidade de vida da população seringueira não se processam mudanças dignas de referência em relação ao período de auge. A presença ou maior proximidade do operador-arrendatário, ou novo proprietário no seringal, contribuiu para articular espaços onde se realiza a formulação de identidades de situações entre seringalistas e seringueiros. No entanto, perdura a situação caracterizada pela transferência do ônus da atividade seringalista para os ombros dos últimos. Não se trata de uma situação liberada de conflitos, ao contrário, permanecem as pressões decorrentes do elevado nível de exploração a que se submete o trabalho seringueiro.

Com o reposicionamento da atividade gumífera, a saída que se delineava através da ruptura da propriedade fundiária é interrompida e a diversificação produtiva se mantém restrita aos espaços polarizados pelos mercados urbanos. A produção agropecuária desenvolve-se sob condições que a submete a níveis técnicos rudimentares, logo, apresentando baixos níveis de rentabilidade. As determinações que emanam

do espaço produtivo, portanto, são restritivas quanto às possibilidades de avançar uma produção agrícola articulada por uma maior capacidade de acumulação. Por outro lado, nesta fase, o governo faz incidir sua ação de forma muito restrita sobre os espaços próprios da operação dos serviços públicos e setores tais como o dos transportes existentes ainda submetem-se ao padrão sob os quais foram desenvolvidos, ou seja, estão organizados de forma adequada à produção gumífera. A região se serve dos rios para navegação de longo alcance e o transporte de terra firme limita-se ao uso de comboios de animais de carga operando a coleta no interior dos seringais. Grande parte da produção agrícola surge às margens dos rios.

Este quadro vai se compondo ao longo das décadas de 1920 e 1930. No início da década de 1940, como já examinado em tópico anterior, sob as medidas para integrar a região ao esforço de guerra dos aliados, durante a II Grande Guerra, a economia do extrativismo recebe novo alento.

As alterações provocadas no contexto regional, pelo menos nos aspectos de maior repercussão para a manutenção da economia do extrativismo, referem-se às mudanças na estrutura populacional, à adoção de normas de controle sobre a comercialização pelo governo (monopólio do comércio de borracha) e à interposição de um braço do sistema bancário específico para a produção gumífera.

A região, que chegara ao início da década de quarenta submetida à uma perda populacional de aproximadamente 13,6% sobre a população presente em 1920, com o afluxo de migrantes orientados para a região pela política de governo, nos anos iniciais da década de 1940, experimenta uma expansão do efetivo populacional que alcança 151.915 pessoas. Ou seja, um aumento absoluto de 42.314 (38,6%). O crescimento nos setores urbano e rural chega a atingir percentuais elevados, 49,3% e 36,6%, superiores ao regional, 43,1% e 19,6%, respectivamente. Estas transformações no quadro demográfico reforçam a situação descrita anteriormente e ampliam a esfera da produção agrícola. No espaço intercensitário, 1940 - 1950, segundo o censo agropecuário do IBGE, surgem 623 novos estabelecimentos com menos de 100 ha. e 59 abaixo de 100 ha. Essa variação é indicativa do reforço na produção agropecuária que se desenvolve basicamente em propriedades menores, resultado da desconcentração do latifúndio seringalista.

A estrutura de comercialização adotada nos anos finais da segunda Grande Guerra, sob a forma de um oligopsônio administrado pelo governo federal, pretendia garantir que a oferta da borracha fosse completamente canalizada para as indústrias norte-americanas. Com o fim das hostilidades nos campos europeus, os acordos bilaterais entre os governos norte-americano e brasileiro, que orientavam os esforços de

guerra, foram denunciados e o Brasil assumiu a condução da reativação dos seringais amazônicos. A tentativa do governo brasileiro em dar continuidade à economia do extrativismo promoverá a completa transformação dos objetivos do denominado "monopólio da borracha". Prevalece a partir daí o objetivo de formação de estoques reguladores da hévea sob o domínio do Estado. Este quadro se mantém até 1962, quando as condições de consumo nacional de elastômeros são totalmente transformadas pela efetivação da produção nacional de borracha sintética. Neste ano, é decretado o fim do monopólio e promovido o realinhamento dos preços do produto vegetal, tendo o preço do similar sintético como referência²⁶².

O sistema de financiamento e fomento da produção passa a ser realizado por uma entidade de crédito criada especificamente para tal fim. Este evento promove a separação das esferas da circulação de mercadorias daquelas específicas do capital bancário, redistribuindo as funções desempenhadas anteriormente pelas casas aviadoras no andamento da economia do extrativismo. Essas transformações contribuirão para reduzir a pressão sobre a formação dos preços das mercadorias nos seringais. Ao empalmar as

²⁶² Entre 1944 e 1962, o preço da borracha natural no mercado nacional cai de US\$ 3.125,0 para US\$ 1.627,9 (HOMMA, A. K., O. A Extração de Recursos Naturais Renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônia. Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa, 1989. Tese de Doutorado, p. 211, (mimeo.)

atividades de financiamento da produção com a compra e venda das mercadorias e produtos, a casa aviadora adicionava aos seus rendimentos parcela adicional de lucros que corresponderia aos "juros" pelo financiamento. Este adicional poderia aparecer sob a forma de compensação pela baixa rotatividade dos negócios - um ciclo por período produtivo anual.

A centralização de capital, que ocorre quando dois ou mais capitais anteriormente independentes se combinam em um único capital, o que geralmente se realiza de forma direta através da incorporação ou encampação, pode e passa a ser promovida indiretamente, através do sistema de crédito. Até o início da década de 1940, esse movimento era realizado pelas casas aviadores, via sistema de aviamento. Após a interposição do sistema de crédito, via segmento bancário especializado, a centralização se efetivará como resultado das operações financeiras de financiamento da produção.

Há, no entanto, a partir do evento da criação do "Banco da Borracha", mudanças essenciais na formação dos preços. Em primeiro lugar, os custos decorrentes da rotatividade do capital se transferem para a esfera do capital bancário, deixando de pesar sobre a esfera da circulação de mercadorias. Ou seja, é um elemento a menos a operar sobre a formação do lucro dos "capitais" em operação. Em segundo lugar, a sustentação da rentabilidade da economia do

extrativismo e, por conseqüência, da indústria, resultará de uma política de governo que promove a distribuição dos custos pelo conjunto da sociedade. O resultado deste movimento, na medida que afeta os custos de operação da economia do extrativismo, contribuindo para, pelo menos, estabilizar as parcelas de lucro dos capitais em operação no sistema de aviamento, não se transfere para os preços pagos ao seringueiro nem para o comércio de mercadorias que passaria a operar com bases em preços menores. O padrão de consumo nos seringais se mantém em patamares inferiores, com tendência declinante ao longo da vigência das políticas para o setor, em raríssimos momentos de melhorias.

Por outro lado, a partir do momento em que a atividade produtiva da economia do extrativismo passa a se apoiar sobre o capital bancário, os mecanismos de valorização da propriedade fundiária são reelaborados. Na medida que esta passa a colar-se ao desenvolvimento dos ciclos anuais de produção, via estrutura de garantias reais sob as quais se efetuam as concessões de crédito para formação de capital de giro da empresa seringalista, o mercado de terra passa, imediatamente, a ter uma referência para a formação de preços.

Os efeitos decorrentes da operação do sistema bancário sobre a propriedade fundiária repercutirão na formação dos núcleos coloniais agrícolas. Dado que estes resultavam do

processo de desconcentração da propriedade fundiária, passam, portanto, a depender da compra da terra, o que constitui um impedimento insuperável para o fluxo migratório seringal/cidade, formado por pessoas desprovidas de qualquer poupança. A ampliação das áreas de produção agrícola para assentamento de colonos, desde então, tem estado na dependência da compra da terra pelo governo. Este quadro, ao fechar o ciclo da industrialização pesada diante do endividamento do setor gumífero junto ao BASA, termina por cristalizar o latifúndio seringalista, ao lhe emprestar a base de sustentação jurídica.

Na década de 1960 serão consolidados os movimentos de reorganização espacial, tendo em vista o aprofundamento da diversificação produtiva. O estado do Pará passa a nuclear os principais efeitos das políticas econômicas para a região e avança um programa de industrialização, formação e fortalecimento de pólos agrícolas, pecuários e de mineração. Caminho seguido em menor escala pelo estado do Amazonas. Em uma perspectiva regional, no entanto, a acumulação capitalista nestes estados tende a particularizar estes subespaços amazônicos, tornando cada vez mais tênues os laços econômicos entre eles. A economia do extrativismo perde importância na caracterização e no andamento da economia regional, mantendo, no entanto, função nuclear no

desenvolvimento das atividades produtivas da região acreana.

Assim, nos primeiros anos da década de 1960, os movimentos que consolidam o rodoviarismo como mecanismo privilegiado na formação do mercado nacional incorporam o rompimento dos últimos liames econômicos entre a região acreana e a sua matriz amazônica. A implantação da rodovia BR-364 até Rio Branco, segmento de um amplo projeto de integração nacional, em 1962, efetua a ligação definitiva da região ao Sudeste. A produção gumífera acreana passará a atingir as indústrias consumidoras sem a intermediação do Pará e do Amazonas. Isto ao tempo em que as necessidades de consumo regional passam a demandar diretamente as indústrias produtoras no Sudeste.

As transformações que se efetivam a partir de 1964 implicam reelaboração de todas as dimensões das articulações interregionais.

2. CAPITAL COMERCIAL E OS CAMINHOS DA ACUMULAÇÃO - UMA BREVE AVALIAÇÃO

As relações que se formam entre as diversas categorias que compõem a economia do extrativismo colocam dificuldades para o desvendamento teórico da realidade amazônica e, regra geral, possibilitam algumas tentativas a enveredar por saídas reducionistas. Há um amplo segmento na historiografia regional que incorre no esquecimento de toda a complexa rede de tramas que se forma entre a economia do extrativismo e o andamento da industrialização, além de desconsiderar o processo de formação das classes e das relações de classes que perpassam o mundo da Amazônia²⁶³. Desde Caio Prado Junior, para quem «o drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica»²⁶⁴, até autores mais recentes, tais como Roberto Santos, que fazem do sistema de aviamento o núcleo único do qual emana o conjunto das determinações postas pela

²⁶³. Rompendo com a perspectiva reducionista, autores como Marilene Correa da Silva, em trabalho recente (op. cit.), inscreve-se ao lado de autores como Pasquale Di Paolo (Cabanagem - A Revolução Popular da Amazônia. Belém, Edições CEJUP, 1986), no esforço bem sucedido de desvelar a complexidade da realidade amazônica, inaugurando momento relevante para as Ciências Sociais. Por outro lado, as obras de Barbara Weinstein (op. cit.), Pedro Martinello (op. cit.) e Nelson Prado Alves Pinto, constituem exemplos de renovação no campo da História Econômica.

²⁶⁴. PRADO JUNIOR, C., História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988, 36ª edição. p. 241.

economia do extrativismo. Entre outros aspectos, as relações entre capital comercial e capital produtivo têm se mostrado como fonte das dificuldades enfrentadas por esse conjunto de obras sobre a realidade amazônica. E os esforços esbarram na insuficiência das respostas obtidas a partir de definições das categorias, quando deveriam buscar na própria realidade as determinações que fazem da esfera da circulação a forma mais aparente do seringalismo.

Partindo da composição do valor em sua igualdade com os preços de produção ($C + V + MV = C + V + \Pi_S + \Pi_C$ ²⁶⁵) chegamos à uma explicitação da divisão da mais-valia entre o lucro apropriado pela esfera da produção (Π_S) e a parcela de lucro para a esfera da circulação (Π_C). Esta última parcela destina-se à cobertura, mesmo que parcial, do capital variável e do capital constante improdutivos (na perspectiva da geração do produto seringalista), além de permitir a constituição do capital que serve à compra e venda de mercadorias.

A parcela Π_C , portanto, constitui uma "despesa necessária" nas condições de produção que dão consistência à

²⁶⁵ Entendemos não ser necessário enveredar pela discussão do sentido problemático que tal igualdade pode apresentar. Para nossos interesses, sem descartar a importância da problemática da transformação dos valores em preços de produção, ao contrário, reconhecendo a sua importância teórica, pretendemos de maneira direta reafirmar a "lei do valor" como fundamento das leis de movimento do capitalismo.

economia do extrativismo²⁶⁶, para realizar ao menos Π_S , a mais-valia no setor produtivo. Na impossibilidade da parcela Π_C , Π_S não poderia existir, senão a níveis extremamente baixos para garantir o prosseguimento da acumulação seringalista. Um primeiro ponto a reter é que a relação entre estas duas parcelas do lucro têm por fundamento a unidade entre as esferas da circulação e da produção. «A separação das órbitas», lembrando Maria da Conceição Tavares, «equivale (...) ao movimento de abstração que permite, posteriormente (como um movimento lógico), empalmar a articulação concreta, sem a qual seria ininteligível o lucro»²⁶⁷. Daí tornar-se compreensível que o desenvolvimento dos gastos operacionais no setor comercial da economia do extrativismo, não é um mero acidente histórico, um resultado pernicioso do comportamento dos comerciantes-aviadores, resíduos arcaicos a impôr condicionantes à organização do trabalho e definindo a apropriação do sobre-trabalho. A gênese e o desenvolvimento dessas "camadas improdutivas" são uma decorrência de necessidades emergentes dos desdobramentos do próprio sistema produtivo e das suas articulações exteriores. Estas necessidades só poderiam provir das dificuldades enfrentadas pelos operadores do

²⁶⁶. Esta, no entanto, não é exclusiva das relações na economia do extrativismo. Trata-se de uma relação própria do sistema capitalista de produção, onde as esferas da produção e circulação se unem em uma unidade fundamental na relações de reprodução.

²⁶⁷. TAVARES, M. C., O Movimento Geral do Capital, op. cit., p. 12.

sistema na obtenção do produto gumífero, a montante e a jusante da posição que as empresas aviadoras ocupam na cadeia de aviamento. No plano interno (a montante), procurando superar as determinações naturais que resultam em uma produção "espalhada" em pequenas porções por espaços dimensionados em unidades de medidas "amazônicas". A jusante, no sentido de atender uma demanda dinamizada pelo progresso técnico que articula a indústria capitalista consumidora da matéria-prima.

Assim, o sistema de aviamento realiza o somatório da produção, elevando a massa do produto e estabelecendo os limites que permitem fundar as bases de um mercado operando em condições monopólicas. Este movimento de centralização decorre da função de "financiamento" da produção, inicialmente desempenhado pelas casas aviadoras e, posteriormente, por um segmento bancário especializado. Nestas bases, a formação dos preços será eficiente, ao garantir a reprodução do sistema por inteiro e fazer prevalecer as condições de produção nos seringais. O antagonismo é, portanto, mera aparência, na medida que ambas as parcelas ao se realizarem repõem as condições de existência do sistema.

A dificuldade estará em que as "forças concorrenciais", que emergem das condições operacionais do setor gumífero (potencial de lucratividade e as elevadas taxas de lucros),

empurram o sistema a fundar os elementos de sua superação - ou passagem, através do progresso técnico, para novas bases produtivas. Estas relações estarão postas ao nível da divisão internacional do trabalho que engendraram a montagem da economia do extrativismo na Amazônia, ou seja, o movimento concorrencial terá efetividade ao nível do movimento dos capitais em operação nas economias centrais. Daí que, paralelo ao desenvolvimento da montagem das estruturas seringalistas na Amazônia, já se desdobrem os movimentos de transformação da base produtiva. Antes mesmo de se esgotarem as "possibilidades produtivas" do extrativismo em bases nativas, novas circunstâncias fundavam uma produção que despeja no mercado o resultado de um trabalho potencializado pelo progresso técnico. Rompem-se as condições cuja vigência permitia ao "capital" controlar os preços através da concentração monopolista. Assim, é legítimo dizer que "falta tempo" para que o extrativismo amazônico desenvolva, a partir de suas próprias bases operacionais, a tensão que decorreria do esgotamento de suas potencialidades produtivas e realizasse a acumulação inicial através de investimentos que levassem à incorporação das mudanças tecnológicas.

Estabelecidas, mesmo que sucintamente, as relações entre as parcelas do lucro, torna-se necessário retornar para as questões relativas à reprodução do capital variável no

interior da esfera da produção. Ou seja, procurar entender as relações entre a realização do produto seringalista e as determinações postas para a reprodução da força de trabalho nos seringais. Isto na medida que se compreenda que os limites das duas parcelas de lucro estejam determinados pelas condições de geração da mais-valia nas atividades de "extração gumífera".

É possível compreender este aspecto quando observamos a estrutura do produto e constatamos que a parcela correspondente ao "capital variável" (V) seringalista mantém correspondência direta com as operações comerciais do seringalista (ou do Barracão). Assim, quando os preços das mercadorias tendem a se elevar, a "valorização" do capital variável, em preços de mercado, não se traduz em elevação do padrão de consumo do seringueiro. Ao contrário, a cesta de consumo cai progressivamente à medida em que as casas aviadoras e os seringalistas tentam recompor as margens de lucro das operações comerciais, elevando os preços das mercadorias. E os rendimentos seringueiros, que foram historicamente baixos, declinam ao ponto de inviabilizar o sistema. Ou seja, os seringalistas e aviadores, elevando os preços das mercadorias, promovem a redução relativa no preço do produto seringueiro e sancionam, no plano do seringal, a desvalorização do trabalho seringueiro que decorre do avanço tecnológico obtido com a domesticação da hévea.

Retornando à estrutura de valor, torna-se possível observar que há uma constante elevação da relação lucro sobre a massa de rendimentos seringueiros

$$\frac{\Pi_C + \Pi_S}{V}$$

A taxa de exploração dada pela relação

$$\frac{MV}{V} = \frac{\Pi_C + \Pi_S}{V},$$

em valores, estará também em elevação: V tende a cair definindo-se não mais em termos do dispêndio de trabalho nos seringais, mas, refletindo a formação de valor que passa a depender das estruturas produtivas fundadas em bases técnicas propostas pelas novas condições de produção. Conquanto mantenham-se inalteradas as relações técnicas nos seringais, a constância nas parcelas de valor é mera aparência. Assim, a perda de "poder de compra" pressiona no sentido de buscar a ampliação da massa do produto gumífero, através da ampliação da jornada de trabalho, como saída para manter constante o valor do trabalho excedente.

O aumento da exploração constitui a tendência contrária mais direta na "acumulação seringalista" como reação à perda de competitividade da produção gumífera em bases nativas. Os operadores do sistema reagem tentando obter, da mesma base produtiva, uma taxa maior de mais-valia mediante mecanismos, tais como o incremento da jornada de trabalho, diante da impossibilidade de avançar processos que incrementem a intensidade do trabalho. Ou seja, avançando em sentido

oposto ao seguido pelo sistema econômico ao qual se vincula, a economia do extrativismo deflagra um processo de ajustamento, fazendo prevalecer mecanismos de extração de mais-valia absoluta. Aqui a estrutura dos seringais emerge como a forma possível de organização do trabalho dada a preponderância das bases naturais. E as condições particulares, definidas sob o "exclusivo seringalista" fundado sobre o latifúndio seringalista, estabelecem correlações de força que submetem a força de trabalho a um estado de letargia²⁶⁸, impedindo qualquer reação ao aumento da exploração.

Neste sentido, à medida em que avançam as determinações econômicas sob as quais se processam a difusão e a incorporação do progresso técnico com o avanço da industrialização mundial, a economia do extrativismo incorre em perdas do trabalho seringueiro, progressivamente maiores.

As produções em bases agrícolas (produto vegetal) e industrial (produto sintético), notadamente a partir de 1945, com a introdução da produção norte-americana de sintéticos, avançam à frente do consumo industrial de elastômeros. E este movimento ocorre paralelamente à redução da parcela de borracha vegetal na composição do consumo

²⁶⁸ Ianni (op. cit., passim), discutindo as ligações entre a economia do extrativismo e a produção industrial, ressalta o fato do seringueiro postar-se "isolado na floresta". Por certo, aí se encontra um dos fortes condicionantes a pesar sobre o comportamento da força de trabalho *vis a vis* a exploração a que é submetida sob a economia do extrativismo.

total de elastômeros. Nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos, a redução relativa no uso de borracha vegetal pela indústria implica principalmente queda no ritmo de crescimento da demanda pelo produto vegetal, em virtude das dimensões dos mercados consumidores. Não é o que ocorre no caso brasileiro: conquanto as modificações na composição do consumo - sintéticos/naturais - permaneçam como mecanismo mediador na compreensão das mudanças no consumo da matéria-prima, o crescimento no uso do substituto sintético deprime fortemente o uso do produto de origem natural, repercutindo negativamente sobre as dimensões econômicas da sua produção. Ou seja, contribuindo para reduzir o setor gumífero vegetal a limites mínimos, afetando a sua atratividade enquanto área de investimento, *vis à vis*, o potencial de acumulação dos setores industriais²⁶⁹ ou mesmo na agricultura, quando se trata de setores colados ao comércio internacional (agricultura de exportação).

Assim, ao concorrer com os setores industriais na demanda por capitais para investimento, o setor de produção de borracha vegetal enfrentará restrições tanto pela baixa rentabilidade oferecida, pressionada pelos preços mundiais dos elastômeros com tendência à queda, quanto pelo condicionamento das reduzidas dimensões do mercado interno

269. Segundo Cardoso de Mello, «com a aceleração do crescimento industrial entre 1956 e 1961, a taxa de acumulação das grandes empresas nacionais e estrangeiras sobe mais que proporcionalmente à taxa de acumulação global do setor...» (op. cit., p. 121)

sobre a geração da massa de lucro. As possibilidades de alcançar os mercados internacionais são determinadas pelo volume produzido pelas economias centrais. Os estoques mundiais de borracha, no período entre 1937 a 1949, atingiram a média anual de 841.233 t.

A constituição das determinações do movimento de capitais, que emergem do processo mesmo de industrialização brasileiro, terminou por fundar a principal barreira válida para o desenvolvimento do capital na esfera da produção de borracha vegetal: aquelas que decorrem «unicamente das relações do capital consigo mesmo»²⁷⁰. São estas barreiras que laboram pela manutenção das estruturas do seringalismo na região acreana. Não se trata de resultado do confronto entre formas arcaicas e modernas, mas barreiras postas pelo próprio capital em seu movimento de valorização. É este o sentido da demonstração realizada por Marx quando trata da acumulação de capital: «o verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e a sua própria valorização constituam o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; que a produção seja somente produção para o capital e não o contrário, que os meios de produção sejam meros meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos

²⁷⁰ MAZZUCHELLI, Frederico, A contradição em Processo - o capitalismo e suas crises. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985. p. 19.

produtores»²⁷¹. A baixa taxa de acumulação que resta para a economia do extrativismo impõe os limites para a operação do capital na esfera da produção gumífera em bases agrícolas.

* * *

A manutenção do setor produtivo gumífero baseado nos seringais nativos funciona como resultado da "verticalização" dos setores de ponta do departamento de bens de produção (D^I) e do setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas (D^{III}), acompanhada e amparada pelo investimento público (energia, transportes, etc.), sem a liquidação de atividades tradicionais. O que implica uma «exploração da força de trabalho incorporada (...) mais intensa (...) Reduzindo-se, assim, ainda mais os níveis relativos de produtividade nestes estratos e agravando-se a heterogeneidade pelo lado dos cortes tecnológicos»²⁷².

A incorporação da borracha pelos setores industriais das economias centrais como matéria-prima promoveu a integração e o abandono da economia do extrativismo, no curto espaço de três décadas, - entre 1880 e 1910 - como resultado do movimento da industrialização em bases capitalistas

²⁷¹ MARX, K. *El Capital*, v III. p. 248.

²⁷² TAVARES, M. M., *op. cit.*, p. 191.

avançadas. Enquanto que o processo de industrialização brasileiro, concentrando a difusão e a incorporação do progresso técnicos nos limites da produção industrial, laborou para a estagnação técnica e econômica do setor gumífero, mantendo-o, no entanto, atrelado ao andamento do processo produtivo como fornecedor da matéria-prima.

As relações que se estabelecem entre economia do extrativismo e setores da produção industrial, estarão definidas no interior de duas fases relevantes para afirmação do processo de industrialização: a primeira, a partir do final da década de 1920, com a implantação do setor de artefatos leves. Nesta fase, a produção gumífera ultrapassa os limites das necessidades industriais nacionais e o atrelamento entre os dois setores será beneficiado pela perda do domínio absoluto dos mercados internacionais que a economia do extrativismo mantinha até então. Ocorre, no entanto, momentos de intervenção governamental para assegurar que o volume das exportações não implique evasão completa da matéria prima. As condições de comércio com o exterior, notadamente com os Estados Unidos, mesmo diante de preços decrescentes²⁷³, favoreciam aos exportadores de borracha. Havia forte dependência em relação às importações

²⁷³ Sem desconsiderar que, como já referido, a borracha brasileira obtém preços diferenciados, ao participar em nichos de mercados, definidos por uma demanda industrial exigente de características próprias das variedades da *hevea brasiliensis* - classificada para efeito de comercialização como **acre-fina**.

de manufaturados, e a exportação poria o setor regional em contato direto com os fornecedores externos, eliminando níveis da intermediação e gerando condições para praticar preços menores.

Na segunda fase, coincidente com a fase da industrialização pesada, que se estende até o início da década de 1960, ocorre uma reelaboração das relações entre economia do extrativismo e a indústria. Em primeiro lugar, uma parcela significativa do consumo interno passa a ser atendida por importações dos seringais do oriente. A borracha brasileira fora quase que totalmente afastada dos mercados internacionais e paralelamente ocorre uma expansão do consumo interno, de forma que, desde o início dos anos cinquenta, a produção interna se torna insuficiente para atender a demanda industrial. A concorrência do produto asiático predomina entre os elementos da estrutura de formação dos preços do produto nativo. Em segundo lugar, quando se inicia a produção nacional de elastômeros sintéticos, em 1962, intensificando a substituição de borracha natural por sintética, as relações ficam mais problemáticas. Combinada com a questão anterior, a produção nacional de elastômeros, reduzindo a participação relativa da borracha natural no consumo produtivo, contribui para enfraquecer a posição de mercado da produção gumífera em bases nativas. Por fim, os setores industriais sustentam e

consolidam, no período, a concentração do potencial de acumulação, retendo os ganhos de produtividade através de margens crescentes de lucros em função do poder de mercado que exercem.

No sentido oposto, o setor gumífero de produção realiza um ajuste, dimensionando as "parcelas de capital" em operação que, submetidas ao comportamento errático dos preços do produto vegetal²⁷⁴, passam a movimentar-se em função de sustentar um "padrão de consumo". A produção gumífera gira em torno de uma base quantitativa constante, à semelhança de um sistema em reprodução simples. Nessas condições, a parcela da renda com a qual se remunera a força de trabalho regional transforma a massa da população seringueira em um contingente de miseráveis retido nos seringais por absoluta inexistência de alternativas produtivas.

Na situação da população seringueira (em atividade ou transformada em população excedente pelo esvaziamento dos seringais), a tese da tendência à heterogeneidade estrutural assume a sua feição mais perversa ao expressar, em toda a sua dramaticidade, a noção de «atividade depósito», através da qual Maria da Conceição Tavares pretende dar conta de uma situação na qual se combina o alargamento «da base de

²⁷⁴. Ver gráfico nº 1.

geração do excedente ampliado [ao tempo em que] se alimenta o processo de marginalização social»²⁷⁵.

CONCLUSÃO

Nos propusemos, ao longo deste trabalho, estudar o processo de constituição de um "recorte espacial" caracterizado por sua especialização absoluta na produção de uma única matéria-prima para a indústria: a Região Acreana, ocupada a partir dos anos finais da década de setenta do século passado, quando da corrida pela borracha amazônica.

O processo de ocupação regional está complexamente determinado: de um lado, pelas condições de reprodução da sociedade regional; de outro lado, pela transformação da produção em ramo da atividade científica, movimento que caracteriza as economias centrais nos momentos de afirmação da fase produtiva dominada pelo capital monopolista. É a partir da ruptura das condições regionais de produção de origem colonial que os movimentos da economia e o padrão de acumulação determinado pela industrialização nos países centrais efetivam uma base produtiva especializada no espaço

²⁷⁵ Op. cit., p. 192.

amazônico, domínio da economia do extrativismo da borracha. A ruptura na base da atividade de coleta - fase das drogas do sertão - inscreve-se no campo das possibilidades de expansão territorial e na construção de um universo particular marcado pelo exclusivo seringalista. Localizada parte meridional da Amazônia, a região acreana se define por uma estrutura produtiva dominada de forma absoluta pelos seringais nativos.

As conclusões que elaboramos no interior deste trabalho tornaram-se possíveis a partir de uma revisão crítica da ampla literatura sobre a constituição e desdobramentos históricos da economia extrativista. As determinações que levam à reprodução do recorte regional, tendo por base uma produção tecnologicamente retardatária, submetida à condições técnicas rudimentares e resistente à incorporação dos avanços tecnológicos já existentes, não são tomadas como resultados exclusivamente das condições "internas" à região.

Ao contrário, tomando-se o andamento das transformações econômicas que levam a efetivação do capitalismo no país, chega-se à explicitação das condições de sua afirmação enquanto potência social, totalidade na qual e pela qual se definem as condições de reprodução social. Nesta perspectiva, o desenvolvimento do processo de industrialização constitui o fulcro através do qual "o regime capitalista de produção se apodera de um ramo inteiro

de produção, e mais ainda, tão logo incorpore todos os ramos decisivos da produção [grifo - MJL]. A partir daí, se eleva como forma geral, socialmente imperante, do processo de produção"²⁷⁶. Nessas circunstâncias, o andamento das transformações técnicas e econômicas passarão a estar submetidas às determinações que regem o movimento de capitais. Ou ainda, as condições concorrenciais que caracterizam o relacionamento dos capitais operando nos ramos industriais expressam os elementos objetivos que formam o plano das potencialidades da acumulação.

As condições de existência de diferenças estruturais, por outro lado, estão inscritas como momentos da acumulação de capital. O sistema de produção capitalista entendido como uma "totalidade impõe seus pressupostos próprios e o seu desenvolvimento total obriga-o a subordinar a si todos os elementos constitutivos da sociedade ou a criar, a partir de si próprio, os órgãos que ainda lhe faltam. É assim que se torna historicamente uma totalidade"²⁷⁷. A tendência à universalização, caminho inerente à acumulação capitalista, empurrando o mundo da mercadoria para uma posição de mecanismo universal de socialização, não se realiza pela homogeneização dos processos de trabalho. A heterogeneidade é a marca do desenvolvimento da produtividade que justifica

²⁷⁶ Marx, K. *El Capital*, op. cit., vol. I, p. 427.

²⁷⁷ Idem, *Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México, Siglo XXI editores, vol. 1, p. 220.

a desigualdade na repartição dos frutos da exploração. A particularização do espaço em termos produtivos é expressão desse desenvolvimento desigual.

A dinâmica que se expressa através de atos individualizados de investimento produtivo tem como necessidade atingir rentabilidade máxima. Daí que a mobilidade do capital esteja sincronizada ao ritmo da acumulação e que a análise concreta do desenvolvimento da industrialização brasileira indique uma situação onde prepondere níveis de elevada concentração e centralização dos pólos produtivos em pontos espaciais específicos. Nesse sentido, a existência da produção gumífera, como área produtiva de baixa taxa de lucro, se articula ao conjunto das determinações postas pelo avanço e aprofundamento das relações capitalistas de produção. Logo, a explicitação das suas determinações implica desvendar as complexas relações que mantém com o processo de industrialização.

É nesse contexto, por conseguinte, que se inscrevem os movimentos que levam a superação da posição monopólica da produção amazônica nos mercados internacionais: a domesticação da hévea decorre do desencadeamento de forças concorrenciais no âmbito da operação dos capitais nas economias centrais. O processo de transferência da produção gumífera para regiões asiáticas submetidas às nações centralizadoras do uso industrial da borracha se inscreve

num movimento de afirmação de um padrão tecnológico que nucleará a reorganização das relações internacionais sob a égide do capital monopolista.

As economias de caráter retardatário submetem-se às determinações mais gerais do desenvolvimento industrial das economias centrais. Nos momentos iniciais da crise da borracha nativa, o processo de industrialização brasileiro inicia a estruturação de um ramo produtivo em resposta à afirmação da indústria automobilística como núcleo dinâmico das economias centrais. E a produção gumífera regional, ao perder as condições de domínio sobre o mercado mundial para a produção obtida em bases agrícolas, é deslocada da órbita da produção industrial das economias centrais, passando a orbitar uma industrialização de caráter periférico. Os resultados desse movimento sobre a economia do extrativismo implicará: em primeiro lugar, formação dos preços para o produto natural obtido a partir das bases nativas que tem por referência as condições produtivas nos seringais formados em bases agrícolas; em segundo lugar, o padrão técnico de uso da matéria-prima como resultado dos desbordamentos das condições técnicas de produção nos países centrais.

Ao longo das fases de industrialização restringida e de industrialização pesada, os ramos industriais que definem o padrão de acumulação asseguram em seu interior a

concentração dos investimentos produtivos. Esse movimento promove, ao mesmo tempo, a redefinição continuada dos níveis de rentabilidade prevalentes na economia e, em última instância, a elevação dos valores mínimos para a constituição de novas parcelas de capital. Estabelecem-se, assim, contratendências ao movimento de capitais, o que equivale à formação de um "freio" em termos espaciais, na tendência à homogenização, afirmando uma periferia de atividades integradas aos pólos da industrialização, no entanto, fundadas em unidades produtivas tecnologicamente retardatárias.

A força de trabalho em ação na economia, distribuída neste conjunto produtivo tecnologicamente heterogêneo, submete-se à níveis de rendimentos hierarquizados pelas condições sob as quais se efetiva o dispêndio de trabalho. A expressão do desenvolvimento capitalista desigual exacerba as diferenças entre os pólos dessa cadeia produtiva: ao lado de atividades exercitadas sob condições tecnológicas de ponta, desenvolvem-se, também, produções onde o trabalho submete-se à elevados níveis de exploração. Assim, ao se tomar a questão desde uma perspectiva que contemple as leis mais gerais do movimento de capitais, torna-se possível reconhecer que a existência de estruturas diferenciadas de exploração do trabalho são momentos imanentes aos desdobramentos do desenvolvimento capitalista. Não se

reconhece, portanto, as teses tais como as de "colonialismo interno" que pressupõem exploração entre formações culturalmente diferenciadas para explicar a existência de recortes regionais. Ou seja, atribui-se a formação das configurações regionais à ação de leis e tendências externas ao andamento da acumulação de capital.

O processo de constituição da região, portanto, é apreendido enquanto momentos postos pela relação recíproca entre tendências que são próprias do desenvolvimento desigual do capitalismo. Neste sentido, as condições internas de reprodução das bases produtivas regionais não são entendidas como "barreiras" absolutas. Ao contrário, encaradas em suas dimensões econômicas, o que não equivale ao esquecimento das instâncias políticas, os fatores que caracterizam as condições internas às regiões e que poderiam ser entendidos como barreiras podem ser superados ao nível das determinações da própria acumulação de capital. As taxas de lucro possíveis funcionam como elemento coordenador desse movimento espacial do capital.

O estudo tem por horizonte temporal o andamento do processo de industrialização até a consolidação da fase da industrialização pesada. É compreensível que a partir dos anos 1960 o andamento da industrialização brasileira seja amplamente reformulado diante da emergência das novas circunstâncias que se anunciam para as relações

internacionais. No plano interno, a "modernização", a que se submete a agricultura no Sudeste, repercute de forma a reorganizar espacialmente a produção e a estabelecer profundas alterações na matriz nacional dos preços relativos da terra. E o percurso no sentido da Amazônia, que os capitais ensaiaram na década de 1970, indicando uma tendência a formar o processo de homogeneização espacial, foi invertido na década de 1980, com o agravamento da crise internacional capitalista.

Avançar na compreensão da questão regional no país, nesta década, é tarefa que se inscreve no esforço de compreensão da "nova" inserção do país no sistema capitalista global, à luz do andamento da ampla crise que propõe uma reconfiguração em escala mundial dos blocos econômicos regionais.

BIBLIOGRAFIA

- Aglietta, Michel. Regulación y Crisis del Capitalismo. México, Siglo Veintiuno editores, 1988.
- Alonso, W. Location and Land Use. Cambridge, Massachusetts, 1964.
- Aureliano, Liana Maria. No Limiar da Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Baechler, Jean et alii (editores). Europe and the Rise of Capitalism. London, Basil Blackwell Ltd, 1988.
- Baer, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 5ª Edição aumentada, 1983.
- Barros, Glimesdes Rego. A Presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915). Rio de Janeiro, Senado Federal - Centro Gráfico, 1981.

- Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. Valor e Capitalismo. um ensaio sobre a economia política. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.
- Belluzzo, Luiz gonzaga de M. & Coutinho, Renata (orgs.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Editora Brsiliense, 1982. 2 vol.
- Benchimol, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além depois. Manaus, Umberto Calderaro, 1977.
- Cano, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no brasil - 1930-1970. São Paulo, Editora da Unicamp/Global Editora, 1985.
- _____. Raízes da concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T.A. Queiroz, 2ª edição, 1983.
- Cardoso de Mello, João Manoel. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Cardoso, Fernando Henrique & Müller, G. Amazônia: Expansão do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- Castells, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo, Paz e Terra, Edição Revista, acompanhada de um posfácio, 1975.

Chandlees, William. Ascent of the River Purus. London, Journal of the Royal Geographical Society, vol. 36, pp. 86-118, 1866.

_____. Notes on the River Aquiry, the principal affluent of the river Purus. London, Journal of the Royal Geographical Society, vol. 36, pp. 119-128, 1866.

_____. Notes of a Journey up the river Jurua. London, Journal of the Royal Geographical Society, vol. 39, pp. 296-311, 1869.

Ciafardini, Horácio. Capital, comércio e Capitalismo: a propósito do chamado "Capitalismo Comercial". in: Gebran, Philomena (coord.). Conceito de Modo de Produção. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. pp. 221-245.

Costa, João Craveiro. A Conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a História do Acre. São Paulo, Editora Nacional, 2ª edição, 1973.

Costa, Wanderley Messias da & Moraes, Antonio Carlos. Geografia Crítica. A Valorização do Espaço. São Paulo, HUCITEC, 2ª edição, 1987.

Cunha, Euclides da. Um Paraíso Perdido. in: Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, José Olympio

Editora. Edição comemorativa do 80^o ano da Expedição, 1980.

_____. Contrastes e Confrontos. São Paulo, Editora Cultrix/MEC, 1975.

_____. À Margem da História. Porto, Lello Brasileira, 1967.

Dean, Warren. A Luta Pela Borracha no Brasil - um estudo de História Ecológica. São Paulo, Nobel, 1989.

Desai, Meghnad. Marxian Economics. Oxford, Basil Blackwell Publisher, 1979.

Draibe, Sônia. rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil - 1930/1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Dobb, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 6^a edição, 1977.

Emmanuel, Arghiri. L'échange inégal. Paris, Masperó, 1969.

Falcão, Emílio. Album do Rio Acre. Rio de Janeiro, Fundação Cultural do Acre, 1985.

Ferlini, Vera Lúcia Amaral. Terra, Trabalho e Poder. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1988.

- Fernandes, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª edição, 1981.
- Franco, Gustavo H. B. A Década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional - 1888/1900. Rio de Janeiro, IPEA, 1991.
- Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 10ª edição, 1970.
- Gaudemar, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e Acumulação do Capital. Lisboa, Editorial Estampa, 1977.
- Gramsci, A. A Questão Meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Harvey, David. Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- _____. Explanation in Geography. Londres, 1969.
- Hobsbawm, Eric. En torno a los orígenes de la Revolución Industrial. Buenos Aires. Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A., 1971.

_____. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.
Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

_____. A Era das Revoluções (1789-1848). São Paulo, Paz e
Terra, 6ª edição, 1988.

_____. A Era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro, Paz
e Terra, 3ª edição, 1982.

Homa, Alfredo Kingo Oyama. A Extração de Recursos Naturais
Renováveis: o caso do Extrativismo Vegetal na
Amazônia. Universidade Federal de Viçosa/Minas
Gerais, Tese de Doutorado, 1989.

Ianni, Octávio. A Luta Pela Terra: História social da Terra
e da Luta pela Terra numa área da Amazônia. in:
Coleção Sociologia Brasileira. Petrópolis, Vozes,
1978.

_____. O ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis, Vozes,
1984.

Konder, L. Lukács. Rio Grande do Sul, Editora LPM, 1980.

Kosik, Karel. Dialética do concreto. São Paulo, Paz e Terra,
2ª edição, 1976.

Lenin, Vladimir Ilich. Capitalismo e Agricultura nos Estados
Unidos da América - novos dados sobre as leis de

desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

_____. El desarrollo del Capitalismo en rusia. Moscou, Editorial Progreso, 1979.

_____. Cahiers Philosophiques. Moscou, Éditions du PROGRÉS, 1973.

_____. El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo. In: Obras escogidas. Moscou, Editorial Progreso, 1970.

_____. Sobre el Problema de los Mercados. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1974.

Lessa, Carlos. 15 anos de Política Econômica. São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª edição, 1982.

Lessa Filho, Sérgio Afrânio. Sociabilidade e Individuação. A Categoria da Reprodução na Ontologia de G. Lukács. Belo Horizonte, dissertação de Mestrado/Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.

Lipietz, alain. O Capital e seu Espaço. São Paulo, NOBEL, 1985.

Lima, Mário José de. Capital e Pequena Produção. Rio Branco. Editora Casa da Amazônia, 2ª edição, 1990.

- _____. Tempos e Temas do Acre. Rio Branco, Editora Casa da Amazônia, 1993.
- Lima, Araújo. Amazônia - a terra e o homem. São Paulo, companhia Editora Nacional, 4ª edição, 1975.
- Lima, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro - Um Caudilho contra o Imperialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- Lukács, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade Humana. in: Temas de Ciências Humanas, nº 4, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. Ontologia dell'Essere Sociale. Roma, Editori Riuniti, 1981.
- _____. Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo, Editora Ciências Huamas, 1979.
- Luxemburg, Rosa. A Acumulação de Capital. São Paulo, Zahar Editores, 1976.
- Mandel, Ernest. O Capitalismo tardio. São Paulo, Nova Cultural, 2ª edição, 1985.

- Magalhães, Juraci Perez. A Discriminação de Terras na Amazônia - o Acre. Brasília, Universidade Federal do Acre, 1977.
- Mahar, Dennis J. Desenvolvimento econômico da Amazônia - uma Análise das Políticas Governamentais. Coleção Relatório de Pesquisa, v. 39. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.
- Malan, Pedro S. et alii. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939-1952). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 2ª edição, 1980.
- Mantega, Guido & Moraes, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- Manzagol, Claude. Lógica do Espaço Industrial. São Paulo, Difel, 1985.
- Martinello, Pedro. A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico - Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 1985. in: Cadernos UFAC série "C" - Estudos e Pesquisas nº 1. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1985.

Marx, Karl. El Capital - Crítica de la Economía Política.
México, Fondo de Cultura Económica, 1978. 3 vol.

_____. Elementos fundamentales para la crítica de la
economía política (Grundrisse) 1857-1858. México,
Siglo Veintiuno Editores S.A. 4ª edición, 1978. 3
vol.

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.
Portugal, Editorial Presença/Livraria Martins
Fontes, 2ª edição, 1983.

_____. Formações Econômicas pré-Capitalistas. Rio de
Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. Teorias de la plusvalía. Madrid, Alberto Corazón
Editor, Série Comunicación, 1974.

Mazzuchelli, Frederico. A Contradição em Processo. O
Capitalismo e suas Crises. São Paulo, Editora
Brasiliense, 1985.

Mendonça, Belarmino. Reconhecimento do Rio Juruá (1905).
Belo Horizonte, Fundação Cultural do Acre/Itatiaia,
1989.

Myrdal, Gunnar. Contra a Corrente - ensaios críticos em
economia. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.,
1977.

_____. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Editora Saga, 3ª edição, 1972.

Novais, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, HUCITEC, 5ª edição, 1989.

Oliveira Filho, João Pacheco. o Caboclo e o Brabo. Notas sobre duas modalidades de Força-de-Trabalho na Expansão da Fronteira Amazônica no Século XIX. in: Encontros com a Civilização Brasileira. v. 11/Ênio Silveira et alii. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 101-140.

Oliveira, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião - Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 4ª edição.

Oliveira, Luiz antonio Pinto de. O sertanejo, o brabo e o Posseiro (Os Cem anos de Andanças da População Acreana). Rio Branco, Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Acre, Série Estudos Básicos para o Planejamento, 1985.

Paolo, Pasquale Di. Cabanagem - A Revolução Popular da Amazônia. Belém, CEJUP, 1986.

- Pinho Filho, Ernesto. Amazônia entre Contrastes. Belém, Mitograph, 1979.
- Pinto, Nelson Prado Alves. Política da Borracha no Brasil. São Paulo, HUCITEC/Conselho Regional de Economia, 1984.
- Possas, Mario Luiz. Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Prado Júnior, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 36ª edição, 1988.
- _____. A Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 18ª edição, 1983.
- _____. A Revolução Brasileira. São paulo, Brasiliense, 1971.
- Reis, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a Cobiça Internacional. Rio de janeiro, americana, 1972.
- _____. O Seringal e o Seringueiro. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informações Agrícolas, 1953.
- _____. O Acre no processo de formação territorial do Brasil. Rio de Janeiro, 1977 (mimeo.). Trabalho apresentado no Simpósio

- Rosdolsky, Roman. Génesis y Estrutura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grudrisse). México, Siglo Veintiuno Editores, 6ª edição, 1989.
- Rowthorn, Bob. Captalismo, Conflict & Inflation. London, Lawrwcw and Wishart Ltd., 1980.
- Rubín, Isaak Ilich. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo, Livraria e Editora Polis Tda., 1987.
- Salama, Pierre. O Processo de Subdesenvolvimento - ensaio sobre os limites da acumulação nacional de capital nas economias semi-industrializadas. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1976.
- Santos, Milton. Espaço & Método. São Paulo, Nobel, 1ª reimpressão, 1988.
- _____. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- _____. Por uma Geografia Nova. São paulo, HUCITEC, 1978.
- Santos, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo, T. A. Queiroz Editores (Biblioteca Básica de Ciências Sociais), 1980.

- Santos, Theotônio dos. Revolução Científico/Técnico e Acumulação de Capital. Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1987.
- Screpanti, Ernesto & Zamagni, Stefano. Profilo di Storia del Pensero Economico. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1ª edizione, 1989.
- Silva, Luis Osiris da. A Luta pela Amazônia. São Paulo, Editora Fulgor, 1962.
- Silva, Marcos A. (org.). República em Migalhas. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.
- Silva, Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- Smith, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil S. A., 1988.
- Soares, José Carlos de Macedo. A Borracha. Estudo econômico e estatístico. Paris, Librairie de Jurisprudence-L. Cauny et L. Quinsac, 1927.
- Souza, Márcio de. A Expressão Amazonense - do Colonialismo ao neo-Colonialismo. São Paulo, alfa-Ômega, 1978.

Tavares, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

_____. O Movimento Geral do Capital: (Um Contraponto à Visão da Auto-Regulação da produção Capitalista)> in: Estudos CEBRAP - Valor, Força de Trabalho e Acumulação Monopolista - 25. São Paulo, CEBRAP, s/d.

Teixeira, Aloísio. O Movimento da Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no pós-Guerra. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial/UFRJ, 1983.

Valla, Victor V. A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira (1898-1928). Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.

Valverde, Orlando (coordenador). A organização do Espaço na Faixa da Transamazônica - Acre e Regiões Vizinhas. Rio de Janeiro, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República/FIBGE, 1989. v. 2.

Versiani, Flávio Rabelo & Barros, José Roberto Mendonça de (orgs.). Formação Econômica do Brasil - a experiência da industrialização. Série ANPEC,

Leituras de Economia. São Paulo, Saraiva Editores,
1977.

Vilar, Pierre. Desenvolvimento Económico e Análise
Histórica. Lisboa, Editorial Presença, 1982.

Weinstein, Barbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e
Decadência (1850-1920). São Paulo, HUCITEC/EDUSP,
1993.